

**PROCEEDINGS 1<sup>ST</sup> INTERNATIONAL CONFERENCE  
ACTAS I CONGRESSO INTERNACIONAL**

**THE VOICE AND CHOICE OF PORTUGUESE IMMIGRANT WOMEN  
A VEZ E A VOZ DA MULHER IMIGRANTE PORTUGUESA**

**UNIVERSITY OF TORONTO  
DEPARTMENT OF SPANISH AND PORTUGUESE**

**UNIVERSIDADE DE TORONTO  
DEPARTAMENTO DE ESPANHOL E PORTUGUÊS**

**EDITORS/ORGANIZADORAS:  
MANUELA MARUJO  
AIDA BAPTISTA  
ROSANA BARBOSA**

**Sponsored by/Com os patrocínios de:**

Banco Espírito Santo  
Direcção Regional das Comunidades  
Instituto Camões  
ScotiaBank  
Montepio Geral  
Sata International  
VistaSol Tours  
Portuguese Bookstore  
Pintora Mia Azevedo

PUBLISHED / EDIÇÃO: UNIVERSITY OF TORONTO, DEPARTMENT OF SPANISH AND PORTUGUESE, 2005  
*Friends of Portuguese Studies/Amigos dos Estudos Portugueses*  
91 Charles Street West Suite 208  
Toronto, Ontario M5S 1K7  
[www.chass.utoronto.ca/spanish\\_portuguese](http://www.chass.utoronto.ca/spanish_portuguese)

CONFERENCE PROCEEDINGS/ACTAS DO CONGRESSO:  
**The Voice and Choice of Portuguese Immigrant Women**  
**A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa**  
Toronto 19-21 Sep/Set 2003

COORDINATION/COORDENAÇÃO  
Manuela Marujo

ORGANIZING COMMITTEE/ COMISSÃO ORGANIZADORA  
Manuela Marujo, Aida Baptista, Rosana Barbosa

Design/Paginação: Jamie Iria - Creative7 inc  
Cover/Capa: Jamie Iria - Creative7 inc.

ACKNOWLEDGMENTS/ AGRADECIMENTOS:  
Ilda Januário, Aida Jordão e Maria Nunes pelo trabalho de revisão. A Anabela Castro, Theresa Oliveira, Felicidade Macedo, Fátima Toste, Cristina Marques, Carmen Carvalho, Palmira Almeida, Isabel Vieira, Ana Maria Pancada, Ana Júlia Sança e Margarida Rocha pelo encorajamento e apoio em tantas horas de preparação e angariação de fundos.

ISBN 0-9690025-1-3



## ÍNDICE:

<b><u>PREFACE/PREFÁCIO:</u></b> Manuela Marujo, Aida Baptista .....	9
<b><u>CONFERÊNCIA INAUGURAL</u></b>	
Maria de Jesus Barroso Soares .....	11
<b><u>SESSÃO DE ABERTURA</u></b>	
Dr. José Bouza Serrano .....	19
<b><u>PAINEL: A MULHER NA RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E ARTE</u></b>	
Etelvina Trindade:	
Mariana Coelho: Uma Voz Portuguesa no Sul do Brasil .....	21
Deolinda Adão:	
A Mulher Portuguesa nas Confrarias da Califórnia .....	27
Teresa Ascensão:	
Maria and the Bullfighter: Photobased Art Exploring Bipolargender Identity .....	35
Patrícia Silva:	
Entre/Aqui/Agora - Intermediating Landscapes .....	37
<b><u>PAINEL: A MULHER NA LITERATURA</u></b>	
Diniz Borges:	
Contando as nossas Vivências - Criando a nossa Mitologia: Algumas Vozes Femininas na Literatura Norte-Americana .....	43
Conceição Flores:	
Do Sentimento de Não Estar na Pátria .....	52
Maria João Dodman:	
A Situação Feminina na Época de Gil Vicente .....	57
Aida Jordão:	
Women and Tradition: Funeral em Branco and As Vizinhas da Minha Tia .....	62
Álamo de Oliveira:	
As Mulheres em "Já não Gosto de Chocolates" .....	68
<b><u>PAINEL: A MULHER NO TRABALHO</u></b>	
Rosana Barbosa:	
The Inclusion of Women in the Male Dominated Job Market of Early 19th Century Rio de Janeiro .....	72
Roseli Boschilia:	
Tecendo Memórias: Imigrantes Portugueses, Trabalho Fabril e Relações do Gênero .....	79
Maria Izilda Matos:	
Cotidiano e Trabalho: Mulheres Imigrantes Portuguesas .....	85



M. da Glória Mulcahy:	
Participação da Mulher Portuguesa no Mercado de Trabalho nos Estados Unidos .....	97
<b><u>PAINEL: SER E ESTAR</u></b>	
Maria Eduarda Duarte:	
Da Sobrevivência à Adaptação (Contributos da Psicologia) .....	103
Carolina Leite:	
Eva depois do Paraíso: Trajectórias Residenciais na Emigração .....	109
Sofia Afonso:	
A Segunda Geração e o Regresso: Motivação e Vivências .....	117
Suzy Casimiro:	
Portuguese Women in Australia: Their Experiences, Needs and Concerns ..	128
Leonor de Seabra:	
A Mulher de Macau: Um Olhar Retrospectivo .....	133
<b><u>PAINEL: PODER, SAÚDE E FAMÍLIA</u></b>	
Alice Clemente:	
Portuguese-American Women: The Move into Politics .....	143
Fernando Nunes:	
Gender Differences and Commonalities in the Integration of Luso-Canadians .....	149
Wenona Giles:	
The Gender Relations of Nationalism, Remittance, and Return among Portuguese Immigrant Women in Canada: An Era of Transformation-the 1960s-80s1 .....	156
<b><u>PAINEL: ESTÓRIAS E HISTÓRIAS NO FEMININO</u></b>	
Erika de Vasconcelos:	
Writing the Immigrant Woman's Life .....	168
Maria Amélia Estrela e Guida de Abreu:	
Mulheres Imigrantes em Inglaterra: Algumas Histórias de Vida .....	171
Ilda Januário:	
A Dança da Vida: História de uma Imigrante em Quadras .....	178
Rosa Simas:	
Colectânea: A Mulher nos Açores e nas Comunidades .....	187
Alzira Serpa Silva:	
A Vez e a Voz da Mulher: Breve Passagem pela História .....	192
<b><u>AFTERWORD/POSFÁCIO:</u></b>	
Rosana Barbosa .....	206





## Preface/Prefácio

Fifty years have elapsed since the first organized group of Portuguese immigrants left behind their homeland to head towards Halifax harbour in Nova Scotia, Canada. It was May, 1953 when the *Saturnia*, a ship carrying hundreds of Portuguese men anchored in this maritime harbour to face a future of labour and to realize dreams with their hardened hands. Leaving behind their birth land, their wives, fiancés, girlfriends and family, they struggled to save all they could muster so that they could be reunited with their loved ones in the new land.

Within a few months of exchanges of letters, photos, words of longing, and stories of the wonders of the new home, the women and children too, found their way to Canadian shores. The long Atlantic journey marked the turn in the path of their lives that would bring them to meet up with their husbands and fathers, in the myriad of cities throughout this country.

This anniversary marked a time to reflect on the role of the Portuguese immigrant woman, not only in Canada, but in the many continents and innumerable countries where she has built a life, leaving behind her support system, her family and friends and the soil of her birth land.

Academics, writers and artists met to reflect on this topic and this book is the result of a three-day conference that took place in the University of Toronto, September 19-21, 2003. These are the voices of the presenters who came from Australia, Brazil, China, England mainland Portugal and the Azores, and the U.S.A. to join their Canadian colleagues. We respected their linguistic differences and the reader will find not only a bilingual collection of articles but also some variations within the two languages used: Portuguese and English.

Era uma vez...

Assim começa a frase mágica que nos transporta para o reino do sonho e da fantasia. E é do sonho, como dizia o poeta, que a obra nasce. E assim foi, também, com este Congresso.

Como não podia deixar de ser, nasceu do sonho de uma mulher que, por entre linhos de alcova, o partilhou com o seu companheiro de vida. Fez-se verbo em programa de cinquentenário de chegadas e partidas, ainda que sem suporte físico. No assento de nascimento, passaram a constar duas mães: a que o pensou e a outra que lhe deu o nome. A certidão de baptismo foi, então, lavrada pelas duas madrinhas que o fadaram numa manhã da mais entusiasta e promissora conversa. Uma delas deixou-se levar pelo sibilar do vento da história, enquanto a outra lhe segredou a Vez por entre murmúrios da Voz. E foi assim que ficou **A Vez e A Voz** geradas no desejo de acordar percursos calados de cinquenta anos de emigração. No ritmo de uma outra língua, buscou ditongos repetidos que anglicizassem a patronímia original.

À falta de fotografia, mãos masculinas fixaram-no num logotipo através do qual se passou a apresentar e deu a conhecer: cara rosada, ofegante de energia e da cor da bandeira do país onde foi gerado; melena preta caída de lado a definir-lhe o género; braços amarelos - não dizem que o amarelo é a cor da amizade? - abertos num convite a quantos se lhe quiseram juntar, atravessando o azul oceânico do regaço amniótico que a todos une.

Engalanado na roupagem com que o vestiram, marcou data de apresentação para Maio - mês de Maria, mês de Mulheres. Fez convite público a que responderam de vários

lados, tantos quantos os caminhos percorridos pelos cheiros de canela com outras cores e outros nomes: Estados Unidos, Brasil, Portugal Continental e Ilhas, Reino Unido, China, Austrália, sem contar com os que viviam na sua própria terra.

Durante o percurso de crescimento, vozes viperinas tentaram beliscá-lo, esquecendo-se que seria já impossível travar a grandeza com que se afirmara entre todos os que nele acreditaram. E como a adversidade é sempre geradora de novas solidariedades, nem a pneumonia atípica conseguiu desfazer a onda em que passaram a navegar tantas vozes de mulheres com garra, que se foram juntando ao projecto em andamento. Obrigou apenas a um adiamento que, longe de o prejudicar, lhe veio dar maior projecção ao permitir presenças que, em muito, dignificaram a sua festa de celebração. Notícias de última hora anunciavam ainda um furacão - Isabela de seu nome - que ameaçava retirar algum brilho ao evento. Mas até este amansou a sua força destruidora e achou por bem juntar-se a nós nesta fúria de celebração, abrindo-se numa chuva redentora a lembrar rituais de purificação. Das suspensas nuvens negras com que pretendiam atingir-nos, soprou as auréolas negativas e rasgou, num sorriso, dois radiosos dias de sol como se a própria natureza, também ela feminina, se quisesse juntar às comemorações.

Foi neste ambiente festivo que decorreu o primeiro Congresso Internacional dedicado à Mulher Imigrante. Foi assim que, durante três dias, demos **Ve**z e **Vo**z a mulheres escondidas atrás de heróis diariamente lembrados, lutando pelo direito à igualdade, mas também pelo direito à diferença.

Um abraço muito reconhecido às que tiveram a coragem de soltar mordanças com que, anos a fio, amarraram silêncios.

Apesar de a ideia ter sido de Manuela Marujo, aprez-me confessar que, no silêncio dos nossos gabinetes, criámos este filho juntas e a ele consagramos todas as energias de um ano lectivo.

*Manuela Marujo e Aida Baptista*

# A VEZ E A VOZ DA MULHER IMIGRANTE PORTUGUESA

*Maria de Jesus Barroso Soares*

Quero começar por agradecer o amabilíssimo convite que me foi dirigido para estar presente aqui convosco, comemorando a chegada oficial dos primeiros portugueses ao Canadá, quando há 50 anos aportou em Halifax o navio Saturnia. Vinham imbuídos do mesmo espírito de aventura e capacidade de enfrentar o desconhecido que os de há 500 anos, embarcados noutras naus, como as crónicas e as epopeias literárias tão bem retratam.

A vocação dos portugueses para a descoberta e expansão, dando "novos mundos ao mundo" nas palavras que Pero Vaz de Caminha dirigiu ao Rei D.Manuel na Carta sobre o Achamento do Brasil, produzia novos e apetecíveis frutos.

Dizia-se " Ubi panis, Ibi Patria" - onde se encontra o pão, aí se encontra a pátria!

Terras e riquezas diversas, trabalho e horizontes de futuro, abriram-se, assim, para aqueles a quem a escassez de oportunidades na sua terra parecia querer condenar à miséria. Dessa forma se recomeça a gesta portuguesa no mundo e também no Canadá.

Mas a gesta não a podemos apenas atribuir aos homens. Se eram muitas as mulheres que ficavam enquanto os homens partiam<sup>1</sup> - a quem chamavam " viúvas de vivos" - outras não ficavam nos portos, pelo contrário, acompanharam-nos.

Sabemos que a passagem de portugueses pelo Canadá remonta já ao século XV - os chamados " bacalhoeiros", como nos diz o Prof. Carlos Teixeira, ilustre membro desta Academia<sup>2</sup> -, mas a presença portuguesa no Canadá é assinalada no Boletim Oficial da então Junta de Emigração apenas no ano de 1953. Por curiosidade, fui ver os Boletins dessa época e reparei que no Anuário de 1954 já se assinala a presença de mulheres portuguesas no Canadá<sup>3</sup>.

Na chamada "emigração orientada" (a emigração seleccionada pelo governo português), de um total de 2 149 indivíduos, 460 são mulheres. Na maioria eram esposas que acompanhavam os seus maridos. E, no entanto, a nossa história, como a de outros povos, nunca pôs suficientemente em relevo o papel das mulheres que a ajudaram a tecer. As histórias das mulheres foram sendo deixadas fora da História, sendo acentuada, sobretudo e quase sempre, a dimensão masculina das transformações sociais e do progresso humano. Porque a História, ainda que se pretenda assexuada, vem esquecendo a parte - pelo menos metade - que cabe à mulher. Impõe-se por isso hoje conhecer o papel que ela teve, e tem, no progresso da nossa civilização. Um novo olhar está hoje interessado no papel da mulher, da sua identidade, tentando trazê-la à superfície de um mar que sempre a submergiu, por vontade e talvez receio dos homens.

O historiador Charles Boxer dedica uma das suas obras<sup>4</sup> precisamente ao papel da mulher na Expansão Ultramarina Ibérica, começando logo por citar a afirmação do seu colega James Lockhart: "As mulheres não são apenas parte essencial de qualquer estudo equilibrado de história social, mas ainda, pela sua presença ou ausência, casamentos, dotes, actividade e riqueza, são uma bitola indispensável da qualidade e ritmo do progresso social geral, bem como da categoria, prosperidade e ascendência de qualquer homem"<sup>5</sup>. O ilustre historiador chega mesmo a citar os relatos dos cronistas sobre as experiências das pioneiras desta aventura marítima, provando que muitas não se limitavam a desempenhar tarefas domésticas. Pelo contrário, juntavam-se aos homens em luta e, empunhando

armas, esforçavam-se por defender fortes e muralhas, "ombro a ombro com os homens, estas Amazonas de circunstância" <sup>6</sup>, como o autor com humor lhes chama.

A situação da mulher migrante é, em geral, mal conhecida. Pensa-se com frequência nos migrantes "homens", celibatários, cuja família permanecia no país de origem. As razões que levaram os homens portugueses a partir - e no caso do Canadá, oriundos na maioria dos Açores, sobretudo nos finais dos anos 60 e início dos anos 70 - foram sobretudo razões de carácter económico, relacionadas, nos anos da ditadura, com factores políticos e com a guerra colonial. Como bem me lembrou a Professora Manuela Marujo, no convite que me dirigiu, eu própria convivi de perto com o problema da emigração, quando acompanhei o meu marido no exílio político a que o antigo regime o votou. Aí vivi este problema, experimentando os mesmos dramas e dificuldades com que os nossos concidadãos se confrontavam.

Com as mulheres a situação é ligeiramente diferente. A sua falta de independência, a sua vida familiar e o estereótipo de papel que lhe desenharam, sobretudo as culturas da Europa mediterrânica, fizeram com que os movimentos migratórios das mulheres portuguesas estivessem sempre sujeitos à vontade e decisões dos homens seus maridos. No entanto, as mulheres migrantes, hoje como sempre, enfrentam dois grandes problemas que se nos apresentam indissociáveis: o problema da integração e o problema da identidade. Não se pense que estas questões são apenas da mulher migrante. São problemas dos migrantes em geral, mas que ganham maior relevo e particular acuidade no caso da mulher, porque sobre ela pende ainda a condição da desigualdade, em direitos e deveres, face ao homem de quem é parceira.

O carácter particular da personalidade feminina migrante raramente é posto em evidência. Ora, se ela é esposa, mãe e cada vez mais trabalhadora, deve ter a mesma - senão uma maior - atenção. Infelizmente, podemos dizer que a questão da igualdade de género continua a ser o problema central, sempre que falamos dos problemas das mulheres. E, no entanto, as mulheres constituem metade da humanidade, porventura até ligeiramente mais. Se olharmos para os dados que as estatísticas nos dão sobre a mulher, aqui no Canadá, por exemplo, a situação não é muito diferente da do resto do mundo. Actualmente <sup>7</sup>, pouco mais de metade da população residente no Canadá é do sexo feminino. Pese embora o facto de, no caso do Canadá, a sociedade de acolhimento ser mais igualitária que as sociedades da Europa continental, as raízes culturais da mulher portuguesa fizeram que tivesse um papel social pouco activo, ignorada nas diferentes esferas das actividades culturais, económicas, sociais e políticas. As dificuldades que enfrentam, acumulando tarefas que podiam ser mais justas e equilibradamente partilhadas - o trabalho doméstico, a educação das crianças, o emprego e tantas outras ocupações - sobrecarregam e dificultam a sua integração no país de acolhimento.

Desde o "1º Encontro de Portuguesas Migrantes" em Viana do Castelo, em 1985, ao "1º Encontro Mundial de Mulheres Migrantes Portuguesas", em que participei, até aos vários relatórios e às conclusões da Reunião sobre "Mulheres Migrantes e Integração", promovida pelo Conselho da Europa em Junho de 1994<sup>8</sup>, a que tive acesso, as mulheres emigrantes portuguesas não reclamam outra coisa senão mudanças fundamentais nas suas condições de vida, bem como nas dos seus filhos.

Começando por afirmar que "a integração não é um processo de eliminação de uma cultura, nem uma forma de "imperialismo" cultural, mas, pelo contrário, deve conduzir a uma maior liberdade de expressão e a um usufruto irrestrito dos direitos legalmente consagrados", os projectos discutidos nessa reunião, tinham por objecto a igualdade de direitos,

medidas para prevenir discriminações, o reconhecimento e desenvolvimento da vida cultural das mulheres, modos de satisfazer as suas necessidades e aspirações particulares e específicas e a participação das próprias mulheres na definição e execução das políticas. As informações fornecidas pelas várias Associações de Mulheres Migrantes descrevem condições de vida particularmente difíceis e sérias, que elas lutam por melhorar, introduzindo mecanismos efectivos e medidas concretas urgentes. As mulheres migrantes portuguesas querem e exigem ser reconhecidas, nos direitos e nos seus deveres. Estão determinadas em fazer com que os princípios sejam aplicados na prática e têm uma concepção pragmática das leis que reforça o seu compromisso para com a sua causa.

Os países de acolhimento têm diferentes políticas de integração e alguns não têm medidas especiais para mulheres. É, por isso, importante providenciar a possibilidade da reunião da família ou outras medidas que abranjam a segunda geração e criar associações para mulheres migrantes.

Seja qual for o modelo de integração escolhido, sabemos hoje que a inserção das mulheres migrantes - e em particular da portuguesa - não vingará, se forem esquecidos os dois elementos principais de qualquer integração a longo prazo: a educação, em primeiro lugar, e a participação no mercado de trabalho, promovendo-se, desse modo, a sua emancipação. Estes são os elementos que contribuem decisivamente para a definição da identidade feminina. Dos contactos que até hoje tive com as emigrantes portuguesas que enfrentam dificuldades imensas nos países para onde as também desesperantes e difíceis condições de vida em Portugal as empurram, pude constatar que as suas reclamações diziam respeito sobretudo a estas questões da educação e da emancipação, assumindo-as como prioritárias nos projectos que promoviam.

No que à educação diz respeito, as raízes rurais, a iliteracia e ausência de qualificações é uma característica comum nas mulheres com mais de 30 anos, o que constitui um grave obstáculo à sua integração nas modernas e urbanas sociedades industriais. O problema apontado com mais frequência é o problema da língua do país de acolhimento. A aprendizagem da língua deve fazer-se num sentido mais abrangente, no seio de outras actividades sócio-culturais e no emprego, e não apenas na escola. A dificuldade em relação à língua é um problema sobretudo dos primeiros emigrantes, ou de primeira geração, das mulheres que ficavam em casa e pouco contacto tinham com o mundo exterior. As suas filhas já vão à escola e têm por isso menos dificuldades. Mas, por essa razão, são incapazes de manter uma relação completa com as suas mães. O "fosso geracional" alarga-se com a diferença de línguas. Encorajar a aprendizagem da língua do país de acolhimento, bem como a adaptação e familiarização com os hábitos da vida urbana moderna é, pois, a primeira prioridade. Para as mulheres mantidas num estatuto de dependência de um pai, de um marido, ou pelo menos mantidas num estado de subordinação, a emancipação é impossível, enquanto não forem capazes de se expressar na língua do país de acolhimento. No entanto, o processo de aprendizagem da língua não deve significar nunca a rejeição da sua própria cultura. A importância que a comunidade portuguesa manifesta no que diz respeito à manutenção da língua e cultura portuguesas, no estudo de Fernando Nunes que citarei adiante, é bem expressiva (92%). Posso dar-vos o meu testemunho da importância que tinha para mim ouvir ao longe o fado e o folclore português, cantado por homens da construção civil, que trabalhavam ali perto do pequeno apartamento em que vivíamos, o meu marido e eu, num bairro de Paris.

Face ao progressivo desconhecimento da língua portuguesa - a língua dita materna (!) - pelos jovens luso-canadianos, a mulher, no seu papel de mãe e primeira educadora,

pode ter uma importância decisiva. A existência dos programas de "Línguas de Origem", nas escolas oficiais aqui no Canadá, é um bom exemplo do que se pode fazer para integrar, mantendo a identidade e incentivando o conhecimento da herança histórica e das tradições culturais. Segundo dados do Governo Canadano, bem como do excelente estudo publicado por Fernando Nunes <sup>9</sup>, os imigrantes portugueses, em geral, e as mulheres portuguesas em particular, enfrentam sérias dificuldades de integração em todas as áreas da vida em sociedade. E não apenas em relação ao resto da população nascida em território canadiano, mas inclusivamente em relação a imigrantes de outras origens e mesmo - dado que nos preocupa ainda mais - imigrantes de 2ª ou 3ª geração. Tal como para os seus parceiros homens, as mulheres imigrantes portuguesas no Canadá têm menor probabilidade de ter um bom grau de educação, em geral, e universitária, em particular <sup>10</sup>.

Quando confrontados com os níveis baixos dos resultados académicos dos lusocanadianos: um elevado insucesso escolar, uma elevada taxa de abandono escolar e a fraca percentagem de frequência da educação pós-secundária, devemos ficar alerta e pedir aos pais portugueses a valorização da educação dos seus filhos, encorajando-os a prosseguirem os estudos superiores, em detrimento de uma entrada precoce no mercado de trabalho, para onde são tantas vezes empurrados! Calcula-se que, no que diz respeito à fraca frequência escolar, provavelmente as crianças mais afectadas são do sexo feminino.

Sem qualificações profissionais e sem educação, o seu futuro vê-se dramaticamente posto em causa. Muitas vezes, não há melhor educação do que aquela que é dada pelo exemplo. Poder apresentar modelos de sucesso, quer às raparigas quer aos rapazes, facilita a tarefa de demonstrar aos jovens a importância da educação.

Em Junho de 2001, o Centro para a Justiça Social e o Comité Nacional de Acção sobre o Estatuto da Mulher apresentaram um novo relatório sobre a contínua e severa desigualdade económica das mulheres <sup>11</sup>.

O "fosso de género", numa tradução literal do inglês "gender gap", é muito mais profundo do que se supõe. A situação das mulheres imigrantes portuguesas na sociedade canadiana de hoje, apesar de ter vindo a melhorar nas últimas décadas, deve deixar-nos a todos - mulheres e homens - preocupados, estimulando-nos agir contra essa situação. Talvez valha a pena resumir aqui os principais indicadores, embora todos os saibam ou intuem.

- A taxa de emprego das mulheres imigrantes portuguesas, entre os 15 e os 64 anos é ligeiramente mais baixa do que as restantes mulheres migrantes e as nascidas no Canadá<sup>12</sup>

- A percentagem de mulheres imigrantes portuguesas que exercem funções que exigem qualificação ou ocupam cargos de gerência é reduzidíssima<sup>13</sup>.

- A remuneração do trabalho continua a ser um factor que demonstra a desigualdade entre mulheres e homens, pois quando empregadas a tempo inteiro, as mulheres ganham apenas 73% do que os homens ganham (dados de 1997).

Como refere Fernando Nunes, muitos dos inquiridos no seu estudo descreveram uma série de problemas que afectam a mulher imigrante portuguesa: a submissão, um paternalismo excessivo, a violência conjugal e doméstica e o *bullying*. Uma outra preocupação que se impõe manifestar e que tem sido abundantemente referida pelas Associações de Mulheres Migrantes, como problema que necessita urgente resolução, diz respeito ao envelhecimento das mulheres. Com efeito, tendo em conta a estagnação demográfica que

os países ocidentais enfrentam, desde há uma década pelo menos a esta parte, uma das questões mais relevantes nas sociedades contemporâneas é o ENVELHECIMENTO ("AGING" em inglês). As mulheres imigrantes - na sua maioria viúvas, sem trabalho e sem segurança social - são, infelizmente, mais susceptíveis de serem afectadas por este problema.

Pese embora este panorama tão desolador, temos razões para ter esperança e confiança num futuro que já se adivinha mais igual e melhor. A vez da mulher chegou! E estou convencida que se trata apenas de uma questão de tempo até que o fosso existente entre as habilitações e capacidades das mulheres e a sua situação real seja alterado. Não raras vezes encontramos-las, agora, em maioria nos mais variados sectores da sociedade.

Na educação, sabemos hoje o papel que a mulher tem nas sociedades ocidentais, quer como estudante, quer como professora. Elas constituem a maioria dos alunos que frequentam o ensino pós-secundário <sup>14</sup>. São elas que obtêm a maioria dos diplomas atribuídos, quer no ensino médio, técnico- profissional <sup>15</sup>, quer no ensino superior. Aqui os dados, quer digam respeito à frequência, quer à conclusão dos estudos e obtenção dos diplomas não podem deixar de ser assinalados, tal é a sua expressão:

**- na maioria dos campos de estudos as mulheres detêm 100. 127 dos 172. 076 diplomas atribuídos!!!**

Tem crescido a percentagem das mulheres que detêm posições de gerência nas áreas do comércio e no sector financeiro, bem como o seu número cresceu significativamente no exercício das profissões liberais - médicas, advogadas, arquitectas, etc. - , que ocupam hoje quase metade da força de trabalho nessas áreas.

Não é apenas o seu número que deve ser considerado, mas a diversidade de actividades que elas desenvolvem. Em casa, no bairro da escola, nas associações, as mulheres ocupam hoje posições muito importantes. As mulheres são as primeiras, nos bairros, a providenciar o cuidado das crianças, a organizar a luta contra o consumo de drogas e a delinquência juvenil, ou a promover melhorias no ambiente. Apesar das dificuldades práticas frequentes e da ausência de reconhecimento social pela sociedade de acolhimento, muitas vezes agravadas pela desconfiança ou oposição dos pais, irmãos mais velhos e maridos, são cada vez mais as mulheres imigrantes que nos dão provas de que são capazes de expressar as suas opiniões e pretensões. Basta ver os casos de sucesso das mulheres que participam activamente na vida pública, militando e trabalhando nas Associações de Imigrantes e no seio das suas comunidades - tantas vezes de forma voluntária - , abdicando do seu tempo livre que, de outro modo, seria dedicado à família ou ao repouso. A agenda diária de uma mulher imigrante, casada, com vários filhos, com o seu emprego e ainda todo, ou quase todo, o trabalho doméstico aos ombros, é notável!!! Muitas mulheres, depois de obterem a nacionalidade do país de acolhimento/de destino, entram activamente na vida política e são eleitas como representantes nas diversas instituições políticas dos países. Perante estes factos, hoje não se pode mais ignorar a presença decisiva das mulheres, em geral, e das imigrantes em particular, na sociedade. Nem nos podemos recusar ouvir as suas propostas. O futuro das políticas de integração depende em grande medida do seu envolvimento. O primeiro, e provavelmente mais difícil passo, é, certamente, o que requer mais energia dos recessos sociais mais sombrios, para onde estão, apesar de tudo, ainda remetidas. As liberdades mais básicas e essenciais exigem que as mulheres migrantes estejam directamente abrangidas pelas diversas Declarações de Direitos e delas sujeitos directos. Assim estipulou o Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, que teve lugar no Cairo em 1994 Dirigindo-se aos

Estados-parte, no seu 12º princípio: **"Os países deverão garantir a todos os migrantes os direitos humanos fundamentais que integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos"**<sup>16</sup>.

No seguimento da 4ª Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, na qual participei, saiu o seguinte princípio programático:

**Os Governos e as Organizações Internacionais devem adoptar medidas para promover e proteger os direitos humanos de todas as mulheres migrantes e implementar políticas que respondam às necessidades específicas das mulheres migrantes legalizadas e, quando necessário, combater a desigualdade existente entre homens e mulheres migrantes no sentido de assegurar a igualdade de género**<sup>17</sup>.

O reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, bem como das mulheres migrantes, obriga-nos - a todos, sem excepção! - a repudiar e combater todas as formas de exclusão política, social e económica, de que tantas vezes as mulheres são alvo. Em especial, nos casos flagrantes das mulheres que emigram por razões políticas, fugidas de países ditatoriais que lhes coarctam todos os direitos, liberdades e garantias, ou de países onde crenças fundamentalistas, impõem à mulher penas e violências atrozes e aviltantes, chegando mesmo à pena de morte.

Serão os Princípios e as Declarações de Direitos Humanos, de que a mulher imigrante também é sujeito directo, um mero enunciado de princípios programáticos? Serão apenas declarações de intenção?

Não! Do reconhecimento progressivo dos direitos das mulheres em geral, e das mulheres emigrantes em particular, como **"parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais"**<sup>18</sup>, resulta para os Estados, o dever específico de cumprir e fazer cumprir as Declarações e Leis, cuja razão de ser é o estabelecimento da igualdade real entre homens e mulheres. Mas não é apenas aos Estados que incumbe essa tarefa. Incumbe, é certo, aos Estados em primeiro lugar, mas também às Organizações Internacionais, às ONGS, e sobretudo a cada um e a cada uma de nós - nas nossas múltiplas qualidades de intervenção privada, cívica, profissional ou política - fazer que a **"igualdade entre homens e mulheres se concretize no quotidiano, onde quer que vivamos, e constitua uma linguagem universal da nossa era"**<sup>19</sup>.

Para a mulher imigrante, integrar-se significa ter uma Voz activa na definição e implementação das políticas que lhe dizem respeito, sob pena de estas se verem votadas ao fracasso. Ainda que não representem a exacta metade da comunidade imigrante, as mulheres da Expansão portuguesa não são mais "as invisíveis e submissas mulheres que muitos desejaram conter"<sup>20</sup>. Com o seu trabalho, o seu espírito empreendedor, a sua actividade política ou, "apenas", porventura mais eficazmente, através do papel que tiveram nas suas famílias, mostraram a outra face da integração. De resto - afirmação que não constitui nenhuma novidade - o papel da mulher na família e a importância que a Família adquire na integração da mulher imigrante são fundamentais. A progressiva autonomia que queremos para a mulher, em nada prejudica ou diminui a sua participação na família, como muitos - sobretudo os homens - parecem temer. Se a identidade feminina se vê completada, também enriquecida vemos a Família. Esta é uma opção, fruto do uso da liberdade da mulher, e não uma sujeição. Por isso se afirma que se a integração não se faz sem a mulher, também não se faz sem o homem. O homem desempenha um papel activo,



devendo reconhecer à mulher iguais direitos e deveres. Temos de constatar que a nossa tradição cultural não promoveu durante muito tempo, e ainda hoje não promove, esse reconhecimento mas também sabemos como o salutar e feliz exemplo das outras comunidades - sobretudo nos países anglo-saxónicos - como este, pode influenciar de sobremaneira a perspectiva masculina num sentido mais democrático, mais justo e mais igualitário.

Numa das conclusões do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD relativo a 2002, no capítulo "Aprofundar a democracia num mundo fragmentado", afirma-se: **"Os resultados piores das mulheres em muitos aspectos do desenvolvimento humano resultam do facto de a sua voz ter menos impacto que a dos homens nas decisões que moldam as suas vidas"**.

A Voz da mulher emigrante tem de começar a ser ouvida. Através da sua participação política, individual ou concertada, é menos provável que a atinjam os graves problemas de exclusão. É mesmo capaz de grandes feitos, colocada em iguais circunstâncias e dispondo das mesmas oportunidades que os homens, como a experiência o demonstra com frequência um pouco por todo o lado e aqui no Canadá também. Se, como refere a Conferência de Ministros do Conselho da Europa, Istambul, 1997, **"A igualdade entre as mulheres e os homens é um critério fundamental da democracia"**, é urgente na nossa sociedade tomarmos medidas no sentido de promovê-la e edificá-la, fazendo deste mundo um lugar de convívio amigável e, sobretudo, mais livre. A qualidade da Democracia que tanto nos custou conquistar, exige-o, e exige-o urgentemente. Terminando citando uma ilustre imigrante portuguesa nos E.U.A, Manuela da Luz Chaplin, que, falando de mulheres portuguesas na América <sup>21</sup>, afirma:

(...) PORTUGAL, se quiser reclamar, e chamar a si os portugueses da "diáspora", e muito particularmente os da segunda geração (...), terá que de uma vez para sempre reconhecer que SEM A INFLUÊNCIA FEMININA, TAL NÃO SERÁ POSSÍVEL (...). Sem o reconhecimento da sua importância neste processo de preservação (...), todos os programas, iniciativas e dispêndios nada mais produzirão do que um resultado momentâneo, vazio, sem qualquer repercussão (...).

---

<sup>1</sup> Paráfrase do título de um livro de Caroline B. Brettel, "Homens que partem, mulheres que esperam", Publicações D. Quixote, 1991 (coleção "Portugal de Perto", dirigida por Joaquim Pais de Brito).

<sup>2</sup> V. "The Portuguese in Canada", obra editada pelos Profs. José Carlos Teixeira e Victor da Rosa, University of Toronto Press, 2000).

<sup>3</sup> V. Boletim Anual da Junta de Emigração, ano de 1954, Ministério do Interior, págs. 28 e segs.

<sup>4</sup> V. "A Mulher na Expansão Ibérica", Charles Boxer, Editorial Horizonte, Lx, 1976, pág. 9.

<sup>5</sup> Idem, op. Cit., pág. 10.

<sup>6</sup> Idem, op. Cit. pág. 17.

<sup>7</sup> Em 1999 as mulheres representavam 57% de toda a população com mais de 65 anos; 51% da população com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos e 50%, ou ligeiramente menos, entre as restantes idades. Fonte: Relatório sobre "As mulheres no Canadá 2000", Estatísticas do Governo canadiano, in <http://www.statscan.ca>

<sup>8</sup> "Immigrant Women and Integration: towards equal opportunities", Edited by Julie Cator. Churches Commission for Migrants in Europe. CCME Briefing Paper n° 21. (Relatório completo: Immigrant Women and Integration [reference MG-EO (95) 20E] Council of Europe (Population and Migration Division, F-67075 Strasbourg Cedex).

<sup>9</sup> V. "Portuguese-Canadians from Sea to Sea" - A National Needs Assessment, Fernando Nunes, Portuguese-Canadian National Congress.

<sup>10</sup> 48% dos imigrantes portugueses em geral têm menos de 9 anos de escolaridade (contra 19% dos restantes imigrantes e 13% dos nascidos no Canadá). Apenas 2% terão, eventualmente, um diploma universitário, contra 14% dos restantes imigrantes!!! Isto é significativo e perturbante.

<sup>11</sup> V. "Gender Inequality in Canada: A Status Report for 2001", CJS and NACSW, e também Dr<sup>a</sup> Karen Hadley, "And we still ain't satisfied", in <http://www.canadiandimension.mb.ca>

<sup>12</sup> Em 1991 a taxa de emprego das imigrantes portuguesas era de 61% um pouco abaixo da taxa de emprego tanto das outras mulheres imigrantes (62%), como das mulheres nascidas no Canadá (63%). A taxa das mulheres imigrantes portuguesas que trabalham por conta própria - 3% das mulheres empregadas - representa apenas metade do mesmo índice das mulheres nascidas no Canadá - 6%.

<sup>13</sup> Apenas de 13% do total das mulheres imigrantes empregadas, contra 30% das restantes imigrantes e 33% das mulheres nascidas no Canadá. Pelo contrário, a percentagem de mulheres que trabalham em manufacturas é de 22%, número substancialmente maior que a das outras imigrantes - 10% - ou a das mulheres nascidas no Canadá - 4%.

<sup>14</sup> As estatísticas do Governo canadiano indicam que de entre os 403,516 mil indivíduos que frequentam a tempo inteiro o ensino pós-secundário, 216,729 mil são mulheres. Quanto à frequência universitária, de um total de 580,376 mil (a tempo inteiro), o número de mulheres é de 319,475.

<sup>15</sup> Se formos ver os dados relativos aos diplomas de ensino médio superior (community college diplomas in career programs), as mulheres estão em maioria praticamente em todas as áreas: Comércio e Serviços, Ciências Sociais, Serviços de Saúde, Artes e Ciências, Humanidades. Com efeito, num total de 91,359 diplomas atribuídos em 1997/8, 38 450 foram atribuídos a homens e 52 909 a mulheres!

<sup>16</sup> in Programa de Acção da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento - ONU, Cairo, 1994.

<sup>17</sup> in Iniciativas e Acções futuras para implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim Assembleia Especial das Nações Unidas, Nova Iorque, 2000, PARÁGRAFO 96 (a).

<sup>18</sup> Cfr. Conferência da ONU sobre Direitos Humanos, Viena, 1993.

<sup>19</sup> Cfr. Maria do Céu da Cunha Rêgo, "A IMPORTÂNCIA DA IGUALDADE DE GÉNERO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS", Comunicação apresentada no Seminário "Mulheres Migrantes - duas faces da mesma realidade", Lisboa, 30 e 31 de Janeiro de 2003.

<sup>20</sup> Cfr. Op. Cit.

<sup>21</sup> RETALHOS DE PORTUGAL DISPERSOS PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: Mulheres migrantes de descendência portuguesa.

Manuela da Luz Chaplin. Ed. Da autora, 1989 (40 anos de vida nos E.U.A.)

## DISCURSO DE ABERTURA

*José Bouza Serrano*

*Vice-Presidente do Instituto Camões, Portugal*

Camões emprestou o seu nome ao Instituto que aqui represento. É ele próprio um exemplo significativo da dimensão que este Congresso restaura e problematiza. Camões, no seu percurso de vida e de criação, ilustra de forma exemplar a ideia central deste encontro que, ao repor na sua múltipla diversidade as dimensões da diáspora no feminino, propõe uma importante reflexão sobre cultura, experiência, exílio, regresso e memória.

Tem para mim um especial significado o facto deste Congresso se realizar no Canadá, não só pelos elevados contributos que o país tem sabido trazer à cultura de dimensão humanista, como também pela forma como acolhe os diferentes povos que o procuram e lhes proporciona os meios de desenvolverem sem restrições os seus valores, crenças, ideias, numa vivência plena da sua identidade e da sua etnicidade, criando um mosaico multicultural único que explica a sua pujança como nação.

Assim como os responsáveis por este país souberam facilitar a sua integração, também as comunidades portuguesas residentes no Canadá têm dado um inestimável contributo para o seu desenvolvimento e para o prestígio de Portugal.

É neste sentido que todas as iniciativas como a que neste momento nos reúne, ao proporem o estudo dos universos de imigração, merecem o nosso total reconhecimento e interesse.

Consciente da importância da necessidade de valorização do papel da mulher na sociedade como contributo fundamental para a sua modernização e coesão, Portugal assume e regula-se pelos compromissos basilares que decorrem da sua participação em organizações internacionais como a União Europeia, a ONU, a OIT, a Unesco e o Conselho da Europa.

E esta preocupação não pode ser esquecida, sobretudo quando pensamos nos contextos da emigração no Mundo e na portuguesa em particular. Porque, também aqui, as mulheres são um garante insubstituível na regulação dos discursos e representações sobre a sociedade, as origens e o género.

Cada indivíduo pertence, desde que nasce, a um grupo, uma comunidade, uma família com a qual partilha um nome, uma língua, um código de comportamento (cfr. J. Massonat, *Adolescence et Identité*, 1990). São, estamos certos, as mulheres que mais directamente garantem o exercício dessa continuidade, a gestão dos afectos e a superação de fragmentações motivadas pelo isolamento.

Em todas as sociedades, e independentemente da actualização permanente que no mundo contemporâneo o papel da mulher vem registando, sempre lhe coube em larga medida a responsabilidade de construir narrativas de dimensão axiológica e simbólica.

Todos sabemos que a narratividade se constitui como um espaço privilegiado de encontro e de escuta recíproca, de fragmentos de vida, pela qual nos reconhecemos, reflectimos sobre nós próprios, descobrimos analogias e pluralidades de sensibilidades e comportamentos.

E tal narratividade implica, pela sua própria natureza, uma atitude histórica, transformadora, oposta à rigidez e ao pensamento hegemónico, podendo ser vista também

como garante da permanência da memória colectiva de cada um de nós.

A evolução do papel das mulheres nos contextos da emigração tem conhecido nas últimas décadas, uma notável projecção não só nos domínios da intervenção social e política, mas também, e muito significativamente, nas artes em geral e na literatura em particular.

Assistimos hoje, nos espaços de emigração portuguesa ao crescimento de uma ficção escrita por mulheres que se apresenta como relato de memórias colectivas e narração exemplar para o registo das gerações mais jovens e futuras. Em todas as literaturas, este é um processo da maior relevância, já que contribui para a compreensão inter-geracional através da construção de testemunhos de cidadania e de experiência multicultural. Trata-se no fundo de formas de reorganizar multidimensionalmente as noções de ser e de estar.

Como diz Manuela Aguiar nos seus comentários a um painel do Congresso "Rostos Femininos da Expansão Portuguesa", que decorreu em 1994 em Lisboa, "Emigrar significa (...) estar sempre em dois lugares: partir e estar, afectivamente, aqui; voltar e estar, sentimentalmente, lá. Talvez o sinal de êxito de um percurso migratório seja esta possível ligação a dois países, a duas culturas. Este alargamento de horizontes, a melhor compreensão dos outros, o enriquecimento humano. É por isso que os emigrantes (...) sabem fazer a síntese dos valores, interiorizá-los e construir dentro de si pontes entre as sociedades de que são parte integrante".

A multiplicidade das temáticas representadas neste Congresso dará, estou certo, lugar a um produtivo debate, uma vez que os painéis se dedicarão a assuntos tão diversos e actuais como trabalho, a educação, o pensamento e a arte.

Sabemos como é difícil organizar consensos multidisciplinares sobre matérias de tanta complexidade como os estudos sobre mulheres. Estou certo, no entanto, de que lhes cabe uma grande responsabilidade na eliminação de preconceitos na representação do outro, bem como construção de representações intersubjectivas negociáveis no interior da relação com o exterior e com os outros, através das quais será possível a auto e hetero-identificação. Auto e hetero-identificação que se faz em Português. Temáticas que irão aqui ser exploradas em Língua Portuguesa, a qual Hélia Correia auto e hetero-identificou, assim dizendo:

Elas não esqueceu nunca o tempo em que era uma camponesinha descarada que dançava debaixo de aveleiras em flor. Ri facilmente, e ao menor pretexto, tira os sapatos, prende as saias com a mão, parte outra vez ao encontro da sua natureza que aceita mal a convenção e os arrebiques.

Ou como escreve Ana Paula Tavares, para as mães das novas gerações de portuguesas ou de lusodescendentes:

Há nas nossas relações com a língua materna um certo efeito almofada que, como a mão fresca das mães nas nossas infâncias febris, amortece a queda, suaviza a dor.

Na certeza de que este Congresso decorrerá da forma mais elevada e que será o primeiro de outros eventos que se dedicarão a estas matérias, agradeço o patrocínio da Universidade de Toronto na pessoa do seu director do Departamento de Espanhol e Português, Professor Doutor Stephen Rupp, e felicito desde já as responsáveis pela organização, Doutoradas Manuela Marujo, Aida Baptista e Rosana Nunes, ao mesmo tempo que desejo o maior sucesso para os trabalhos que tenho a honra e o prazer de iniciar.

## **ANA COELHO UMA VOZ PORTUGUESA NO SUL DO BRASIL**

*Etelvina Maria de Castro Trindade*

*Universidade de Tuiuti do Paraná, Brasil*

Mariana Coelho nasceu em Sabrosa, Portugal, em 1873, e chegou a Curitiba, uma pequena cidade do sul do Brasil, aos 19 anos, em 1892. Ali radicada, participou ativamente da vida social e intelectual da cidade como educadora, jornalista, poeta e prosadora. Sua colaboração mais efetiva na sociedade que a acolheu deu-se, porém, em favor da causa feminista defendendo, em livros e artigos, os direitos civis e jurídicos das mulheres.

O texto a seguir tem como objetivo traçar o perfil dessa intelectual, analisando os contatos culturais produzidos no seu processo de imigração e a inserção das idéias inovadoras de Mariana em uma sociedade que ensaiava os primeiros passos no caminho da modernidade.

### **Introdução**

Falar da imigração portuguesa para o Brasil parece ser redundante, na medida em que o país, desde seu descobrimento, foi ocupado pelos portugueses. Sabe-se, porém, que, além desse fluxo mais natural, durante todo o período colonial houve uma política portuguesa voltada à emigração para o Brasil, sobretudo ao final do século XVIII. Mas é a partir do momento em que a colônia torna-se independente da metrópole, em 1822, que se pode falar de imigração portuguesa, na acepção mais completa do termo. Foi, portanto, na conjuntura das grandes corrente migratórias do século XIX, que se deu uma entrada constante de lusos nas terras brasileiras.

Foi nessa conjuntura que, em 1892, chegou ao Brasil, mais propriamente em Curitiba - àquela época uma pequena cidade do sul do país - a portuguesa Mariana Coelho. Nascida em 1873, ela aportou nas terras brasileiras aos 19 anos de idade<sup>1</sup>.

Naquele momento, o Brasil ensaiava seus primeiros passos em um regime republicano, instalado em 1889 e precedido pela abolição da escravidão, ocorrida em 1888. Naquele período, os republicanos brasileiros buscavam, com empenho, reconstruir o país em termos modernos, com base na soberania nacional e na criação de um mercado livre.

O estado do Paraná - de que Curitiba era a capital - inseria-se nesse contexto, com as peculiaridades de ter-se emancipado, há pouco tempo, do estado de São Paulo.

Assim, no final do século XIX, início do XX, Curitiba era uma cidade que tentava acompanhar as recentes tendências nacionais e também internacionais. Para isso, buscava a remodelação de seus espaços físicos, bem como a modernização de sua sociedade e de seus costumes.

Os condutores desta mudança pertenciam a um ativo círculo de intelectuais livres-pensadores e anticlericais, que florescia em seu meio, mercê da pouca influência exercida pela Igreja Católica cuja hierarquia, sediada em São Paulo, estava a uma distância que impedia uma ação mais ativa em terras paranaenses.

Dessa forma, Mariana encontrou, na cidade uma grande possibilidade de interlocução com os pensadores locais. Engajou-se então, ativamente, por mais de meio século, em diversos grupos intelectuais, destacando-se em três frentes de atuação: a educação, a literatura e o

movimento feminista.

### 1. A Educadora

Foi no exercício do magistério que Mariana garantiu sua sobrevivência, e nessa profissão aposentou-se depois de um longo período de trabalho. Dirigiu por muitos anos o colégio feminino Santos Dumont, de que era proprietária, e encerrou sua carreira como diretora da Escola Profissional República Argentina.<sup>12</sup>

Dedicando-se a uma profissão tida como eminentemente feminina - o magistério - sua vida transcorreu tranqüila neste setor, sobre o qual manifestou-se em inúmeras falas, defendendo sempre os direitos da mulher à instrução:

O sexo feminino, da mesma forma que o masculino, pode, socialmente falando, subir a escada do progresso até onde as próprias forças intelectuais lho permitam, sem jamais abandonar o seu primordial e simpático papel, que sempre representará no lar - convertido em verdadeiro paraíso quando a mulher alia a uma sólida educação à qualidade indispensável de boa filha, esposa e mãe, trindade admirável que a diviniza fazendo dela o eterno símbolo encantador da ternura e da paz.<sup>3</sup>

Nesse sentido, a educação seria um dos degraus que facilitariam o atingimento dos direitos das mulheres como cidadãs, sem abrir mão de sua feminilidade ou de suas funções. Desde que preenchessem todos os seus papéis, elas poderiam, segundo Mariana, atingir um nível ideal de participação social: "Uma educação completa primeiro - dizia ela - e depois... o resto virá fatalmente, quer os obstinados opositoristas queiram, quer não."<sup>4</sup>

Os "obstinados opositoristas", de que fala o texto, seriam certamente aqueles (homens sobretudo) que desejavam impedir a participação crescente das mulheres nos espaços de poder e decisão.

As curitibanas do início do século não seriam exceção nessas conquistas. Sob a pressão de uma sociedade progressista em uma cidade "renovada", elas venceriam a velha segregação feminina das esferas públicas - o que era previsto e analisado, com agudeza, por Mariana Coelho:

Duas mulheres têm exercido em Curitiba a profissão de barbeiro! Nas secretarias, no Congresso, nos bancos, nos cartórios, em casas comerciais, no palácio da Presidência, trabalham datilografas, escriturárias e caixas. Há mulheres no telégrafo, telefone, revisão de jornais, no correio (...). É muito comum ver-se em Curitiba senhoras e senhoritas guiando automóveis.<sup>5</sup>

O avanço do capitalismo mundial e a influência mais liberal do governo republicano brasileiro não estavam alheios a essa invasão feminina dos espaços públicos. Preparar, então, as mulheres para serem indivíduos úteis nessa sociedade, como desejavam as propostas educacionais do momento, significava torná-las participantes na agitação da vida social, nas oficinas de trabalho ou no reduto político da nação, sem extrapolar um limite aceitável de atuação.

O tom polêmico das posições de Mariana, enquanto educadora, vinha quebrar a amenidade de outras propostas que visavam uma formação mais literária e superficial para o gênero feminino <sup>6</sup>. O gosto pelo debate era marca registrada da escritora, embora

sua combatividade tenha-se exercido mais efetivamente em outros campos, onde se viu obrigada a marcar, com mais veemência, seus espaços. Dentre eles, o da literatura.

## 2. A Escritora.

Poeta e prosadora desde os 14 anos, Mariana Coelho começou suas atividades literárias em Portugal, onde escrevia poesias no jornal "Comércio de Vila Real".

Em Curitiba, prosseguiu nessa atividade com vasta e ininterrupta produção. Publicou matérias em jornais e revistas e escreveu obras como "Discursos", "Paraná Mental", "Evolução do feminismo", "Cambiantes", "Palestras educativas" e a tese, "Linguagem". Era também colaboradora assídua de vários periódicos curitibanos, escrevendo crônicas, críticas literárias e artigos diversos.<sup>7</sup>

Sua prosa era fluída, mas rendia tributo ao estilo da época no tom exacerbado, trazendo temas "candentes", defendendo ideais nacionalistas, humanitários e feministas. Já na poesia, era sentimental e romântica, bem ao gosto dos leitores - mais propriamente, leitoras. Seus sonetos e versos, rimados de forma um tanto ingênua, parecem inconsistentes a uma análise atual, como se pode ver no texto abaixo:

### Madrigal

Como a luz que atraí, fulmina  
Doudejante borboleta,  
Esse olhar prende e fascina  
Em ondas de luz, inquieta!  
Invejo a trágica sina  
Do seu amor borboleta!<sup>8</sup>

Mulher, estrangeira, e "dada às letras", foi inevitável que Mariana Coelho encontrasse certas dificuldades para sua inserção no meio intelectual curitibano, predominantemente masculino e bastante conservador, no período. Várias foram as polêmicas em que se envolveu, como a que travou nos jornais "O Comércio" e "Diário da Tarde", a propósito do livro "Pelos Tradições", publicado por Júlio Pernetta, jornalista e escritor. Nessa obra, o autor criticava duramente a colonização portuguesa no Brasil e o tratamento desumano que os lusos deram ao gentio, posicionando-se, ainda, contra a imigração alemã no Sul do Brasil. Portuguesa e imigrante, Mariana partiu em defesa de suas origens, justificando a atuação dos colonizadores em nome de uma "missão civilizadora".<sup>9</sup>

Em contrapartida, seus escritos também foram alvo do repúdio local. Embora sua obra mais conhecida tenha sido a "Evolução do Feminismo", a mais questionada foi o "Paraná Mental", onde tentou traçar a vida cultural e artística do estado, desde suas origens, privilegiando várias gerações de literatos locais. Nesse quadro, traçava o perfil do que qualificou como "intelectual pedante", cuja característica seria, segundo ela, "para alguns, a falsa orientação intelectual; para outros, para os mais graduados, uma pretendida e oca erudição."<sup>10</sup> Classificação esta que, certamente, não agradou a seus confrades curitibanos.<sup>11</sup>

Toda a verve de Mariana iria encontrar, porém, um espaço mais adequado de expansão numa das mais polêmicas discussões da época: a questão feminista.

## 3. A Feminista

Desde o início do século XX, travaram-se, em todo o mundo ocidental, extensas

discussões sobre a possibilidade de uma participação ativa e responsável das mulheres na vida em sociedade, no mercado de trabalho e na esfera política. Em Curitiba, o ano de 1901 foi palco de um debate que trouxe às colunas do "Diário da Tarde", opositores e defensores da causa emancipadora. No ardor dessa polêmica, a feminista Mariana Coelho censurava à professora francesa Georgina Mongruel, o conservadorismo de uma argumentação que conferia ao gênero feminino o eterno papel de "conspiradora de alcova". Ao que respondia Georgina:

Meu Deus! Nós votaremos assim mesmo! Instruídas e inteligentes, nas noites adoráveis passadas em família, no lugar de fazer intrigas discutiremos política com nossos maridos, nossos irmãos, nossos amigos; escolheremos os candidatos e esses senhores agradavelmente influenciados votarão como quisermos.<sup>12</sup>

Já Mariana opunha-se às condições atribuídas socialmente à mulher, tentando atrair a interlocutora para o campo de suas reivindicações:

Parece que o principal motivo da sua repugnância em aceitar o direito do voto parte da perspectiva que lhe apresenta por um prisma degradante a mulher no café ou na praça pública discutindo o seu voto, nos 'meetings'. Sumariando: sou suficientemente sensata para admitir que a mulher abandone o atraente lugar que desde sempre lhe está marcado no lar, mas sou também essencialmente progressista para não admitir que ela acompanhe convenientemente o progresso, porque entendo que aceitá-lo, excluindo-a, equivale ao absurdo imperdoável de nivelá-la, em parte, com os irracionais.<sup>13</sup>

Essa defesa do princípio da cidadania feminina desencadeava, porém, na cidade, como em diversas partes do mundo, uma reação conservadora que não se ocupava apenas com a questão do voto, mas a ultrapassava, manifestando-se contra qualquer possibilidade do afastamento das mulheres do que eram consideradas suas tarefas "máximas". Acendiam-se, então, os ânimos em manifestações extremamente reacionárias. Em pleno desenrolar da Primeira Guerra Mundial, sob o título "A mulher soldado, virá destruir o trabalho persistente de séculos", o jornalista Gastão Faria expressava seu desagrado pelo desvio dos papéis e virtudes atribuídos ao "sexo frágil":

Mas, verdade seja, é um tanto doloroso vermos a adorável alma da mulher patriótica sugestionada pelo belo desejo profundamente material, de envergar uma farda de soldado (...)

O encanto da mulher reside justamente na sua natural incapacidade pelos árduos trabalhos(...). Seria doloroso vermos o gracioso talhe de uma brasileira, escondido nas dobras de um uniforme militar, empunhando uma carabina. Pelo menos, enquanto existir um só homem para oferecer a sua vida em holocausto à Pátria.<sup>14</sup>

A apologia do papel eminentemente passivo das mulheres nas instâncias nacionais não se manifestava, apenas, na casualidade de um artigo contra sua participação em um hipotético esforço de guerra, mas, e sobretudo, no repúdio a toda e qualquer pretensão ao exercício efetivo da cidadania, consubstanciado pelo direito de voto.



Ser anti-sufragista não era, porém, privilégio masculino; naquele momento a posição contava com a simpatia de muitas mulheres, adeptas das alegações da divisão "natural" ou "cultural" entre os gêneros. Os homens recorriam, ainda, ao argumento do "tributo de sangue", para justificar a exclusão das mulheres do serviço militar. Não podendo ser soldado, não deveria a mulher ser também eleitora. Recorria-se, ainda, à corrupção do processo eleitoral brasileiro (reconhecidamente um farsa), para excluir-se dele o gênero feminino, "muito puro e muito delicado", para estar sujeito a este tipo de prática.

Ameaçando os homens no campo político e alterando a divisão de gênero das tarefas, as atividades femininas fora do lar reforçavam, também, reivindicações trabalhistas até então ignoradas, como igualdade salarial, melhoria de condições e possibilidades de ascensão profissional. A conquista progressiva de cada direito criava, imediatamente, mais um campo de luta entre homens e mulheres. Um jogo de poder onde a atuação masculina, discriminando as pretensões das mulheres, visava fechar-lhes os campos de trabalho e restringir-lhes as chances de emprego.

Mariana Coelho, a eterna defensora dos direitos trabalhistas femininos em Curitiba, argumentava contra essa situação, de forma veemente:

(...) Ora, a mulher que apenas sabe ser "dona de casa" é incapaz de viver do seu trabalho, não se pode tornar independente - está fatalmente condenada a ser escrava - ou dos parentes, ou dos estranhos quando não consiga uma miserável pensão para não morrer de fome! De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser em todo o terreno muito boa dona de casa.<sup>15</sup>

Defendendo os direitos civis e políticos das mulheres, Mariana embrenhou-se, cada vez mais, em uma atividade que, pela escrita e pela ação, acompanhou-a da juventude à idade madura, até a morte. Por todas as atividades que desempenhou na cidade que a acolheu, Mariana Coelho foi, com certeza, uma voz que soou muito alto tratando de temas cruciais para sua época.

E se, por um lado, adotou, como suas, as questões que se colocavam na nova terra - nacionalismo, republicanismo, direitos civis -, por outro, trouxe à baila temas que eram muito presentes no velho mundo, como a luta das feministas pela causa das mulheres.

Traçar sua biografia é, portanto, uma tarefa instigante para quem se debruça sobre a diversidade daquele momento e se dedica aos estudos de gênero e da "primeira onda" feminista da virada do século XIX e início do XX.

Isso porque a longa caminhada de Mariana, em terras curitibanas, traz consigo toda a riqueza documental e de análise que um estudo da vida de um indivíduo pode proporcionar ao historiador.

#### Referências Bibliográficas

- Alves, B.M. (1980). *Ideologia e feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis : Vozes, p.151.
- Bernardes, M.T.C.C. (1983). *Mulheres educadas: Rio de Janeiro do século XIX (1840-1890)*. São Paulo, (mimeo).
- Carvalho, J.M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras.
- Centro Feminino de Cultura (1959). *Um século de poesia*. Curitiba.
- Coelho, M. (1925). *Evolução do feminismo*, Rio de Janeiro : Imprensa Moderna, 1933.
- Coelho, M. (1956). *Palestras Educativas*. (obra póstuma) Curitiba: Ed.do Centro de Letras do Paraná.

Carqueira, A.P. (1908). Relatório do Director da Instrução Pública do Paraná. Curitiba : s.ed..  
Michelle Perrot org.(1991). História da Vida Privada, da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, v.4.  
Hobsbawm, E.J. (1990). Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra.  
Nicola M. (1966). Vultos paranaenses. Curitiba: Imprensa Parananense, Vol.4  
Perrot, M. (1987) Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo : Paz e Terra,  
Silvestrin , M. L. (2000). Do bom uso da palavra: o intelectual na obra de Mariana Coelho. Monografia de final de curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, pg.32-50. (inédito)  
Trindade, E.M.C. (1996). Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba no início do século XX. Curitiba: Fundação Cultural.

**Periódicos:**

Jornal Diário da Tarde, 1901-1918  
Revista A Colmeia 1898  
Revista Azul, 1896

---

<sup>1</sup> Mariana Coelho nasceu em Sabrosa, Portugal, filha de Antônio Ribeiro Coelho e Maria do Carmo Meirelles Coelho, a 10 de setembro de 1873. Morreu em Curitiba, Brasil, em 7 de novembro de 1954.

<sup>2</sup> Castellano, L. À guisa de prefácio... In: Coelho, M. Palestras Educativas. (obra póstuma). Curitiba: Ed.do Centro de Letras do Paraná, 1956.

<sup>3</sup> Coelho, M. Chronica da moda. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 1 de março de 1901. p.1.

<sup>4</sup> Coelho, M. Emancipação da mulher. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 2 de abril de 1901. p.1.

<sup>5</sup> Coelho, M. Evolução do feminismo, 1925. Rio de Janeiro : Imprensa Moderna, 1933. p.271/72.

<sup>6</sup> Carqueira, A.P. Relatório do Director da Instrução Publica do Paraná. Curitiba : s.ed., 1908. p.49.

<sup>7</sup> Colaborou em periódicos como "Diário do Comércio", "A República", "Gazeta do Povo", "Diário da Tarde", "Almaque do Paraná", "Olho da Rua", "Senhorita", "O Sapo", entre muitos outros de Curitiba.

<sup>8</sup> Coelho, M. Revista Azul, agosto de 1893.

<sup>9</sup> Silvestrin, M. L. Do bom uso da palavra: o intelectual na obra de Mariana Coelho. Monografia de final de curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000 pg.32-50. (inédito).

<sup>10</sup> Silvestrin, M. L. ob. cit. 5,6-24,25.

<sup>11</sup> Castellano, L. Opus Cit, página 8

<sup>12</sup> Mongruel, G. La Femme Electeur. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 2 de março de 1901. p.1.

<sup>13</sup> Coelho, M. Emancipação da mulher. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 4 de março de 1901. p.1.

<sup>14</sup> Faria, G. Do meu canto. A mulher soldado vai destruir o trabalho persistente de séculos... DIARIO DA TARDE. Curitiba, 11 de março de 1918. p.1.

<sup>15</sup> Coelho, M. A principal emancipação feminina. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 2 de abril de 1918. p.1.

# PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS CONFRARIAS DA CALIFÓRNIA

*Deolinda M. Adão*  
*University of California, USA*

Neste trabalho é apresentado um esboço histórico das Confrarias Portuguesas na Califórnia, a maioria das quais celebrou recentemente um século de existência, e são fornecidos os dados relativos à participação feminina na estrutura dessas sociedades. Analisa-se o progresso das mesmas para que se possa compreender até que ponto a participação feminina, embora sem direito a associação contribuiu para o sucesso dessas Confrarias.

Desde meados do século XIX que imigrantes portugueses chegam ao Oeste dos Estados Unidos e, em particular, à Califórnia. De acordo com o décimo sexto recenseamento dos Estados Unidos, em 1850 viviam 177 portugueses na Califórnia (um deles do sexo feminino). No princípio do século XX esse número tinha aumentado para 15,583 e, em 1930, o número de portugueses residentes na Califórnia tinha atingido 30,224.<sup>1</sup> À medida que o número de imigrantes portugueses crescia, sentia-se a necessidade de se estabelecerem confrarias que apoiassem os seus sócios em caso de doença. A primeira confraria a ser criada na Califórnia foi a Associação Portuguesa de Beneficência da Califórnia, que foi fundada em São Francisco em 1868<sup>2</sup>, por um grupo de mais de trinta homens. Por isso, esta data marca o nascimento do movimento confraternal português na Califórnia.

Durante os últimos cento e quarenta anos, este movimento tem passado por várias alterações e hoje é representado por um grupo de confrarias que, na sua grande maioria, proporcionam seguros de vida aos seus sócios assim como um espaço de convívio social. Tal como tinha sido o caso da *Associação Portuguesa de Beneficência da Califórnia*, a maioria das confrarias portuguesas foram fundadas por homens e, por esse motivo, o direito de associação restrito ao sexo masculino. No entanto, ao fim de pouco tempo, as mulheres começaram a sentir a necessidade de se associarem de uma forma similar. É assim que, nos finais do século XIX, foram fundadas pelo menos duas associações exclusivamente femininas.

A intenção deste trabalho é debruçar-se sobre cinco das confrarias existentes na Califórnia, analisar o seu desenvolvimento, com um enfoque particular sobre a contribuição da participação feminina para o crescimento de cada uma delas. Quer a sociedade tenha ou não permitido a associação feminina, é óbvio que a participação feminina foi um elemento importante no crescimento das confrarias portuguesas na Califórnia. Assim, este trabalho analisa a extensão e a importância da participação feminina, e conclui com uma consideração sobre o futuro da representação feminina nas cinco confrarias portuguesas que a seguir passo a enumerar pela respectiva ordem alfabética:

**IDES - Irmandade do Divino Espírito Santo do Estado da Califórnia (1889)**

**Luso-American Life Insurance Society (1868)**

**S.P.R.S.I. - Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel (1898)**

**U.P.E.C. - União Portuguesa do Estado da Califórnia (1876)**

**U.P.P.E.C. - União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (1901)**

É interessante notar que a cronologia de fundação das diversas sociedades está distribuída pelas últimas quatro décadas do século XIX, e que a data em que a última foi fundada (1901) ocorreu justamente no início do século XX, há mais de um século. Esta dinâmica tricentenária é mais do que um firme testemunho do vigor das confrarias na Califórnia, pois é também um sinal evidente da sua relação com as comunidades luso-americanas deste Estado. Parece relevante mencionar que as duas sociedades exclusivamente femininas foram as últimas a ser fundadas, precisamente no momento de transição de século, e que, como é ilustrado na conclusão, as novas gerações que vivem a transição de século e de milénio, estão na realidade a lidar com as questões de género de uma forma mais igualitária. Para além de provocar uma reflexão sobre as tendências sociais de cada um destes momentos históricos, esta coincidência é uma indicação clara do papel que as mulheres têm desempenhado, e continuam a desempenhar, no dinâmico movimento de solidariedade social e afirmação cultural representada pelas confrarias luso-americanas na Califórnia.

### **IDES - Irmandade do Divino Espírito Santo do Estado da Califórnia (1889)**

A IDES foi informalmente fundada a 7 de Julho de 1889 por um grupo de imigrantes portugueses que concordaram em adoptar um sistema dentro do qual, pela ocasião da morte de um dos sócios, se levaria a cabo uma angariação de fundos. Ficou determinado que cada sócio contribuiria com um dólar para essa angariação que revertia a favor da viúva e dos filhos do sócio defunto. Dois anos mais tarde, a 9 de Julho de 1891, a sociedade foi formalmente fundada por altura da primeira reunião geral de sócios e à qual compareceram 12 sócios. O senhor Manuel Silveira Peixoto foi eleito pelos presentes como o primeiro Presidente Supremo da sociedade. Desde o momento da sua fundação, a IDES aceitava como sócios exclusivamente pessoas do sexo masculino. Só em 1964, na septuagésima segunda Assembleia Geral de Sócios, a sociedade passou a aceitar sócios do género feminino. Em 1989, ano em que a sociedade celebrou o seu centenário, 27% dos sócios eram mulheres. No entanto, até esse momento, a sociedade ainda não tinha eleito nenhuma mulher para a posição de Presidente Supremo. Também, nessa mesma data, nenhum dos membros da Directoria ou dos Oficiais de Linha eram mulheres, com excepção da Directora Suprema para a Juventude. Só oito anos depois foi uma mulher eleita para a Directoria. A primeira mulher a ser eleita Presidente Suprema, foi a senhora Carol Rodrigues que assumiu esta responsabilidade em 1999.

Obviamente, enquanto a sociedade foi uma associação exclusivamente masculina, não existia participação feminina oficial, excepto na capacidade de Rainha da Festa em louvor ao Divino Espírito Santo. No entanto, desde o primeiro momento as mulheres tiveram um papel importante. Foram precisamente elas quem mais contribuiu para o sucesso e prosperidade da sociedade. No discurso proferido pelo senhor Alberto P. Azevedo, durante as celebrações do centenário da sociedade, este resumiu a participação feminina na sociedade da seguinte forma: "As senhoras tiveram o seu lugar na nossa sociedade - elas assumiram as responsabilidades e deveres de Directoras ao nível estatal; têm assumido e desempenhado as funções de representantes em comités constitucionais; e, acima de tudo, activamente assumiram a liderança dos Conselhos Subordinados. Sendo, em 26% dos casos a posição de Presidente ocupada por uma mulher, assim como a posição de Secretária, em 42% dos Conselhos Subordinados, será que preciso dizer algo mais acerca da sua contribuição para o crescimento e progresso da nossa querida Irmandade?" [tradução da autora]

As palavras do senhor Azevedo não podiam ser mais correctas, pois muito antes da associação feminina ter sido oficializada, eram as mulheres que contribuían com grande parte das funções de apoio ao nível dos Conselhos Subordinados. Além disso, a posição de Secretário Supremo da IDES tem sido ocupada desde 1989 por Liliana Ornelas Lourenço. Efectivamente, como a posição de Presidente Supremo é uma posição simbólica, é sobre a posição de Secretário Supremo que cai a responsabilidade da administração da sociedade e, como tal, é, para todos os efeitos, a posição superior na hierarquia da administração da mesma. A senhora Liliana Ornelas Lourenço foi, de facto, a primeira mulher a assumir a posição de Secretária Suprema numa sociedade fraternal portuguesa, não tomando em consideração as sociedades exclusivamente femininas, quando, em 1976, assumiu essa mesma posição na confraria APUMEC. Curiosamente, em 1999, a APUMEC uniu-se à IDES. Desta forma, se consideramos a sua actividade em ambas as sociedades, a senhora Liliana Ornelas Lourenço tem desempenhado esta função-chave há mais de um quarto de século.

### **Luso-American Life Insurance Society (1868)**

A *Luso American-Life Insurance Society* é o resultado de uma série de mudanças de nome e de uniões com outras confrarias ao longo dos últimos cento e trinta e cinco anos. Esta sociedade é descendente da segunda confraria fundada no Estado da Califórnia a 6 de Agosto de 1868: a *Portuguese Protective and Benevolent Association of the City and County of San Francisco*. Depois de várias fusões e mudanças de nome que, de uma forma ou outra, reflectiam a sua função como uma sociedade provedora de seguros de vida dentro do seio da comunidade, em 1957 a sociedade ficou a ser conhecida como a *United National Life Insurance Company* e, em 1993, assumiu a presente denominação de *Luso-American Life Insurance Society*. A última fusão, com a *Portuguese Continental Union of the United States* (com sede em Massachusetts), foi concretizada em Janeiro de 2002, mas não se deu alteração de nome.

A estrutura administrativa da LUSO é relativamente diferente das demais confrarias na Califórnia. Basicamente, a sociedade consiste de uma sociedade matriz, a *Luso-American Life Insurance Society*, a qual é responsável pela venda e administração dos produtos financeiros e de seguros oferecidos pela sociedade, sendo também responsável pela administração geral dos investimentos da sociedade, e três subdivisões subordinadas, cada uma responsável por uma área distinta das actividades da sociedade: 1) a *Luso-American Fraternal Federation* é responsável por todas as actividades fraternais, sociais, culturais e cívicas da sociedade no Estado da Califórnia, 2) a *Portuguese Continential Union of the United States* é responsável por estas mesmas actividades na costa Leste dos Estados Unidos, mais precisamente em Massachusetts e, 3) a *Luso-American Education Foundation* (Leste e Oeste) que, primordialmente, tem como objectivo promover a difusão da Língua e Cultura Portuguesas, através da organização de eventos educacionais e de uma conferência anual, da distribuição de bolsas de estudo a sócios da sociedade e a estudantes de ascendência portuguesa, e ainda o patrocínio de diversas actividades de índole educacional e cultural.<sup>3</sup>

A primeira vez que houve algum tipo de participação feminina oficializada foi em 1918, na ocasião do quinquagésimo aniversário da sociedade. Embora a sociedade não permitisse associação feminina, levou a efeito um concurso para a eleição de uma rainha como uma forma de angariação de fundos para a celebração do quinquagésimo aniversário. Porém só em Agosto de 1945 foram admitidas mulheres como sócias da sociedade

com os mesmos direitos e responsabilidades dos sócios do sexo masculino.<sup>4</sup> Tem sido ao nível local, dentro da estrutura dos conselhos subordinados, que a participação feminina tem sido mais prevacente e substancial. Como tal, as mulheres ocupam a posição de Secretária da esmagadora maioria dos Conselhos Subordinados e 50% dos conselhos têm mulheres na posição de Presidente do Conselho.

De acordo com a estrutura administrativa do LUSO, em vez de uma directoria, existem três directorias. Adicionalmente, a responsabilidade pela administração diária da sociedade recai sobre o pessoal executivo da Sede, que inclui o Director Administrativo, o Vice-presidente/Tesoureiro Geral, o Vice-presidente/Secretário Geral e o Director de Vendas e Marketing. Até este momento, todas estas posições têm sido ocupadas por homens, com a excepção da presente Vice-presidente/Tesoureira, a senhora Donalda De Melo que assumiu esta posição em Abril de 1999.

A sociedade matriz *Luso-American Life Insurance Society* nunca foi presidida por uma mulher. De facto, até este momento só três mulheres serviram na Directoria da sociedade. Da mesma forma, nenhuma mulher foi até este momento presidente da *Luso-American Education Foundation*, embora neste ano de 2003, a Directoria seja 33% feminina. Em contrapartida, o ramo fraternal da sociedade a *Luso-American Fraternal Federation*, incorporou mulheres na sua estrutura administrativa quase imediatamente após a sua ligação à sociedade em 1945. No entanto, as sócias tinham, primordialmente, a função de Directoras Sociais durante as reuniões gerais que se realizam anualmente, e também a de Directoras para a Juventude dentro da estrutura dos grupos de jovens da sociedade. Desde 1945, só três mulheres assumiram a posição de Presidente Supremo, embora várias tenham servido na Directoria da sociedade.

No que diz respeito aos jovens da sociedade, é interessante notar que a situação quase se inverte. A primeira pessoa a assumir a responsabilidade de Presidente Supremo para a Juventude foi uma jovem associada, e, através dos anos, muitas jovens têm ocupado essa posição, assim como Oficiais de Linha e membros da Directoria. Em suma, é óbvio que a participação feminina tem sido fundamental no que diz respeito ao apoio e manutenção das infra-estruturas desta confraria. Nesse sentido, a sua participação tem sido, e continua a ser, indispensável para o desenvolvimento e progresso da irmandade. No entanto, até este momento, a participação feminina em posições de poder na administração do LUSO tem sido mínima.

### **S.P.R.S.I. - Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel (1898)**

A *Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel* (SPRSI) foi fundada a 15 de Maio de 1898, em Berkeley, Califórnia, como uma sociedade de "altar", com a função dupla de se ocupar da decoração do altar da Igreja de São José e providenciar apoio material às associadas em momentos de crise. Em 1900, a sociedade cessou de funcionar como uma sociedade de altar e diversificou as suas actividades confraternais estabelecendo vários conselhos subordinados. O Conselho Supremo foi implementado a 20 de Janeiro de 1901, durante uma reunião dos representantes dos diversos conselhos. Nesse mesmo ano, realizou-se a primeira reunião anual da sociedade contando com a presença de 15 Oficiais Supremos e representantes de 35 conselhos subordinados.<sup>5</sup>

A SPRSI diferencia-se das outras confrarias portuguesas por várias razões. A primeira, e mais óbvia, é o facto de ser uma sociedade exclusivamente feminina. Na verdade, é a única irmandade portuguesa que não aceita sócios de ambos os sexos. Além disso, a SPRSI nunca se uniu a nenhuma outra sociedade nem mudou de nome durante

toda a sua existência de mais de um século. Como a SPRSI só aceita sócios do género feminino, todos os Directores da sociedade são, e sempre foram, mulheres, com a excepção do Director Médico e de um empregado que serviu a sociedade como vendedor durante um breve período de tempo. Finalmente, a sede administrativa funciona com um número mínimo de empregados, sob a direcção da Secretária Suprema, especificamente porque o corpo directivo da sociedade é a Directoria, que durante as suas reuniões toma todas as decisões pertinentes relacionadas com a administração da sociedade.

Desde 1975, várias propostas têm sido apresentadas visando a entrada de sócios masculinos. Ao serem apresentadas durante a reunião anual da sociedade, todas elas foram rejeitadas, tanto pela Directoria como pelas sócias em geral. A maioria das sócias da SPRSI, está convicta de que a entrada de homens na sociedade mudaria a sua estrutura, resultando numa perda de identidade e do objectivo primordial que propõe que sejam mulheres a prestar apoio a mulheres. No entanto, manter a tradição matriarcal da sociedade tem um preço elevado, e presentemente, a sociedade está a ponto de ter que enfrentar a possibilidade de se unir a uma outra sociedade ou a desaparecer. São dois os motivos principais: a) é mais provável que as mulheres se associem às sociedades a que também se associa o resto da sua família, b) a massa associativa da SPRSI não está a ser devidamente renovada e está em processo de envelhecimento (presentemente, a idade média do corpo associativo da SPRSI é aproximadamente de sessenta anos). No entanto, a SPRSI, tem sido uma confraria portuguesa bastante activa e, como tal, tem contribuído significativamente para a vida social e cultural da comunidade portuguesa da Califórnia. Durante o último século, a sociedade tem promovido um número incontável de eventos e tem dado apoio moral e financeiro a inúmeras associadas que pretendem continuar estudos universitários.

### **U.P.E.C. - União Portuguesa do Estado da Califórnia (1876)**

A *União Portuguesa do Estado da Califórnia* (UPEC) foi fundada em Maio de 1876 com o nome de *Ordem Independente dos Patriotas Portugueses*, por um grupo de vinte e oito homens, vindos dos Açores, que tinham emigrado para os Estados Unidos. O objectivo primordial do grupo era organizar uma estrutura de apoio aos seus associados por motivos de doença ou morte. Depois de uma mudança de nome em 1877, os sócios da *Irmandade Portuguesa do Estado da Califórnia* aprovaram um rascunho da constituição que propunha que os sócios só teriam direito a receber subsídios da sociedade em caso de morte. Em 1880, a sociedade voltou a mudar de nome ficando desde então a ser conhecida como a *União Portuguesa do Estado da Califórnia*. Nessa altura, a sociedade aceitava sócios do sexo masculino de idades compreendidas entre os quinze e cinquenta e cinco anos, em bom estado de saúde e que soubessem português. No entanto, o requisito sobre o conhecimento da língua portuguesa foi abolido em 1887 quando o Dr. Andrew J. Dean entrou para sócio da sociedade e, nesse mesmo ano, assumiu o cargo de Médico Supremo da sociedade.

A sociedade aprovou a participação de sócios do género feminino em 1952, mas não houve representação feminina, nem na Directoria nem na Linha de Oficiais até 1972, ano em que a senhora Mary Costa foi eleita Guarda Interna Suprema. Após ter sido a primeira mulher eleita para o corpo administrativo da sociedade, a senhora Costa foi também a primeira mulher a desempenhar o cargo de Presidente Suprema, em 1978. Presentemente, nenhum dos Oficiais de Linha da sociedade são mulheres, e a posição mais importante dentro da hierarquia administrativa da sociedade - Supremo Secretário/Tesoureiro -

nunca foi ocupada por uma mulher. No entanto, dois dos sete membros da Directoria são mulheres.

Tal como acontece noutras confrarias, a representação feminina é mais forte ao nível dos Conselhos Subordinados. No ano de 2003, 25% dos Presidentes, 41% dos Secretários e 37% dos Directores Fraternalis dos Conselhos Subordinados são mulheres. Tendo em consideração que a maioria dos eventos sociais e confraternais são promovidos pelos Conselhos Subordinados, é óbvio que, embora as mulheres não tenham tido uma participação significativa ao nível da administração central da sociedade, estas têm contribuído substancialmente para o desenvolvimento e crescimento da UPEC e, como tal, o futuro sucesso da sociedade está intrinsecamente ligado à continuidade da participação feminina nesta sociedade.

### **U.P.P.E.C. - União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (1901)**

A *União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia* (UPPEC) foi fundada a 4 de Fevereiro de 1901 em Oakland, Califórnia, por sessenta e quatro mulheres. O seu objectivo era "Praticar caridade e oferecer protecção; cooperar com outras organizações ou indivíduos para promover e desenvolver os bens materiais, sociais e morais das suas associadas; e, por da morte das associadas, pagar aos respectivos beneficiários a indemnização que legalmente lhes correspondia."<sup>6</sup> [tradução da autora] Onze anos depois, em 1912, foram dados os primeiros passos para a admissão de sócios do sexo masculino, quando foi aprovada a entrada de seis jovens como sócios. Não obstante, a participação masculina não foi formalmente aceite até 1969.

Ao longo de mais de um século, as senhoras da UPPEC têm atingido e ultrapassado os objectivos estipulados na sua carta constitucional. As suas actividades religiosas, culturais, sociais e caritativas têm tido um enorme impacto, tanto na comunidade portuguesa da Califórnia como em Portugal e, particularmente, nas comunidades onde estão radicados Conselhos Subordinados da UPPEC. Desde que a sociedade foi fundada, todos os Oficiais de Linha e Directores da sociedade têm sido mulheres, com excepção dos Médicos Supremos e, até esta data, apenas um homem foi eleito membro da Directoria da sociedade. Embora a informação sobre os Conselho Subordinados não esteja disponível, é natural que a maioria do poder administrativo a esse nível também recaia sobre ombros femininos. Desta forma, como a UPPEC é para todos os efeitos uma sociedade de administração feminina, a contribuição destas mulheres pode ser medida pelo sucesso que a sociedade tem alcançado através dos anos, assim como pelo respeito com que esta sociedade é vista pelas outras confrarias portuguesas e pela comunidade em geral.

### **Pensando no Futuro**

Numa recente conferência organizada pela *Luso-American Education Foundation*, distribuímos um questionário a aproximadamente sessenta participantes. Dos meros onze que foram preenchidos, cinco eram do sexo masculino e seis do sexo feminino, com a idade média de cinquenta anos. Embora esta seja uma amostra muito reduzida, é interessante considerar as respostas às questões apresentadas. Além das perguntas sobre informação básica, como idade, sexo e associação a qualquer sociedade fraternal portuguesa, o questionário levantava as seguintes questões:

1. Na sua opinião, qual tem sido a maior contribuição feminina dada às Confrarias Portuguesas na Califórnia?



2. Na sua opinião, qual tem sido a maior contribuição feminina dada à Comunidade Portuguesa da Califórnia?

3. Na sua opinião, a que nível poderão as mulheres mais eficazmente contribuir para o crescimento e prosperidade das Confrarias Portuguesas na Califórnia?

A resposta mais frequente dada à primeira pergunta foi "apoando os seus esposos", seguida por "trabalhando arduamente ao nível local e levando a cabo a maior parte do trabalho fundamental". Apenas sete participantes responderam à segunda e à terceira questão. O consenso no que diz respeito à segunda questão foi "as mulheres têm feito a maioria do esforço para manter as tradições e a cultura portuguesa vivas na comunidade, especialmente entre os jovens." Na terceira questão os participantes reafirmaram a resposta dada à segunda questão e a maioria deles sublinharam a importância das mulheres como mães e a sua influência sobre as crianças para perpetuar a cultura e a língua portuguesa e, em geral, para manter a comunidade viva e próspera. Apenas dois participantes, um masculino e um feminino, acrescentaram que mulheres deviam assumir posições administrativas nas Confrarias Portuguesas.

Estas respostas são dignas de nota, pois espelham as estatísticas proporcionadas pelas confrarias, com a óbvia excepção das duas irmandades tradicionalmente femininas: SPRSI e UPPEC. Segundo a informação, a participação feminina é mais forte ao nível local, ou seja nos Conselhos Subordinados, o que implica que as mulheres estão a levar a cabo a maior parte do trabalho básico requerido para manter a integridade das confrarias, particularmente, na área dos Conselhos de Jovens, visto que a esmagadora maioria dos Mentores Juvenis são mulheres.

É importante, no entanto, sublinhar que nas sociedades com um forte movimento de jovens adultos (como os Conselhos de 20-30 da LUSO) e/ou de jovens (como é o caso na maioria das Confrarias), parece transparecer uma maior equidade entre os sexos, visto que as posições administrativas são ocupadas praticamente em igual número por homens e por mulheres, tanto ao nível estatal dos Conselhos Supremos, como ao nível local dos Conselhos Subordinados. Assim, é lógico concluirmos que funções tradicionalmente atribuídas a homens e a mulheres estão em processo de mudança gradual, e que, nas próximas décadas, um número mais elevado de mulheres terá uma participação mais activa dentro da estrutura de poder de todas as Confrarias Portuguesas da Califórnia, tal como têm vindo a fazer desde sempre, ao nível local, no seio das suas famílias e comunidades.

#### **Bibliografia**

- Almeida, Carlos. (1992). Portuguese Immigrants (The Centennial Story of the Portuguese Union of the State of California). 2nd edition, San Leandro, California.
- Azevedo, Albert P. (1989). Centennial Album and Notes For Its History: Irmandade do Divino Espírito Santo do Estado da Califórnia. Hayward, California.
- Brum, John. (1998). One Hundred Plus Thirty Years. Luso-American Fraternal Federation - Luso-American Life Insurance Society. Dublin, California.
- Camara, Joanne Vaz. (2001). Centennial Album and History of the Conselho Supremo da União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia. Hayward, California.
- Reis, Manuel & Jack Costa. (1968). 100 - Luso-American Fraternal Federation / Luso-American National Life Insurance Society. Oakland, California.
- S.P.R.S.I. (1998). Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel. Oakland, California.
- Warrin, Donald & Geoffrey L. Gomes. (2001). Land As Far As the Eye Can See: Portuguese In The Old West. Spokane, Washington.

---

<sup>1</sup> Warrin, Donald Land as far as the eye can see. (20)

<sup>2</sup> Almeida, Carlos. Portuguese Immigrants. (25)

<sup>3</sup> One hundred plus thirty years. Luso-American Life Insurance Society (93-94)

<sup>4</sup> One hundred plus thirty years. Luso-American Life insurance Society (31)

<sup>5</sup> Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel - One hundred years. (18,19)

<sup>6</sup> União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia - 100 Years of Union & Protection (35)

# MARIA AND THE BULLFIGHTER: PHOTO BASED ART EXPLORING GENDER IDENTITY

*Teresa Ascensão<sup>1</sup>*

*Artist, Canada*

I am a Toronto based visual artist born to Azorean parents. In this work I discuss some photo and film works about male and female gender identity. I talk about male body language and machismo as explored in my film installation, *Portrait of a Young Bullfighter*. I also reveal the inspiration behind *Maria*, a series of humorous lenticular photographs which challenge female sexual taboos within Catholicism.

It was a hot and humid summer when we first arrived. Our new home was my parents' selfless and hopeful gift to my siblings and me. They used to play Francisco Gouveia's song about Toronto every time we drove around in our bright orange Ventura. I remember whizzing by neighbourhood streets and skyscrapers as we all sang along to the chorus, "Toronto ... is like a lady ... Toronto is beautiful."

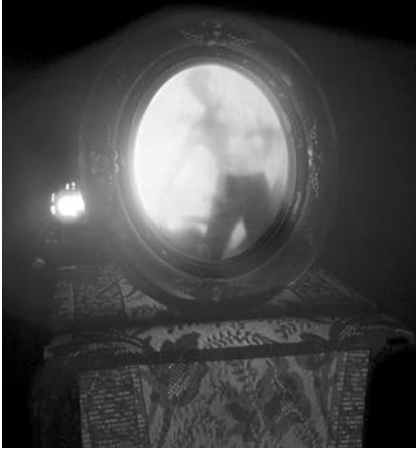
Gouveia's song symbolised the precious dreams our family held for many years to come, but as in many other immigrant stories, those dreams later dissolved into challenging realities. As I grew into a teenager, I was torn between the pressure of growing up with traditional Azorean female values and the allure of a more liberal Canadian future. Tradition held that I was to be escorted on my dates until I got married. Then I would go live with my husband, bear children, and maintain a home through cooking and cleaning. The more liberal Canadian role meant that being single could be a lifestyle in itself, I would not have to get married and bear children, and I could define myself through some form of work outside the home. Interestingly, the latter held similarities to a traditional male role. It seemed that the traditional female role was socially restrictive and less exciting in comparison with the male's traditional role, so I chose the latter.

Refusing a traditional lifestyle generated much tension, not only for the family, but also especially within myself. As tensions mounted, questions began to multiply. From then on I spent the rest of my life trying to find a middle ground where old and new, male and female, could co-exist. Today, these questions have manifested themselves in my art-work in pieces such as *Portrait of a Young Bullfighter* and *Maria*.

*Portrait of a Young Bullfighter*, inspired by Portugal's history of bullfighting, is a black and white super8 film installation exploring male body language within the cult of machismo. It is a nostalgic reflection of how body language, as a component of social learning, informs gender identity. In this film installation, a young bullfighter repeatedly moves through the choreographed postures of bullfighting.

*Maria* is a series of twelve animated lenticular photographs entitled after the most common Portuguese woman's name—a traditional gesture honouring the biblical Virgin Mary. I specifically use lenticular photography, like in 3D Catholic souvenir cards, to explore humorously issues around religion and female sexual taboos.

In this series, *Maria* (the doll character) plays different roles such as a widow, a housewife, and a single woman, while innocently living out her sexual urges in her tidy little home and village. Each of the twelve pieces contains a reference to the Virgin Mary as a reminder of purity and chastity. For example, in *fun in the kitchen*, a painting of



*Portrait of a Young Bullfighter,*  
2001. Super8 installation, various dimensions

the Virgin hovers in the background behind Maria's head as pours tea while anxiously awaiting her lover. In *calm after the wash*, the Virgin Mary appears on Maria's freshly washed bed linen. In *fun in bed*, Maria secretly pleases herself underneath the bed sheets while to her left, prayer candles surround a figurine of the Virgin. Adding to the comedy in each piece is the method by which the animation is experienced: the viewer has to bow in front of each lenticular photograph to see the animation. In some pieces the Virgin appears and disappears. In others a teapot moves up and down or the bed sheets wiggle back and forth.

*Maria* is a satire of how pure and chaste women are expected to be. I question these attributes, which really belong to the Virgin Mary, and wonder about the expectations they impose on the psyches and lives of women.

My artwork is not only an approach to understanding my heritage but also a contribution to the discourse on western gender identity.



*fun in bed,*  
2003. Lenticular photograph, 9.5" x 12"



*calm after the wash,*  
2003, Lenticular photograph, 9.5" x 12"

---

<sup>1</sup> Teresa Ascensão holds a Graphic Design Diploma from Humber College of Applied Arts and Technology and graduated with distinction from the University of Toronto's Honours Fine Art Studio program. She has been awarded various arts grants and is receiving overwhelmingly positive reviews including recent features on Citytv, eye Weekly, Lola, and The Toronto Star.

# ENTRE/AQUI/AGORA INTERMEDIATING LANDSCAPES

*Patricia Silva*  
*Artist, USA*

Embarking towards unknown space is a concept paralleling both immigration and artistic process. Although immigration is similar to travel, like art, it is also a process of self-renewal. Inseparable from cultural symbiosis and inspiration, all travel is a test of security, but what does each test reveal? For those that grow up between cultures, the space between these parallels dictates a great deal about the structure of our lives; the abilities we find, the goals we seek and the obstacles that separates them. Since artists are never isolates from the environment from which they create, what does creative absence indicate about the way our commodities encourage young immigrant women?

## **Foreword**

The nature of this document is to present a series of connections that meet in my creative practice. The words that follow are not necessarily my story but observations collected while interacting with other immigrants since my arrival in the United States in 1987. The daughters of immigrants that I met seemed to have complex futures, perhaps not so different from my own, especially those with interests in pursuing Art degrees, but under the misguidance of well-meaning families that objected to such goals.

In Portugal, my grandparents taught me to seek my own ideals, while my immigrant parents encouraged me to build my own future by adapting right away and understanding new cultures. Yet, not all immigrant parents have this insight immediately upon arriving.

Luso-American communities differ from state to state and the content of this essay is based only on my observations in Long Island. Such observations bear no disdain for such communities, but rather an individual analysis that can hopefully add to a larger explanation of why the artistic voices of immigrant Portuguese women are merely a deafening and tense silence.

*As long as our relation to the arts of foreign peoples is contemplative, they do not serve to unite us; for the meaning of their arts to them, being practical and an element of a culture to which they cling, is not shared by us, and its significance to us, being part of our own culture, is in a similar way unavailable to them. It is only when we attempt to participate in their life, or they in ours, when we acquire common aims, that the arts can become a means of mutual understanding.*

*Meyer Shapiro*

To artists, learning and living are intertwined at the roots. Besides talent, the most important quality that artists carry is inquisitive motivation. This instinct to initiate in-depth analysis of daily sequences invites thought about existence, the response mechanisms to life's demands and stimuli. When learning about cultures, we consult historical records. Such information is inseparable from art. We can gaze back at Napoleon because his portrait was painted. We know what Egyptians considered sacred by artifacts within their tombs. Since the earliest drawings at Lascaux, we continue learning of human social history through Art. The experimental space igniting creative ambition is also part of the Portuguese immigrant experience, although minimally documented.

Dictionaries define immigration as "*entering and settling in a country or region to which one is not native.*" Immigration is a word meticulously infused with the Portuguese since the 15th century, when proximity to the sea combined with navigational knowledge to instill in idyllic corners a desire to know more beyond immediate boundaries. Without crossing oceans, this is already fertile space: the acknowledgement of something unknown and ripe for discovery paired with the willingness to pursue it. Immigration should encompass more than entering new territories, it should substantiate a passport for intellectual participation. Within this realm of translation and cultural fertility resides the most pivotal point of the evolving artistic experience.

Being dually influenced requires a platform to analyze both environments as perceived through concept and sentiment. Emanating from this source is the bi-cultural artistic voice, embracing creative action and cultural evaluation. This hybrid space between double planes becomes a third perspective, the *between* space. When artists examine the native culture and simultaneously contemplate the adopted mores, that moment marks the center of an ever growing question, "*What is its relevance to my life?*" The answer stems from a third plane, neither American nor Portuguese, but a combination or distillation of the two. Only after understanding what both cultures value can one arrive at conclusions regarding which fragments enhance one's experience of time and contribution to society.

The artist's individual monologue is significantly enriched by cultural comparisons that build more than a new identity. Such parallels are symptoms of ever growing global tendencies to live in communities whose ideals resonate with one's existing concepts, rather than adhere to beliefs within the country of birth. One may not choose the country of birth, but certainly one can choose where to live as an adult. This movement will globally increase as levels of education rise and cultural boundaries diminish throughout economies. The hybrid space from which inquisitiveness rises is a space between several variables: expectation and desire, ideals and morals, time and perceptions.

### **Expectations and Desire**

Creative means of self-expression are not a priority among immigrant families. Young women who want to pursue a career in the arts will have significant support from her adopted culture, but not at home. Although it seems superfluous, it is a useful skill in the adopted society. Pursuing an Arts education seems risky, but all professions have risk and most pursuits are taken in conjunction with a back-up plan. The Arts should be no different. Well-meaning families direct young women into professions considered profitable, and less delusional. Such reservations carry the best intentions, and this is precisely why they become problematic. Without understanding the adopted culture, families cannot expose available opportunities. This significantly limits our ability to hear the Portuguese artist abroad. Those dependent on the support of culturally isolated families will not have adequate channels to pursue an Arts career. All these elements combined render these voices as non-existent, when they are just unheard. Would such goals be discouraged if it were recognized that an Arts education opens a great deal of professional doors? Portuguese communities want the best for their families, but perhaps lack awareness of all the possibilities. Limited resources and cultural isolation make it difficult for immigrant families to advise children facing untrodden paths. This is a very difficult place for a parent, a far more helpless place than for the offspring.

### **Ideals and Morals**

Within the hybrid space is a scale weighing the ideals and morals of each culture. What is ideal in one culture may be immoral in another; a space inseparable from context. Upon immigrating, do families incorporate new social principles into their existing Portuguese mores? In cases I've witnessed, existing cultural expectations remain fixed, perhaps more confirmed than before. When facing cultural episodes that feel foreign, existing cultural standards assert themselves as the logic with which to understand, resulting in the perception of one culture through standards of another. While younger immigrants seamlessly acquire habits and principles from the adopted culture, older generations navigate a nostalgic discourse, thereby eliminating the context with which to understand not just the adopted environment, but also their children. This acts as a double generational gap in diverging motion: between native residents and immigrants and between generations within the family structure.

The framework for context becomes increasingly brittle as the gaps widen in opposing directions, as isolation becomes an obstacle to progress. The examples I witnessed which substantiate these observations may be a minority in the immigrant panorama; however, this does not make them any less real.

### **Time and Memory**

Memory has different functions for generations divided by time in the immigrant personality; it dictates so much more than initially realized. In the parental role, memory is inseparable from identity, a point of verification; memory is the jury for comparing ideals established prior to arriving, holding a forefront position in the decision-making process. For their children, meanwhile, memories are not synonymous with attachment. Confidently, younger generations grow between cultures by comparing them. Younger generations whose identity is still taking shape, navigate thorough an inquisitive and comparative study of the present, rather than a jury for measuring ideals established in the past. Growing up between time-sensitive polarities of what constitutes the vernacular is the diary of the immigrant voice.

Well-known Portuguese Clubs are a meeting point for both new immigrants and established residents, a space for congregating and celebrating. However, humans are creatures of habit for whom comfort is everything. Portuguese settlements can be quite reclusive, simmering in a warm well of self-isolation. Famous are the stories of immigrants who, after ten years of United States residency, do not speak English because it is not necessary. Their every day consists of the best of two worlds: the comfort of Portuguese employment and social functions, as well as an improved way of life. In contrast, there is also another type of immigrant, one who assimilates so well that his/her presence goes unnoticed in precise syncopation with the American pace of life. This is also a form of isolation, not from the American culture, but from the Portuguese. Has Portuguese immigration always been this way? Choosing either the Portuguese or the American way? Ideally, one should immerse oneself in the adopted culture as well as possible, but perhaps not without choosing one culture over another.

Such choices mould a hidden existence, either inwardly towards Portuguese solidarity or exclusively within American culture. To completely understand the interaction between these two cultures, one must practice expanding one's habits. Living *Portuguese* in the United States without participating in its culture robs a person of opportunity. Living *American* while discarding the Portuguese heritage will equally disenchant the possibility for learning and abandon the context of circumstances in the collective past. Portuguese

culture is rich and pluralist, and it astounds me that a descendent of this culture would want to abandon its history. Equally surprising, is the fact that some immigrants do not value cultural integration. To seek the cosmopolitan seems deeply embedded in our cultural psychology.

The sum of these variables surrounds the domain of creativity. Regardless of what type of art one makes, an artist will have to answer the question of how one's heritage is dealt with. Is the work about heritage or an analytical comment? Is heritage disregarded completely? The art-making process is not independent of our heritage's influences and how we choose to integrate them (or not). For an art historian, identifying the time, place and origin of a piece is the method that analyzes the work. Artists are inseparable from the environment from which they create, psychologically and culturally.

### **The Kinetic Lure of Travel**

The impact of travel upon one's story provides for these lucid moments in which the validity of our surroundings is questioned. Inseparable from cultural symbiosis and inspiration, all travel is a test of security. Although immigration is similar to travel, it is also a process of self-renewal. There are two notable Portuguese artists who define the art making process as inseparable from concepts of travel. Under the pseudonym of Alberto Caeiro, Fernando Pessoa writes in *Guardador de Rebanhos*: "I do not evolve, I travel." Most gracefully, the painter Vieira da Silva details the hybrid space with much eloquence, in regards to her own immigration to Paris in 1928 from Lisbon:

*I came to Paris for intellectual reasons, quite beyond any practical ones. From the port of Lisbon, one used to sail long ago to discover the world and then to populate it. In Paris, one discovers it on the spot at every moment... And then Paris populates the space with its creations. If I had not come to Paris at that exact moment in 1928, I would not have been able to go on working. I needed the instrument with which one departs for unknown space, and it was only in Paris that I could find it." (Lassaigne and Wheelan, p. 64).*

As immigrant artists, our perception of the surrounding elements comes from a fresh perspective open with possibilities, allowing us to experience culture more purely than a native. The artist notices what is taken for granted. As the process of immersion progresses, this is our "instrument" as Vieira da Silva describes. It is the fertile space between cultures that pushes artists to create and to penetrate spaces not otherwise addressed. The will to break loops of habit will invite new meanings to the inherent demands of living and simultaneously grow a specific dual-chord voice, both personal and social. Art is reaction and introspection guided by the freedom to express, a most direct form of sharing experiences. This space between cultural interludes defines the pivotal role of evolving artistic documentation. As the world sheds barriers between its citizens, the hybrid or *unknown* space will continue to play a major role in how global immigrants adjust to native cultures.

### **Pursuing Intellectual Stimulation**

In truth, artists have no other homeland but Art. All else is secondary in importance while remaining influential. Transcending the perimeter of one's roots to embrace the citizenship of new conceptual domains is the highest goal. Erasing barriers between *home*



and *abroad* confirms true immigration, the exodus that surpasses physical boundaries. Entering intellectual dialogues where the cross pollination of *imported* and *domestic* concepts become a universal language is the essence of *between*. Again, only after social immersion can this happen, judging a culture with the standards of another will not lead to intellectual advancement. Yet, judgement is humanity's first instinct. The potential for mutual understanding stems from interaction and investigation with the mindful goal of clarifying neutrally what every experience reveals for itself.

This is where the definition of the word immigration is challenged: if one leaves one's country to merely keep the same mentality and habits in a culturally isolated community, is that immigration? Those who remain within such perimeters have not made leaps in thought, but merely a geographical trade. On the contrary, the acceptance of a new culture, makes one an immigrant. Efforts to assimilate will meet *otherness*, rather than remain in the same cycle of habits elsewhere. The process of comprehending separate cultures and enhancing one's roots with everyday experiences brings value to the bi-cultural experience. It is a fortifying bond between the past that is heritage, the present that webs a new culture and the fusion of both that enhances identity. Such interaction is inevitable, and the cultural overlaps unavoidable. The question then becomes, is the educational power of these interactions resisted or accepted?

### **A Citizen of One's Thoughts**

The act of choosing elements from two cultures to combine a new state of mind should not be considered social dilution, but rather social enrichment. It is a new beginning, and moving forward there will only be more hybrid cultures. It is a common immigrant impulse to pick sides. Yet, only after a complete immersion and thorough understanding can one achieve a voice that is uniquely Portuguese and immigrant. One should not have to choose; as bi-culturalists we are both. As artists, dissecting immediate surroundings becomes the rich vocabulary of one's inner language.

Without Art as means of expression and record, there is no documentation of experience. The absence of record renders histories erased without ever being written. There are many stories I want to hear, but I do not know where to find them, and I doubt that I am alone in seeking that solidarity. It is a solidarity that goes beyond nationality and gender. Still today, women are continuously taught to place everyone else's needs above their own ambitions and pursuits. A mature and functional paradigm of true female independence is perpetually in fine-tuning motion for both American and Portuguese culture. Both of these cultures strongly advocate lifestyles in which the woman has choice. Yet, choices are still controlled before they become options and few options come without expectation. The most significant and powerful element of the hybrid space is this: freedom without expectation or fear of rejection, the complete emancipation to create from oneself, without boundary or restraint. Thus does one become a citizen of one's thoughts, and precisely the voice which speaks the truth that transcends spaces.

### **Bibliography**

- Caeiro, Alberto. (1997). *Guardador de Rebanhos*. Sheep Meadow Press.  
Lassaigne, J. and Wheelan, G. (1979). *Vieira da Silva*. New York: Rizzoli International Publications.  
De la Croix, H. and R. G.Tansley (1986). *Art Through The Ages*. Eighth Edition. Florida: Harcourt Brace

Jovanovich, Inc..  
Rosenthal, Gisela. (1998). Vieira da Silva. Germany: Taschen.  
Smith, Robert. (1968). The Art of Portugal. United States: Meredith Press.

**Anthropology Consultant**  
Steven Bowe

**Editorial Consultant**  
Bryan Lautz

### CONTANDO AS NOSSAS VIVÊNCIAS CRIANDO A NOSSA MITOLOGIA: ALGUMAS VOZES FEMININAS NA LITERATURA LUSO-AMERICANA

*Diniz Borges*

*IAAS, College of the Sequoias, U.S.A.*

Há muitos anos que se fala na literatura luso-americana. Desde sempre que imigrantes portugueses e seus descendentes escrevem sobre as suas vivências nos Estados Unidos. Entre essas vozes encontra-se um grupo de mulheres que deram valioso contributo e continuam a enriquecer as letras lusas. Neste trabalho, embarca-se numa breve jornada pela escrita étnica, tendo como enfoque as mulheres. Entre elas estão incluídas as de origem portuguesa.

*Nowadays people like to claim that they're the product-and I mean exactly that-of the land of their ancestors; it suggests ceremonies and royalty and flights of fancy, more glamorous than the shopping lists we make of our days.*

*Katherine Vaz in Fado and Other Stories*

O conhecido historiador norte-americano Oscar Handlin disse, em 1951, que uma vez havia pensado em escrever a história da emigração para a América. Porém, cedo descobriu que a história americana era a história dos imigrantes.<sup>1</sup> E o historiador levou anos a tentar imprimir este pensamento na consciência pública dos Estados Unidos. Mas Handlin, tal como outros pioneiros da história da emigração para os Estados Unidos, embora considerados clássicos neste campo, dão-nos, infelizmente, anais incompletos, porque são omissas as narrativas das mulheres que, pontualmente, são mencionadas apenas para aludir às crises que as famílias atravessam ao emigrar para um novo país.

Com uma historiografia muito mais ampla do que a existente há meio século, as vivências da mulher emigrante e suas descendentes, em terras do *Tio Sam*, apenas começaram a ganhar outro significado quando um grupo de mulheres romancistas e poetas começaram a ficcionalizar as suas experiências e as das suas congéneres. E nas nossas comunidades portuguesas, apesar de estarmos ainda muito longe de outros grupos étnicos, também foram as criadoras literárias que deram voz a quem, durante muitos anos, tem estado votado ao esquecimento.

Apesar de os historiadores terem prestado pouca atenção às vidas das mulheres que emigraram para os Estados Unidos, dir-se-á que já no princípio do século XX as mulheres provenientes de outras partes do globo haviam sido alvo de estudos. É o caso de Jane Addams e Lillian Wald, por exemplo, que escreveram inúmeros trabalhos sobre mulheres, muitas das quais eram residentes nos lares especiais que existiam para as albergar<sup>ii</sup>. Um outro grupo de estudiosos das Ciências Sociais, liderado por Caroline Ware e Grace Abbott, realizou um grande número de trabalhos sobre a mulher imigrante nas fábricas de têxteis dos Estados Unidos<sup>iii</sup>. Mais tarde, outras estudiosas publicaram trabalhos dedicados a grupos específicos. Como exemplo podemos referir: Emily Balch, que escreveu sobre as mulheres da

Europa de Leste; Louise Odenchantz sobre as italianas e Mary White Ovington que se ocupou das mulheres negras que migraram do sul para as cidades do norte. Por último, Sophonsiba Breckinridge que escreveu extensamente sobre as vidas particulares das mulheres imigrantes, focando a participação cívica e política das mesmas<sup>vi</sup>.

Foi, no entanto, a partir da criatividade literária que alguns dos assuntos mais prementes foram apresentados e se começou a ter um outro conhecimento acerca das vidas das mulheres imigrantes nos Estados Unidos. É que, embora tivessem começado nos fins do século dezanove, foi em particular na segunda metade do século vinte, depois da Segunda Guerra Mundial, que as mulheres de quase todos os grupos étnicos começaram a contar as suas histórias. Foi, também, a partir desse momento, que se redescobriu, com entusiasmo, as pioneiras neste campo como: Anzia Yezierska com *Bread Givers* publicado em 1899; Mary Antin com *The Promised Land* em 1912 e Emma Goldman em 1931 com *Living My Life*<sup>v</sup>. Todos estes romances têm como pano de fundo as vidas de mulheres do leste europeu, judias e activistas no mundo do trabalho, sendo em grande parte autobiográficas. Na década de 50, assistiu-se ao surgimento de outras vozes femininas vindas de outros grupos étnicos. Podemos citar entre essas: Paule Marshall que trata das imigrantes das Caraíbas no livro *Brown Girl Brownstones*, 1959; Monica Sone que escreveu sobre as japonesas em *Nisei Daughter*, publicado em 1953 e Jade Snow Wong que se ocupa das experiências das mulheres imigrantes provenientes da China em *Fifth Chinese Daughter*, publicado em 1950 e com uma segunda edição em 1965<sup>vi</sup>. Registe-se que quase todos estes títulos, agora utilizados em cursos sobre a experiência emigrante nos Estados Unidos, têm tido segundas e sucessivas edições.

O renascimento da criatividade literária das mulheres que emigraram para os Estados Unidos aconteceu, essencialmente, entre a década de 80 e 90. Um conjunto heterogéneo de vozes saltou para a ribalta. A experiência da mulher sino-americana foi contada com mestria por vozes tão populares como Maxine Hong Kingston e Amy Tan. A autobiografia *Warrior Woman* de Maxine Kingston e *The Joy Luck Club* de Amy Tan, tornaram-se sucessos editoriais e foram o impulso necessário para que surgissem outras vozes femininas das múltiplas comunidades que fazem parte do mosaico multicultural estadunidense. Cynthia Kodahata publicou sobre as nipo-americanas em *The Floating World*; Sandra Cisneros sobre o mundo das latino-americanas em *The House on Mango Street*; Julia Alvarez sobre as mulheres imigrantes da República Dominicana em *How the Garcia Girls Lost Their Accents*; Jamaica Kincaid sobre as histórias das emigrantes das Caraíbas, mais concretamente do Haiti em *Lucy*; Cristina Garcia sobre as cubanas em *Dreaming in Cuban*, entre outras<sup>vii</sup>.

Nestas narrativas existem, fundamentalmente, dois tipos de preocupações. As pioneiras, como as do leste europeu e Maxine Hong Kingston, centravam-se nas dificuldades que as protagonistas sentiam para se fazerem ouvir devido aos problemas resultantes quer das fracturas naturais provocadas pelo processo de emigração, quer pelos da sua integração - ou tentativa de integração - num mundo muito mais complexo e bastante diferente. As que começaram a publicar nos anos oitenta, focaram as dificuldades de padronização de uma linguagem para entender dois universos: o americano e o das suas mães, por nele ainda se encontrarem inseridas. Estas autoras atingem já um nível de desenvoltura na apresentação dos temas, mas a sua origem étnica impede ainda que sejam ouvidas ou compreendidas pelo *mainstream* e pelo resto da sociedade.

No mundo luso-americano, apesar de a uma escala inferior e, infelizmente, menos conhecida pelo *mainstream* americano, o processo foi idêntico. Primeiro, surgiram as nar-

rativas relacionadas com as viagens, seguindo-se o processo de integração, a inquietação em dar alguma voz à mulher e, mais tarde, a mistura das duas culturas, a dualidade das línguas, o rótulo de pertença ao "melting pot" mas com as suas próprias marcas e, nas vozes contemporâneas, a redescoberta das raízes.

O nosso processo, bastante mais humilde como já se disse, especialmente em termos de conhecimento pelo resto da sociedade estadunidense, começou, à semelhança de muitos outros grupos étnicos, utilizando a língua materna e falando das viagens, da vinda para os *States*. Posso ainda acrescentar que, as primeiras criadoras preferiram, tal como os homens, a forma de poesia popular em quadras. E, tal como escreveu o conhecido estudioso Professor Doutor Eduardo Mayone Dias, "trata-se pois de uma literatura directamente resultante do câmbio de circunstancialidade vital, aquela que não teria sido possível noutras latitudes. Em grande número de casos, é constituída por composições poéticas de feição popular, consonantes com o perfil da grande massa emigratória, de gritante simplismo técnico e estilístico, mas nem por isso destituída de enorme poder expressivo"<sup>viii</sup>. É o caso de Luíza Dias que, num poema inserido no livro *Cantares de Além Mar*, coordenado pelo mesmo catedrático, [Professor Doutor Eduardo Mayone Dias agora jubilado da UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles)], escreve:

Quando o mastro rebentou  
Eram onze horas do dia  
Eram facas e machados  
Tudo a maior agonia

Eram caixas p'ra um lado  
Baús p'ro lado da doca  
Ali quase não se ouvia  
Senão gritos de boca.

Ó comadre e minha mana  
Era p'ra considerar  
Todos os nossos corações  
Como podiam estar.

Ó minha mãe da minha alma  
Tanto bem que eu te queria,  
Olhar p'ra um lado e outro  
O mar era o que via<sup>ix</sup>

O processo de adaptação, acompanhado pelo inevitável isolamento, foi um dos temas igualmente usado pelas poucas vozes femininas que, no mundo luso-americano, utilizaram a lírica para se afirmarem. Uma das mais prolíferas criadoras no campo da poesia popular, em português, foi a açoriana Maria Etelvina Azevedo Lima. Segundo Mayone Dias, que sobre ela escreveu alguns trabalhos, e a incluiu nos *Cem Anos de Poesia Portuguesa* na Califórnia, Maria Etelvina reflecte "o sentir popular do emigrante ilhéu, que só assim se pode desafogar do peso da nova cultura e da nostalgia do que ficou para trás." Vejamos um excerto dum poema popular no qual sentimos o confronto duro com a realidade de se estar num país estrangeiro, os dilemas da língua e o choque com o multiculturalismo:

Aqui vamos a um doutor  
Seja óculos ou dentista  
Temos que levar um professor  
Para a conversa ficar dita

Vamos para a igreja rezar  
Fica uma pessoa pateta  
Não se entende o padre a pregar  
Nem se a missa está certa

Encontra-se uma pessoa  
Vê-se que é alguém que passa  
Mas não se sabe se é boa  
Porque aqui há muita raça<sup>xi</sup>

Ainda na poesia da geração emigrante, há a registar Josefina do Canto e Castro, actualmente a viver no sul da Califórnia. Com os seus 96 anos de idade, esta açoriana da ilha do Pico, mantém uma coluna que dá por título "Da Minha Janela", no jornal *O Dever* da Ilha Montanha, e em jornais da emigração. Com vários livros publicados, incluindo *Poemas de Ontem e Despedida*, a sua é uma poesia de vivências, marcada pela saudade, pela religião, pela adaptação e pelo exílio, como este poema escrito no Mills College, em 1946:

Porque não dormem as rãs no lago?

Porque não dorme o relógio?

Porque não dorme esta borboleta  
Negra e feia  
Que dança sem cessar  
À minha volta?

Porque não dorme o comboio,  
O ruído e a noite?

E o avião que atravessa o espaço  
Com sua luz vermelha  
Como gota de sangue  
Suspensa no ar?

Porque não dorme a distância

E a dor... e a saudade<sup>xii</sup>

Há ainda a registar a voz de Maria das Dores Beirão. Formada em Portugal como professora do ensino primário, vive no popular Vale de Napa, no norte da Califórnia. Para além de uma vida activa nas actividades culturais das nossas comunidades, incluindo as

célebres noites culturais no *Portuguese Athletic Clube* nos anos 70 e começos de 80 e, presentemente, realizadas na adega Beirão, no próprio Vale de Napa, Maria das Dores acaba de publicar o seu primeiro livro de poesia *Beijo de Abelha*. Uma lírica que engloba as vivências na ilha com as vivências lusolandesas, numa simbiose em que o popular se mistura com a erudição, como neste fragmento do poema *Ilha*:

Ilha mãe, de olhos pretos como amoras,  
fontes das ribeiras que correm para o mar  
que na maré cheia das tuas lágrimas  
te leva os filhos  
para madrastas  
desconhecidas  
e aí os deixa ficar.

Ilha fêmea, escrava da tua solidão,  
Sapateia em terra de Bravos,  
cercada p'lo mar amante  
e já de mim tão distante  
que p'ra me calar, então,  
me envia a saudade.  
Em vão<sup>xiii</sup>

Uma outra faceta da lírica luso-americana está patente em autores, estudantes na altura, nas universidades americanas. Foi essa a primeira geração de emigrantes que trocou o trabalho nas fábricas e nas vacarias americanas pelos bancos da universidade. Desse grupo, salientem-se algumas mulheres como: Manuela Costa, Adelaide Batista, Carolina Matos e Rosa Simas, entre outras. Nestes casos, temos uma poesia moderna, erudita, em que por vezes se utilizam elementos da cultura dominante e vocábulos lusolandeses.<sup>xiv</sup> A ilustrar o que fica dito, dois breves extractos, um de Adelaide Batista e outro de Rosa Simas. A primeira é exemplo de uma poesia já consciente de uma outra América e onde a saudade não é excessiva, uma poesia que contacta directamente com as realidades do novo país. A segunda é uma poesia mais carregada da saudade. É o desejo de se voltar à ilha, sabendo-se que tal fica quase sempre em sonho:

Avenidas de Nova Iorque. Bocas abertas em desafio.  
Pequenina, a menina passa como gota que no  
oceano se perde para encontrar no todo que ali é  
nada. Monstros a trituram e a esvaziam desse nada  
que possui. Robots passeiam, rápidos, troteantes,  
atropelantes, no funil rodopiante da avenida distante,  
sempre fugidia, vertiginosa, desabrida. Gente, gente  
que se passeia, acotovela, corre ligeira...<sup>xv</sup>

*Adelaide Batista*

Junto dos vales da Calafona a gente aguámos  
e chorámos por ti, ai, Ilhas Queridas.  
Nossas guitarras suspendidas num lamento de fado;  
nossos bandolins fingindo uma roda de chamarrita.

Eles que nos enfatuaram com dolas e mechins  
que nos encantaram com a terra de Coke e Sarah Lee  
"o senhor desculpe" um povo que  
"não tem memória" não tem fala.  
Como vamos sepultar vergonha em terra alheia?<sup>xvi</sup>

Rosa Simas

A caminhada da criatividade feminina no mundo luso-americano foi, naturalmente, variada. Para além destes nomes já mencionados, há que salientar outros de descendentes de portugueses, que tal como nos outros grupos étnicos se expressaram em inglês e viram os seus escritos terem outra repercussão. Um desses nomes foi o de Olga Cabral. Filha de pais portugueses, nascida em 1909 nas Caraíbas, viveu algum tempo em Winnipeg no Canadá, tendo-se mudado posteriormente para Nova Iorque onde viveu o resto da sua vida. Segundo uma comunicação apresentada na universidade Yale, pelo distinto catedrático luso-americano Professor Doutor George Monteiro que, em conjunto com a Professora Doutora Alice Clemente, prepara uma antologia de poesia luso-americana, Olga Cabral foi casada com o poeta judaico Aaron Kurtz. Publicou em algumas revistas e é autora de vários livros incluindo: *The Evaporated Man* em 1968, *Tape Found in a Bottle* em 1971, *The Darkness Found in My Pockets* em 1976, *Occupied Country* em 1976, *In the Empire of Ice* em 1980, *The Green Dream* em 1990 e ainda uma colectânea de poesia *Voice/Over: Selected Poems*<sup>xvii</sup> em 1993. A sua poesia é profundamente marcada por um forte sentido de justiça social e nota-se que está perfeitamente enquadrada na sociedade americana. Se a poeta se sentiu, por vezes nas margens, tal sentimento relaciona-se com a sua ideologia e algum desencantamento com o sistema vigente nos Estados Unidos. Na sua poesia, raramente faz referência à sua ascendência portuguesa embora, pouco antes de morrer, se tenha descrito num dos seus livros como "uma comunista portuguesa."<sup>xviii</sup>

Outros dois nomes a destacar são os de Nancy Vieira Couto e Emily Monteiro Morelli; a primeira nasceu em New Bedford Massachusetts no ano de 1942, publicou um livro de poesia *The Face in the Water* que foi premiado com o Agnes Lynch Starrett Poetry Prize; a segunda vive no Colorado e tem publicado em várias revistas literárias<sup>xix</sup>. Menos conhecidas, mas que também se expressam em inglês e reflectem as vivências luso-americanas na sua poesia e nas suas memórias, são ainda: Sãozinha Beirão, do Vale de Napa e Mary Lou Silva do Vale de São Joaquim. Esta última acaba de concluir um Mestrado em escrita criativa, com uma tese que foi entusiasticamente aplaudida pela universidade estadual da Califórnia em Fresno, e na qual se encontram uma série de poemas das suas experiências como filha de emigrantes açorianos numa vacaria do centro da Califórnia.

No campo da autobiografia, há ainda a salientar que as vozes luso-americanas contam com um trabalho de Laurinda Andrade, *The Open Door*, publicado em 1968 e há muito esgotado. Esta corajosa mulher que tinha apenas frequentado a escola primária em Portugal, aos dezassete anos emigrou da ilha Terceira sem ter ninguém conhecido nos Estados Unidos. Com uma pequena mala e cinco dólares no bolso, pôs-se em viagem para o Novo Mundo. Tudo isto acontece no longínquo ano de 1916. Trabalhou em fábricas, teve



problemas de saúde, mas conseguiu uma educação universitária, chegando a ser a primeira mulher directora dum jornal português nos Estados Unidos, secretária da Delegação de Portugal em Washington e professora no ensino secundário americano na Nova Inglaterra. O seu *The Open Door* merecia uma segunda edição.

Há ainda a registar outras vozes femininas na criatividade luso-americana: Pauline Correia Stonehill publica em 1995 *A Barrelful of Memories: Stories of My Azorean Family*<sup>xx</sup>: uma mistura de autobiografia com memórias dos seus antepassados; Doris Machado Van Scoy que, em 1992, publica outra história de família: *A Quest for the Story of António and Maria from the Azores to a Washington Township*<sup>xxi</sup> e Sue Fagalde Lick, que depois de publicar *Stories Grandma Never Told: Portuguese Women in Califórnia*<sup>xxii</sup>, uma amálgama de pequenos fragmentos das vidas de mulheres emigrantes, tanto da primeira como da segunda gerações, no estado de Cabrilho, dá à estampa, em 2003, o livro de contos.

De todas as vozes femininas luso-americanas nos Estados Unidos, indubitavelmente, a que é mais conhecida, especialmente pelo "mainstream" norte-americano, é a de Katherine Vaz. Foi o romance *Saudade*, onde os Açores estão presentes como fonte de inspiração, que tornou Katherine Vaz na mais reconhecida de todas as autoras de ascendência lusa. Tal como as suas congéneres de outros grupos étnicos, quer em *Saudade*<sup>xxiii</sup>, quer em *Fado and Other Stories*<sup>xxiv</sup>, livro de contos, as personagens são parte integrante do mundo americano com referências culturais ao mundo dos seus antepassados. Katherine Vaz é uma voz feminina importante para a afirmação da identidade lusa nos Estados Unidos e foi das primeiras vozes desta nova geração, entre homens e mulheres, a elevar a criatividade do nosso grupo étnico ao topo do patamar que há muito precisava ter atingido. Em *Saudade*, Katherine Vaz conta-nos a história de Clara, uma emigrante surda das ilhas dos Açores que, em jovem, se fixa no norte da Califórnia, criando, com base na sua herança cultural, a sua própria linguagem. Um livro que, tal como nos afirmou o crítico literário Vamberto Freitas, no excelente ensaio "Arte e Memória" incluído no seu livro *Mar Cavado* é, acima de tudo

(...) um romance de profundas intertextualidades...memória e identidade e a reconstituição de mundos perdidos e outros em construção são as suas temáticas principais, em que as linguagens de cada um são na ausência de referenciais num mundo pós-moderno, as comunidades possíveis, o equilíbrio entre o ser e o desfasamento total que todos procuram ao longo da narrativa. Esta é uma literatura feita de memória viva de gentes, lugares e coisas (...)<sup>xxv</sup>

Numa análise sobre a presença portuguesa na literatura étnica dos Estados Unidos, o Professor Doutor Francis Rogers define a literatura étnica como:

...uma literatura de maturidade. Quase por definição, a literatura étnica normalmente tem que ser escrita por emigrantes residentes aqui por muitos anos e por descendentes nascidos cá. A literatura étnica de americanos de descendência portuguesa é parte integrante da literatura americana, e não da literatura portuguesa. Dedicar-se a dilemas americanos e não portugueses.<sup>xxvi</sup>

Daí que as vozes femininas que se têm expressado em inglês, apesar da sua ascendência portuguesa, são parte integrante do mundo criativo americano. Porém, ao escreverem sobre temas americanos como a emigração, fazem-no com a tradição cultural portuguesa e açoriana, começada pelas vozes pioneiras das quadras populares das nossas primeiras emigrantes a contarem as nossas vivências e a criarem a nossa mitologia.

A questão que nos poderemos colocar é a seguinte: será que algum dia a literatura étnica americana terá no seu cânone nomes portugueses tão sonantes como os de Toni Morrison para a comunidade afro-americana, Louise Erdrich para os nativo-americanos, Amy Tan para os sino-americanos, Bharati Mukherjee para os indo-americanos, ou Denise Chávez para os latino-americanos? Será que algum dia se adquirirá, no seio da sociedade americana, o mesmo estatuto literário ao nível da escrita de memórias que estes outros grupos étnicos já possuem? Eu acredito, veementemente que, mais dia menos dia, isso acontecerá, e acredito que chegaremos lá com um conjunto de vozes femininas.

---

<sup>i</sup> Handlin, Oscar. *The Uprooted: The Epic Story of the Great Migration that made the American People*, (Boston: Little Brown, 1951) p. 3

<sup>ii</sup> Addams, Jane. *Twenty Years at Bull House* (New York: Macmillan, 1910). Wald, Lillian. *The House on Henry Street* (New York: Henry Holt, 1915)

<sup>iii</sup> Abbot, Grace. *The Immigrant and the Community* (New York: The Century Company, 1917). Ware, Caroline. *Greenwich Village, 1920-1930* (Boston: Houghton Mifflin, 1935)

<sup>iv</sup> Balch, Emily Greene. *Our Slavic Fellow Citizens* (Philadelphia: Wm. Fell, 1910). Odencrantz, Louise. *Italian Women in Industry: A Study in Economic History* (New York: Appleton and Co, 1920). Ovington, Mary White. *Half a Man: The Status of the Negro in New York* (New York: Longman, 1911). Breckinridge, Sophonsiba. *New Hones for Old* (New York: Harper Bros., 1921)

<sup>v</sup> Yezierska, Anzia. *Bread Givers* (New York: Persea Books, c1899). Antin, Mary. *The Promised Land* (Boston: Houghton Mifflin, 1912). Goldman, Emma. *Living My Life*. (New York: Da Capo Press, 1931)

<sup>vi</sup> Marshal, Paule. *Brown Girl Brownstones*. (New York: Feminist Press, 1981). Sone, Monica. *Nisei Daughter*. (Boston: 1953) Wong, Jade Snow. *Fifth Chinese Daughter* (New York: 1965)

<sup>vii</sup> Alvarez, Julia. *How the Garcia Girls lost their Accents*. (Chappel Hill: Agonquin Books, 1991). Cisneros, Sandra. *The House on Mango Street*. (Houston: Arte Publico Press, 1984). Garcia, Cristina. *Dreaming in Cuban*. (New York: Knopf, 1992) Kincaid, Jamaica. *Lucy*. (New York: Farrar Straus Giroux, 1990). Kingston, Maxine Hong. *The Woman Warrior: Memoirs of a Girlhood among Ghosts*. (New York: Knopf, 1976). Tan, Amy. *The Joy Luck Club*. (New York: Putnam, 1989)

<sup>viii</sup> Dias, Eduardo Mayone. *Escritas de Além-Atlântico*. (Lisboa: Salamandra, 1998) p.8

<sup>ix</sup> Idem, pgs. 12-13

<sup>x</sup> Idem, p. 75

<sup>xi</sup> Idem, pgs. 20-21

<sup>xii</sup> Castro, Josefina Amarante Freitas do Canto e. *Poemas de Ontem*. (Fall River: Portuguese-American Publications, Inc, 1989) p. 31

<sup>xiii</sup> Beirão, Maria das Dores. *Beijo de Abelha*. San Jose, CA: Portuguese Heritage Publications (coleção Décima Ilha, 2003)

<sup>xiv</sup> Palavras que foneticamente são semelhantes ao inglês

<sup>xv</sup> Batista, Adelaide Monteiro. *De Emigração Tecido*. (Ponta Delgada: Signo,1990)

<sup>xvi</sup> Simas, Rosa Maria. "Salmo 137-II, The Portuguese Tribune, San José Califórnia, 18 de Agosto de 1980

<sup>xvii</sup> Monteiro, George. "Portuguese-American Poetry in the United States: From Emma Lazarus to Frank Gaspar" paper read at Yale University during the colloquium "Portuguese-American Literature-The First One Hundred years", April 14th 2001

<sup>xviii</sup> idem

<sup>xix</sup> idem

<sup>xx</sup> Stonehill, Pauline Correia. *A Barrelful of Memories: Stories of My Azorean Family*. (Corstone Publishing: San Jose, CA.,1995)

- <sup>xxi</sup> Van Scoy, Doria Machado. *A Quest for the Story of Antonio and Maria from the Azores to a Washington Township*. (Los Altos, CA: edição de autor, 1992)
- <sup>xxii</sup> Lick, Sue Fagalde. *Stories Grandma Never Told: Portuguese Women in California*. (Berkeley, CA: Heyday Books, 1998)
- <sup>xxiii</sup> Vaz, Katherine. *Saudade*. (New York: St. Martin's Press, 1994)
- <sup>xxiv</sup> Vaz, Katherine. *Fado and Other Stories*. (Pittsburg, PA: University of Pittsburg Press, 1997)
- <sup>xxv</sup> Freitas, Vamberto. *Mar Cavado: Da Literatura Açoriana e de Outras Narrativas*. (Salamandra: Lisboa, 1998)
- <sup>xxvi</sup> Rogers, Francis M. "The Contributions of Americans of Portuguese Descent to the U.S. Literary Scene." *Ethnic Literatures Since 1776: The Many Voices of America*. Ed. Wolodymyr T. Zyla and Wendel M. Aycock. Part 2. (Lubbock, Texas: Texas Tech, 1978)

# DO SENTIMENTO DE NÃO ESTAR NA PÁTRIA

*Conceição Flores*

*Universidade Potiguar, UNR, Brasil*

Nesta comunicação irei abordar a minha experiência de emigrante e apresentar a pesquisa que desenvolvo sobre a obra de Teresa Margarida da Silva e Orta, a primeira mulher a escrever e a publicar um romance em língua portuguesa. O romance intitulado, em 1752, *Máximas de virtude e formosura*, foi reeditado em 1777 e 1790 com o título *Aventuras de Diófanes*. A escritora que nasceu em São Paulo, no Brasil, em 1711, morreu em 1793, em Belas, Sintra e viveu, desde 1716, em Portugal. Separadas no tempo, une-nos o mesmo sentimento: o de não estar na pátria.

A emigração, regra geral, é motivada por razões financeiras ou políticas. Parte-se para tentar a sorte noutro país porque na pátria não há oportunidades ou porque se é vítima de perseguição política ou ainda porque não se quer pactuar nem participar de situações com as quais não se concorda. Assim se passou durante muito tempo em Portugal. Nos Açores - de onde sou natural - o sonho era fazer a América, terra de vida difícil, mas aonde os dólares ganhos compensavam sacrifícios e amenizavam saudades. Por outro lado, durante os anos de Salazar, partir foi, para alguns, escapar da prisão ou da guerra do Ultramar. A perpetuar esses anos ficou a letra da canção que dizia "Pergunto ao vento que passa novas do meu país / E o vento cala a desgraça / E o vento nada me diz".

Mas volto à situação mais freqüente nos Açores - a da emigração para os Estados Unidos e Canadá - para contar como, ainda menina, via o emigrante que voltava à ilha pelas festas do Espírito Santo ou no verão. A imagem das roupas garridas, contrastando com a seriedade dos tons neutros da roupa usada nas ilhas; o falar arrevesado onde as palavras inglesas se misturavam ao português; as mulheres sempre cheirosas, de cabelos arrumados e unhas pintadas tornavam essa gente inesquecível e provocavam-me sentimentos ambíguos. Por um lado, agradava-me esse contacto com gente que se tornara tão diferente daquela da freguesia; por outro, entristeciam-me as histórias que ouvia. Contava-se que eles trabalhavam de domingo a domingo, que, quando o marido chegava a casa, a mulher ia para o trabalho - mal se viam; uns trabalhavam a noite inteira, outros de dia e ainda faziam trabalhos extras; que os trabalhos deles eram os que os americanos não queriam fazer.

À medida que fui crescendo, uma outra América foi se delineando. Sou da geração da guerra do Ultramar; ouvinte da Rádio Portugal Livre que transmitia, a partir de Argel, o programa "A voz da liberdade" do qual Manuel Alegre participava; leitora, entre outros, de Faulkner, Steinbeck, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Ferreira de Castro, fui moldando uma imagem de mundo que se dividia entre os que apoiavam o regime salazarista e uma ordem mundial injusta e os que construía, acreditava eu, um mundo mais justo, onde todos teriam oportunidades sem precisar de deixar a sua terra para ganhar o pão de cada dia. Essa consciência política despertava em mim um sentimento de repúdio pela América, pois sabia que os americanos davam o seu apoio ao regime português. O mundo estava, então, dividido entre uma área de influência americana e outra soviética.

Pensava eu: emigrar nunca. O meu lugar é em Portugal. Entretanto, passados alguns anos, casei com um "brasileiro". A imagem que eu tinha do Brasil também fora construída através de leituras, sobretudo de Jorge Amado e Graciliano Ramos. Considerava o país

socialmente injusto. A amenidade do clima e o exotismo dos trópicos não exerciam nenhum atractivo. Diz-se: "O homem põe e Deus dispõe". Comigo assim foi. Há já 22 anos que eu emigrei para o Brasil e o processo de hibridismo cultural foi lento e doloroso.

As trovas açorianas dizem que " A saudade é um luto / Uma dor, uma aflição / É um cortinado roxo / Que [me] cobre o coração". E a experiência da emigração traz consigo essa dor, essa aflição. Sentia saudades dos meus, da terra - sobretudo de olhar o Pico - dos cheiros, da comida, enfim, tinha saudades de tudo. Ao chegar, o embate cultural foi tão forte que, mesmo a língua sendo a portuguesa, houve um estranhamento e a sensação de orfandade.

Os anos foram passando, a adaptação foi se dando. Reconheço hoje que os ganhos foram maiores do que as perdas. Ocupar e operar a partir de um "entre-lugar" (Bhabha, 1998), isto é, de um espaço onde se articulam as diferenças culturais, implica a elaboração e consciência de uma nova identidade adquirida a partir da soma das diferenças entre o que somos ao chegar e o que vamos somando com o passar dos anos. Essa nova identidade, construída no afastamento da pátria, é o assumir das nossas diferenças, mas é também o incorporar de uma nova cultura da qual passamos a participar. Sinto agora, como diz o poeta, que " A minha pátria é onde não estou".

Abro um parênteses para falar sobre pátria e o sentido com que passo a empregar essa palavra. Tradicionalmente, associamos a palavra ao país onde nascemos, o que implica ser o local de nascimento uma nação independente. Do ponto de vista legal, assim é. O meu bilhete de identidade é português, não é açoriano, embora a última seja a minha identidade primeira. Assim, passo a empregar a palavra pátria não para indicar o sentido de pertencer a uma nacionalidade de identificação perante a lei, mas o local de nascimento, o das ligações afectivas com a terra onde se nasce. Uso a palavra brasileiro/a para referir-me aos que nasceram no Brasil enquanto este ainda era colónia portuguesa e que, através de seus textos, demonstraram não só o afecto pela pátria, mas também a consciência política de nação.

Se a partir da década de 1950, a emigração açoriana foi preferencialmente para a América, no século XVIII, o Brasil era o lugar para onde os portugueses almejavam emigrar<sup>1</sup>. O ouro recém descoberto nas Minas Gerais atraía os que sonhavam fazer fortuna. Eram tantos que D. João V chegou a proibir a emigração para a colónia, determinando os casos em que devia ser concedido passaporte. A lei, segundo consta, nunca chegou a ser cumprida. Mas já antes desse período, o Brasil era considerado uma terra de oportunidades, sobretudo para os que, em Portugal, pouco tinham a esperar da vida.

É nesse caso que se enquadra o pai de Teresa Margarida da Silva e Orta, a primeira mulher a escrever e a publicar um romance em língua portuguesa e sobre a qual venho desenvolvendo a pesquisa de doutoramento. José Ramos da Silva, assim se chamava o pai da escritora, chegou ao Brasil, em 1695, com pouco mais de 12 anos, como criado de servir. Era filho natural de Valério Ramos e de Maria da Silva, lavradores, naturais e residentes na freguesia de São Miguel de Beire, bispado do Porto. Após permanência na Bahia, capital da colónia, veio tentar a sorte em São Paulo, onde se casou, em 1704, com Dona Catarina Dorta, brasileira, de sangue mestiço, mas também descendente dos Orta, família tradicional portuguesa. José Ramos da Silva notabilizou-se durante a invasão francesa ao Rio de Janeiro (1710). No ano seguinte, em 1711, nascia, em São Paulo, Teresa Margarida. À época, o pai já era um próspero comerciante, fortuna alcançada, sobretudo, com negócios para as Minas Gerais.

Em 1716, regressou ao reino a família. José Ramos da Silva manteve, através de seus procuradores, importantes negócios no Brasil. Se a esta família faltava a nobreza de

sangue, sobejava a riqueza e a determinação do patriarca em obter as honrarias necessárias para ascender socialmente. Feito Familiar do Santo Ofício, tendo recebido o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo e arrematado o contrato de dízima da Alfândega do Rio de Janeiro, comprou, em 1722, o cargo de Provedor da Casa da Moeda de Lisboa, um dos mais cobiçados do reino.

A família tinha três filhos: Matias Aires, o mais velho, educado pelos jesuítas no Colégio de Santo Antão; Teresa Margarida e Catarina Josefa, educadas no Convento das Trinas, e destinadas à vida religiosa. O pai, conforme prática comum da época, planejou concentrar toda a riqueza nas mãos do filho varão, estabelecendo um morgadio. A filha mais nova, Catarina, será freira, não se sabe se por vocação ou adesão, e chegará a abadessa do Convento de Odivelas. O hábito não pressupunha vocação religiosa, mas adesão ao "poder simbólico" exercido pela família e pela Igreja (Bourdieu, 1999).

Quanto a Teresa Margarida, outro foi o seu destino. Conhecera, provavelmente nos "dias de grade" do convento das Trinas, Pedro Jansen Moller, 10 anos mais velho, por quem se apaixonara. Contrariados os planos paternos, que visavam concentrar a riqueza nas mãos do filho varão ou quando muito a realização de algum casamento vantajoso, a história de amor terá um final feliz pela transgressão da menina ao poder paterno. A autora tinha apenas dezesseis anos e, demonstrando querer ser dona do seu destino, solicitou dispensa matrimonial ao Patriarcado de Lisboa para poder casar-se sem a autorização paterna. Consultei, na Torre do Tombo, o processo de dispensa matrimonial de Teresa Margarida e vi os argumentos invocados para que lhe fosse concedida a dispensa matrimonial. Ela argumenta que o pai a mantém seqüestrada na Quinta da Aqualva, (Belas, arredores de Lisboa), infligindo-lhe maus tratos e que é seu desejo receber por esposo a Pedro Jansen Moller de quem se encontra grávida.

O pai, José Ramos da Silva, inconformado com a autorização obtida pela filha que se casou a 20 de janeiro de 1728, por procuração, não aceitou as diligências conciliatórias do jovem casal. Para padrinho do primeiro dos doze filhos de Teresa Margarida, e seguindo a pragmática, foi convidado o pai; para madrinha do segundo, a mãe Dona Catarina. Nenhum compareceu aos batizados, mas o pai não deixou de assistir ao casal com elevadas somas, queixando-se, no testamento, das atitudes do genro e da filha (Ennes, 1944, 423-8).

A morte do marido, em 1753, deixou Teresa Margarida numa delicada situação financeira e com doze filhos para educar. O marido havia contraído dívidas para instaurar, no Maranhão, o primeiro engenho de serrar madeiras da América do Sul. O negócio, administrado por procuradores, nunca chegou a funcionar plenamente. As dívidas vinham sendo prorrogadas e diversas moratórias haviam sido concedidas ao marido por este alegar o recebimento de "avultadas quantias" da herança do sogro. Os processos movidos por Teresa Margarida contra o irmão Matias Aires - visto ter sido deserdada pelo pai, falecido em dezembro de 1743 - reivindicando a sua parte na fortuna paterna arrastaram-se pelos tribunais até a morte de ambos. Feriam os interesses de Matias Aires, herdeiro universal, que alegava ter a irmã recebido em vida do pai somas ultrapassando significativamente o que lhe caberia pela legítima.

Em 1770, por acobertar os amores do filho Agostinho, o mais novo da numerosa prole, com Teresa Mello, da importante Casa dos Melo, Teresa Margarida foi presa no mosteiro de Ferreira de Aves, a mando do Marquês de Pombal. Posta em liberdade na Viradeira (1777), irá viver, em Lisboa, na companhia do cunhado, o monsenhor e inquisidor Joaquim Jansen Moller. Morreu a 20 de outubro de 1793, em Belas, onde está sepultada.

Entretanto, publicara em 1752, sob o pseudónimo de Dorothea Taveda Engrassia Dalmira, anagrama perfeito de Dona Theresa Margarida da Silva e Orta, as *Máximas de virtude e formosura*.... O romance conta as desventuras sucedidas a Diófanes e a Climenéia, reis de Tebas, e a sua filha Hemirena, após uma tormenta que desbaratou a esquadra, na qual seguiam para Delos, onde se realizaria o casamento de Hemirena com Arnesto, príncipe daquela cidade. Atacados e feitos prisioneiros pelos seus inimigos de Argos, são levados para terra, separados e vendidos como escravos. Nessa trama, destaca-se Hemirena, personagem principal, que, assumindo uma identidade masculina, foge dos "perigos, com que o amor ameaça a formosura" (Orta, 1945, p. 37) e empreende a busca dos pais para que, juntos, possam retornar à pátria. É sob o nome de Belino e uma *persona* masculina que Hemirena reencontra os pais e o noivo que, disfarçado, saíra de Delos a procurá-la. Toda a teia romanesca se desenvolve a partir da ação de Hemirena/Belino, finalizando a história com a volta de Diófanes e Climenéia a Tebas e o casamento de Hemirena e Arnesto. A ação desenrola-se durante o exílio e o sentimento de ausência da pátria está presente em toda a trama. Esta é pretexto para a crítica ao absolutismo, a defesa de princípios iluministas e guia de comportamento para a educação das mulheres.

A autora, no prólogo, diz ser "estrangeira" e já ter "visto bastante para poder contemplar soberanas propriedades, assentando em que não há vapores tão elevados, que possam formar sombras no Olimpo" (Orta, 1945, p. 1). Ou seja, por um lado, a sua formação intelectual vincula-se ao grupo dos estrangeirados, aos intelectuais que, formados no estrangeiro ou por leituras, partilhavam os ideais do Iluminismo, rompendo o isolacionismo e obscurantismo vigente em Portugal. Por outro, nascida no Brasil, sentir-se-ia literalmente estrangeira, sentimento partilhado por outros estrangeirados brasileiros.

Revelador desse sentimento é o facto de os estudantes brasileiros, em Coimbra, terem Nossa Senhora do Desterro por padroeira. Em Teresa Margarida, o sentimento de exílio percorre todo o romance. Bartolomeu de Gusmão, num sermão, dá voz ao sentimento de ausência da pátria, à saudade e sentimento de nacionalidade que une os brasileiros residentes em Portugal. Diz o jesuíta:

Ah! Pátria, Pátria, quão longe estás! As tuas mesmas pedras, os teus mesmos matos, que alívio me não dariam agora se pudesse vê-los! Porque hei de viver tantos anos desterrado? Que peito há tão de bronze, que não se arrebe de dor e de saudade? (Apud TAUNAY, 1942, p. 128)

Para concluir. O romance de Teresa Margarida foi bastante popular, tanto no Brasil como em Portugal, durante a segunda metade do século XVIII. Teve três edições: em 1752, com duas tiragens; em 1777, também com duas, e em 1790. No século XIX, só uma edição e mutilada, com apenas dois capítulos dos cinco originais. No Brasil, só foi editado no século XX - em 1945 e 1993 - e, pela primeira vez, se estampava o nome de Teresa Margarida da Silva e Orta na capa e página de rosto. Barbosa Machado, já em 1759, incluía o verbete da autora e dizia que o romance "saiu com o suposto nome de Dorotheia Engrassia Taveda Dalmira" (1967, vol. IV, p. 272). A autora, no entanto, ficou quase sem lugar na história das literaturas brasileira e portuguesa, destinando-lhe os críticos, quando a citam, sempre um lugar menor, sobretudo se a compararmos a seu irmão Matias Aires, disputado e partilhado por portugueses e brasileiros. Por ser mulher e estar num "entre-lugar", retiraram-lhe o lugar.

## Referências bibliográficas

- Bhabha, Homi K. (1998). *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bourdieu, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ennes, Ernesto. (1944). *Dois paulistas insignes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Machado, Diogo Barbosa. Biblioteca Lusitana. Coimbra: Atlântida Editora, MCMLXVII, vol. IV, p. 271.
- Orta, Teresa Margarida da Silva. (1945). *Aventuras de Diófnes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Taunay, Affonso de E. (1942). *Bartolomeu de Gusmão inventor do aerostato: a vida e a obra do primeiro inventor americano*. São Paulo: Leia



# ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO FEMININA NA ÉPOCA DE GIL VICENTE

Maria João Dodman  
Universidade de Toronto, Canadá

O *Auto da Índia* e a *Farsa de Inês Pereira* distinguem-se pelos conflitos humanos existentes numa sociedade em vias de modernização mas ainda grandemente enraizada num sistema de valores medievais. Constança do *Auto da Índia* expõe os costumes, neste caso os maus costumes, de uma esposa leviana. Paralelamente, no *Auto de Inês Pereira*, Gil Vicente desenvolve o antigo provérbio popular "mais quero asno que me leve, do que cavalo que me derrube". Nesta obra representam-se os episódios atribulados da vida de Inês. De importância são também os conselhos da sua mãe e de Leonor Vaz, mulheres de outra geração, mas que partilham o mesmo sistema de valores. O objectivo deste trabalho é reflectir sobre a situação da mulher e a crítica social presente nestas obras. É analisado o mundo destas personagens tendo em conta as circunstâncias sócio-históricas da época.

Gil Vicente, o pai do teatro português, foi de facto um ávido observador da sociedade que o rodeava. Vários críticos já destacaram que o teatro vicentino se encontra repleto de crítica social. Maria de Lourdes Saraiva assinala o valor histórico do seu teatro pois "a sua obra é uma descrição do processo de formação de uma sociedade profundamente desequilibrada" (20). Assim, e como já dizia André de Resende, humanista contemporâneo de Vicente, a sua obra consiste em dizer verdades entre gracejos (citado em Saraiva, 17). Igualmente importante é o facto de que a sua obra ser particularmente rica no que diz respeito às personagens femininas; das classes mais baixas, como a trabalhadora Mofina Mendes, as muitas moças de feira, ciganas e pastoras, até às mais elevadas como a Flérida da *Comedia de Dom Duardos*, Gil Vicente realça a participação feminina nesta sociedade desequilibrada. Este trabalho tem como objectivo reflectir sobre a situação da mulher presente na sua obra, nomeadamente a Inês da *Farsa de Inês Pereira* e a ama do *Auto da Índia* tendo em conta as possíveis conexões com alguns factores sócio-históricos da época.

Desde o início, apercebemo-nos que Inês Pereira é uma personagem em conflito constante com o mundo externo. Em primeiro lugar, Inês rejeita o ambiente doméstico queixando-se do encerramento considerado próprio para a mulher. Diz o seguinte sobre o tema:

Eu hei-de buscar maneira  
de algum outro aviamento...  
Coitada! Assi hei-d'estar  
encerrada nesta casa  
como panela sem asa,  
que sempre está num lugar?  
E assim hão-de ser logrados  
dois dias amargurados  
que eu posso durar viva?  
E assi hei-d'estar cativa  
em poder de desfiados?

[...] Esta vida é mais que morta.  
Sou eu coruja ou corujo,  
ou sou algum caramujo  
que não sai senão à porta? (83-84)

A ama do *Auto da Índia* apresenta-nos uma lamentação semelhante e, aproveitando-se da partida do marido, diz à criada "[m]ostram'essa roca cá: / sequer fiarei um fio" (30). Segundo as suas palavras, a mulher estava limitada à vida caseira. De facto, o primeiro marido de Inês, depois de fechá-la em casa como "freira de Odivelas", expõe claramente o lugar da mulher:

Vós não haveis de mandar  
em casa somente um pelo.  
Se eu disser: "Isto é novelo",  
Havi-lo de confirmar.  
E mais, quando eu vier  
de fora, haveis de tremer;  
e coisa que vós digais  
não vos há-de valer mais  
que aquilo que eu quiser. (118)

O marido de Inês afirma-se como dono da casa, sendo a esposa mera propriedade dele. Esta atitude enquadra-se perfeitamente com as expectativas sociais da época. Segundo M. Louise Salstad e Barbara Matulka, a literatura deste tempo mostra que a vida da mulher era, sem dúvida, severamente limitada e, que a maioria das obras termina com a submissão da mulher; conclui Matulka que "since the age was non-feministic [...] [the plays] relegate women to their domestic duties, to "their place in the home", to their obligations of love, self-sacrifice and marriage" (230). Esta insistência sobre a domesticidade da mulher aparece em ambas obras. Ao limitar a mulher, o homem, tal como indica claramente o marido de Inês, estabelece uma hierarquia onde ele manda e ela somente obedece.

Por outro lado, Mariló Vigil oferece-nos uma aproximação histórica sobre a vida da mulher nos séculos XVI e XVII. Apoiando-se grandemente nas fontes religiosas disponíveis, Vigil assinala que embora a Igreja visse a mulher como pessoa humana, era um ser subordinado ao homem, destinada às funções de produção doméstica, reprodução biológica, e claro, sempre submetida à autoridade masculina (12, 16). Basta lembrar que a edição portuguesa de Christine de Pizan do *Livre des Trois Vertus à l'Enseignement des Dames* não favorece a portuguesa. Pelo contrário, afirma-se que até a princesa deve "reconhecer que é uma simples mulherzinha, que não tem força, poder, nem autoridade" (citado em Crispim, 277). Ainda mais alarmante é a opinião corrente que indica que a situação da mulher portuguesa era ainda pior que a espanhola. Deleito y Piñuela menciona o espanto dos estrangeiros perante a extrema reclusão das espanholas (17) e, ao mesmo tempo, repara que as vizinhas, as portuguesas, só saíam de suas casas três vezes na vida: no dia do baptismo, no do matrimónio e no da morte (32). Amélia Hutchinson salienta o quanto se admirava Pinheiro Veyga perante a liberdade das castelhanas em comparação com as portuguesas (53). De igual modo, menciona o facto de que, em 1610, o autor da Descrição do Reino de Portugal, Duarte Nunes de Leão, elogia a fama de hon-

estas das portuguesas, mas que, ainda maior fama era a que tinham os homens portugueses que conservavam as suas mulheres fechadas em casa de tal modo que quase não se viam mulheres na ruas de Lisboa (183).

A ama do *Auto da Índia* parece fazer eco desta situação. No regresso do marido das Índias, ela diz-lhe que havia passado a sua ausência entre missas e prantos (49), chegando a afirmar que:

encerrada nesta casa  
sem consentir que vizinha  
entrasse por uma brasa  
por honestidade minha. (51)

No entanto, embora ambas as personagens lamentem a sua situação, elas sabem que o casamento é talvez a única opção para a mulher. Inês decide casar-se novamente, desta vez com Pêro Marques, e a ama, à chegada de marido, regressa ao modelo estabelecido. A mãe de Inês prevê o futuro da filha ao assinalar que a preguiça não lhe trará marido, e que não se apresse porque, depois de casada, virão "filhos de três em três" (85). Lianor realça a condição pobre de Inês e diz-lhe que para a mulher o casamento não é uma questão de escolha pois esta tem de aceitar o que vier (93). Esta atitude reproduz certos parâmetros sociais que insistiam que o casamento era o único meio de afirmação feminina; a outra via seria a união espiritual com Deus. Explica Margaret King que "[...] social life did not include a category for the unmarried woman outside of the religious life [...] since women's roles were defined by sexual and economic relationship to men, society made very little place for the woman who was unattached to man or God" (28-9).

Outro factor que contribuía para a preferência pelo casamento, era a impossibilidade de independência económica feminina. No mercado do trabalho, embora a mulher trabalhasse tanto como o homem, ela não tinha meios de sobreviver. Oliveira Marques no seu livro sobre a vida em Portugal na alta Idade Média dedica um capítulo ao trabalho sem mencionar a participação feminina. O único que nos oferece é um esquema da organização de profissões de Évora no século XV, no qual a mulher ocupa as camadas mais inferiores (190). Por outro lado, Guillermina Mota afirma que é impossível falar da economia portuguesa sem incluir a importância do trabalho feminino. O problema consistia no facto de que sempre se procurava justificar que lhes pagassem muito menos que aos homens (267). Amélia Andrade conclui que a presença da mulher na legislação afonsina manifesta-se na sua exclusão do mundo do trabalho. A sua presença ocorre unicamente associada a outros grupos marginais como loucos, cegos e traidores, e como dependente de uma rede de relações familiares (245). O facto da ama dizer a um dos seus pretendentes que não tem nada em casa para comer, forçando-o deste modo a comprar-lhe comida, indica que ela sabe prevenir-se. Ou seja, embora ela tenha, como diz a criada, abastecimentos por três anos (30), seria difícil sobreviver sem ajuda masculina. Sabemos que em muitas cidades ibéricas como por exemplo Sevilha, a legislação proibía o acesso feminino a muitas actividades comerciais (Perry 18). Assim, sem poder trabalhar, o casamento era um ritual prático que não só oferecia à mulher uma posição social aceitável, mas também lhe garantia certa estabilidade económica, visto que sozinha, isto seria extremamente difícil.

Outro aspecto interessante é a educação de Inês. O facto de que ela sabe ler, e que, como nos diz a mãe, sabe "latim, gramática e alfaqui, / e tudo quanto ela quer" (91) retrata o carácter provavelmente único desta personagem, sobretudo se tivermos em conta os parâmetros da educação feminina. Segundo os manuais mais populares desse tempo, a educação da mulher limitava-se ao lar e à execução das tarefas domésticas e deveres religiosos. Isto, porque se aceitava como facto cien-

tífico, segundo Huarte de San Juan, entre outros, que a mulher não tinha capacidade para mais (Vigil 48). O que tinha a mulher como descendente de Eva, era uma preponderância para o mal. De facto, António Manuel Hespanha explica que a opinião comum em Portugal era que a mulher era lasciva, astuta, má e de luxúria imoderada (59-60). Podemos acrescentar que a educação feminina, de acordo com o moralista Juan Luis Vives, deve proceder de livros santos, e que a mulher virtuosa aprende calada, nunca exibindo a sua sabedoria (26-7). Inês é uma personagem extraordinária na medida em que a sua sabedoria ultrapassa qualquer expectativa. Assinala Merry Wiesner que "by becoming learned, she [the woman] had penetrated a male preserve, which was only tolerable if she simultaneously rejected the world of women" (13). Não há dúvida de que Inês de facto rejeita a esfera feminina. Mais tarde, já dona de si, Inês prefere comportar-se de acordo com o popular provérbio, "*mais quero asno que me leve do que cavalo que me derrube*", e elege como novo marido Pêro Marques. De facto, Inês penetra a esfera masculina e é na Farsa *O juiz da Beira* que a vemos dirigir os negócios do marido. Ele próprio admite que:

minha hõspeda Inês Pereira  
(Deus a benza!) Sabe ler  
e quanto me faz mister  
para eu ir pela carreira.  
De que eu contente sam  
soma avonda que asi  
lê-me ela o caderno ali  
onde sê a Ordenação  
[...] a assi como ela diz  
Assi xe-mo faço eu; (134-5)

Para concluir, é importante destacar que as heroínas vicentinas não se submetem ao típico modelo da mulher, como surge em muitas obras da época. Gil Vicente critica a ideologia que veda o aceso da mulher à vida social, ao trabalho e à educação. De facto, o dramaturgo ridiculariza o homem ao expor a cobardia do primeiro marido de Inês e a parvoíce do segundo. Ao mesmo tempo, é impossível criticar o comportamento destas mulheres. Afinal de contas, elas agem de acordo com as suas necessidades. Elas casam-se, ou permanecem casadas, devido às pressões sociais que não as aceitam de outro modo. Por sua vez, o casamento dá lugar a uma situação de dependência onde a mulher permanece sob o controle masculino e limitada à vida doméstica. Por este motivo, a educação feminina é irrelevante; a mulher não necessita saber mais do que as suas obrigações domésticas. Além disso, pode justificar a falta de educação na suposta incapacidade intelectual feminina. No entanto, Gil Vicente, em nenhum momento, defende estas ideias. Muito pelo contrário, a mulher não é, apesar dos inúmeros obstáculos, uma figura passiva. Visto que o século XVI é uma época de grande expansão marítima, durante a qual, como vemos no *Auto da Índia*, muitos homens não regressam, é natural que a mulher lute para se afirmar no mundo do trabalho. É, ao fim e ao cabo, uma questão de sobrevivência. Termina com as palavras duma das muitas moças vicentinas da *Floresta de enganos* que nos resume a verdadeira situação feminina:

porque em tudo o que fazemos  
há mister manhas assaz  
segundo o mundo que temos. (84)

## Bibliografia

- Andrade, A. Aguiar. (1986). "A mulher na legislação afonsina: o Fuero Real." *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de história económica e social.
- Crispim, Maria de Lourdes. (1995). "O espelho de Cristina - Um "espelho" da educação das mulheres no tempo da expansão." *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Deleito y Piñuela, José. (1966). *La mujer, la casa y la moda*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Hespanha, A. M. (1995). "O estatuto jurídico da mulher na época da expansão." *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Hutchison, Amélia P. (1995). "*Dea ou Deabus?* - o declínio das relações masculino-feminino como reflexo do declínio do império." *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- King, Margaret. (1991). *Women of the Renaissance*. London: The U. of Chicago P.
- Matulka, B. (1935). "The Feminist Theme in the Drama of the Siglo de Oro." *The Romanic Review* XXVI: 3: 191-231.
- Mota, G. (1986). "O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (sécs. XVII e XVIII)." *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de história económica e social.
- Oliveira Marques, A. H. (1971). *Daily Life in Portugal in the Late Middle Ages*. Trad. de S. S. Wyatt. Madison: The U. of Wisconsin P.
- Perry, Mary Beth. (1990). *Gender and Disorder in Early Modern Seville*. Princeton: Princeton U. P.
- Salstad, Louise M. (1980). *The Presentation of Women in Spanish Golden Age Literature*. Boston: G. K. Hall & Co.
- Vicente, Gil. (1972). *Gil Vicente's 'Floresta de enganos'*. Ed. Constantine Christopher Stathatos. Chapel Hill: The U. of North Carolina P.
- *Sátiras sociais*. Ed. Maria de Lourdes Saraiva. Mira-Sintra: Europa-América, s.a.
- Vigil, Mariló. (1986). *La vida de las mujeres en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- Vives, Juan Luis. (1948). *Instrucción de la mujer cristiana*. Buenos Aires: Espasa-Calpe.
- Weisner, Merry E. (1986). "Women's Defense of Their Public Role." *Women in the Middle Ages and the Renaissance*. Mary Beth Rose ed. Syracuse: Syracuse U. P.

## WOMEN AND TRADITION: FUNERAL EM BRANCO AND MY AUNT'S NEIGHBOURS

Aida Jordão

Universidade de Toronto, Canadá

I have written two bilingual plays that explore the history and the stories of women in Portugal and in Toronto's Portuguese-Canadian community. Specifically, how are women's identity and sexuality controlled by traditional mores? *Funeral em Branco* is the story of a Portuguese woman whose funeral fulfills her bridal dreams and her progressive Canadian niece who dismisses the power of tradition. In contrast, *My Aunt's Neighbours*, looks at a community of women who find strength in traditional ties. These plays celebrate the plurality of cultures that exists in Toronto and within many individuals. The search for a *third space* where we can live comfortably and passionately is what drives us to explore our tenuous connections to the old world. In this paper, I document the creation and presentation of the dramatic experiments that embody my search.

Tia Anita died of lung cancer at the tender age of 47. My mother and sister, who were in Lisbon on holiday at the time, came back to Toronto with the story of Anita's sad death and of her memorable funeral. Anita's dying wish was to be dressed as a bride in the coffin because she had never married in life. In certain parts of Portugal it isn't uncommon for young women who die as virgins to be buried as brides -- to marry the dark earth, as it were -- but for a middle-aged woman to make such a request betrays a life that is deeply unfulfilled. Anita did not satisfy the rigid demands of the patriarchy: that a woman must marry and take care of a man, a home and children. I was told that Anita's appearance in the coffin was beautiful but grotesque. If it is unusual to see an older woman dressed in the pure, white satin and lace displayed in bridal shops, then it is uncanny for this woman to be dead, her bride's bouquet eclipsed by the funeral wreaths that surrounded the coffin.

Far away in Toronto I was safely ensconced in the alternative lifestyle of feminist theatre, firmly convinced -- with that bouncing idealism of the eighties -- that our male dominant society had its days numbered. That kind of aberration, a middle-aged virgin woman dressed as a bride in the coffin, would never happen here, I thought indignantly. But the image of Tia Anita and her funeral day haunted me. When my feminist voice was silenced by members of the old boys' club or by men loitering outside billiard halls, I could not separate Anita's dilemma from my own. The expectations that she did not fulfill because she was ill were the same I did not want to fulfill because of my political convictions. However, I was already married and many ghosts pressured me to engage in domesticity with glee. After all, to be born Portuguese is to step with pride into the shackles of housekeeping and child-rearing, isn't it? I thought Anita's dream of marriage did not go beyond the final posed photograph of the *fotonovela* where the bride and groom kiss at the altar. If she was already an accomplished seamstress and housekeeper, what was the ideal that she romanticized and yearned for?

Já passei a roupa a ferro,  
Já lavei o meu vestido,  
Amanhã vou me casar,  
O Manel é meu marido.<sup>1</sup>

This story, an important part of my family history, became crucial to my professional life and my first venture into solo playwriting. As a feminist theatre artist in Toronto, a considerable part of my work has dealt with women in immigrant communities. With the Company of Sirens and Nightwood Theatre, I have undertaken projects as an actor, director and playwright that explore the history and the stories of women in Portugal and in the Portuguese-Canadian community. Two of these projects, the bilingual plays *Funeral em Branco/Funeral in White* and *As Vizinhas da Minha Tia/My Aunt's Neighbours*, were directly inspired by Tia Anita's life and death. In this paper, I will document the creation and presentation of these plays and honour the epistolary legacy of women's writing and matrilineal oral tradition. Anita was my muse and our family and neighbours were my research assistants. My primary sources were diaries, letters and popular magazines.

Both plays are autobiographical fictions. *Funeral em Branco* is the story of a Portuguese woman bound by tradition and her Canadian niece who struggles to understand the oppressive and predetermined nature of fixed cultural customs. In contrast, *My Aunt's Neighbours*, looks at a community of women who find strength in traditional ties. A young woman recovering from a personal tragedy stays in her aunt's apartment during the summer. At first, she is fiercely protective of her privacy, rejecting the new family of *vizinhas*, but she grows to love, respect and need these women. The plays were developed in professional workshop situations in Toronto with actors and directors from a diversity of communities, including semi-professional *luso-canadianos*. *Funeral em Branco* was presented at the "Women and Live Words Festival" produced by the Company of Sirens in 1991. *My Aunt's Neighbours* had a staged reading at Nightwood Theatre's "Groundswell Festival" in 1994.

The creation of these plays stems from an unqualified support for the plurality of cultures that exists in Toronto and within many individuals. Our constant preoccupation with hybridity and the search for, as Homi Bhabha puts it, a *third space* where we can live comfortably and passionately, is what drives us to explore our tenuous connections to the old world (1994. 39). My co-workers in the Company of Sirens, women theatre artists like myself, were incredulous that I, a North American feminist, could be so intimately linked to Anita's story. First, their eyes widened in astonishment. Then, they imagined the infinite creative possibilities of bringing together Anita's and my world on stage. They made it possible for me to tell that story in dramatic form: to get funding to write and do research in Portugal, to develop the play with actors and finally, to produce a workshop performance.<sup>2</sup> In the spirit of pluralism, the eventual artistic team was representative of the precious racial and cultural diversity of Toronto.<sup>3</sup>

With a generous grant from the Canada Council to tide me over, I arrived in Lisbon to research this mammoth topic of Women and Tradition. I did not bury myself in the musty aisles of the Biblioteca Nacional hopelessly searching for nonexistent material on women. Instead, I turned to the direct source: the women themselves. I lived in Anita's apartment reading old letters, studying photographs, organizing piles of *fotonovelas* and *Crônicas Femininas*. I visited and listened to the *vizinhas* and other *tias*. I went to Vieira de Leiria and Coimbra to find old aunts, cousins and neighbours. I was given more photographs and letters. I was so wrapped up in epistolary and oral material that I reluctantly dragged myself to libraries and women's associations in Lisbon to do some hard research. What I found at the Instituto da Condição Feminina and the Movimento das Mulheres was sparse but provided some accredited documents.

Back in Toronto, I set up a typewriter under my bedroom window and started to

write... in English and Portuguese. The project had always been bilingual. It couldn't be otherwise with Anita and myself as the models for the protagonists. At first, all the Lisbon characters spoke Portuguese and the Toronto characters English. However, when the play was developed with a cast of bilingual actors for an intended bilingual audience, these rules relaxed considerably and I re-wrote dialogue in a blend of two languages, regardless of the actual ability of the character. It was a convention readily accepted by the audience. Two matronly characters, Dona Rosa and Dona Eugénia, guided the narrative. Their musings went like this:

DONA ROSA:

O sonho de todas as raparigas é ir de véu e grinalda.

DONA EUGÉNIA:

Lots of lace and a very long train.

DONA ROSA:

É o dia mais bonito na vida de uma mulher.

DONA EUGÉNIA:

Such a special day! And then a little house with lace curtains in the windows

DONA ROSA:

Toalhas de mesa bordadas com napperons iguais.

DONA EUGÉNIA:

Matching doilies!

DONA ROSA:

Um mimo. Tudo limpinho.

DONA EUGÉNIA:

Ah yes! A spotless house is everything... and children --

DONA ROSA:

Criancinhas! As meninas de trancinhas e os rapazes a jogar à bola.

DONA EUGÉNIA:

It's a dream...

DONA ROSA:

Um sonho! (Jordão, 1991, 5)

The real Anita's dream of a being the perfect wife and mother didn't materialize but in my play, she immigrated to Canada to learn about alternative opportunities for women. Unfortunately her aging mother, Albertina, sours the experience by engaging in intergenerational and cultural clashes with her granddaughter Susana. While they watch TV,

ALBERTINA:

Não percebo nada. A televisão está para aí ligada o dia inteiro e não se percebe nada. É só para os Canadianos.

ANITA:

Mãe, assim a menina não houve nada.

ALBERTINA:

Ora essa! Se pelo menos soubesse explicar o que se passa nesses programas mas nem uma palavra de português sai daquela boquinha. Não é minha menina? Dizes que percebes tudo mas a avó não acredita.



SUSANA:

I do so understand. And stop buggin' me to speak Portuguese already.

ALBERTINA:

Já se viu uma neta responder dessa maneira à avó? Aindaavas --

ANITA:

Xaninha anda cá pró colo da tia, querida.

SUSANA:

Holy cow! I'm too old to sit on your lap. Leave me alone. Can't you see I'm watching General Hospital?

ALBERTINA:

Agora fica aí agarrada a ver publicidade. De cinco em cinco minutos aparece um parvo qualquer a querer vender uma porcaria qualquer e depois nós é que temos que aturar os miúdos no supermercado. Isto é que é um martírio! E quando penso que o teu irmão só come sandes ao almoço e à pressa... isto só visto... (16)

And so on. My earnest efforts of changing Anita's fate by bringing her to Toronto were defeated by an even stricter moral code enforced by the *luso-canadianos* that were here. The weight of tradition travelled with them and increased in importance. Anita was doomed. Feminism thrived but in a distant place where English was spoken; certainly not in Little Portugal.

We performed a staged reading of the play at a women's play festival and focused on creating images that transcended the spoken word. A beautiful dance of ghostly wedding dresses spun around Anita as her death approached. The audience, a mixture of theatre people, feminists and *luso-canadianos*, responded enthusiastically to the blend of tradition and radical politics. Still, I thought I had been too hard on Portuguese women, depicting tradition solely as an oppressive institution that, as fatalistic as *fado*, disastrously predetermined a woman's social condition. Yet, the formal characteristics of the play depended on traditional music and images to convey the beauty of the story. I needed to write another play; an antidote to *Funeral em Branco*.

For two years in the early nineties, my husband and I lived in Lisbon in the very apartment where Anita was born and died. It's a tiny place in one of the historic vilas of the city where both my paternal and maternal families have lived since the 1920's, where my parents met and where I was born. When I lived there as an adult, I was surrounded by a community of women that was strength itself and promised a covert matriarchy. Here was my next play. *My Aunt's Neighbours* was written to honour the women who loved and supported Anita, and by extension, me. I discovered that the strong ties of tradition had another purpose.

My fictionalized account of the *vizinhas'* stories was actually set in Toronto, in a low-rise apartment building where women from diverse cultures built a world that transcended the male-dominated society around them. I maintained the bilingual style of *Funeral em Branco* by creating two Portuguese-speaking characters, Dona Maria and Luísa. The play was workshopped and presented at Nightwood Theatre with Toronto actors and one luso-canadiana community actress.<sup>4</sup> Scenes have also been performed at festivals and events, most recently at Harbourfront's *Sabor Saudade*.<sup>5</sup> While this play celebrates the women who keep a community together, it does not evade the irony that they are the same women who uphold oppressive traditions. The outsider, Luísa, is confronted by this complexity. She is,

like I once was, the emancipated young woman who cannot deny the influence of her ancestral traditions. Luísa's hybridity surpasses cultural pluralism. It is also a fusion of past and future identities that embrace each other in the present.

In this excerpt from *My Aunt's Neighbours* Dona Maria knocks on Luísa's door in a panic:

DONA MARIA:

Luisinha, I no wanna bother you mas o meu Miguel está ali deitado no chão e não o consigo levantar. He fall on the floor! A Miss Emily e a Filomena coitadas try to help mas ele é muito pesado. He too fat. Quando nos casámos era tão jeitoso, um palitinho, mas agora... Luisinha, you help us?

LUISA:

I'll try but I don't think I can lift him alone.

DONA MARIA:

Por amor de Deus! No alone! You too skinny. Vamos tentar levantá-lo todas de uma vez, OK? Together, OK?

LUISA:

OK, OK, let's go.

(they move across the hall to Dona Maria and Senhor Miguel's apartment; Senhor Miguel is lying on the floor screaming; Filomena and Miss Emily are standing by)

SENHOR MIGUEL:

Putas! São todas umas putas e vão dar cabo de mim! Get lost! Go away bad women!

FILOMENA:

He's no good. Here we are trying to help him and he's calling us names. We should leave him to rot.

DONA MARIA:

Ai, Jesus. Please no go Filomena. Luisinha help us.

FILOMENA:

That skinny thing. Ha!

MISS EMILY:

Now, now Filomena. If Luisinha holds onto the stool we can lift him up onto it.

LUISA:

I'll try to get him to sit up a bit. Vamos, Senhor Miguel. Vamos levantar.

SENHOR MIGUEL:

Não posso menina, não tenho força nas pernas. No good old legs.

DONA MARIA:

Nossa Senhora, o meu Miguel vai morrer aí estendido no chão. Sempre pensei que ele morresse na cama. Que desgraça. He's gonna die on the floor!

LUISA:

He won't die, Dona Maria.

FILOMENA:

I don't have all day. Let's do this. On the count of three...

(all the women count 1-2-3-lift and manage to sit Senhor Miguel on the low stool, they count again and get him onto the armchair)

DONA MARIA:

Louvado seja Deus. Não morreu no chão. (1994, 12)

The closeted matriarchs of our society sometimes have no choice but to uphold the patriarchy. In the end, this scene is a metaphor for my dramatic experiments on tradition and women.

My plays attempt to reveal the complex duality of being *luso-canadiana*. My dramaturge, Lina Chartrand, said that *Funeral em Branco* couldn't just be the sad story of an oppressed woman, that it needed a twist. "Are you censoring yourself?" she asked, "Whatever you're scared about is probably what's most interesting." In *My Aunt's Neighbours* I try to respond to this challenge. I hope I have finally "eluded the politics of polarity" and found that precious *third space* (Bhabha, 39).

## References

- Bhabha, Homi K. (1994). The Location of Culture. London and New York:Routledge, p. 39.
- Jordão, Aida (1991). Funeral em Branco/Funeral in White (unpublished playscript).
- Jordão, Aida (1994). As Vizinhas da Minha Tia/My Aunt's Neighbours (unpublished playscript).

# A MULHER EM "JÁ NÃO GOSTO DE CHOCOLATES"

Álamo Oliveira  
Escritor, Portugal

Em *Já Não Gosto de Chocolates*<sup>1</sup> - um texto de ficção narrativa que aborda a emigração açoriana (a da ilha Terceira) para o Estado da Califórnia nas décadas de 50 e de 60 -, as mulheres adquirem, no desenvolvimento da trama romanesca, um peso significativo. A sua inserção na sociedade dos meios rurais californianos, a par da inevitável aculturação, não se fez sem a ocorrência de conflitos sócio-culturais notáveis. A educação trazida da ilha parece ter ficado reduzida a meras referências de cariz folclórico, sem que isso signifique uma inserção equilibrada na sociedade norte-americana.

Como é do conhecimento de todos, a ficção narrativa universal está repleta de retratos de mulheres que reflectem a sua importância sociocultural, mesmo que sob os inevitáveis contextos históricos e, sobretudo, de classes. Se, em muitas das obras produzidas e tendo em consideração estilos de escrita epocais, a mulher aparece dotada de alguma menoridade e subserviência perante machismos cultivados por comportamentos obscuros, noutras - muitas delas escritas no feminino -, a mulher é relevada à igualdade de oportunidades, situando-a, através da exposição de conflitos conhecidos, no lugar que, naturalmente, lhe cabe.

Em *Já não gosto de chocolates*, e de forma que o autor considera inadvertida, as mulheres acabam por ter o peso mais significativo no desenvolvimento da trama narrativa - cada uma à sua maneira, é certo -, mas cada uma podendo ser o protótipo de inserções e de assimilações ditadas por uma realidade nova, que colide, frontalmente, com valores e princípios que, até então, pareciam intocáveis. Este conflito resulta da situação a que as mulheres de *Já não gosto de chocolates* estão sujeitas: serem naturais dos Açores (ilha Terceira) e de emigrarem com idades diferentes para os Estados Unidos da América (estado da Califórnia). O choque de civilizações era inevitável.

Quando nas décadas de 50 e de 60, a emigração, a partir dos Açores, se tornou hemorrágica, a mulher terceirense exercia funções especificamente domésticas. Eram raras as professoras, médicas, as funcionárias públicas e estas sempre nascidas na cidade. Aliás, a emigração encheu-se de gente da área rural e, aí, a situação da mulher era diferente. Como era diferente da situação das mulheres das outras ilhas, nomeadamente das de S. Miguel, Pico e S. Jorge. Esta referência importa ser feita para um melhor entendimento das mulheres que figuram em *Já não gosto de chocolates*.

Na Terceira, a mulher rural ocupava-se, enquanto esposa, a procriar, a limpar a casa, a lavar e passar roupa a tecer, a bordar e fazer renda, tarefas que tinha por obrigação ensinar às filhas. Só em caso de excesso de trabalho e por falta de mão-de-obra masculina, ela dava uma ajuda nos trabalhos de campo, concretamente na apanha da batata, do milho, da uva. Homem que se prezasse não sujeitava as suas fêmeas a tarefas que implicavam esforço de macho ou a sofrer as consequências do frio e do calor. Até porque bordar e fazer renda eram tarefas remuneradas (mal remuneradas) e poupava-se dinheiro cozinhando, lavando, tecendo, com recursos próprios.

Noutras ilhas dos Açores, a mulher não seria tanto poupada. Dizia-se mesmo que a mulher terceirense era fidalguinha pobre, restando-lhe o proveito da fidalguia, mas não evitando que as mulheres das outras ilhas fossem pobres também. O que é curioso, é que,

apesar desta espécie de clausura doméstica, a mulher terceirense estava longe de ser bicho de buraco. A sua vida social era bastante aberta. Sabemo-la nas festas do Espírito Santo, nas do Carnaval, nas touradas e, sobretudo, participando em tarefas colectivas como desfolhadas, vindimas, serões de fiar e na preparação de actos sociais (casamentos, funerais, baptizados, etc.).

Ao emigrar para a América do Norte, a mulher terceirense confrontou-se com outra realidade social, económica e cultural e, daí, que tivesse de mudar a sua mentalidade e o seu comportamento. Isso de ser apenas doméstica já não dava pão. O machismo familiar diluía-se depressa na necessidade de entrar mais um cheque em casa. A mulher que bordava e fazia renda no canto do estrado, que lavava roupa nas pias do chafariz público, que amassava e cozia pão no forno da casa, tinha que levantar-se cedo e ir até á fábrica, até aos lugares de faxina e, aí, entrava, durante oito horas, no esquema de produção, sem que o facto de ser mulher fosse motivo de desculpa para uma eventual baixa de rendimento.

Nesta nova realidade, a mulher terceirense tinha que adaptar-se e aculturar-se, desfazendo-se de alguns valores, alguns tidos como preconceitos, para optar por outros que, não raras vezes, se situavam nos antípodas dos primeiros. Eram frequentes os casos de desorientação, casos que perturbavam não só o agregado familiar como a própria comunidade. O itinerário que é dado a cada uma das mulheres de *Já não gosto de chocolates*, procura deixar visível, mesmo que de forma condensada e metafórica, essas transformações de mentalidade e de comportamento. (Refira-se, porém, que, actualmente, essas transformações não têm leitura significativa por parte de quem permanece nos Açores. Isto é: a evolução social, económica e cultural dos açorianos apagou, por completo, o conceito de feminismo das décadas de 50 e de 60. Como noutros lugares do mundo, a mulher açoriana executa todas as profissões, coloca os filhos nas creches e os idosos nos asilos, casa, divorcia-se e exige divisão das tarefas domésticas com todos os elementos do agregado familiar).

As mulheres de *Já não gosto de chocolates* pertencem, assim, a um tempo e a um espaço antropológicos. Já não existem. E, se existem, estão, com certeza, situadas em reservas de pouca duração.

Quando José da Silva resolveu emigrar para a Califórnia, trouxe consigo três mulheres e dois homens. Fixaram-se na área rural do vale de San Joaquim. Em termos profissionais, o choque não foi demolidor. Se não fosse o homossexualismo do seu benjamim, José da Silva não teria tido problemas de maior com os filhos machos. O passivismo de António, perante a autoridade de Maria de Lurdes - sua mulher por casamento católico -, não o atormentou demasiado cedo e os netos garantiram-lhe a virilidade do filho.

Piores, segundo a óptica conservadora do homem terceirense da altura, foram os comportamentos das mulheres - comportamentos, afinal, adivinháveis se reparassem nas fotografias que iam da América para as ilhas: maquilhagens fortes, vestidos com decotes generosos e sem mangas, o uso de *shorts* e nas peças de roupa que recebiam nas sacas de encomendas. Nas ilhas, nenhum desses trajes seria permitido: os decotes e as mangas seriam emendados com bocados de tecido retirados do forro ou da roda da saia: os *shorts* dariam, na melhor das hipóteses, umas cuecas.

Em *Já não gosto de chocolates*, Maria/Mary continua a ser, na sua qualidade de esposa e de mãe, uma mulher da ilha. Mas não deixa de estar atenta às alterações de comportamento dos filhos. Procura mesmo engolir os sapos vivos dos preconceitos com um estoicismo enformado por muitos afectos. Será mesmo a mulher maiúscula da história, apesar de evitar fazer ondas, utilizando toda a sua capacidade conciliatória. No seu final

dramático, é-lhe grata a presença do seu benjamim, aquele que, assumindo a diferença sexual, melhor soube administrar a sua capacidade de amar. Maria/*Mary* é, assim, igual a tantas outras mulheres que saíram da ilha e que, conduzidas pelo instinto e pelo afecto, foram capazes de retirar do naufrágio moral e social aqueles que, por princípio, poderiam aguentar melhor o choque sociocultural da América.

E quase se poderia dizer o mesmo da filha Lúcia/*Lucy*. Só que esta preferiu escudar-se no cinzentismo de uma vida que a fez estagnar no tempo, transferindo para o dinheiro a sua paixão mais realizável. Ficou condenada a diluir-se na comunidade sem deixar rasto nem nome. Os seus filhos, porém, não lhe colheram o exemplo. No dia a seguir à apresentação de *Já não gosto de chocolates*, na cidade de Tulare, uma conterrânea desabafou: "Não dormi. Li o livro todo. A minha raiva é porque me identifico com a *Lucy* e não sei se tenho tempo para mudar".

Margarida/*Maggie* tem a dimensão da rebeldia. Cultivou-a quanto pôde. O seu horror ao anquilosamento e à estagnação levou-a a enfrentar todas as barreiras, até desafiar o próprio abismo. É a única que procura integrar-se no espírito da mulher americana, sem conhecer como, mas ultrapassando o que vigorava na comunidade lusa. Será apelidada de prostituta porque não aceitou a passividade e a hipocrisia das outras. Teve coragem para desenvolver a sua capacidade de amar e também o seu sentido de justiça. Por isso, foi capaz de evitar situações de ridículo e de puro preconceito. Desprendeu-se de amarras à custa de uma lógica linear, cometendo erros, mas nunca repetindo o mesmo erro, tocando uma sabedoria de vida mais condicente com o tempo e o lugar em que viveu.

A quarta mulher do livro é espúria. Vem da ilha, de propósito, para casar com António/*Tony*. E, nela, tudo parecia certo. É filha de gente pobre, trabalhadora, honesta. Mas, ao aceitar casar com António/*Tony* ela impôs um preço. Maria de Lurdes/*Milu* não quer ser, simplesmente, a mulher de um vaqueiro. A sua ambição conduziu-a ao uso de estratégias exemplares. Tornou-se notada e notável, mesmo que, para tanto, tivesse que recorrer a processos poucos ortodoxos. Sem cair em dislates sociais, acabou por sucumbir perante a adversidade de um filho mongolóide, que lhe retirou toda a vontade de sobressair perante a comunidade. Lurdes/*Milu* não é animada da mesma coragem de Margarida/*Maggie*. A geografia da sua vaidade ficou confinada ao espaço da comunidade.

Uma quinta figura feminina surge também, neste livro, com peso significativo: *Rosemary*, nascida numa cidade mexicana fronteiriça com os Estados Unidos. Casou com um idoso americano, com objectivo preconcebido de passar-se para a Califórnia. O casamento deu-lhe o passaporte e uma pequena herança, que foi aproveitada para tirar o curso de geriatria. Foi ela a destacada para tratar de *Joe Sylvia* enquanto utente do Lar de idosos. Para além de profissional exemplar, *Rosemay* revelou ser dona de um grande coração, criando complicitades de afecto que ora tocavam de filha para pai ou de mãe para filho, ora os de esposa para marido. Na indefinição das fronteiras desta relação, ficam patentes as qualidades de uma mulher que soube usar o coração na dádiva da solidariedade, não da especificamente feminina, mas daquela que todo o ser humano deve desenvolver. Importa também deixar explícito que a exemplaridade de *Rosemary* não resulta do facto de ser mexicana, mas sim, da forma como desenvolveu o seu potencial afectivo.

Em *Já não gosto de chocolates*, só aparentemente a mulher tem um lugar subserviente. A sua importância, apesar das situações de resignação que se referiram, é ganha exactamente pela sua capacidade de enfrentar e afrontar um quotidiano, que não desdenharia empurrá-la para um estado de menoridade social. E isto não só pela sua educação de origem, mas também porque o meio onde se inseriu é demasiado híbrido a todos os níveis.

No fundo, todos parecem carregar um sentimento de culpa pelo seu entendimento e uso da liberdade. Isto é: cada um usa a liberdade em proveito próprio, ressentindo-se que outros a utilizem também, sobretudo, quando de forma mais autêntica e assumida. É uma espécie de inveja que, afinal, vem revelar que ser homem ou mulher é mesmo só uma questão de sexo. Todos parecem estar sujeitos às mesmas fronteiras sociais, económicas e culturais. "A Vez e a Voz" da mulher de há muito que é um dado adquirido, mesmo quando essa vez e essa voz necessitam de lutar por visibilidade para serem reconhecidas. Em *Já não gosto de chocolates*, isso acontece também com os homens, desde o patriarca *Joe Sylvia*, passando pelo passivismo machista de *Tony* e pelo oportunismo de Alfredo, até *John* com o ferrete da sua diferença sexual. Por isso, é sobre *Joe Sylvia* que o livro remata:

Vivera sob o signo supérfluo do imediato, fazendo com o corpo o que lhe negava o coração. Sempre tivera mais deveres do que direitos. Escapulira da ilha onde lhe faltara pão e voz. Na América, procurava a liberdade mais hirta do mundo, consagrada numa estátua de betão. A sua angústia maior foi reconhecer que mil vezes se perdeu enquanto vivo, e outras tantas enquanto morto. E esse medo transformou-se na sua mais-que-perfeita-solidão

É desta solidão que a vez e a voz devem fugir. O direito à felicidade não tem sexo.

---

1 Álamo de Oliveira, *Já Não Gosto de Chocolates*. Lisboa: Edições Salamandra, 1999.

## **THE INCLUSION OF WOMEN IN THE MALE DOMINATED JOB MARKET OF EARLY 19<sup>th</sup> CENTURY RIO DE JANEIRO**

*Rosana Barbosa*

*St. Mary University, Canada*

This paper discusses the experiences of Portuguese women in the job market of Rio de Janeiro, in the 19th century. During this period, the city was one of the most important destinations in the world for Portuguese emigrants. However, the job market of Rio de Janeiro favoured males with some formal education, who came to work in the retail commerce of the city. The large majority of Portuguese immigrant women did not have any formal education, and as a consequence, their choices in the job market of Rio were limited to manual labour and mostly to domestic work.

### **Introduction**

Rio de Janeiro received a significant number of Portuguese immigrants in the first half of the 19th century. Of these, the large majority were males. However, historical sources show that there was also a small number of Portuguese immigrant women living in the city. These were largely unskilled and uneducated, a fact that left many of them unable to succeed economically and socially in Rio's job market.

This paper will discuss the experiences of Portuguese women in the job market of Rio de Janeiro, in the early 19th century. During this period, this city was one of the most important destinations in the world for Portuguese emigrants. However, the job market of Rio de Janeiro favoured males with some formal education, who came to work in the retail commerce of the city. The large majority of Portuguese immigrant women did not have any formal education, and as a consequence, their choices in the job market of Rio were limited to manual labour and mostly to domestic work.

### **The City of Rio de Janeiro in the Early Nineteenth Century**

Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century was a rapidly growing city. Its population increased almost five-fold in 50 years, jumping from 43,376 in 1791 to 205,903 in 1849. The arrival of the Portuguese royal family in 1808, who were accompanied by about 16,000 Europeans, created an increase in the economic activities of the city, such as construction, commerce, and domestic services. After Brazil's independence from Portugal in 1822, Rio's economic and demographic growth continued as that city became the capital of the young Brazilian empire.

The development of the coffee economy which began to take shape in the 1830s, attracted a large number of free immigrants, who became mostly involved in the commercial sector of the city. In fact, the censuses of 1838 and 1849 illustrate that free foreigners were the fastest growing group in the population of Rio. Even though the numbers of free nationals and enslaved people were larger than those of free foreigners, this last group increased four-fold from 1838 to 1849, while the numbers of free nationals increased only



1.3 times and the enslaved population 2.1 times.<sup>1</sup> Amongst these free immigrants, the Portuguese predominated overwhelmingly. In fact, the Portuguese totaled 80 percent of all free registered immigrants to that city between 1831 and 1842.<sup>2</sup>

### **Male Predominance amongst Registered Immigrants**

The attraction Rio de Janeiro had for Portuguese immigrants, in addition to the common language and the common history, was the opportunities created in the commercial sector of the city by its demographic growth. Because of the opportunity in the commercial sector, a large number of young males with some level of education were attracted to the city. Most of these came to Rio as legal immigrants, i.e., they brought a passport and that they registered with the Police department of Rio after their arrival.

Very few women were found within this group of registered immigrants. Amongst the people who were listed in the passport registers during the periods of November 1826, June 1832, August 1838 and January 1842 (which were chosen randomly), not only were all of them males but the vast majority were also single. Moreover, the passport registers show that almost all of those who were married had migrated to Rio without their wives.<sup>3</sup> The last wills and testaments of Rio's residents in the 1860s and 1870s, also show the predominance of male immigrants in Rio. In the wills for the years of 1864, 1865, 1870, and 1872, there were 170 male Portuguese who were listed, while only 34 females were registered.<sup>4</sup>

### **Indication of Female Immigration**

Yet, even though male immigrants predominated in Rio's population, this does not mean that there were no immigrant women in the city. Indeed, the lack of women in the passport registers can be explained by the fact that, in the first half of the nineteenth century, very few Portuguese women immigrated to Brazil with a passport. Henrique Fernandes Rodrigues in his study of passports from the region of Minho (which was one of the most important regions of emigration in Portugal) has shown that of 3,276 immigrants who applied for a passport between the years of 1835 and 1860, only 119 were women.<sup>5</sup>

The diplomatic correspondence has also shown that a large number of both male and female in Rio immigrated without a passport and never registered themselves upon their arrival.<sup>6</sup> In 1833, the Portuguese vice-consul in Rio, José de Miranda, stated that the majority of the Portuguese entering Rio de Janeiro, did not have a passport.<sup>7</sup> In the same year, Rio's Chief of Police, Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, also stated that there was a large number of Portuguese who entered Brazil without a passport.<sup>8</sup> A year later, the Portuguese consul João Baptista Moreira asserted that the majority of the Portuguese found in Rio came without a passport.<sup>9</sup>

Women figured most prominently amongst those people who immigrated without a passport and who, therefore, did not register with Brazilian authorities after their arrival in that country. For instance, in 1847 the consulate acknowledged that for the first semester of this year, 796 Portuguese immigrants had arrived in Rio. Of these 133 were women who, in their majority, had come to Brazil subsidized by employers.<sup>11</sup> In 1849, the Portuguese consul, João Baptista Moreira, wrote that on January 3 the Portuguese schooner "Thelis", from the Azores brought 181 passengers, of whom 32 were women. These were quickly hired by employers in Rio who paid their tickets and established a relation of indentured work with them.<sup>12</sup>

The higher incidence of women among the non-registered group may be explained by the fact that the passage to Brazil of most of these immigrants had been paid for by

prospective employers. Only in this way would whole families or poor single women be able to migrate. For instance, the ten single women who arrived in 1842 to work as servants most certainly had their tickets paid by someone who was already established in the country and who was willing to hire them as servants. The poverty of these women is implied by the comment of the Portuguese Representative in Rio, Ildefonso Leopoldo Bayard. He stated that of 65 Portuguese immigrants arriving in Rio de Janeiro on March 1842, there were 16 women who were described by him in the following way:

Das mulheres, quatro são casadas acompanhando seus maridos e filhos, uma viúva, uma filha pequena de um colono, e dez solteiras, criadas de servir com poucos préstimos.<sup>13</sup>

### **Occupation of Immigrant Women**

In fact, domestic service was the dominant occupation for the Portuguese women in Rio de Janeiro. Domestic work was, indeed, the most common occupation of poor females in the city. June Hahner has shown that the majority of the female urban workers in Rio during the nineteenth century worked as domestic servants. In fact, she stated that in 1872, 63 percent of Rio's total female labour force worked as domestic servants.<sup>14</sup>

The Portuguese predominance in domestic work is evident in the newspapers of the time. In fact, when comparing ads from Rio's newspapers, the different job opportunities for males and for females become apparent. For instance, many of the job ads directed to male employment would ask for someone who could read and write and who had experience or some training working in commerce or administration. For example, the *Diário do Rio de Janeiro*, in April 10, 1826, had the following advertisement:

Precisa-se de um homem, que saiba ler e escrever, filho de Portugal, e que entenda de lavoura, para nesta dirigir serviço de agricultura... a quem convir, falar à rua de São Pedro próximo à rua Direita número 23.<sup>15</sup>

The same newspaper published in Feb. 17, 1830, that:

Um português chegado há pouco da Ilha da Madeira, pretende empregar-se em alguma ocupação, acha-se hábil para escrituração, assim como para qualquer ramo de negócio, ou para administração de qualquer natureza que seja, sujeita-se a sair para fora desta corte, ou para qualquer parte do interior; se alguma pessoa precisar dele anunciar por esta folha.<sup>16</sup>

The *Jornal do Comércio* also published similar ads. On February 26, 1829, it stated that:

Na rua d'Alfandega ao pé do Oratório de pedra, sobrado número 398, acha-se um jovem filho de Guimarães instruído em negócio de ferragem e pretende-se arrumar em uma casa capaz de ferragem; quem dele precisar dirija-se a dita casa para tratar.<sup>17</sup>

Another one on January 3<sup>rd</sup>, 1831, stated:

Acha-se nesta cidade um sujeito filho de Portugal que se deseja empregar em

qualquer casa para administrador, não sendo para roça, ... quem quiser utilizar só seu préstimo, procure no beco dos Ferradores número 12.<sup>18</sup>

Advertising aimed at women was quite different in the sense that the jobs being offered or searched for by free women in Rio de Janeiro, were almost all for domestic work. Also, there were many more jobs being advertised for men than for women. The *Diário do Rio de Janeiro* on August 31, 1826, advertised that:

Qualquer senhor solteiro que precisar de uma criada filha de Portugal, para todo o serviço de portas a dentro, livre de vícios, pois já não é criança, dirija-se à rua da Lapa do Desterro.<sup>19</sup>

Another one published on December 12, 1827, stated:

Alguma senhora de Portugal que saiba coser e engomar, e que queira se arranjar em uma casa de pouca família também de Portugal, pode avisar neste Diário para ser procurada.<sup>20</sup>

Another one on January 15, 1841, stated:

Quem precisar de uma Sra., filha de Portugal, para tomar conta de alguma casa de Sr. viúvo ou solteiro, e fazer todo o serviço de portas a dentro, anuncie neste jornal o número de sua casa para se fazer os ajustes.<sup>21</sup>

The only other profession found in the newspapers was that of a woman offering herself to work as a mid-wife, or parteira.<sup>22</sup>

The wills of Portuguese women found in Rio de Janeiro also show that the occupation of domestic was the most common occupation. Even though most women were living off of savings prior to their death, the few who were still working, were involved in some kind of domestic work. Of the 34 women found in the will registers of 1864, 1865, 1870, and 1872, seventeen were living off of their savings, five were involved in sewing, one was a maid, one was a laundress (*lavadeira*) and ten were economically dependent on their husbands.<sup>23</sup>

Another group of women, who arrived in Rio on December 11, 1840, from the Azores also provide further example of the job opportunities for Portuguese immigrant women in Rio de Janeiro. Of the 123 Portuguese immigrants, 40 were women, who in their majority did not immigrate with a family. Amongst these were Francisca Cândida, who immigrated alone to work as a servant, was hired by Francisco José da Costa e Silva who had paid for her ticket after her arrival in Rio. There was also Maria Luiza whose ticket was paid by the man who hired her as a servant, and José Joaquim da Costa, who was hired as a slave overseer (*feitor*) also migrated with his wife and sister-in-law. Both women were not hired to work at the time. It can be assumed that they would try to find employment after they had arrived in the community where José was going to work.<sup>24</sup>

Perhaps because of the fact that servant work was not always available or perhaps, because of the fact that the conditions of work were not very attractive, some Portuguese women ended up working as prostitutes in the city of Rio de Janeiro. For instance, in 1845, Dr. Herculano Augusto Lassance Cunha mentioned in his medical thesis that there was

an increase in prostitution in the city and, therefore, of sexually transmitted diseases. He added that one of the principal groups of prostitutes working in the city was composed of Portuguese women, who had come mostly from the Azores to work as domestics.<sup>25</sup> In order to prevent the involvement of Portuguese migrants in prostitution, in 1858 the Portuguese consul of Bahia stated that no young women should be allowed to emigrate to Brazil without their fathers, husbands, or brothers.<sup>26</sup>

The 1839 case of the Portuguese woman Rosa da Cunha de Jesus and her teenager daughters, shows how easy it was for young Portuguese women to engage in prostitution in the city of Rio de Janeiro. Rosa had immigrated to this city with her three daughters and two sons in order to meet her husband, Francisco José de Almeida. However, when they arrived in Rio there was no sign of Francisco as he had apparently gone to the interior of Brazil where he died. Rosa, after one year in Rio and seriously impoverished, decided to return to Portugal with her three daughters. The interesting fact is that when Rosa asked for financial help from the Portuguese government to return to Portugal, she mentioned that, if she remained in the city, she was afraid she would see her daughters, who were in their early teens, become prostitutes, as this was one of the ways that was open to them to earn some money.<sup>27</sup> Yet, Rosa's sons seemed to have better chances of employment in Rio, and because of this, she made the difficult decision to leave her two sons in Brazil, in the hope that they would be able to do what Francisco had failed to accomplish: improve the family's economic situation.<sup>28</sup>

## Conclusion

As has been shown, most Portuguese women who immigrated to Rio de Janeiro in the early 19<sup>th</sup> century, were poor and uneducated, and they worked mainly as servants. In fact, domestic continued to be the dominant occupation for Portuguese immigrant women living in Rio de Janeiro. With the abolition of the slave trade in 1850, the demand for Portuguese women to work as domestics increased as the number of slaves slowly decreased and the size of the population of the city increased.<sup>29</sup>

Prostitution also continued to be an option for many immigrants. In 1863, the Portuguese vice-consul in Rio, António Emílio Machado dos Reis, wrote about a ship which had brought some poor and ignorant young women from Portugal to be employed as prostitutes.<sup>30</sup> In 1876 a traveler in Rio stated that there were few blacks, some mulattos, and a large number of Portuguese women working as prostitutes in Rio de Janeiro.<sup>31</sup>

This limitation in the choices of occupations was a consequence of the fact that the job market in Rio de Janeiro offered better opportunities to young males with some level of formal education. Nevertheless, Portuguese immigrant women contributed in many significant ways to the city of Rio de Janeiro. For instance, they had a demographic impact in the city as immigrants made up a large portion of Rio's population throughout the nineteenth century and well up to the middle of the twentieth century.<sup>32</sup> Moreover, immigrant women provided the city with a cheap labour force which eased the transition from slavery to a free society and also furthered urbanization.

## Bibliography:

### Primary Sources:

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mapa da População do Município da Corte. Ministério do Império. Relatórios Ministeriais, microfilme, 007-0-82 and Mapa Geral. Recenseamento da População Existente no Município Neutro no Fim do Ano de 1849. Manuscrito I-17,11,1.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Apresentação de Passaportes de Estrangeiros na Polícia. Códice 381, volumes 1-16.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Inscrições de Verbas Testamentárias. Livros 5, 6, 14 and 16.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixas: 81, 199, 200, 314, 535, 937.

### Periodicals:

Diário do Rio de Janeiro (1826, 1830, 1831)

Jornal do Comércio (1827, 1829, 1831, 1841)

### Secondary Sources:

Graham, Sandra Lauderdale. (1988) *House and Street. The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press

Hahner, June. (1990) *E. Emancipating the Female Sex. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press.

Menezes, Lená Medeiros de. (1990) *Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Monteiro, Hamilton de Matos. (1990) "Da Independência à Vitória da Ordem." In: Maria Iedda Linhares (ed.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos.

Pereira, Miriam Halpern. (1981) *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Rodrigues, Henrique Fernandes. (1991) "A Emigração do Alto Minho, 1835-1860. A Miragem do Brasil." Master's Dissertation. Universidade do Porto.

\_\_\_\_\_. (1995) *Emigração e Alfabetização. O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. (1993) "Família e Integração do Imigrante Português na Sociedade Brasileira," Maria Beatriz Nizza da Silva e Outros (eds.). *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.

Soares, Luiz Carlos. (1986) "Da Necessidade do Bordel Higienizado. Tentativas de Controle da Prostituição Carioca no Século XIX." In: Ronaldo Vainfas (org.). *História da Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

---

<sup>1</sup> BNRJ. Mapa da População do Município da Corte. Ministério do Império. Relatórios Ministeriais, microfilme, 007-0-82 and Mapa Geral. Recenseamento da População Existente no Município Neutro no Fim do Ano de 1849. Manuscrito I-17,11,1.

<sup>2</sup> ANRJ. Apresentação de Passaportes de Estrangeiros na Polícia. Códice 381, volumes 1-16.

<sup>3</sup> ANRJ. Apresentação de Passaportes de Portugueses na Polícia. Códice 378 and Apresentação de Passaportes de Estrangeiros na Polícia. Códice 381, volumes 1 - 16.

<sup>4</sup> ANRJ. Inscrições de Verbas Testamentárias. Livros 5, 6, 14 and 16.

<sup>5</sup> Henrique Fernandes Rodrigues. "A Emigração do Alto Minho, 1835-1860. A Miragem do Brasil." (Master's Dissertation. Universidade do Porto, 1991). p. 247.

<sup>6</sup> Diário do Rio de Janeiro. 25 de junho de 1831.

<sup>7</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 937.

<sup>8</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 535.

<sup>9</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 81.

<sup>10</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 200.

<sup>11</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 314.

<sup>12</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 314.

<sup>13</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 200.

<sup>14</sup> June E. Hahner. *Emancipating the Female Sex. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*. (Durham: Duke University Press, 1990). p. 12.

<sup>15</sup> Diário do Rio de Janeiro. 10 de abril de 1826.

<sup>16</sup> Diário do Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 1830.

<sup>17</sup> Jornal do Comércio. 26 de fevereiro de 1829.

<sup>18</sup> Jornal do Comércio. 3 de janeiro de 1831

- <sup>19</sup> Diário do Rio de Janeiro. 31 de agosto de 1826
- <sup>20</sup> Jornal do Comércio. 1 de dezembro de 1827
- <sup>21</sup> Jornal do Comércio. 15 de janeiro de 1841
- <sup>22</sup> Jornal do Comércio. 15 de janeiro de 1841
- <sup>23</sup> ANRJ. Inscrições de Verbas Testamentárias. Livros 5, 6, 14 and 16.
- <sup>24</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 200.
- <sup>25</sup> Ronaldo Vainfas. *História e Sexualidade no Brasil*, (Rio de Janeiro: Graal, 1986). p. 147.
- <sup>26</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. "Família e Integração do Imigrante Português na Sociedade Brasileira," in Da Silva e Outros. *Emigração/Imigração em Portugal*, (Lisboa: Fragmentos, 1993). p. 212.
- <sup>27</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 199. 1839.
- <sup>28</sup> ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 199. 1839.
- <sup>29</sup> Sandra Lauderdale Graham. *House and Street. The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1988). pp. 7, 20, and 66.
- <sup>30</sup> Pereira. *Política Portuguesa de Emigração*, p. 122.
- <sup>31</sup> Lená Medeiros de Menezes. *Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio, 1890-1930*, (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992). p. 44.
- <sup>32</sup> Hamilton de Matos Monteiro. "Da República Velha ao Estado Novo," in: Maria Yedda Linhares (org.). *História Geral do Brasil*. (Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990). p. 217.

# TECENDO MEMÓRIAS: IMIGRANTES PORTUGUESAS, TRABALHO FABRIL E RELAÇÕES DE GÊNERO

*Roseli Boschilia*

*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

O texto analisa a trajetória de um grupo de quinze mulheres imigrantes portuguesas que, durante as décadas de 1950 e 1960, trabalharam como tecelãs numa fábrica de fitas em Curitiba, cidade situada na região sul do Brasil.

Nessa empresa, as imigrantes portuguesas recém-chegadas dividiam espaço com grande número de operárias, descendentes de imigrantes europeus, cujas famílias já estavam estabelecidas na região desde o século XIX. De modo geral, embora as trabalhadoras apresentassem o mesmo perfil sócio-econômico e, no que se refere às relações de poder e de gênero, tivessem comportamentos semelhantes, as imigrantes portuguesas distinguiram-se das demais operárias, pelo fato de não deixarem de trabalhar na fábrica após o casamento, hábito comum entre a maior parte das mulheres brasileiras nesse período.

O objetivo do trabalho é reconstruir, a partir da memória e de outros registros documentais, as imagens e representações criadas sobre trabalho feminino e casamento, procurando perceber as implicações dessa atitude diferenciada nas relações de gênero e de sociabilidade no interior do espaço fabril.

## **Introdução**

Debruçar-se sobre a memória das mulheres trabalhadoras é um assunto polêmico, que ainda encontra barreiras entre um grande número de historiadores, já que a história das mulheres surgiu como um campo definível somente na última metade do século XX.

O amadurecimento de seu instrumental teórico, a construção de novos cortes teórico-metodológicos, como, por exemplo, "o privilegiamento do estudo do cotidiano, espaço por excelência da visibilidade feminina" (Pinto, 1992: 128) têm possibilitado a conquista de novos espaços e uma aproximação cada vez mais estreita da História com outras disciplinas.

A tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição e insistir sobre a inadequação das teorias existentes para explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens levou a utilização do conceito de gênero, intimamente ligado à questão dos significados culturais, e que surgiu na esteira de novas perspectivas historiográficas, abertas, principalmente pela história da cultura.

Elaborado com a intenção de apontar a rejeição ao determinismo biológico implícito presente em termos como "sexo" ou "diferença sexual", o conceito de gênero tem como objetivo frisar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo.<sup>1</sup>

No campo historiográfico, o amadurecimento das discussões em torno do conceito possibilitou que os estudos de relações de gênero viessem substituir a história das mulheres, dando um novo fôlego à história social, preocupada com o processo de construção de experiências e identidades e as relações de dominação e subordinação de diferentes grupos sociais.

A utilização de gênero como categoria de análise tem possibilitado aos historiadores a reflexão sobre questões relacionadas às práticas sociais desestabilizando algumas certezas e questionando modelos "naturalizados" a partir de uma nova abordagem, em que masculinidade e feminilidade, longe de constituírem um modelo uniforme e excludente, seriam metáforas de poder e de capacidade de ação acessíveis igualmente a homens e mulheres

(Almeida, 1996: 161-2).

### **Mulheres Imigrantes e Trabalho Fabril**

No Brasil, desde que o processo de industrialização teve início, em meados do século XIX, a presença da mulher operária podia ser detectada em diversos ramos industriais. Seguindo a lei do capital, para as tarefas que não exigiam qualquer nível de qualificação, eram aproveitados os desempregados, as mulheres e as crianças.

Na região sul do país, habitada por grande número de imigrantes europeus, desde o início do século XX, as mulheres representavam número expressivo na força de trabalho atuando no interior dos engenhos de mate, nas fábricas de vidro, porcelana, charutos, alimentos, bebidas e tecelagem.

Os ramos que mais absorviam o trabalho das mulheres eram aqueles cuja produção anteriormente se fazia nos quadros domésticos. Para a maior parte dos empresários, a contratação do trabalho feminino era atraente pois, ao ser considerado como complementar, permitia que, embora desenvolvendo trabalho idêntico ao do homem, a mulher recebesse um salário menor. Além disso, ao lado da paciência e da delicadeza, a obediência e a submissão apareciam como qualidades imprescindíveis para a manutenção da ordem e da produtividade.

Na década de 1930, contudo, a reconfiguração política, social e econômica promovida pelo governo brasileiro contribuiu para que autoridades sanitárias e policiais, educadores, políticos, imprensa e operariado acirrassem as críticas ao trabalho industrial da mulher, que já vinham sendo feitas desde o final do século XIX. Na tentativa de construir um novo modelo de nação, o governo Vargas passou a formular um discurso que responsabilizava o trabalho industrial feminino pelos problemas de escolarização, delinquência, mortalidade infantil, desemprego e desintegração familiar.

A partir de 1932, o surgimento da primeira legislação protetora do trabalho feminino, que estabelecia a igualdade de salário, sem distinção de gênero, para trabalho de igual valor, tornou a mão-de-obra feminina menos atrativa para os industriais brasileiros. Cabe lembrar que a interferência do Estado quanto ao trabalho feminino tinha como principal característica a defesa da família cujo modelo patriarcal, legitimado pelo Código Civil de 1916, consolidava a posição do homem como seu chefe.<sup>2</sup>

Desse modo, o Estado, com o apoio da Igreja católica e o respaldo da sociedade, conseguiu promover uma política de redirecionamento da mulher ao lar, atribuindo a ela o papel de guardiã da identidade nacional e da família. Coerente com a sua vocação doméstica, a mulher passou a ser responsável pelo equilíbrio familiar, pelo bem estar do marido e pela missão divina de educar os filhos.

Todavia, nesse momento o país iniciava um processo de transição do espaço rural para o urbano-industrial e uma nova população, constituída sobretudo por reemigrantes e seus descendentes, buscava melhores condições de vida "através da mobilidade social oferecida pela industrialização e pela urbanização" (Sader, 1988: 89).

A expansão urbana e a modernização elevavam o custo de vida, exigindo que vários membros da família trabalhassem para suprir necessidades básicas como moradia, alimentação, saúde e transporte. Uma das fórmulas encontradas pelos descendentes de imigrantes para fazer frente às necessidades geradas pelo espaço urbano era encaminhar os filhos menores, independente do gênero, para trabalhar em fábricas, preferencialmente naquelas que fossem administradas por imigrantes ou seus descendentes.

Da mesma forma que os pais desejavam encaminhar seus filhos para um ambiente cuja



disciplina fosse semelhante a do ambiente doméstico, também os empresários davam preferência à contratação de trabalhadores de ascendência européia pois, de acordo com o imaginário social, estes eram considerados mais obedientes e disciplinados, ao contrário dos operários brasileiros vistos desde a época da escravidão como pouco afeitos ao trabalho.

Assim, no caso das fábricas que necessitavam da mão-de-obra feminina, sobretudo para a execução de tarefas que exigiam delicadeza e atenção como no caso do setor têxtil, as filhas de imigrantes eram sempre requisitadas, ocorrendo com frequência o caso de três gerações sucessivas de mulheres de uma mesma família trabalharem, durante um período da juventude, no mesmo espaço fabril. Admitidas logo após a conclusão do curso primário, por volta dos 14 anos, elas permaneciam na fábrica até o casamento que ocorria em média aos 24 anos.

Para as descendentes de imigrantes, a postura frente ao trabalho estava intimamente ligada às heranças culturais. Independente da condição econômica ou familiar, aceitavam o trabalho fora de casa como uma etapa a ser cumprida antes de chegarem na idade adulta. Para elas entrar na fábrica era como ir para a escola, onde, além de mostrar um bom desempenho, era preciso respeitar as normas impostas. Mesmo que não tivessem acesso ao salário, que muitas vezes era entregue diretamente ao pai, trabalhar era sinônimo de melhores condições de vida para a família.

Entretanto, embora os imigrantes encarassem o trabalho como um aprendizado necessário para os jovens, independente do gênero, o casamento representava um grande divisor de águas na vida da mulher, pois a partir daí ela deveria deixar o trabalho formal para dedicar-se à família. Alinhando-se ao discurso construído pelo governo e pelo catolicismo ultramontano, no imaginário dos operários e operárias, estava presente a representação do casamento segundo o modelo burguês, em que o homem desempenhava o papel de mantenedor e à mulher ficava reservado o cuidado da casa, do marido e dos filhos.

Na indústria têxtil, esse comportamento trazia um sério problema para os donos das fábricas, que era a manutenção, em seus quadros, de operárias especializadas. Ainda que houvesse uma grande oferta de mão-de-obra de trabalhadoras menores de idade, uma das preocupações era que depois de chegar ao auge da carreira, em termos de especialização e produtividade, as tecelãs deixavam a fábrica para se casar.

Uma das estratégias para garantir a presença de um número mínimo de tecelãs com prática suficiente para atender à demanda da empresa era incentivar a transmissão do saber, pelo aprendizado com as operárias mais antigas e pelo rodízio das mulheres nas diferentes máquinas. Mesmo assim, havia dificuldade em garantir a presença de uma equipe mínima de tecelãs altamente produtivas. Inicialmente, uma das formas encontradas pelas indústrias para assegurar o trabalho dessas operárias foi o estabelecimento da prática de trabalho domiciliar, mantendo as operárias especializadas integradas à indústria por mecanismos de *putting-out*. Dessa forma, depois de casadas, elas continuavam trabalhando em suas casas, fazendo o mesmo serviço que executavam na fábrica. Para isso, a indústria instalava máquinas numeradas na residência daquelas antigas operárias que possuísem imóvel próprio e lá elas realizavam o trabalho industrial, recebendo da indústria, além da máquina instalada, a manutenção e a matéria-prima.

A partir de 1945, porém, o trabalho domiciliar passou a ser proibido por lei e, então, algumas fábricas, visando a permanência de operárias especializadas no emprego, passaram a abrir creches e contratar enfermeiras para cuidar dos filhos das operárias. Mesmo assim, foi pouco significativo o número de operárias que aceitaram continuar trabalhando na fábrica depois de casadas e, principalmente, após o nascimento do primeiro filho.

## **Trabalhadoras Portuguesas: uma Mentalidade Diferente**

No entanto, a análise da documentação existente nessas fábricas mostrou que, curiosamente, nesse momento crítico que os empresários curitibanos viviam, havia um grupo de imigrantes portuguesas que distinguia-se das demais operárias, pelo fato de não deixarem de trabalhar na fábrica após o casamento. Quais seriam os motivos que levavam essas mulheres a manter uma postura diferenciada das demais operárias? Por que o discurso construído pelo governo para afastar a mulher do trabalho fora de casa não atingiu essas mulheres? Procurando entender essa postura diferenciada optamos por ouvir as personagens dessa história e, nesse sentido, a metodologia da história oral foi utilizada como uma das possibilidades de percorrer os territórios da memória, em busca das representações construídas pelas operárias sobre o trabalho na fábrica e a sua experiência de vida.

A história de Maria é semelhante a de muitas outras mulheres que chegaram ao Brasil, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nascida em 1932, na aldeia de Valmorisco, próxima à cidade fronteiriça de Guarda, chegou ao Brasil aos quinze anos, em companhia da mãe, duas irmãs e um irmão. O pai, carpinteiro, havia saído de Portugal em 1938 com o intuito de buscar uma vida melhor para sua família. Nessa época um grande número portugueses estava deixando o país devido às condições desfavoráveis que Portugal vivia desde o golpe de Estado ocorrido em 1926 e, mais particularmente, com a instalação do regime salazarista, a partir de 1932. O regime político, inspirado no fascismo italiano, provocara significativas alterações no plano econômico e social, obrigando muitos camponeses a deixarem seu país e suas famílias em busca de melhores condições de vida.

Nesse momento, o Brasil também vivia um regime de exceção, com a implantação do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas. A política imigratória, que durante o século XIX e início do século XX incentivara a vinda de grandes contingentes de imigrantes europeus, árabes e orientais, agora fechava as portas para os estrangeiros, estabelecendo cotas para a entrada de novos grupos. Todavia, apesar do regime de cotas, os portugueses foram sistematicamente privilegiados pelo governo brasileiro, representando 33% dos 95 mil estrangeiros admitidos legalmente no país durante essa década.

Após trabalhar um tempo em São Paulo, o pai de Maria partiu para o Rio Grande do Sul e esteve na Argentina mas, graças a um anúncio de jornal que solicitava o trabalho de um carpinteiro com experiência, acabou vindo a Curitiba.

Após fixar-se na cidade, passou a retirar do salário apenas o necessário para a sobrevivência, reservando todas as economias para trazer a família que havia permanecido em Portugal e trabalhava na agricultura. Em 1947 enviou uma "carta de chamada" à mulher orientando-a a vender tudo o que tinham e a tomar um navio que os trouxesse até o litoral do Paraná.

Com a chegada da família em Curitiba novas despesas surgiram. Se antes bastava um quarto de pensão, agora era preciso alugar um imóvel, adquirir mobílias e apetrechos, de modo a garantir condições mínimas para a sobrevivência da família. O primeiro passo, após encontrar uma casa num bairro operário, foi buscar de uma colocação para os filhos nas diversas fábricas existentes nos arredores do centro urbano.

Dois meses após a chegada em Curitiba, Maria e as irmãs, Arminda e Elvira, conseguiram um emprego na fábrica de fitas Venske, com a ajuda de uma vizinha que trabalhava naquele local. Além de atender à principal exigência, que era a cor branca, essas imigrantes também possuíam os demais requisitos exigidos pela gerência da fábrica que era ter "boa

aparência, não ter suor na mão e possuir cabelos curtos" (Fabino).

Algum tempo depois, era a vez de Maria e suas irmãs conseguirem empregar na fábrica suas primas, recém-chegadas de Portugal. Assim, em pouco tempo, mais de uma dezena de imigrantes portuguesas passou a dividir espaço com aproximadamente duzentas operárias curitibanas.

Nesse período, a fábrica de fitas vivia uma promissora fase de expansão e precisava contar com um corpo de operários produtivos, disciplinados e ordeiros, para garantir o nível da produção e atender à demanda. Porém, como já vimos, devido ao hábito cultural arraigado das operárias curitibanas deixarem a fábrica após o casamento, a gerência encontrava dificuldade para manter trabalhadoras mais experientes no exercício de funções especializadas, como a de tecelã.

A admissão das imigrantes portuguesas veio resolver, em parte, os problemas que a fábrica enfrentava nesse sentido, uma vez que todas as componentes desse grupo continuaram exercendo a função de operária depois de casadas. Embora apresentassem o mesmo perfil sócio-econômico das demais operárias e, no que se refere às relações de poder e de gênero, tivessem reações semelhantes, elas distinguiam-se pelo fato de não verem o casamento e a maternidade como fatores impeditivos ao trabalho operário.

Na tentativa de encontrar respostas para esse comportamento diferenciado, pode-se aventar a hipótese que, pelo fato de terem chegado ao Brasil no período pós-guerra essas imigrantes não foram atingidas pelo discurso engendrado pelo governo, com o intuito de afastar as mulheres do trabalho fabril. Por outro lado, as dificuldades materiais encontradas pela família para sobreviver em Portugal e mesmo no Brasil, nos primeiros tempos, podem ter contribuído para que essas mulheres, apesar da sua origem rural, deixassem de lado os valores tradicionais, que restringiam a atuação da mulher ao espaço doméstico, para melhorar as condições de vida e garantir um futuro melhor para seus filhos.

Ainda em fase inicial, essa investigação apresenta ainda muito mais questionamentos do que respostas. No entanto, ao dar voz a essas imigrantes é possível perceber algumas evidências que mostram que as mulheres não podem ser vistas de forma homogênea, sendo necessário compreender a condição feminina inserida numa trama de relações sociais, ligada à questão da desigualdade e do poder, dentro do contexto histórico no qual elas estão inseridas.

#### Referência Bibliográfica:

- Almeida, M. de. (1996). Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Baranoski, Maria Cancela. (2003). Entrevista. Curitiba, jul.
- Bonato, Fabino. (1995). Entrevista. Curitiba, dez.
- Bruschini, Cristina; Costa, Albertina de Oliveira (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Pena, M. V. J. (1981). *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pinto, C. (1992) Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 13, jul. dez.

---

<sup>1</sup> A grande contribuição para a discussão das relações de gênero decorreu das formulações propostas por Joan Scott, para quem o conceito deve ser entendido a partir de sua dupla proposição: como elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e como a maneira primordial de significar relações de poder. Considerando a primeira proposição, as análises de gênero devem ainda levar em conta outros quatro elementos, que são os símbolos; os conceitos normativos que, através das diferentes doutrinas, põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos; uma certa noção de política referente às instituições e à organização social; e, por último, a identidade subjetiva. De acordo com Scott, apesar de não operarem simultaneamente, esses elementos estão inter-relacionados, à medida que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social (Scott, 1990: 14-6).

<sup>2</sup> Somente a partir de 1943 que a mulher brasileira ganhou o direito de poder trabalhar fora de casa sem a autorização expressa do marido (PENA, 1981: 148).

# COTIDIANO E TRABALHO: MULHERES IMIGRANTES PORTUGUESAS SÃO PAULO 1890-1930

*Maria Izilda S. de Matos*

*Pontifícia Universidade de São Paulo, Brasil*

Este trabalho pretende-se uma contribuição para o estudo da presença portuguesa no Brasil, focalizando em particular o cotidiano e o trabalho das mulheres imigrantes lusitanas, em São Paulo, no período entre 1890 e 1930. A análise procurará também recuperar a teia de relações cotidianas das imigrantes portuguesas e suas dimensões da experiência no mundo do trabalho, recobrando a diversidade e a dinâmica das ocupações dessas mulheres dentro e fora dos muros das fábricas.

As recentes projeções sobre os fenômenos migratórios vislumbram o estabelecimento de uma nova ordem demográfica. Não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, mas projetam-se vetores de deslocamentos e pólos de atração. A América, em particular o Brasil, pólo de atração de mão-de-obra, chega ao novo milênio em outra posição. Como tudo que desempenha a função de revelação dos conflitos e crises por que passam certas áreas, as migrações internacionais também criam oportunidades de reavivar as questões em torno do tema e recuperar sua trajetória na história.

Este trabalho pretende-se uma contribuição para o estudo da imigração, em particular da presença portuguesa no Brasil, focalizando em particular o cotidiano e o trabalho das mulheres imigrantes lusitanas, em São Paulo, no período entre 1890 e 1930. A análise procurará também recuperar a teia de relações cotidianas das imigrantes portuguesas e suas dimensões da experiência no mundo do trabalho, recobrando a diversidade e a dinâmica das ocupações dessas mulheres dentro e fora dos muros das fábricas.

As recentes preocupações da historiografia com a descoberta de "outras histórias" vêm favorecendo os estudos que contemplam as abordagens de gênero e étnicas, por outro lado, esses trabalhos têm contribuído significativamente para a renovação temática e metodológica, redefinindo e ampliando noções tradicionais, permitindo o questionamento das polarizações e categorias abstratas e universais, além de abrirem as possibilidades para o privilegiamento da experiência do cotidiano.

Apresentando variadas abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão, a produção brasileira sobre a imigração vem sendo ampliada e enriquecida. A imigração ibérica só mais recentemente tem instigado os pesquisadores<sup>1</sup>, contudo, a maior parte dos trabalhos têm-se voltado para o Rio de Janeiro, onde a presença dos portugueses foi numericamente significativa e marcante<sup>2</sup>.

Já na produção historiográfica sobre imigração em São Paulo, percebe-se o enfoque privilegiado de certos grupos, em particular os italianos e japoneses, de modo que praticamente inexistem trabalhos monográficos sobre os portugueses, sua vida cotidiana e sua atuação no mundo do trabalho. O estudo sobre a presença lusitana, em particular com uma abordagem de gênero, se torna necessário, portanto, para permitir reavaliar posições freqüentemente assumidas, além de enriquecer e ampliar as questões em torno do processo de constituição do mercado de trabalho paulista vinculado ao desenvolvimento da cafeicultura.

## Imigrantes para o Café

A expansão da economia cafeeira pelo Estado de São Paulo (1850-1920) gerou uma enorme demanda de trabalho que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava. O problema do braço passou a ser então o centro das preocupações da elite agrária, que a partir de meados da década de 1880, conseguiu gradativamente impor sua proposta para o problema da mão-de-obra, uma **política imigrantista em massa e subvencionada pelo governo**<sup>3</sup>.

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus<sup>4</sup> e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira é descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

As denúncias levaram à promulgação do Decreto Prinetti, em 1902, pelo qual o governo italiano proibiu a emigração subsidiada para São Paulo. Mesmo sendo frequentemente burlada, a medida reduziu consideravelmente a entrada de italianos, e a partir de então a procura direcionou-se para as fontes ibéricas. Em 1910, porém, o governo espanhol seguiu o exemplo italiano, do que resultou uma ampliação da entrada de portugueses<sup>5</sup> e, posteriormente, de japoneses.

Desde o século XIX a emigração portuguesa era feita prioritariamente por engajamento, portanto não espontânea, os contratos e as denúncias de irregularidades aparecem com freqüência nas fontes consulares e na imprensa:

contra a ação condenável dos engajadores que inescrupulosamente percorrem as aldeias, tentando essa pobre gente a vir para o Brasil sem a menor preparação para a luta, fazendo-lhe crer que tudo são rosas mal se põe o pé em terra, tão fácil o viver, tão próxima a fortuna como se na verdade existisse a árvore das patacas.<sup>6</sup>

Entre 1887 e 1900 os portugueses representaram 10% do total de entradas no Estado de São Paulo, proporção que entre 1900 e 1920 subiu para 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcam a vinda do maior contingente luso (111.491), em função não só da preferência da política imigrantista brasileira por esse grupo a partir de então, mas também da crise econômico-social em Portugal, que se somava às dificuldades políticas decorrentes da extinção do regime monárquico, estimulando a corrida para fora do país<sup>7</sup>.

No caso de Portugal a emigração foi a princípio prioritariamente masculina, mas a partir do final do século XIX o contingente feminino cresceu de forma sensível. Pode-se verificar também um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política definida pelos cafeicultores paulistas. Entre 1910 e 1914, anos de aumento considerável da imigração lusitana, em particular para São Paulo, embora o número de homens tivesse subido, o de mulheres mais que duplicou. Na primeira década do século XX a porcentagem de mulheres já alcançava mais de 25% do total de entradas e no início da segunda oscilou entre 35% e 40%<sup>8</sup>. Assim a imigração caracterizada até então como

individual, masculina e temporária, tornava-se tendencialmente familiar e permanente.

As baixas nos preços do café, que passam a atingir a agricultura desde os anos finais do século XIX (1896), agravam os conflitos, tensões e hostilidades entre proprietários rurais e colonos. A isenção do fazendeiro com os gastos, aliada ao fluxo contínuo de imigração, desviava as preocupações em garantir a estabilidade do trabalhador através de contratos longos, propiciando mobilidade aos imigrantes, seja entre as fazendas, seja em direção aos núcleos urbanos do Interior e da Capital<sup>9</sup>.

### **No Palco Urbano**

A crescente urbanização e a ascensão de São Paulo à posição de metrópole regional - consolidando-se como ponto de trânsito dos produtos de exportação e importação, como grande mercado do complexo cafeeiro, e dinâmico centro econômico e político, nas últimas décadas do século XIX - provocaram transformações sociais num curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, num quadro no qual se interpenetraram a desintegração da abolição, a grande imigração e o êxodo rural, gerando um novo perfil populacional.

Dessa forma, em poucos anos a capital paulista consolidou-se como o grande centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, fatores nitidamente vinculados à expansão cafeeira. A política desencadeada pela cafeicultura, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceu muito o crescimento da população urbana, que sofreu uma verdadeira metamorfose com a presença acentuada de imigrantes.

A atração exercida pelo desenvolvimento urbano transformava São Paulo no objetivo prioritário da maioria dos homens e mulheres emigrados de Portugal e chegados ao Estado. Alguns vieram diretamente para as cidades, talvez previamente informados sobre as condições de trabalho na zona rural, e outros, após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas de ganho, novas oportunidades abertas pelo intenso florescimento da Capital. Procuravam possibilidades reais de arranjar emprego nas atividades fabris, no setor de serviços e também em ocupações informais, ou ainda associar-se a conterrâneos em pequenos negócios, contando com os laços de solidariedade para reagir às condições adversas e superar a iminência da miséria absoluta.

Enquanto uns dirigiam-se para o comércio, outros ficavam nas atividades por conta própria, que exigiam pequenos capitais e qualificação profissional. Os demais foram impelidos para o trabalho assalariado em vários ramos, desde a indústria até as obras públicas.

Os trabalhadores de origem estrangeira caracterizaram expressivamente a composição étnica da mão-de-obra da indústria têxtil 80,4%, entre os quais os portugueses representavam 12,5%, sendo prioritariamente do sexo feminino, segundo o levantamento feito pelo Departamento Estadual do Trabalho. Essa participação aumenta se a análise for desagregada por setores: nas fiações e tecelagens de juta, eram cerca de 22% do total de empregados. Nessas fábricas, os portugueses foram mão-de-obra preferencial, caso da Santa Chantal, onde, em 1912, representavam 38% do operariado<sup>10</sup>.

Na fiação e tecelagem, na industrialização de cigarros, charutos e fumos, na de camisas e roupas brancas, na malharia, na produção fabril de redes, fósforos, chapéus, tamancos, chocolate, a presença portuguesa, em particular feminina, foi detectada; sendo a participação mais baixa na metalurgia, na cerâmica e no setor de vidro.

Mesmo nos períodos de plena expansão industrial, a intensificação dos fluxos migratórios manteve os níveis salariais baixos, o operariado tinha pouca segurança de

manter o emprego, os modernos equipamentos e as novas levas de recém-chegados à cidade constantemente ameaçavam os empregados de demissão, o caráter sazonal da maior parte das indústrias e a crises que atingiam o setor geravam expansão do desemprego e pauperismo, acirrando tensões e enfrentamentos.

A análise das solicitações de assistência jurídico-econômica e reclamações consulares de lusos pode dar uma idéia das dificuldades enfrentadas por esses imigrantes: os atrasos de pagamento, retenção pessoal, erros de contas, multas, exigências de contrato coercitivas, moléstias e acidentes de trabalho, rescisões de contratos. Apesar de encontrarem certos obstáculos, as operárias portuguesas demonstraram força de resistência coletiva, reagindo contra as arbitrariedades.

As participações lusas nas greves ocorreram por reivindicações várias, desde a redução da jornada de trabalho para oito horas sem o rebaixamento do nível salarial e a abolição das multas que por vezes reduziam muito o ganho dos trabalhadores, até a melhoria dos salários. Outro fator comum nos conflitos de trabalho era as normas de tratamento aos operários e particularmente às operárias adotadas pelos mestres e contramestres<sup>11</sup>.

## **Ecos na Cidade**

A atração exercida pela cidade, em particular São Paulo, prosseguia, concentrando uma significativa quantidade de trabalhadores homens e mulheres pobres, imigrantes e nacionais, que excedia largamente as necessidades do mercado, aviltando os salários, criando formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego e emprego flutuante e ampliando uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, às custas de improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos.

Nas cidades, opção preferencial dos portugueses, abriam-se possibilidades de arranjar emprego, mas também de associar-se a antigos companheiros em pequenos negócios. No cotidiano da sobrevivência, ganhavam sua subsistência recorrendo a pequenos expedientes, desenvolvendo uma experiência cumulativa de improvisação.

A crescente urbanização de São Paulo e o aumento considerável de sua população geraram novas oportunidades para as atividades comerciais. No setor de gêneros alimentícios também os portugueses se destacaram, em estabelecimentos de pequeno e médio porte.

Esses estabelecimentos eram na grande maioria unidades familiares, onde os poucos auxiliares eram também portugueses, em geral recém-chegados que se colocavam sob a tutela de conterrâneos. Parcamente remunerados, se submetiam aos pagamentos incertos, muitas vezes recebendo somente roupa, alimentação e morando debaixo do mesmo teto do patrão<sup>12</sup>.

Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, inúmeras famílias lusitanas aproveitavam o quarto da frente de suas próprias casas para estabelecer pequenos armazéns de secos e molhados, açougues, adegas, quitanda de frutas e legumes, vendas, botequins. A participação de mulheres nesses negócios era determinante, e vários estabelecimentos eram conhecidos pelos nomes de suas proprietárias<sup>13</sup>. Entrecruzando o público e o privado, a mulher administrava o lar e o negócio, trabalhando duramente no balcão de madrugada a madrugada.

Entre as diferentes categorias de vendedores ambulantes, que retiravam sua sobrevivência do comércio das ruas, memorialistas citam os verdureiros e verdureiras portuguesas oferecendo alface, couve, salsa e principalmente cebolas e batatas, mas também pão, leite, carnes e peixes.



Nas chácaras nos arredores da cidade, homens e, principalmente, mulheres produziam frutas, legumes, verduras, frangos e ovos. A região da Vila Mariana "era toda de chácaras de portugueses plantando suas hortaliças"<sup>14</sup>. O trabalho de verdureira é um caso típico de complementação da renda familiar, ônus de mulher, além dos encargos domésticos, muitas vezes apareciam como ambulantes eventuais dependiam e estavam presas às flutuações do excedente disponível, das sobras da produção para consumo próprio.

Na possibilidade de concentrar a produção e a comercialização, os lusos também dominavam o comércio nos mercados francos ou feiras livres, o que permitia obter melhores preços para suas mercadorias. Contudo, os rendimentos dessas atividades eram incertos, geralmente seus produtos estavam sujeitos à sazonalidade e aos efeitos das intempéries naturais como geadas, chuvas e granizos e secas.

### **Cotidiano e Sobrevivência**

Inicialmente, o fluxo imigratório português para o Brasil, foi predominantemente masculino e significativamente constituído por menores de idade, sendo o contingente feminino reduzido. Todavia, gradativamente a presença feminina cresce, algumas mulheres vêm se juntar aos maridos que as antecederam na aventura americana, outras poucas vinham sós e a elas foram feitas alusões vinculando-as à prostituição<sup>15</sup>.

A mulher imigrante portuguesa sempre esteve muito presente no universo do trabalho, nas fábricas, nos estabelecimentos comerciais familiares ou em atividades informais. Os baixos ganhos e a necessidade de procurar uma renda complementar levavam essas mulheres a realizar atividades muitas vezes ocasionais, importantes alternativas por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado. Ocuparam setores reconhecidamente femininos: cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, arrumadeiras, copeiras, pajens. Prioritariamente estavam em funções que lhes permitissem concatenar as atividades de mãe e esposa, preferindo serviços que pudessem realizar no próprio domicílio: doceiras, bordadeiras, floristas, costureiras, tricoteiras, engomadeiras e consertos em geral.

As improvisações cotidianas femininas não foram esquecidas pelos memorialistas e cronistas<sup>16</sup>, que retratam portuguesas donas de pensões e fornecedoras de refeições. Nos domicílios, essas mulheres (conhecidas como exímias na cozinha) produziam guloseimas, segundo receitas portuguesas, que independente das proibições, eram comercializadas em bandejas e cestas - balas e pastéis de Santa Clara e de Belém, biscoitos, tortas, petiscos - particularmente nos Jardins da Luz, da Aclimação e nas saída das igrejas, nos domingos e feriados, nos dias santos e de procissão.

A imigrante lusa se tornou, em alguns casos, uma vanguarda da defesa dos interesses econômicos da família. Destacaram-se no intenso comércio de alimentos: galinhas, ovos, verduras, legumes, frutas, leite e lutaram para manter essas atividades, como no movimento das proprietárias de vacas leiteiras (na maioria portuguesas e italianas) que reagiram violentamente a obrigatoriedade do registro das vacas nas campanhas de normatização do leite higiênico<sup>17</sup>.

### **Porta Adentro**

O trabalho como empregada doméstica era uma opção tal como indica a grande quantidade de anúncios nos jornais da época, procurando por empregadas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, governantes, roupeiras, copeiras, pajens e babás de

origem portuguesa. A preferência por domésticas dessa nacionalidade ocorria por serem consideradas dedicadas, honestas e com tenaz capacidade de trabalho. Algumas famílias portuguesas se empregavam unidas, a mulher nos serviços domésticos, enquanto aos homens se destinavam os serviços de jardinagem, faxina, terreiro, cuidado das hortaliças, frutas e animais domésticos ou como cocheiros. Na maioria dos casos, moravam na casa do patrão, livrando-se assim dos onerosos gastos com comida e aluguel, mas a rotina do trabalho diário era bastante dura e cansativa e os ganhos minguados<sup>18</sup>.

Essas criadas enfrentavam uma dura rotina doméstica, começavam a trabalhar desde a madrugada e, dependendo das necessidades, só paravam às altas horas da noite, ficando à disposição para serviços eventuais. Nas residências com muitos empregados havia rigorosa hierarquia e delimitações de funções, sendo que alguns criados mais especializados chegavam a se recusar a realizar serviços para os quais não tinham sido contratados. A copeira, além do serviço de mesa, era encarregada dos cuidados com as louças, cristais e prataria. As governantas eram empregadas em lares sem dona de casa, de homens viúvos e solteiros, ou por famílias que desejassem entregar toda a responsabilidade sobre os demais criados para uma senhora que também se ocupasse da educação das crianças.

Os trabalhos na cozinha também eram árduos. Em geral, cozinhava-se no fogão de lenha, o que exigia não só ampla competência no preparo dos pratos, mas também no uso do equipamento, habilidade para graduar e controlar a temperatura do forno e o tempo de preparo para que as refeições saíssem perfeitas e no horário estabelecido.

### **Roupa Suja se Lava em Casa**

A lavagem de roupa era uma das funções mais essenciais em qualquer moradia. As famílias de posses usavam grande quantidade de roupa branca no seu cotidiano: roupas de cama, mesa e banho e também de vestir, que exigiam certos cuidados especiais no lavar, passar e engomar.

A presença dos rios entrecortando toda a zona urbana da capital paulista facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das ocupações autônomas mais procuradas pelas portuguesas, prioritariamente casadas, hábeis no lavar, alvejar, secar, passar e engomar.

Como as instalações de água encanada ainda não estavam difundidas no início do século e a maioria das casas populares não possuía uma fonte direta de água<sup>19</sup>, poucas eram as lavadeiras que tinham um local privado para lavar a roupa. Assim, no período de seca, as lavadeiras, de tamancos, trazendo trouxas e tábuas de bater roupa, desciam da rua Glicério e de toda a encosta da colina central da cidade para lavar suas encomendas às margens do Tamanduateí. Quando chegavam à beira da água:

juntavam a parte trazeira à dianteira da saia, por um nó no apanhado da saia, sungavam-na pela parte superior, amarravam-na à cintura com barbante, de modo a encontrá-la até os joelhos. Feito isso deixavam os tamancos e entravam na água debruçando-se sobre o rio.<sup>20</sup>

Era costume difundido o gosto das portuguesas pelo canto, enquanto trabalhavam. O canto ritmava o movimento laborioso das mãos, ao passo que o trabalho em grupo possibilitava às mulheres trocar experiências do dia-a-dia, informar-se sobre os problemas da vizinhança e transmitir as tradições da terra natal, como receitas e histórias; o trabalho coletivo revigorava vínculos de vizinhança que significavam lazer, solidariedade material e afetiva, mas também elemento de controle e regulação das condutas e procedimentos.

As trabalhadoras externas portuguesas (lavadeiras, passadeiras, engomadeiras) enfrentavam, além da faina cotidiana do seu trabalho doméstico, as obrigações com a freguesia, os prazos para a entrega das encomendas. Encaravam cotidianamente a sobreposição de tarefas e obrigações, com um tempo picotado e constantemente reconstruído, percorrendo grandes distâncias com pesadas e volumosas trouxas de roupa suja ou limpa, já que era proibido utilizar bondes com pacotes de roupas sujas<sup>21</sup>.

Essas mulheres conheciam as técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégias para branquear, engomar, passar a roupa e entiotar, além de produzirem elas próprias o sabão e a goma. A organização e o ritmo do trabalho de lavagem, em geral ao ar livre, sofriam interferência das condições climáticas como o frio, a chuva e a famosa garoa paulista dificultavam a execução do trabalho e da secagem, além de provocar atrasos nas entregas.

As imagens deixadas das lavadeiras portuguesas foram sempre de mulheres dispostas para o trabalho, muitas delas chefes de família, executando suas funções como mães e esposas e realizando a tarefa da lavagem como estratégia de sobrevivência. Além disso, eram tidas como "quem não leva desaforo para casa", pois cotidianamente se envolviam em brigas e acabavam parando na polícia.

Os conflitos cotidianos envolvendo lavadeiras foram registrados na imprensa diária e nos relatórios dos chefes de polícia: brigavam porque passaram à sua frente na utilização da bica, porque "sujou a minha roupa no quaradouro", "porque me deu com o tamanco na cabeça", "por ter retirado um bambu de estender roupa e ter insultado com palavras obscenas", ou em disputas por espaço nas cordas de estender roupa.

As preocupações com a água consumida pela população da Capital fizeram com que as lavadeiras fossem proibidas de realizar seu trabalho nos rios, pois as águas daí encanadas para uso da população poderiam ser por elas contaminadas. O setor médico, aliado aos poderes públicos, procurava encaminhar providências para sanar as dificuldades sanitárias. Entre as medidas tomadas, procurou-se organizar a distribuição e generalização da água encanada, não sem a resistência da população<sup>22</sup>. Para conter os protestos, particularmente das lavadeiras do Brás e outros bairros pobres, foram instaladas torneiras no lugar de antigos chafarizes, na porta de cortiços ou no final de algumas ruas - uma única torneira para abastecer toda a população de uma área.

De diferentes formas, tentou-se de normatizar as atividades de lavagem de roupa, que gradativamente, mas não sem resistência, perderia o seu caráter público e externo, em particular o uso das margens dos rios e chafarizes, a prática de quorar em espaços públicos e de secar nas pontes dos rios e praças da cidade. Essa função passou a ser realizada **prioritariamente**, embora não de forma exclusiva, nos domicílios dos patrões, onde as lavadeiras passaram a trabalhar como mensalistas e, principalmente, diaristas. Assim, nos quintais, utilizando-se de grandes bacias de madeira ou tinhas, em "repuxos com tanques" e água encanada, lavavam, quaravam, estendiam as roupas em cordas sustentadas por bambus para secar ao sol. Gradativamente incorporada ao cotidiano, essa prática se corporifica no ditado popular "roupa suja se lava em casa".

### **Por Mãos Femininas**

Entre as pequenas profissões que predominavam no cenário urbano de São Paulo destacava-se o artesanato autônomo, em pequenas oficinas caseiras, localizadas em algum cômodo ou fundo de quintal, onde muitas portuguesas trabalhavam como costureiras, bordadeiras, floristas e chapeleiras. Dependendo do vulto do negócio, eram auxiliados pelo

grupo familiar e algumas conterrâneas ou agregadas. O fato de crianças serem desde pequenas introduzidas no aprendizado e utilizadas como ajudantes fez com que muitas destas profissões adquirissem tradição hereditária, passando de geração a geração. Conquistando a clientela abastada, muitas montavam negócios por conta própria e conseguiam expandir-se economicamente, chegando à posição de pequenas empreendedoras.

O trabalho domiciliar feminino foi intensamente utilizado nesse período, sendo as mulheres portuguesas consideradas muito hábeis para costura, bordados e manufatura de flores e chapéus, em particular as que vinham da Ilha da Madeira, em função de suas aptidões para a elaboração de enxovais de cama e mesa, bordados para noivas e batizados<sup>23</sup>.

Mesmo em fase de avanço industrial, algumas fábricas ainda mantinham um caráter sazonal e se utilizavam constantemente de trabalhadores externos nos momentos de pico das atividades. Foi intensamente utilizada a costura domiciliar, para confecção de roupas, mercadorias de carregação e costura da sacaria para o café. O baixo custo deste trabalho, as especificidades da mão-de-obra utilizada, a dispersão das costureiras como fator de controle, a disponibilidade de trabalhadores que se sujeitassem a essa atividade eram fatores para a persistência dessa ocupação.

Realizado sob condições pouco propícias, o trabalho à domicílio se caracterizava como uma atividade temporária, com o seu ritmo intensificado em certos momentos. Sem horário fixo, o trabalho poderia estender-se muito além do número de horas comum à ocupação fabril. A remuneração era baixa e por peça, sofrendo um achatamento nos momentos de queda no preço e/ou de aumento da oferta de mão-de-obra.

O local para a realização era a própria residência das trabalhadoras: cortiços, cubículos estreitos, aglomerados com péssima situação sanitária, pólos de propagação da tuberculose, e com má iluminação que causava males irremediáveis à visão.

Mas mesmo frente a essas condições, floristas, chapeleiras, costureiras, bordadeiras, abraçavam essas atividades que se apresentavam como opção para as mulheres lusitanas, num certo período de sua trajetória de vida, possibilitando conciliar o ritmo, o espaço e o tempo do trabalho doméstico com uma ocupação remunerada e sem horário fixo.

Além do que, essas atividades, em contraposição à fábrica, permitiam uma certa flexibilidade de horário, liberdade de ir e vir. Criava também o prazer do convívio em grupo, pois freqüentemente, nos pátios dos cortiços, as portuguesas costuravam, bordavam e conversavam nas chamadas "trepas". Eram momentos de encontro, de troca de informações, de receitas e remédios<sup>24</sup>.

Longe do apito da fábrica, a idéia de autonomia, a fuga as estruturas hierárquicas, aos condicionamentos de tempo e ao ritmo de trabalho concorriam para aumentar a disponibilidade e oferta dessa mão-de-obra. Isso não significa, no entanto, que inexistissem formas de controle, já que um certo número de peças deveria ser entregue num prazo determinado e mantendo um tal perfil de qualidade.

## **Na Trama do Cotidiano**

A imagem da portuguesa transmitida pelas memórias foi a de mulheres incansáveis, fortes, trabalhadoras e corajosas<sup>25</sup>. Eram consideradas boas donas de casa, trabalhadeiras e econômicas, com intensa disposição estavam sempre realizando tarefas, cozinhando, limpando, bordando, vendendo e cuidando dos filhos. Como esposas desempenharam na família um papel ativo, contribuindo para renda, participando das decisões familiares e formando outras mulheres. Nesse sentido tiveram um desempenho de destaque como trabalhadoras, mantenedoras das tradições e conhecimentos de transmissão oral.

Sua relação com os homens era de companheirismo e solidariedade na luta cotidiana, mas não só, a experiência da imigração e da nova vida gerou uma reavaliação de valores e tradições, um deslocamento da subordinação existente em Portugal para uma certa emancipação, principalmente para as que vieram depois dos maridos; na medida em que com a saída dos homens elas ocupam seus lugares, suas funções e atividades. Aqui procuram reconstituir os laços familiares, afirmando-se pela experiência de ter estado lá sós, enfrentaram e reagiram as tentativas de subordinação.

O trabalho perpassava a vida de homens e mulheres de origem portuguesa; junto com a família e a religião, criava a identidade étnica e se tornava fator de sociabilização e solidariedade dentro do grupo. Através do trabalho e de suas relações se manifestava claramente amizade e apoio, lealdade e afabilidade entre os recém-chegados, mas também exploração e abusos.

Numa experiência histórica em que o trabalho foi elemento estratégico de construção da identidade étnica, os portugueses dotaram de um novo sentido o ato de trabalhar - sob uma certa perspectiva, o trabalho ajudava a superar o medo do novo e a insegurança do desconhecido. No intuito de fazer fortuna, investindo economias e adiando os prazeres imediatos como meio de melhorar sua situação e retornar à terra natal, os portugueses eram vistos como capazes de suportar as dificuldades, e com extremo despojamento, entregar-se ao trabalho de corpo e alma.

Vivenciando a dura realidade envolta na **integração e conflito**, mesmo frente à idéia corrente de que o português se desnacionalizava na segunda geração, relacionavam-se de forma ambígua com os nacionais: paralelamente aos argumentos de pacífica e cordial relação, sob a alegação de passado histórico, cultura e língua em comum, procuravam apagar o estatuto de estrangeiros, enfrentavam os ataques, carregavam o ônus de ex-colonizadores, num contexto de desapontamento, desapareço, hostilidade<sup>26</sup>.

A trajetória histórica desses homens e mulheres portugueses simultaneamente englobou **participação-exclusão**, numa heterogeneidade de atividades, algumas que propiciavam rendas relativas, outras miseráveis; certos setores possibilitavam ascensão social, e outros constituíam simples estratégia de sobrevivência e improvisação cotidiana num processo de tensões e conflitos.

Dessa forma, o processo de construção de identidade se fez através da tecedura de uma trama em que estiveram presentes as relações de gênero-etnia-classe, constituindo-se um processo dinâmico em que os perfis de comportamento se fazem, desfazem e refazem por diferenciação e também por integração. E em que a experiência histórica do trabalho unifica, qualifica e surge como o elemento capaz de lhes conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.

#### **Bibliografia e Memorialistas:**

- Alcântara M. A. de. (1983). *Brás, Bexiga e Barra Funda*. SP, Imprensa Oficial do Estado - Arquivo do Estado. Americano, Jorge. (1957). *São Paulo Naquele Tempo* (1895-1915). SP, Saraiva.
- \_\_\_\_\_. Jorge. (1957). *São Paulo Nesse Tempo* (1915-1935). SP, Saraiva.
- Andrade, Mário de. (1973). *Os Contos de Belazarte*. SP, Martins.
- Andrade, Oswald. (1974). *Um homem sem profissão* (1890-1919). RJ, Ed. Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Marco Zero I: A Revolução Melancólica*. RJ, Ed. Civilização Brasileira.
- Alvim, Zuleika M. F. (1986). *Brava Gente: os Italianos em São Paulo*. SP, Brasiliense.
- Alencastro, Luis Felipe de. (1988). "Proletários e escravos: Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)". In: *Novos Estudos Cebrap*, jul., nº 21.
- Beiguelman, P. (1977). *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro - Aspectos Políticos*. SP, Pioneira, 2º ed.

- \_\_\_\_\_. (1981) Os Companheiros de São Paulo. SP, Global, 2ª ed.
- Blanco, Esmeralda L. (1982). O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890-1920). Petrópolis, Vozes.
- Bosi, Ecléa. (1987). Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. SP, T.A. Queiroz-Edusp.
- Bruno, Ernani Silva. (1983). História e Tradições da cidade de São Paulo. SP, Hucitec.
- Bresciani, M. Stella Martins (org). (1989). Mulher no Espaço Público. Revista Brasileira de História. SP, Marco Zero-Anpuh, n.18.
- Campos, Ezequiel de. (1913). A GREI (Subsídios para a Demografia Portuguesa). Porto, Renascença Portuguesa.
- Cano, Wilson. (1977). Raízes da Concentração Industrial em SP, SP, Difel.
- Costa, Albertina e Bruschini, Mª Cristina (orgs) (1992). Uma Questão de Gênero. RJ-SP, Rosa dos Tempos- F. Carlos Chagas.
- Costa, Emília Viotti da. (1982). Da Senzala à Colônia. SP, Brasiliense, 2ª ed.
- Dean, Warren. A Industrialização de São Paulo. SP, Difel.
- Fausto, Boris. (1983). Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). SP, Difel, 3ª ed.
- \_\_\_\_\_. (1984). Crime e Cotidiano. A criminalidade em SP (1880-1924). SP, Brasiliense.
- Grahan, Sandra Lauderdale. (1992). Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões no RJ- 1860-1910. SP, Cia das Letras.
- Gaspar, Byron. (1967). Fontes e Chafarizes de São Paulo. SP, Conselho Estadual de Cultura.
- Hall, Michel M. (1969). The origins of mass immigration in Brasil (1871-1914), mimeo.
- Holloway, Thomas H. (1984). Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em SP, 1886-1934. RJ: Paz e Terra. Immigracion y estadísticas en el cone sur de America, Pesce, Uruguay, 1990, vol VI.
- Lima, Mª Helena B. A missão herdada. Um estudo sobre a inserção de imigrante, mestrado, UFPR, mimeo.
- Maram, Sheldon Leslie. (1979). Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro - 1890-1920. RJ, Paz e Terra.
- Matos, Mª Izilda S. de. (2003) Trama e Poder- Um estudo sobre as Indústrias de Sacaria para o Café (1888-1934). RJ, Sette Letras. 6.ed.
- \_\_\_\_\_. (2002). Cotidiano e Cultura, SP, EDUSC.
- \_\_\_\_\_. (2001). Por uma história das Mulheres. SP, EDUSC.
- Marques, Gabriel.(s.d.) Ruas e Tradições de São Paulo. S.Paulo, Conselho Estadual de S.Paulo.
- Martins, Antonio Egydio. (1912). São Paulo Antigo (1554-1910). SP, Typografia do Diário Oficial.
- Moura, Paulo Cursino de. (1980). São Paulo de Outrora. SP/BH, EDUSP/Itaitiaia.
- Pena, Mª Valéria.(1981). Mulheres e Trabalhadoras - Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. SP, Paz e Terra.
- Penteado, Jacob. (1910). Belenzinho (Retrato de uma época). SP, Martins
- \_\_\_\_\_. Memórias de um Postalista, SP, Martins.
- Pereira, M. Halpern.(1971). Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico, Lisboa
- \_\_\_\_\_. (1981). A política portuguesa de Emigração (1850-1930). Lisboa, A Regra do Jogo.
- Perrot, Michele (1988). Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros. RJ, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1987). "Qu'est-ce qu'un métier de femme?" in Le Mouvement Social, Paris, Les éditions Ouvrières.
- Pescatello, AnnMarie. (1970) Both Ends of the Journey: An Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914, Doutorado, Universidade da Califórnia, LA.
- Pinheiro, Paulo S. e HALL, Michael M. (1979). A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930), vol.I- O movimento Operário. SP, Alfa-Omega.
- \_\_\_\_\_. (1981). A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930), vol. II- Condições de Vida e Trabalho. SP, Brasiliense.
- Pinto, Mª Inez M. B. Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de SP (1890-1914). SP, doutorado, FFLCH-USP, mimeo.
- Pinto, Alfredo M. (1979). A cidade de São Paulo em 1900. SP, Governo do Estado.
- Ribeiro, M. Alice Rosa.(1993). História sem fim... Inventário da Saúde Pública. SP, Edit. UNESP.
- Rago, Margareth. (1985). Do Cabaré ao lar: A Utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. RJ, Paz e Terra.
- Ribeiro, Gladys S. (1990). Mata Galegos - Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha, SP, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1987). "Cabras" e "Pés de chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930, Niterói, UFF.
- Salles, Iraci G. (1986). Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. SP, Hucitec.
- Sallum JR, Brasílio.(1982). Capitalismo e Cafeicultura- Oeste Paulista: 1888-1930. Livraria Duas Cidades, SP.
- Silva, Mª B. Nizza. (1992). Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938). Nórdica, RJ.
- Silva, Mª Manuela R. S. (1991). Ambição e Horror a Farda ou a Saga dos imigrantes portugueses no Brasil

segundo a Gazeta Luzitana (1883-1889), doutorado, FFLCH-USP, SP, mimeo.  
Simão, Azis. (1991). Sindicato e Estado, SP, Atica.  
Soares, Luiz Carlos. (1992). Rameiras, Ilhoas, Polacas. Ática, SP.  
Stolcke, Verena. (1986). Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital. (1850-1980). Brasiliense, SP.  
Sevcenko, Nicolau. (1992). Orfeu Estático na Metrópole. SP, Cia das Letras.  
Thompson, E. P. (1979). Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase Estudos sobre a crisis de la Sociedad pré industrial. Barcelona, Editorial Critica.  
Vitor, Manoel. (1976). São Paulo de Antigamente: História pitoresca de suas ruas. SP, Gralstyl, 1976.

---

<sup>1</sup> - Para a produção em Portugal destacaríamos o livro de Pereira, Miriam Halpern. A política portuguesa de Emigração, 1850-1930, Lisboa, Regra do Jogo, 1981 e Cruz, Maria Antonieta. Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil, Porto, 1987.

<sup>2</sup> - RIBEIRO, Gladys Sabina. Mata Galegos- Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha, SP, Brasiliense, 1990; idem. "Cabras" e "Pés de chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930, dissertação de mestrado UFF, 1987, mimeo. LIMA, Maria Helena Beozzo. A missão herdada. Um estudo sobre a inserção de imigrante, dissertação de mestrado, UFPR, mimeo.; ALEN-CASTRO, Luis Filipe. "Proletários e escravos - Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)", In Novos Estudos Cebrap, jul-1988, nº 21:30; SILVA, Mª Manuela Ramos de Souza. "Ambição e horror à farda" ou a Saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a Gazeta Luzitana" (1883-1889), tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1991, mimeo, Hahner, June E. "Jacobinos versus Galegos. Urban Radicals Versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro, in 1890s". Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 18 (2), maio-1976.

<sup>3</sup>- STOLCKE, Verena. Cafeicultura : Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). SP, Brasiliense, 1986.- HALL, Michel M. The origins of mass immigration in Brasil-1871-1914, 1969, mimeogr. HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: Café e Sociedade em São Paulo- 1886-1934. RJ, Paz e Terra, 1984.

<sup>4</sup>- Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimitesse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização. SALLES, Iraci G. Trabalho, progresso e a sociedade Civilizada. SP, Hucitec, 1986.

<sup>5</sup>- Os portugueses emigravam por vários motivos, entre eles as condições econômicas, sociais e familiares em suas comunidades, as fugas ao recrutamento militar, a grande densidade populacional, vinculada à ausência de oportunidade de trabalho, aos baixos salários, o tipo de propriedade e sua exploração, o atraso tecnológico que emperrava o desenvolvimento e contribuía para a manutenção do baixo nível econômico da população, além do desejo de "fazer a América". Embora a política de emigração portuguesa fosse geralmente ambígua, ora repressiva - principalmente em relação aos jovens e à emigração clandestina - ora mais permissiva, a rede organizada de contratação e de transporte que funcionava deste meados do século XIX, entre Portugal, Ilhas e Brasil passa a alimentar mais ativamente o porto de Santos. Pereira, Miriam Halpern. A política portuguesa de Emigração (1850-1930), op.cit.

<sup>6</sup>- Portugal Ilustrado, ano I, nº 2, outubro de 1928. "Nova política portuguesa de emigração".

<sup>7</sup>- Boletins do Serviço de Imigração e Colonização, nº 2, outubro de 1940. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

<sup>8</sup>- CAMPOS, Ezequiel de. A GREI (Subsídios para a Demografia Portuguesa). Porto, Renascença. 1913, p.189.

<sup>9</sup>- A desilusão de muitos imigrantes fez com que regressassem à Europa. A reemigração e o repatriamento eram fatos corriqueiros, embora nem sempre mensuráveis, devido à falta de estatísticas completas. Além de retornarem para Portugal, também se dirigiram para outros Estados e cidades. Outro aspecto que também contribuiu para as desilusões dos lusos encaminhando-os para as cidades foram as dificuldades de acesso à terra, frustrando o projeto daqueles que desejavam tornar-se proprietários rurais. Todavia, alguns conseguiram, segundo dados computados no material da Secretaria de Agricultura de São Paulo, Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas 1904-5, 15,7% das propriedades pertenciam a estrangeiros, dos quais 20% pertenciam a portugueses, eram em geral pequenas propriedades e de baixo valor. Em 1920, 27,3% das propriedades arroladas no Estado de São Paulo pertenciam a estrangeiros, 11,8% a portugueses, segundo o Recenseamento do Brasil 3,2:XXXv, Directoria Geral de Estatística.

<sup>10</sup>- Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, (1-2), 4º trimestre e 1º trimestre 1911-1912.

<sup>11</sup>- Os confrontos étnicos foram considerados uma das principais limitações do movimento operário. Cita-se a ocorrência de tensões entre grupos estrangeiros, particularmente entre italianos e portugueses. Os lusos eram considerados furadores de greve e desprovidos de consciência social, generalizações que necessitam ser ponderadas. A suposta menor propensão dos portugueses à organização poderia estar relacionada à falta de experiência prévia, ao fato de que constituíam um grupo de baixa qualificação, tardiamente chegado a São Paulo, tendo de lutar em condições desiguais pelos limitados empregos como uma questão de sobrevivência. A idéia

de que homens e mulheres portugueses eram avessos à participação nos movimentos operários pode ser contestada percorrendo-se processos criminais, notícias nos jornais diários e operários e nas listas negras elaboradas pelo patronato, onde se divulgavam os nomes dos trabalhadores "indesejáveis". Nesse caso, as demissões ocorriam geralmente em função de sabotagens, boicotes, roubo, mas principalmente devido à ação no movimento operário.

<sup>12</sup>- Os imigrantes ao chegar contavam com o apoio dos parentes já radicados, mas é preciso lembrar que em alguns casos a ajuda se transforma em exploração do trabalho dos catarrêneos mais jovens ou mais pobres, desprotegidos em ambiente desconhecido, assim, exploração e paternalismo coexistiam dentro do mundo do trabalho e nas casas comerciais. Nos processos crimes e nos jornais liam-se notícias como a do menor Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade que foi se queixar ao delegado de polícia por ter sido espancado pelo seu "amo" José Rodrigues Tavares, também português. (Diário de Santos. 6/12/1886). Contudo, cabe lembrar que solidariedade e paternalismo não eram apenas formas de exploração, podiam ser também estratégias de sobrevivência e de lidar com os recursos possíveis em certas ocasiões. Thompson, E.P. *Tradição Revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*, Barcelona, Editorial Crítica, 1984.

<sup>13</sup>- ALCÂNTARA MACHADO, A. de. Brás, Bexiga e Barra Funda: notícias de São Paulo. SP, Imprensa Oficial do Estado, 1983, pp 121-129.

<sup>14</sup>- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. SP, T.A. Queiroz-Edusp, 1987, p.176.

<sup>15</sup>- "A parte do país que envia maior quantidade de mulheres para o Brasil são as Ilhas. Estas mulheres são escrituradas ao chegarem ao Brasil, muitas delas a bordo mesmo dos navios... escolhem-se pelo aspecto físico: uns preferem as loiras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa. Os fazendeiros encomendam-nas do interior aos seus correspondentes "Quando chegar o pacote próximo mande-me duas caixas de vinho do Porto e uma ilhoa gorda de dezoito anos e olho preto". ORTIGÃO, Ramalho. *Farpas*, 1872, ver também SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras. Ilhoas, Polacas - a Prostituição no Rio de Janeiro*. SP, Atica, 1992.

<sup>16</sup>- ALCÂNTARA MACHADO, A. de. Brás, Bexiga e Barra Funda, op.cit.; AMERICANO, Jorge. São Paulo Naquele Tempo, op. cit.; ANDRADE, Mário de. *Os Contos de Belazarte*. SP, Martins, 1973.

<sup>17</sup>- Annaes da Camara Municipal de SPaulo. *Typographia D.Amicucci*, SP, legislaturas de 1911, 1913-14-15.

<sup>18</sup>- AMERICANO, Jorge. São Paulo Naquele Tempo (1895-1915), Saraiva, 1957, p.77 e 78.

<sup>19</sup>- GASPAR, Byron. *Fontes e Chafarizes de São Paulo*. SP, Conselho Estadual de Cultura, 1967, p.77. MARQUES, Gabriel. *Ruas e Tradições de São Paulo*. SP, Conselho Estadual de S.P, s.d., p.57.

<sup>20</sup>- idem, p.146. Em pesquisa desenvolvida junto aos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, nos defrontamos com um grande número de lavadeiras morriam em acidentes de trabalho, principalmente por afogamento.

<sup>21</sup>- "Asseio nos Bondes" in Boletim da Sociedade de Cirurgia de São Paulo, SP, n.16, ano 2, 1896, p. 15-16.

<sup>22</sup>- "Para forçar os moradores de certos bairros a terem água em suas casas, a Cantareira mandou então demolir, além dos chafarizes que entregara ao público, anos antes, aqueles que havia no largo do Carmo e no do Rosário (1893). Quando derrubavam este último, moradores do lugar e outros populares se opuseram com violência, resistindo até que a força policial entrasse em ação. Nesse mesmo ano, como se avolumassem as manifestações de desagrado da população ao serviço de águas da Cantareira, o governo do Estado chamou a si o encargo, criando-se então a Repartição de Águas e Esgotos..." BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. SP, Hucítec, 1983, p. 1127

<sup>23</sup>- Era uma tradição que as mulheres madeirenses trouxeram, a técnica era passada através de gerações, a medida em que elas se tornavam conhecidas começavam a receber encomendas. O trabalho era parcamente remunerado, embora os bordados depois de prontos alcançassem altos preços nas lojas.

<sup>24</sup>- Curar também era função feminina: ficar à cabeceira dos doentes, ministrando-lhes chás, ervas, massagens e benzeduras, além de ajudar nos partos. As mulheres benzedoras, curandeiras e parteiras portuguesas num país onde o acesso ao médico era raro e caro, eram reconhecidas e respeitadas pela comunidade, além de criarem laços de solidariedade que reforçavam os de origem étnica.

<sup>25</sup>- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. op.cit.

<sup>26</sup>- A majoritária presença de estrangeiros na composição da classe operária paulista provocou ataques nacionalistas. Mais do que antilusitanas essas manifestações atingiam a todos os estrangeiros. Galegos, carcamanos e polacos, os imigrantes apresentavam-se como açambarcadores das novas oportunidades econômicas; a população nacional passou a demonstrar seus ressentimentos.

Em correspondência a essa "xenofobia", desenvolveu-se entre os imigrantes um sentimento de hostilidade muitas vezes manifesto através de antagonismos e conflitos de rua, mas principalmente através da auto-representação como elementos civilizadores, adotando atitude altamente crítica para com o comportamento do elemento nacional em relação ao trabalho, o seu conformismo, acomodação e falta de esforço, considerado um prolongamento ao preconceito em relação ao trabalho manual criado na sociedade escravista.



# THE LABOR FORCE PARTICIPATION OF PORTUGUESE IMMIGRANT WOMEN IN THE U.S.A.

*Maria Gloria Mulcahy*  
*Brown University, USA*

This paper examines how cultural, family and human capital characteristics affect the labor force participation of Portuguese women in the U.S.A. It compares Portuguese women age 16 to 65 to native white women and to Italian women of the same age group, using US Census data for 1990. Logistic regression is used to predict the likelihood of being in the labor force, given a set of human capital, family and residential characteristics.

## **Introduction**

Although there has been a plethora of studies on the general subject of female labor force participation, research on immigrant women and ethnic differentials is not extensive. Yet, as Cordelia Reimers (1984) has shown, variation in female labor force participation across ethnic and racial groups is not a trivial matter, as ethnic differences in the labor supply of women are one of the main sources of the disparities in family income among racial and ethnic groups in the U.S.

In general, the labor force participation of immigrant women has been found to be lower than that of U.S.-born women (Enchautegui and Malone, 1997, Reimers; 1985; Schoeni, 1998). Schoeni (1998:62) for example, found that in 1990 the rate of labor force participation of foreign women was 7.1 percentage points lower than that of women born in the U.S. Most researchers have attributed variations in the labor force participation of groups primarily to differences in human capital and family characteristics, such as education, language ability, age, marital status and family size (c.f. Schoeni, 1998 and Reimers, 1985). However, some of the variation also appears to be due to cultural differences.

If the labor force participation of immigrant and ethnic women in general has been neglected, however, that of the Portuguese in the U.S. has not been examined at all. The causes for this oversight are not known, but perhaps they have to do with the fact that the number of Portuguese in this country is relatively small (about one million). Another possibility may have to do with the belief that the Portuguese must be just like other whites of European origin who, by the end of the 20<sup>th</sup> century, had become virtually indistinguishable from each other in terms of most socioeconomic indicators (Alba, 1985, 1990; Alba and Nee, 1999; Gans, 1979; Waters, 1990).

But this does not seem to apply to the Portuguese who exhibit many of the disadvantages of post-1965 U.S. immigrant groups. Among those of European background, the Portuguese have the highest levels of spatial and occupational concentration; the lowest percentage of persons with a college education; the lowest proportion in professional, executive and managerial occupations; and the largest likelihood of endogamy (Lieberson and Waters, 1988). Given these general characteristics it is relevant to explore how the labor force participation of Portuguese women compares with that of other ethnic groups in the U.S., especially the majority of other European-Americans, and groups that share similar cultural and religious characteristics. This

paper uses data from the U.S. censuses of 1880 to 1990 to look at (1) the levels of participation of Portuguese immigrant women, (2) how they compare to other European Americans in general and Italians in particular, and (3) how these rates are affected by human capital, family and cultural factors.

### **Portuguese Women and the Labor Force**

Historically, Portugal has been a poor country characterized by a predominantly agrarian society, with very low levels of education and almost universal adherence to Roman Catholicism. These characteristics have been associated with patriarchal structures and traditional gender roles, such as high fertility and confinement to the home sphere. Since immigrants bring with them the values of their society of origin, it is logical to expect that Portuguese women in the U.S. would conform to these roles. Researchers who have studied immigrant women from groups with similar backgrounds have found this to be true. Giles and Preston (1997), for example, who examined the labor force participation of immigrant women in Canada, found that Southern Europeans had lower rates of participation than British, French and Jewish women. Similar findings were also reported for the U.S. (Foner, 1999; Gans, 1982; Reimers, 1985) and Australia (Evans, 1984). Given that in addition to sharing this cultural heritage Portuguese women have lower levels of education than most of these groups, one would expect them to participate less in the U.S. labor force than other white women of European origin.

The available evidence, however, suggests that this is not the case. Although no thorough investigations have been carried out about the issue, throughout history many were those who remarked on the high amount of non-domestic work performed by Portuguese women (Pap, 1981). According to Brettell (1982), although until the 1970s the Portuguese moral and civil codes restricted the sphere of respectable, bourgeois women to the home, economic necessity and a long tradition of male emigration made work outside the home the rule for most peasant and urban working class Portuguese women. Indeed, by the end of the 20<sup>th</sup> century women in Portugal had one of the highest rates of female labor force participation in Europe and contributed a much larger proportion of family earnings than their counterparts in Sweden and Germany, countries known for their liberal gender roles (Pereira and Marques, 1999; Ferreira, 1999).

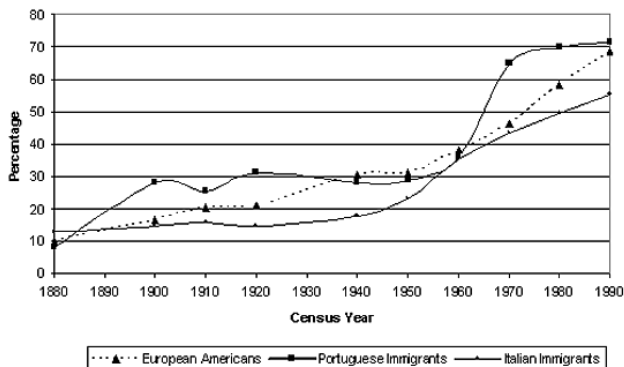
It is this tradition that seems to have traveled with Portuguese women as they emigrated. Whether in the mills of Lowell, New Bedford, or Fall River in the first quarter of the 20<sup>th</sup> century<sup>1</sup> (Pap, 1981; Taft, 1969) or in Paris of the 1960s and 1970s (Brettell, 1982), Portuguese women seem to stand out as one of the most active groups in the labor force. It appears that despite a cultural heritage that prescribes traditional gender roles for women, such as high marriage and fertility rates, a strong cultural tradition of working outside the home may help Portuguese women overcome not only these values but also human capital deficits, in order to participate in the labor force. If this is true, one would expect Portuguese women in the U.S. to have higher rates of participation than would be predicted by human capital and family variables. In addition, since values and norms are enhanced by the presence of the ethnic community, rates of participation should be greater in areas of high concentration of co-ethnics. In this paper, I investigate these hypotheses by examining U.S. census data from 1880 to 1990 and compare Portuguese immigrant women to Italian immigrant and European American women.<sup>2</sup>

### **Historical Patterns**

Figure 1 shows the percentage of women in the labor force from 1880 to 1990 for each of

the three groups. As can be seen, in 1880, the labor force participation of Portuguese immigrant women was the lowest of the three groups. In this year, only 8 percent of them were classified as being in the labor force. Although this figure may be an underestimate, it is also true that in 1880 opportunities for employment for Portuguese immigrant women were scarce. The textile mills of cities like New Bedford and Fall River which would later provide the major occupational outlets for Portuguese women, were not yet in full swing. This happened about two decades later, around 1900 (Williams, 1982). As a result, 1900 marks the *en masse* entry of Portuguese immigrant women into the U.S. labor force. In this year, 28 percent were working outside the home. This figure was substantially higher than either comparison group (15% for Italians and 16% for European Americans) and by 1920 the figure went up to 31 percent. This was more than double the rate for Italians (15 percent) and 67 percent greater than the proportion of European American women in general (20 percent) reflecting, no doubt, the great surge in Portuguese immigration that took place during the previous decade.

**Figure 1 - Labor Force Participation by Year and Group  
(Women Age 16-65)**



With the decline in immigration and the demise of the manufacturing in the Northeast during the following 30 years, the labor force participation of Portuguese immigrant women declined slightly, falling below the level of European American women. By 1950, however, it was again in an upswing as a result of the resurgence of Portuguese immigration and the expansion of the garment industry. From 1950 to 1960 it went up by about 26 percent, rising from 29 to 36 percent, and from 1960 to 1970 it rose by 80 percent. The rate then slowed down, as did the flow of immigration, but by 1990, over 71 percent of Portuguese immigrant women were in the labor force-the highest proportion of any group.

In summary, from 1900 to 1990, Portuguese immigrant women participated in the labor force at a higher rate than Italian immigrant women, and, with the exception of 1940 to 1960, they also had higher labor force participation than European American women.

### **The Effects of Human Capital, Family and Residential Characteristics**

As previously mentioned, female labor force participation is affected by various individual, family and residential factors, and group differences are frequently due to the composite effects of these variables. In this section I explore the extent to which the higher labor force participation of Portuguese immigrant women is due to differences in these

factors using data from the 1990 Census and logistic regression.

As can be seen from Table 1, Model I,<sup>3</sup> in 1990, Portuguese immigrant women were 15 percent more likely to be in the labor force than European American women, while Italian women were 43 percent less likely to be in the labor force than the comparison group. However, the results for the Portuguese women were only statistically significant at  $p=.08$ , meaning that the probability of getting this result if the null hypothesis were true (i.e., if Portuguese immigrant women were just as likely as European-Americans to be in the labor force) is 8 percent. This statistical ambivalence, however, disappears in subsequent models.

**Table 1**

**Selected Odds Ratios Predicting Labor Force Participation for 1990**

Variables	MODEL I	MODEL II	MODEL III
<b>Ancestry (base=Native Whites of Western European Ancestry)</b>			
Portuguese Immigrant	1.15	2.17 ***	0.53 **
Italian Immigrant	0.57 ***	0.95	0.75
<b>Age Group (base=26-55)</b>			
16-25		0.83 ***	0.82 ***
56-65		0.20 ***	0.19 ***
<b>Education (base=Grade 12)</b>			
Grade 4 and under		0.26 ***	0.23 ***
Grade 5-11		0.41 ***	0.41 ***
College 1-3 years		1.33 ***	1.32 ***
College 4 or more years		1.97 ***	1.94 ***
<b>Language (base=does not speak English or does not speak well)</b>			
English		0.90 *	0.99
<b>Family Characteristics</b>			
Married with Spouse present		0.89 ***	0.89 ***
Head of own household		1.89 ***	1.89 ***
With Own Children Under age 5		0.82 ***	0.85 ***
With Own Children between Age 5 and 15		0.84 ***	0.84 ***
Number of Own Children less than 5		0.59 ***	0.59 ***
<b>Region (base=Rest of the Country)</b>			
Northeast		1.02 *	1.02 *
<b>Age Interactions</b>			
Portuguese Immigrant* Age 16-25			1.76 *
Italian Immigrant* Age 16-25			1.09
Portuguese Immigrant* Age 56-65			1.95 **
Italian Immigrant* Age 56-65			1.75 ***
<b>Education Interactions</b>			
Portuguese Immigrant* Grade 4 or Under			3.08 ***
Italian Immigrant* Grade 4 and under			1.71 **
Portuguese Immigrant* Grade 5-11			1.68 *
Italian Immigrant* grade 5-11			1.55 **
Portuguese Immigrant* College 1-3 years			1.18
Italian Immigrant* College 1-3 years			1.32
Portuguese Immigrant* College 4 or more years			1.05
Italian Immigrant* College 4 or more years			0.81
<b>Family Interactions</b>			
Portuguese immigrant with Children under 5			1.19
Italian Immigrant with Children under 5			0.71 *
Portuguese Immigrant married with spouse present			1.42
Italian Immigrant married with spouse present			0.87
<b>Region Interactions</b>			
Portuguese Immigrant* Northeast			1.86 **
Italian Immigrant* Northeast			1.05
<b>Intercept</b>	2.19 ***	3.24 ***	3.30 ***
-2 Log Likelihood	542821	481848	481845
<b>N=436,726</b>			

**Note.** \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .005$ , \*\*\*  $p < .0001$

Model II controls for individual, family, and residential factors,<sup>4</sup> and thus presents the likelihood for being in the labor force if the three groups had the same characteristics. If this were the case, Italian women would be just as likely to be in the labor force as European American women (the odds ratio=.95 and is not statistically significant), but Portuguese immigrant women would be more than twice as likely to be working outside the home than their Euro-American counterparts, as indicated by the highly significant odds ratio of 2.17.

The interaction terms that were added in Model III explore how the effects of the variables vary across groups. This model shows that within certain categories of human capital, being Portuguese increases the odds of being in the labor force. This is especially true within categories where the odds of labor force participation tend to be lower, such as within the youngest and oldest age groups (odds ratios for the interaction terms are greater than 1.00 and statistically significant), and in the educational categories below high school graduate, which indicates that being Portuguese mitigates the negative effects of lack of human capital. The same is true for Italian women, but to a lesser degree.

As for variation within family characteristics, there is also some indication that the negative effects of being in a traditional family, i.e., living with husband and small children, poses fewer barriers to participation to Portuguese immigrant women than to their counterparts, as indicated by odds ratios that are greater than 1.00, although not statistically significant. The opposite is true for Italians.

Whether these results indicate that Portuguese women are more likely than Italians and European Americans to overcome human capital deficits and traditional gender roles because of modern values related to work is not easy to establish with these data. One could make the argument that their higher labor force participation might be due to greater economic need, for example. However, the result of the interaction term between being Portuguese and living in the Northeast does indicate that cultural factors may be responsible.

Although living in the Northeast increases the odds of labor force participation for all women (Model II), it does so only modestly (by 2 percent). For Italians, living in the Northeast (where Italian ethnic concentration is also highest) does not change the odds of labor force participation; but for Portuguese immigrant women, living in the Northeast increases those odds significantly when other factors are held constant. This appears to indicate that, indeed, being among other Portuguese reinforces norms that favor female labor force participation.

These findings confirm the general view of industriousness ascribed to Portuguese immigrants, especially women. They also present a picture of Portuguese women that differs considerably from what might be expected based on their human capital characteristics and cultural heritage—that of passive, dependent individuals. Indeed, the image that emerges from these results is that of women who have been able to overcome the double handicap of low human capital and traditional gender roles to contribute to the economic viability of their families and to their own economic independence, by relying on their social and cultural capital.

#### Bibliographic References

- Alba, Richard D. 1985. *Italian Americans: Into the Twilight of Ethnicity*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.  
Alba, Richard and Victor Nee. 1999. "Rethinking Assimilation Theory for a New Era of Immigration." In

- The Handbook of International Migration: The American Experience*. Charles Hirschman, Josh DeWind and Philip Kasnitz, editors. New York: Russell Sage Foundation. Pp. 137-160.
- Brettell, Caroline Bieler. 1982. *We Have Already Cried Many Tears: Portuguese Women and Migration*. Cambridge, MA: Schemkman Publishing Company.
- Enchautegui, Maria E. and Nolan J. Malone. 1997. "Female Immigrants: A Socio-Economic Portrait", *Migration World Magazine*, 25(4):18-23.
- Ferreira, Virginia. 1999-2000. "The Paradoxes of Women's Situation in Portugal." *Sociologia del Trabajo*, 38 (Winter): 29-56.
- Foner, Nancy. 1999. "Immigrant Women and Work in New York City, Then and Now". *Journal of American Ethnic History*, 18(3):95-113.
- Gans, Herbert. 1979. "Symbolic Ethnicity: The future of Ethnic Groups and Cultures in America." *Ethnic and Racial Studies*, 2(1):1-20.
- Lieberson, Stanley. 1980. *A Piece of the Pie: Blacks and White Immigrants Since 1880*. Berkeley: University of California Press.
- Lieberson, Stanley and Mary C. Waters. 1988. *From Many Strands: Ethnic and Racial Groups in Contemporary America*. New York: Russell Sage Foundation.
- Marques, Ana and Pedro Pereira. 1999. "Taxes and Women in the Labour Force in a Southern European Country: The Case of Portugal." *Labour*, 13(4):797-819.
- Pap, Leo. 1981. *The Portuguese-Americans*. Boston: Twayne Publishers.
- Preston, Valerie and Wenona Giles. 1997. "Ethnicity, Gender and Labour Markets in Canada: A Case Study of Immigrant Women in Toronto." *Canadian Journal of Urban Research*, 6(2):135-159.
- Reimers, Cordelia W. 1984. "Sources of the Family Income Differentials among Hispanics, Blacks and White Non-Hispanics." *American Journal of Sociology* 89:889-903.
- \_\_\_\_\_. 1985. "Cultural Differences in Labor Force Participation Among Married Women." *The American Economic Review*, 75(2):251-255.
- Schoeni, Robert F. 1998. "Labor market Outcomes of Immigrant Women in the United States: 1970 to 1990." *International Migration Review*, 32(1):57-77.
- Taft, Donald R. 1967. *Two Portuguese Communities in New England*. New York: AMS Press, Inc.
- Williams, Jerry R. 1982. *And Yet They Come: Portuguese Immigration from the Azores to the United States*. New York: Center for Migration Studies.

---

<sup>1</sup> In fact, Portuguese women were frequently criticized for working outside the home while their children were small (Ferst, 1972; Taft, 1967).

<sup>2</sup> For sample description and other data details please contact Maria\_Mulcahy@brown.edu.

<sup>3</sup> The results presented in these tables were extracted from larger models which included groups not included in this analysis. Those interested may obtain this additional information from the author by contacting Maria\_Mulcahy@brown.edu.

<sup>4</sup> For reasons of space, the effects of these variables will not be discussed here.

## DA SOBREVIVÊNCIA À ADAPTAÇÃO (Contributos da Psicologia)

*Maria Eduarda Duarte*

*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, ULL, Portugal*

O desenvolvimento pessoal, na sua vertente de desenvolvimento de competências adaptativas, comporta variáveis situacionais e variáveis pessoais que determinam as barreiras e/ou os elementos facilitadores da adaptação. Referem-se factores psicológicos e factores de meio, que podem contribuir para modelações de comportamento do sexo feminino em contextos de diáspora.

*Palavras-chave:* desenvolvimento pessoal; adaptação; diáspora.

### **Introdução**

Fale-se de sobrevivência. Em sentido biológico, primeiro, daquela sobrevivência que depende de uma série de processos biológicos: o conjunto de circuitos neurais, os comportamentos que, por exemplo, resultam de impulsos e instintos e que procuram a preservação da vida (Damásio, 1994) - tal como já o comprovara Charles Darwin (1809-1882) na sua *A origem das espécies* (1859). Refira-se o exemplo da adaptação dos bicos do tentilhão, que se foram modificando para a sobrevivência, por necessidade de adaptação aos novos contextos, ou aos problemas colocados pelos novos contextos - como era o caso de outros tipos de alimentos. Tal como os restantes seres vivos, para sobreviverem, os seres humanos também desenvolvem competências de que só adquirem consciência quando confrontados com situações e experiências que as exigem - ou seja, desenvolvem comportamentos adaptativos, de resposta aos novos meios em que se procuram integrar. Fala-se agora de sobrevivência enquanto estratégia de adaptação a um novo meio, isto é, de desenvolvimento de comportamentos inteligentes, de estratégias de confronto, por necessidade de sobrevivência económica, social, cultural, psicológica.

A história da Humanidade é uma história de sobrevivência. Dizem-no-lo os textos que sintetizam memórias civilizacionais - e o Génesis di-lo por meio da história do Patriarca Noé que, por mandado de Deus, recolheu e transportou na sua Arca todas as espécies animais então existentes à face da Terra, para as salvar da morte certa pelo Dilúvio que derrubava todas as margens: salvar o corpo, salvar a espécie. Mas quando o mar passou de novo a ter margens bem definidas, e quando tais margens não ofereciam, como não oferecem ainda, as mesmas condições de sobrevivência dos dois lados do mar, este foi-se transformando também em meio de comunicação entre elas, e logo em via de sobrevivência, permitindo que, ao longo dos milénios, o atravessassem homens e mulheres que, fugindo de uma das margens, procuravam a sobrevivência na outra. Sobrevivência biológica, primeiro; depois, sobrevivência económica, e melhoria das condições de vida.

E aqui surge, de novo, o eco dos textos fundadores, e ocorre o conceito de diáspora - palavra que na sua origem designava a dispersão dos filhos de Israel por entre outros povos, ou em outros territórios, na condição de exilados ou de cativos: confrontados com um novo

mundo e com novos deuses, desconhecedores da língua e dos costumes, já mesmo quando ainda era impensável o nosso conceito de globalização, o confronto do indivíduo ou do grupo social com uma sociedade desconhecida potenciava neles o desenvolvimento de um conjunto de competências, muitas delas sem nome, de antes totalmente desconhecidas dos próprios.

Se a capacidade adaptativa se aplica a homens e mulheres, porque parte do princípio comum e universal de sobrevivência da espécie, algumas diferenciações existem entre os sexos, não na capacidade e/ou competências, mas antes nos processos: o determinismo biológico, a par de padrões culturais e de regras instituídas, bem como o postulado sociológico da definição de papéis, apelam a processos adaptativos marcados pela diferença entre sexos. O homem que saiu da terra para arranjar trabalho, que se envolve com outras estruturas de trabalho, que procura afinidades com a sua própria história através de valores, objectos e costumes transpostos do país de origem; e a mulher que emigra para tratar do marido, e da casa, e dos filhos, que fica circunscrita à rua ou ao beco onde mora, dependente de outrém para pôr comida em casa, muitas vezes quase analfabeta na sua própria língua, que procura outros mecanismos de adaptação, de recomposição do seu sistema de valores normalmente transportado para o desejo de sucesso económico e de aparato social - tudo isto em vez da procura de satisfação dentro dela, da satisfação de vontades de, por exemplo, estudar e deixar de ser a mulher-a-dias das casas dos outros... E surge aqui um dos maiores contributos que a psicologia pode fornecer: construindo, desenvolvendo e operacionalizando conceitos, e modelos, e teorias, trabalhando com sistemas de medida, procurando encontrar regras comuns ao funcionamento e comportamento humanos - o que comporta por natureza a aceitação da idiosincrasia, da singularidade; dito por outras palavras, a aceitação do individual e a ajuda na descoberta da satisfação pessoal.

### **Contributos da Psicologia**

Quando se fala em sobrevivência, no plano psicológico, melhor será então falar de processos de ajustamento do indivíduo ao meio, na medida em que toda a análise do comportamento deverá ser enquadrada pelo contexto cultural em que o indivíduo actua e faz o percurso de desenvolvimento pessoal.

Tomo como exemplo o novo conceito de inteligência funcional, descrito e apresentado pelo psicólogo americano Robert Sternberg (1977, 1996), e que envolve a capacidade do indivíduo para, deliberadamente, procurar a adaptação ao meio, a modelação do meio, ou a selecção de um novo meio, com a finalidade de alcançar os seus próprios objectivos e os objectivos da sociedade ou da cultura em que está inserido (Afonso, 2002; Miranda, 2002, 2003). Esta nova concepção do comportamento inteligente<sup>1</sup> acentua (entre outros aspectos) o papel mais activo do indivíduo face ao meio, refere a necessidade de ajustamento ao mundo real, e sublinha a natureza contextual de análise comportamental, identificando também os processos de ajustamento e estabelecendo objectivos do comportamento inteligente: a adaptação - a mudança no indivíduo e ajustamentos ao novo meio -, a modelação - a mudança no meio e ajustamentos ao indivíduo -, e a selecção - a escolha de um novo meio por desajustamento indivíduo e meio (Afonso, 2002, 14).

As histórias de sobrevivência porém, ou antes as histórias de adaptação, também estão muitas vezes relacionadas com a criação de mitos, donde surgem os heróis e os lugares sagrados, as histórias de sucesso ou o empolamento de uma vida que, por definir um paradigma de comportamento ideal, perdeu as suas contingências e particularidades de individual e passou a enformar o imaginário colectivo.



O mito contemporâneo da mulher com uma carreira de sucesso, por exemplo, tem subjacente a aceitação da existência de uma luta heróica que as mulheres tiveram que travar contra uma cultura instalada, que culmina no "retrato de sucesso": excelente mãe, óptima esposa, profissional de altíssima qualidade, praticante de desporto, e com tempo livre para acompanhar o marido às festas e outros acontecimentos sociais; e, claro, feliz para sempre. Se a mulher, enquanto pessoa, sobrevive a este modelo social que a tradição civilizacional lhe impôs, prova que ultrapassou todas as barreiras, o que traz por arrastamento a certeza de que as barreiras, sejam elas quais forem, podem ser ultrapassadas. E não deixa de ser pertinente referir que um dos primeiros trabalhos na psicologia sobre percepção de barreiras pessoais e situacionais se encontram em estudos feitos sobre o comportamento na carreira das mulheres (Swanson e Woitke, 1997), e - talvez não por acaso - de braço dado com estudos sobre minorias étnicas.

Apanhar o barco para começar de novo, e portanto adaptar-se, significa que o organismo colocado numa situação que exige uma resposta adaptativa, tem que obrigatoriamente elaborar essa resposta (Reuchlin, 1999, 56-57), que consiste num processo de construção próprio, idiossincrático. Não sei se a concepção de Reuchlin sobre estes diferentes processos vicariantes foi de alguma maneira influenciada pela resposta dada pelo ensaísta e poeta inglês Samuel Johnson (1709-1784) que, à pergunta sobre quem era mais inteligente, o homem ou a mulher, respondeu perguntando: "Que homem, que mulher?" (citado em Anastasi, 1965, 528). O que posso afirmar é que ambos tocam o fundamental: a existência de diferenças individuais dentro de qualquer um dos grupos. Portanto, a igualdade e a diferença, preconizados nos direitos e deveres entre homens e mulheres, não pode ignorar a diferenciação sexual e os papéis masculino e feminino daí resultantes num contexto de diálogo social, ou seja, de organização e importância relativa dos papéis.

Portanto, os contributos que a psicologia fornece circunscrevem-se à observação do indivíduo enquanto sujeito que responde adaptadamente na variedade de lugares em que pode desempenhar alguns papéis. Se o indivíduo apanha o barco, há que considerar-se também - sem nunca se esquecer o porto de partida - o conjunto de situações circunscritas ao meio e ao contexto do porto onde esse barco atraca, na medida em que ele funciona como uma porta de entrada num outro meio habitual em que o indivíduo vai desenvolver o papel de trabalho. E a psicologia demonstra a existência de um número limitado de processos, o que nos permite delinear um conjunto de procedimentos que nos permitem identificar e sistematizar as barreiras e os elementos facilitadores de adaptação, ambos considerados em dois planos distintos: os que advêm das condições do meio habitual - as variáveis situacionais -, e os que são intrínsecos ao próprio desenvolvimento humano e que são condicionados pela socialização - as variáveis pessoais (Duarte, 1998, 6).

A crescente importância das mulheres no mercado de trabalho, a feminização da força de trabalho, a própria evolução social, e, a meu ver, as lutas travadas por homens e mulheres para o desenvolvimento de sociedades livres, sustentadas por ideais de liberdade e de igualdade com direito à diferença, a par de estudos científicos e de desenvolvimento das próprias ciências sociais e da vida - todos estes factores obrigam, digamos, a conceptualizar os elementos facilitadores de adaptação, bem como as barreiras que, em certa medida, são condicionadas pelo conjunto de variáveis pessoais e situacionais que definem e sustentam a singularidade.

Portanto, preconiza-se um modo de análise sobre a importância relativa das mulheres no mundo de hoje: o único caminho para aceitar o princípio da igualdade de entre homens e mulheres, de entre grupos étnicos, ou de minorias, é reconhecer o direito às diferenças. Como afirma Alain Touraine, "o princípio da igualdade não é separável do princípio da

diferenciação", porque "a diferença sem igualdade é o racismo, a igualdade sem diferença é o mundo totalitário" (Touraine & Khosrokhavar, 2000, 188-189).

Partindo deste quadro conceptual, o que se pode, então, considerar como uma barreira para o desenvolvimento pessoal da mulher? A percepção de uma barreira, ou seja, o que pode ser visto como um acontecimento ou condição que tornam difícil a progressão, depende, em termos gerais, da interpretação que o sujeito faz da situação e que é condicionada pelas características individuais e pelas variáveis situacionais. São múltiplas e variadas as barreiras clássicas ao desenvolvimento pessoal e de carreira das mulheres: os estereótipos, a legislação, o direito - ou a obrigatoriedade? - à diferença, os sistemas familiares, educativos, religiosos (Betz, 1994, 12); em contraponto, os elementos facilitadores podem ser os que são suportados e aceites nos estilos de aprendizagem, no sucesso e na estrutura familiar. E aquilo que para umas mulheres constitui barreiras, muitas vezes levantadas pelas próprias, pode também funcionar como elemento facilitador como, por exemplo, a condição de dona de casa, a estrutura familiar, o alargamento de opções de carreira, o olhar-se no espelho com atitudes de vencedora ou de derrotada, globalmente decorrentes dos processos de socialização.

Estudos realizados sobre a percepção de barreiras em jovens do ensino secundário e do ensino superior, permitem evidenciar a existência de diferenças entre rapazes e raparigas na percepção de barreiras: a título de exemplo, as raparigas salientam a discriminação sexual e a falta de confiança, e os rapazes referem a discriminação étnica (McWhirter, 1997). Um outro estudo salienta que a diferença entre rapazes e raparigas ao nível da percepção de barreiras se evidencia mais ao nível de tipo de barreira do que número de barreiras (Swanson & Woitke, 1997); num estudo realizado em Portugal com estudantes a frequentarem o 12.º ano de escolaridade, as raparigas consideram as formas de discriminação (entre outras, diferenças na remuneração, discriminação sexual) como uma das barreiras à progressão de carreira, enquanto que os rapazes apontam, por exemplo, a desaprovação por pessoas significativas (pessoas que, pela sua relevância são consideradas como muito importantes para o próprio), e o "medo" de se ser considerado pouco masculino na escolha de uma carreira não tradicionalmente masculina (Cardoso, 1999). Saliente-se que os resultados obtidos neste estudo, e em termos globais, se aproximam dos encontrados em estudos americanos.

A partir dos anos cinquenta do século XX, quando se acentuou a diáspora portuguesa no Canadá, até ao surgimento de uma segunda geração que, entre outras mudanças de atitude, passou a mandar as filhas para a escola (tradicionalmente, em Portugal, as famílias que para tal tinham capacidade económica mandavam os rapazes para a Universidade mais facilmente do que as raparigas, que ficavam em casa, independentemente do nível intelectual e interesses manifestos de uns e outros), com certeza que muita coisa mudou. Da mulher que emigrou, depois de ter ficado algum tempo, anos mesmo, sozinha na terra-mãe à espera de novas e mandados do marido que fora à frente (o que constitui um topos na nossa tradição cultural, já registado nas Cantigas de Amigo dos cancioneiros galego-portugueses, onde se ouve a voz da mulher que, no resguardo da aldeia, aguardava notícias do amado ausente na frente da guerra<sup>3</sup>); que chegava a uma terra desconhecida, e que permanecia em meios comunitários fechados; que, quando trabalhava (por necessidade económica imperiosa), ou era nos serviços domésticos menos qualificados (como a limpeza), ou nas fábricas (Higgs, 1990); até à actualidade, quando se constata o aumento de raparigas luso-descendentes a frequentar o ensino superior (Giles, 2002, 100-101) - muita coisa mudou, mas muito falta ainda mudar. A tarefa de promover o reconhecimento à diferença é a tarefa contra a discriminação, é promover a comunicação entre homens e mulheres.

Os movimentos feministas do Ocidente ocuparam o espaço que a história lhes concedeu; cabe agora a cada mulher pensar que é igual e que é diferente. Factores de natureza psicológica, como a motivação para o trabalho e para o desenvolvimento pessoal e profissional, para o desenvolvimento de competências, e para gerar expectativas de sucesso; factores de natureza de meio (o contexto cultural e a comunidade envolvente), como a socialização dos papéis e o conjunto de oportunidades que se deparam, conduzem a modelações de comportamento geradores de adaptação, e, especialmente, de contribuição para a construção de sociedades sustentadas pela salvaguarda dos direitos sociais e culturais, que são, afinal, os direitos da pessoa.

As mulheres da diáspora de hoje terão talvez, a meu ver, outras responsabilidades, se comparadas com as mulheres da diáspora de ontem, ou com as mulheres que nunca viveram a situação de estar fora do país de origem: enquanto as de ontem lutaram para sobreviver, para salvar o corpo de fome certa, as de hoje lutam pela afirmação de direitos culturais - porque ainda não existe verdadeiramente igualdade, porque o direito à diferença ainda está longe de ser instituído. Às mulheres da diáspora, podemos pedir o exercício da criatividade. A todas, a aprendizagem da flexibilidade.

**Em síntese**, as investigações efectuadas têm demonstrado não ser necessário criar uma teoria ou teorias especiais e específicas para o sexo feminino em contexto de diáspora, mas sim considerar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, considerando os principais papéis que se lhes vão apresentando e que elas vão desenvolvendo ao longo de todo o ciclo de vida, e reflectir sobre a sua interacção. As variáveis pessoais no conteúdo e contexto idiossincrático, e as variáveis situacionais, caracterizam o padrão de adaptação.

A grande diferença está no grau e não no tipo de desenvolvimento. Por isso, falar de sobrevivência e adaptação do sexo feminino em contexto de diáspora é, provavelmente, explicar um cumulativo de experiências associadas ao simples facto de se ser mulher; é talvez considerar "mais graus", ou seja, "ir mais à luta", obter uma maior utilização de estratégias de confronto eficazes, o estabelecimento de critérios mais elevados de sucesso culturalmente contextualizados, e talvez uma outra variável que, não sendo objecto de estudo científico (pelo menos que seja do meu conhecimento) é concerteza mote de sobrevivência ainda de muitas mulheres da diáspora: **a luta, muitas vezes calada, contra o esquecimento.**

Se existem diferenças entre, por exemplo, carreiras de sucesso dentro ou fora da diáspora, e se o ser-se mulher ou homem tem ou não uma importância significativa nesta matéria, só investigações empíricas o poderão comprovar.

A realização deste congresso, a necessidade de lhe dar por nome "A vez e a voz da mulher na diáspora", é disso exemplo e espelha o evidente: não existem universos sociais separando homens e mulheres, nem sequer universos em cada continente, ou país, ou cidade. O que existe é a necessidade de se continuar a construir a teia de relações entre homens e mulheres dentro do universo que lhes é comum: a individualização e a contribuição para a construção de um mundo cultural que incorpore naturalmente o direito à diferença e a consequente rejeição da discriminação.

E que dê voz. A todos.

- Afonso, M. J. (2002). Inteligência funcional: aspectos heurísticos e hermenêuticos do construto. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 36, 9-24.
- Anastasi, A. (1965). *Psicologia diferencial*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária. (trad. brasileira da 3ª ed. *Differential Psychology*.(1958). New York: Macmillan).
- Betz, N. (1994). Basic issues and concepts in career counseling for women. In W. Walsh, e S. Osipow (Eds.), *Career counseling for women* (1-41). New York: Lawrence Erlbaum Associates.
- Brea, Mercedes (Org.) (1996). *Lírica Profana Galego-Portuguesa*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro.
- Cardoso, P. (1999). *Percepção de barreiras na carreira e atitudes face à exploração e planeamento na carreira em alunos do ensino secundário*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Damáσιο, A. (1994). *O erro de Descartes*. Lisboa: Europa-América.
- Darwin, C. (1859). *The origin of species*. (6ª ed., 1962). New York: Macmillan.
- Duarte, M. E. (1998). O desenvolvimento da carreira em mulheres. Algumas considerações e implicações no aconselhamento. *Psicologia*, XI, (2/3), 5-14.
- Giles, W. (2002). *Portuguese women in Toronto: gender, immigration, and nationalism*. Toronto: University of Toronto Press.
- Higgs, D. (Org.). 1990. *Portuguese Migration in global perspective*. Toronto: The multicultural History Society of Ontario.
- McWhirter, E. (1997). Perceived barriers to education and career: ethnic and gender differences. *Journal of Vocational Behavior*, 50, 124-140.
- Miranda, M.J. (2002). A inteligência humana: contornos da pesquisa. *Paidéia* (Revista da USP, Brasil), 12 (23), 19-29.
- Miranda, M.J. (2003). A psicologia da inteligência humana em perspectiva: de onde vimos e para onde vamos? *Arquipélago* (Revista da Universidade dos Açores), 4, 39-56.
- Piaget, J. (1986/1947). *La psychologie de l'intelligence*. Paris: Colin.
- Reuchlin, M. (1999). *Evolution de la psychologie différentielle*. Paris: P.U.F.
- Sternberg, R. (1977). Successful intelligence: a broader view of who's smart in school and in life. *International Schools Journal*, XVII (1), 19-31.
- Sternberg, R. (1996). *Successful intelligence*. New York: Simon & Schuster.
- Swanson, J. & Woitke, M. (1997). Theory into practice in career assessment of women: assessment and interventions regarding perceived career barriers. *Journal of Career Assessment*, 5, 443-462.
- Touraine, A. & Khosrokhavar, F. (2000). *La recherche de soi. Dialogue sur le sujet*. Paris: Fayard.

<sup>+</sup>Recorde-se que, ainda em meados do séc. XX, Jean Piaget (1896-1980) afirmou que 'inteligência é adaptação', e que no plano mental se prolonga e conclui o conjunto de processos adaptativos cujo ponto de partida são as trocas entre o organismo e o meio, que caracterizam a adaptação biológica (Piaget, 1986/1947).

<sup>2</sup>Ainda ecoam na memória dos povos do Ocidente da Península Ibérica os lamentos da jovem namorada que, na cantiga do rei Dom Dinis (1261-1325), procurava por notícias do seu amado ausente na guerra: "Ai flores, ai flores do verde pino, | se sabedes novas do meu Amigo!" - e que, na cantiga do jogral Martin Codax, ficava satisfeita com a resposta, quando tinha a certeza de que o namorado regressava vivo e são: "Comigo hei mandado | ca vem meu amado |...| Ca vem meu amigo | e vem san e vivo".

# EVA, DEPOIS DO PARAÍSO: TRAJECTÓRIAS RESIDENCIAIS NA EMIGRAÇÃO

*Carolina Leite*

*Universidade do Minho, Portugal*

A análise do fenómeno migratório feminino tem constituído uma oportunidade para debater questões não só relacionadas com a mobilidade geográfica como para avaliarmos o corolário de consequências que a própria situação da deslocação potencia. Falámos, concretamente, no tipo de projecto migratório inicial, nas expectativas que homens e mulheres desenvolvem e nos meios dirigidos à sua concretização, bem como nas reactualizações que esse mesmo projecto vai sofrendo ao longo do tempo.

Neste sentido, e partindo de uma problemática em que género e emigração se combinam, procuraremos analisar o modo como os sucessivos projectos residenciais são vividos pelas famílias, destacando o papel das mulheres na sua concretização material. Dito doutro modo, interessa-nos compreender o desígnio - nem sempre verbalizado por estes novos proprietários - que acompanha e por vezes determina, as escolhas em matéria de habitação: da construção de habitação própria no país de origem à auto-construção no país de acolhimento, passando por casas de porteira, habitação social ou alojamento colectivo privado, ou mesmo habitat antigo nos centros das cidades.

## **Introdução - Fundar uma Casa**

Grande parte do desígnio que alimenta a emigração tem, no domínio da habitação, a sua principal concretização. A questão está longe de se esgotar nos aspectos de natureza meramente funcional ou até patrimonial. Fundar, criar uma casa, adquire a sua dimensão plena se olharmos os constrangimentos que a sociedade rural portuguesa engendrava no quadro das relações de força que a animavam. Ter casa significava garantir, além das condições de residência, os meios de produção agrícola que asseguravam a sobrevivência do grupo doméstico.

A população de emigrantes portugueses que estudamos ao longo de vários anos<sup>1</sup> participa nesse movimento associado às deslocações e que consiste na criação de casa ou na sua ampliação, primeiro no país de origem - muitas vezes, mesmo, na terra natal - e, numa segunda fase, nos locais de residência no país de acolhimento (Villanova, 1995; Leite, 1998).

Tendo abandonado o país com destino à Europa, a partir de finais da década de cinquenta e ainda ao longo das duas décadas seguintes, estas famílias migrantes rapidamente estabelecem projectos de construção e/ou reconstrução de moradias que começam por responder a uma função anunciada, isto é, uma futura instalação definitiva no país de origem. Homens e mulheres colaboram neste cenário amplamente partilhado embora, como adiante veremos, susceptível de alguma erosão. Assim se pode concluir face às mais recentes actualizações desse projecto inicial e que levam, muitos deles, a deslocar o projecto de sedentarização, de Portugal para o país de acolhimento. Aquilo que começou por ser um desígnio comum vai, progressivamente, incorporando os sinais da experiência vivida na emigração revelando, em muitos casos, alterações aos objectivos inicialmente estabelecidos. No final de um ciclo migratório não é raro constatar a desadequação de algumas das escolhas bem como a vontade de as reorientar. Tais decisões implicam, mais uma vez, a criação de uma visão comum e partilhada de objectivos, situação nem sempre conseguida pelos mesmos construtores, homens e mulheres.

## I - A Casa: Garantia Funcional e Inscrição Simbólica

Apesar do elevado número de proprietários da sua própria habitação que Portugal registava em 1960, valores que atingiam cerca de 45% das famílias (Barreto, 1996: 52), importa recordar que a esmagadora maioria desses alojamentos era rudimentar e desprovida de qualquer sinal de conforto<sup>2</sup>. Embora a situação de precaridade das habitações fosse extensiva à cidade, era nos meios rurais que as deficiências se tornavam mais visíveis e os recursos para fazer face à situação, eram ainda mais raros. Em zonas mais isoladas, de povoamento concentrado, as famílias conseguiam construir um abrigo, de forma mais ou menos rudimentar, como recorda Maria Lamas: *"Quanto à habitação, cada casal constrói a sua casa, melhor ou pior, muitas vezes com a ajuda dos vizinhos. Mas nas aldeias próximas dos grandes centros urbanos vai havendo, já, cada vez em maior número, quem pague renda pelo tecto que o cobre"* (1948: 98). A autora sublinha a ausência de mercado de arrendamento, situação compreensível num contexto onde a circulação monetária era rara ou mesmo inexistente. A ajuda comunitária assegurava - através de processos de auto-construção, e utilizando apenas os materiais locais - as necessidades mais elementares do habitar. O Inquérito à habitação rural (1943), obra inacabada que resultou de uma encomenda de Salazar que, ao ser confrontado com os resultados, a cancelou, traça o panorama detalhado das condições de habitação no universo rural. A importância deste estudo reside no facto das suas conclusões excederem o estudo das formas e dos materiais utilizados, concentrando grande parte das informações na descrição das condições e dos modos de vida das populações. Veja-se, por exemplo, a descrição de uma casa-tipo na região do Alto Minho: *"O edifício destinado a moradia tem dois compartimentos separados por uma divisória de tábuas de pinho apenas justapostas (...) Ambas estas divisões são pessimamente arejadas por falta de aberturas suficientemente amplas e porque a cobertura, pela forma como é construída, não dá saída ao fumo nem renova o ar. Não há qualquer chaminé, ou sistema de tiragem (...). Porque não há qualquer espécie de latrina as dejeções fazem-se na corte do gado. (...)".* (Basto e Barros, 1943: 83, 84). As descrições repetem, ao detalhe e nas várias regiões estudadas, a falta de condições mínimas das habitações, situação que explica a prioridade das famílias emigrantes em construir ou em melhorar as casas existentes. Embora a necessidade simbólica de inscrição espacial na terra natal apareça como uma vontade de concretização do projecto migratório, convém ter presente que existia, antes de mais, uma urgência em melhorar as condições efectivas de habitação. Sublinhar a dimensão funcional da casa ajuda a compreender a importância deste projecto, que ao olhar exterior aparece muitas vezes como excessivo e até incoerente face às exigências do trajecto migratório.

### 1.1 - O Peso da Ilegitimidade

Ancorado em valores morais rígidos, o universo rural de onde são originários quase todos os entrevistados, não vive necessariamente conforme o modelo apregoado. A questão da ilegitimidade é, a este propósito, tão eloquente, que por certo muitas consequências sociais radicam neste fenómeno que, na prática, impossibilitava alguns do direito ao nome, à dinastia, à casa legítima. Território deixado tantas vezes ao silêncio, sabemos, pela memória dos que contam e também pela literatura antropológica que, também neste domínio, norma e comportamentos, mesmo sob pesada vigilância, nem sempre se ajustavam. Vale a pena recordar a propósito os estudos de Teresa Albino que constatou, na aldeia transmontana da Granja que, no período compreendido entre 1911 e 1939, 24,8% das crianças baptizadas, eram ilegítimas; a autora mostra a tendência decrescente do fenómeno ao longo das décadas: 23,2% no período que vai de 1911 a 1920, contra 20% regista-

dos entre 1931 e 1939. A mesma tendência aparece se olharmos os valores à escala nacional, pois apontam para uma diminuição gradual a partir dos anos 1930-35, tendência que se acentua na década de sessenta. Segundo dados recolhidos por Ana Nunes de Almeida (1984: 45), a taxa de ilegitimidade no continente era, em 1960, da ordem dos 10,2% sendo uma década mais tarde de 7,2%, o que representou a mais significativa quebra registada desde o início do século. Já na década de 70, a autora sublinha a fractura norte/sul com Beja a registar as mais altas percentagens - 22,7% - seguindo-se Setúbal, Lisboa, Évora e Faro, sendo os valores mínimos registados em Braga (2,6%), Guarda (2,8%) e Castelo Branco (3,1%).

No entanto, os resultados de análises feitas por freguesia mostram que, ao longo do século, certas regiões do Norte terão conhecido altas taxas de ilegitimidade. O'Neill mostra que, no período compreendido entre 1870 e 1890, a percentagem média de ilegítimos em Fontelas era da ordem dos 47,4%. Entre 1910 e 1919, a taxa de ilegitimidade chegou a atingir 73,6% o que constitui, segundo o autor, um valor sem precedentes na literatura antropológica.

Embora os números sejam esclarecedores, nada nos dizem sobre o tecido social associado à ilegitimidade. Considerando a população aqui analisada, este factor é relevante. Sabe-se que as mulheres-mães de ilegítimos eram recrutadas no seio das famílias mais pobres - as jornaleiras no mundo rural - como mostra O'Neill (1984:367 e ss.) na já referida freguesia de Fontelas. Aí, para as 172 crianças ilegítimas encontradas no período estudado, nascidas de mães jornaleiras, apenas se registavam 10 nascidas de mães proprietárias agrícolas. As mães provinham assim dos grupos sociais mais desfavorecidos, reforçando as assimetrias que a própria natureza da relação potenciava a outros níveis. Foi necessário esperar pelos anos setenta (1970-1978) para se assistir a uma verdadeira alteração da situação: neste período, apenas 7,4% dos nascimentos foram ilegítimos. E a explicação - ainda segundo o mesmo autor - está directamente associada às grandes correntes migratórias clandestinas para França e Alemanha.

Tudo faz supor, portanto, que muitos dos homens e mulheres que partem têm com a ilegitimidade, algumas contas a ajustar. As mulheres fazem-no, tentando, antes de mais, construir alianças legítimas. É a via que lhes permite resgatar as gerações anteriores, senão mesmo a sua própria, dos inconvenientes associados à ilegitimidade. Os homens, tentarão salvar, antes de mais, a pertença a uma fratria legítima, o uso de um nome que assegure a criação de uma dinastia a parte inteira, permitindo assim legar à geração dos filhos, uma linhagem com nome (legítimo) e património, dados indispensáveis para assegurar o reconhecimento social. Conquistar nome e casa tornam-se assim condições elementares para que possa ser possível aspirar a um lugar social "digno". A emigração vai responder a ambos. Por um lado, rompendo com os anteriores laços de dependência - nomeadamente entre jornaleiras/ proprietários rurais - que colocavam as mulheres destes grupos mais dependentes, numa vulnerabilidade que muito contribuía para aumentar o número de ilegítimos. Por outro lado, a partida irá provocar a curto/ médio prazo, alterações no equilíbrio de forças locais através daquilo que começou por ser uma alteração no mercado de trabalho local e, mais tarde, através da compra de terras, construção ou reconstrução de habitação própria e constituição de um património imobiliário. Mais tardio foi o investimento em capital cultural quase sempre dirigido às segunda e terceira gerações.

Ter nome e fundar casa são actos que se inscrevem num movimento indissociável da emigração e daquilo que dela se espera como resultado visível e socialmente reconhecido.

## 1.2 - Outras Ilegitimidades

E, no entanto, a ilegitimidade não era o único factor gerador de grandes diferenças nas famílias. A questão da desigualdade colocava-se dentro da própria fratria legítima. Reportando-se aos resultados de vários estudos realizados ao longo das primeiras décadas do séc. XX, Margarida Durães lembra a diversidade de situações no que respeita à transmissão das heranças muitas vezes num contexto de muitos filhos e poucos bens, e conclui: *"Assim, na região minhota, tanto podíamos encontrar a sucessão e divisão igualitária entre todos os herdeiros, como a sucessão única e herança indivisa ou o herdeiro beneficiado com um maior quinhão. Estes três modelos podiam ser encontrados no seu estado mais puro e completo, mas também, em estados híbridos e ambíguos, onde as três formas de sucessão e partilha se confundiam"* (Durães, 2001). E a autora salienta as estratégias desencadeadas pelas famílias com vista à reprodução social e, portanto, à menor dispersão possível do património: coabitação, celibato e, naturalmente, emigração.

A evocação destes factores da desigualdade social criados, quer por razões de ilegitimidade, quer por mecanismos diferenciais de herança, revela a importância que assume, para todos estes deserdados (e onde cabem ilegítimos, deserdados e outros excluídos) a "urgência" de fundação de uma casa. Razões de sobra que se acrescentam a uma situação generalizada de carência e que contribuem para melhor contextualizar esse carácter prioritário que a casa assume, também nestes percursos, que incluíam muitas vezes os deserdados de famílias de pequenos e médios proprietários agrícolas.

## 2 - Homens e Mulheres na Construção

Numa primeira fase, todo o aforro é canalizado para Portugal, com o objectivo da construção da casa que terá lugar, na maioria das vezes, na freguesia de origem da mulher. Homens e mulheres tentam maximizar as poupanças de um período que projectam como transitório. Como mostrámos num outro momento (Villanova et al., 1995), muitas famílias renunciaram aos créditos bancários. Este comportamento foi especialmente visível em indivíduos originários de zonas do interior do país, menos familiarizados com este tipo de práticas e de agentes. Oriundos de regiões onde se tinham perpetuado formas de agricultura de autoconsumo e onde a circulação monetária era limitada pela natureza e exiguidade das trocas, acentuando-se por isso a dificuldade em "fazer dinheiro", muitos evitaram a dificuldade no acesso e uso dos procedimentos bancários, recorrendo, quando necessário, aos sistemas informais de crédito.

A taxa de esforço para a concretização deste projecto merecerá um dia um estudo particular. Adivinha-se que foi imenso, tal é a medida da privação a que tantos se sujeitaram, como se lê, repetidamente, nas narrativas das entrevistadas: *"(...) mas como eu andava a construir a minha casa não podia ter a Carla comigo porque eu trabalhava muito, fazia 16 horas e não tinha tempo para me ocupar da minha filha (...) Para a casa fizemos muitas economias, eu não pedi nenhum dinheiro ao banco nem nada, vivíamos com o meu e o do meu marido ia para a minha casinha"* (Glória, 45 anos, empregada de hotel). Esta, como milhares de outras casas de sonho, erguidas como razão de existir na emigração e prova antecipada de um futuro mais legítimo, está confrontada com um destino incerto: Glória tentou regressar a esta casa, mas não suportou a diferença do modo de vida e voltou, com a família, para França. Não arrenda a casa, pois ela responde a um desígnio maior que não se compadece, para já, com uma lógica de rendibilidade que, no entanto, as mesmas mulheres aplicam noutros contextos. Arrendá-la seria usurpar a sacralização de que beneficia. A distância que separa um quotidiano de trabalho e con-



strangimentos, em França, e a casa de sonho, em Portugal, sendo a promessa da tão desejada auto-suficiência, prática, económica, social e simbólica, contribui para reforçar o lado mítico, longínquo e inacessível deste projecto: há neste sonho construído, uma inegável dimensão quimérica. A dimensão do esforço parece, assim, ao olhar exterior, desajustada face ao uso efectivo desta casa: *"Eu acho que vou ficar cá em França porque estamos com intenções de comprar cá uma casa em França; tenho a minha casa em Portugal, tenho tudo em Portugal, tenho uma casa de rêve, mas dá para ir passar férias e quando serei velha (...)"*, afirma ainda Glória, para quem o facto de "ter tudo em Portugal" não é bastante para desejar aí fixar residência. Como revela a sua decisão de regressar, embora lhe pareça ter tudo a que inicialmente aspirou, a sua experiência em França leva-a, hoje, a considerar que os bens materiais acumulados representam afinal pouco face aos benefícios de uma experiência de urbanidade onde prefere inscrever a sua vida quotidiana. E o exercício de um estatuto de proprietária na terra natal fica, mais uma vez, adiado - e uma das possibilidades é que nunca se concretize - pois aparece como muito menos atractivo do que Glória jamais poderia supor. É neste impasse que as mulheres entrevistadas se colocam adivinhando - mesmo sem regressarem a Portugal, como fez Glória - a desadequação desse projecto de regresso face às novas aspirações entretanto criadas. O futuro visto a partir da aldeia e da casa de sonho torna-se uma realidade menos desejada, obrigando a reformulações, nomeadamente no que diz respeito às condições de residência permanentes no país de trabalho.

Este tipo de atitude tornou-se frequente a partir dos finais da década de 80 e foi-se reforçando ao longo dos anos 90, traduzindo uma deslocação de prioridades. Um movimento (re)construtivo intenso começa a ter lugar. Roselyne de Villanova dizia a propósito: *"aujourd'hui on peut dire que ce sont d'immenses chantiers, au rythme de la construction communautaire, qui se développent tant dans les villages portugais que la banlieue parisienne"* (1995: 70). Chegado este momento do ciclo migratório, as mulheres sentem que o regresso se torna uma questão inevitável e que urge tomar decisões. As palavras de Luísa são esclarecedoras e resumem uma tendência crescente, visível em numerosas entrevistas: *"A casa onde estávamos não era a que nós desejávamos, vivíamos sempre a pagar a renda, sempre contrariados, mas era uma certeza e o meu marido não pensava senão em voltar para Portugal, isto 15 e 20 anos depois de cá estar. Era uma doença e continua, mas menos. Desde que comprámos a casa eu vi uma grande diferença nos meus filhos (...) eles tinham sempre a casa de Portugal, era a sua "casa de rêve"... era como que uma paixão que eles tinham. Quando comprámos esta, houve uma passagem e eles começaram a amar esta casa, senti que houve uma certa estabilidade na família, mesmo para o meu marido. Ele pensa sempre voltar para Portugal, um dia na "retraite", mas sente-se mais à-vontade e como tem um jardim..."* (Luísa, empregada doméstica, 67 anos, arredores de Paris).

Não é pois surpreendente que esta comunidade de emigrantes registe tão elevados índices de proprietários, tendo atingido os 53,7% nos portugueses naturalizados. Esse número baixa para 29% se considerarmos o conjunto da comunidade portuguesa em França. Entre 1984 e 1988, uma em cada seis famílias francesas mudou de residência, trocando-a por habitação própria, uma em quatro famílias portuguesas tomou igual decisão enquanto apenas uma em cada vinte famílias norte-africanas adquiriu casa. (Taffin, 1991). Esta tendência crescente acompanha a quebra do número de construções em Portugal; o número de pedidos de licenciamento de obra cai, a meio da década de 80, bem como os processos de pedido de crédito, junto das entidades bancárias contactadas.

Trata-se, em suma, de uma reordenação dos projectos numa fase do ciclo de vida em

que famílias se vêem confrontados com as sucessivas descoincidências entre o que programam para a sua vida e aquilo que, de facto, vivem. O percurso dos filhos acrescenta, pelo seu lado, novas dificuldades a esse projecto inicial: instalados em França, constituindo os seus próprios núcleos familiares, acabam por ser um poderoso factor de fixação da primeira geração que procura evitar aquilo que seria uma nova e dolorosa ruptura familiar.

Fundar casa pode bem acontecer, lá, isto é, em França.

### **3 - Casas Fundadoras**

Às mulheres já não interessa, agora, o bem estar da moradia na aldeia: projecto ainda suspenso, o fundamental é poder combinar essa segurança adiada com a proximidade dos filhos e a vivência urbana quotidiana. Nomeadamente através da aquisição de casa própria em França, as mulheres tentam persuadir os maridos em nome de uma estabilidade que além de económica seja, sobretudo, de natureza psico-afectiva: os maridos projectam-na para a aldeia de origem, elas querem concretizá-la em França. O que não supõe, no entanto, um corte radical com a sociedade de origem. As mulheres pedem à casa em França que, servindo de porto de abrigo à sua experiência de urbanidade, seja capaz de potenciar o mesmo sentimento de realização que os maridos só imaginavam possível de obter, regressando. No meio de um território negociável onde cabe dissimulação e não dito, neutralidade estratégica ou prolongados silêncios, as mulheres procuram, com todas as forças, atrasar o regresso, que alguns maridos insistem em programar.

A escolha da habitação e o projecto de sedentarização a ela ligado, na medida em que pressupõe escolhas dos diferentes membros da família é, talvez, a área que suscita maior conflitualidade ao nível conjugal e familiar. Idealmente, homens e mulheres gostariam de encontrar a solução que consagrasse as vantagens de ambos os campos. Alguns conseguiram-no organizando estadias em ritmo pendular num e noutro sítios. Mas esta escolha supõe a possibilidade de manterem casa em ambos os países bem como condições físicas e económicas para as deslocações frequentes que esta opção implica. Nalguns casos, mantêm pequenas actividades profissionais fazendo substituições durante os períodos de férias, de familiares ou conhecidos. No entanto, a decisão do casal, quanto à fixação, só raramente é consensual. E as mulheres, na sua maioria, já escolheram, e querem ficar em França.

Muitas das mulheres da nossa população estão na origem de uma geração de herdeiros, condição que poucas tiveram ocasião de experimentar. A transmissão de um percurso residencial pode ter uma ressonância positiva ou negativa. Mas dificilmente se pode deixar em herança um mesmo capital, pois a própria noção de valor não é perene, e a sua manutenção supõe reorientações. O sobreinvestimento afectivo nas casas de sonho acompanha a herança material deste património: a segunda e terceira gerações não podem ficar indiferentes à história que conta estas conquistas de território, através do espaço doméstico. No entanto, muitas mulheres da primeira geração, tenderão a acrescentar a esses relatos, as suas próprias hesitações e mudanças, à medida que vêem crescer a distância entre elas - as suas novas exigências - e essas casas. E assim ficará por cumprir grande parte dos desejos associados à casa que, em muitos casos, se virá a transformar, em definitivo, na quimera que sempre a acompanhou. Talvez as futuras gerações lhes saibam inventar destino.

### **Conclusão**

Menos quimérico e adiado é o conjunto de características associadas à urbanidade e

que qualificam a vida quotidiana das mulheres, como a diluição do controle social, o acesso ao mercado de trabalho remunerado, o acesso a bens e serviços diversificados, a qualidade da relação estabelecida com os empregadores (em especial, os serviços a particulares), a possibilidade de facultar aos filhos uma formação escolar prolongada, capaz de inverter o ciclo da desqualificação profissional, e também as repercussões de todos estes factores na organização familiar e nas relações homem-mulher. A um outro nível, todas as mulheres, sem excepção, valorizam o seu estatuto de plena cidadania face aos benefícios de um Estado Social que se desmultiplica em prestações diversas e qualificadas. A articulação destes diferentes factores foi potenciando uma miragem de liberdade, coincidindo com anteriores experiências de emigração feminina, como sublinha Patrick Prado: "(...) *l'ouverture sur la ville est une ouverture sur le monde et les aventurières semblent plus nombreuses que les aventuriers. Le projet de ville plus affirmé - cela est bien connu - chez les femmes que chez les hommes, est plus un projet d'apprentissage de la liberté, et, par là, de l'être-pour-soi (...) qu'une volonté plus masculine, d'acquisition d'un savoir et d'un pouvoir moins...existentiels*" (1980:195).

Sustentada pela melhoria das condições de vida, a experiência migratória feminina aparece mais uma vez associada à aprendizagem de uma autonomia, e esta parece constituir uma descoberta da emigração: as mulheres encontram aquilo que, conscientemente, não procuravam. A importância da salvaguarda deste património experiencial assume particular relevância se a situarmos na especificidade destes itinerários. Como dissemos num outro momento (1998), a emigração feminina constitui, em si mesma, uma transgressão estrutural a essa fronteira imaginária traçada pelos limites do universo doméstico e que constitui a representação comum das relações entre género e espaço. Neste sentido, a própria saída indicia já uma ruptura mesmo quando a mulher se limita, aparentemente, a seguir a decisão masculina de abandono da terra. E, num sentido mais amplo, podemos considerar que a decisão de partida (entenda-se, de qualquer partida) tem consequências na experiência identitária que fica, neste processo, diferentemente exposta ao que é novo, diferente e desconhecido. Os desempenhos por procuração que uma ancestralidade já sem memória insistia em designar para as mulheres, dão lugar ao exercício efectivo de uma experiência cujo alcance não se esgota na consciência individual de quem a protagoniza: a repetição destes mecanismos associados à deslocação acabará por implicar reorientações nos modelos mentais que guiam as condutas, destas e de muitas outras mulheres, o que implica, no mesmo movimento, mudanças nas relações entre os homens e as mulheres, em suma, transformação de códigos e valores.

### Bibliografia

- Albino, Teresa (1986). "Mães solteiras numa aldeia transmontana", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 3<sup>o</sup>-4<sup>o</sup>, pp. 683-695.
- Almeida, Ana Maria Nunes de (1984). *Comportamentos demográficos e estratégias familiares no continente português: 1900-1970*, ICS, Estudos e Documentos, n<sup>o</sup> 10, Lisboa, 101 pp.
- Barou, Jacques (2002). *L'habitat des immigrés et de leurs familles*, La Documentation Française, Paris.
- Barreto, António (1996; org.). *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Basto, Lima; Barros, Henrique de (1943). *Inquérito à habitação rural*, 1<sup>o</sup> vol. - A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal - Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Técnica de Lisboa.
- Durães, Margarida (2001). "Filhos e enteados, práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, sécs XVIII-XIX), *Cadernos do Noroeste* (no prelo).

- Lamas, Maria (1948). *As mulheres do meu país*, Distribuidores Gerais Actuals L.da, Lisboa.
- Leite, Carolina (1998). *Eva, depois do paraíso - modos de habitar e identidade no percurso migratório*, tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Moutardier, Mireille (1991). "Les conditions de vie des étrangers se sont améliorées depuis dix ans", *Economie et Statistique*, n° 242, April, pp. 69-82.
- O'Neil, Brian Juan (1984). *Proprietários, lavradores e jornaleiros, desigualdade social numa aldeia transmontana 1870-1978*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- Prado, Patrick (1980). "Le va et vient. Migrants bretons à Paris", *Ethnologie Française*, X, pp. 191-196.
- Selim, Monique (1980). "Quelques aspects de la migration féminine basque à Paris", *Ethnologie Française*, Vol. X, pp. 197-200.
- Villanova, R.; Leite, C.; Raposo, I. (1994). *Maisons de rêve au Portugal*, Créaphis, Paris. (edição portuguesa, 1995).
- Villanova, Roselyne de (1995). Migrants et propriétaires: nomadisme ou sédentarité? Une citoyenneté bipolaire?", *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n° 65, pp. 67-78.
- Wall, Karin (1995). "La face cachée de l'immigration", pp. 37-80, in *Effets de la migration sur les femmes dans les cultures méditerranéennes*, Unesco, Paris.

---

<sup>1</sup> - Num trabalho anterior, desenvolvido entre 1987 e 1990, em colaboração com Roselyne de Villanova e Isabel Raposo, (1994, 1995), entrevistámos várias dezenas de famílias portuguesas emigrantes no quadro de um estudo sobre a produção do espaço doméstico na aldeia de origem.

<sup>2</sup> - Alguns índices de conforto são disso testemunho: em 1960, só 19% dos alojamentos dispunham de instalações fixas de duche ou banho; apenas 29% dos fogos tinham água corrente instalada e só 38% estavam ligados à rede de saneamento; 42% dos alojamentos estavam equipados com instalações sanitárias; quanto à rede eléctrica, esta apenas servia 41% do parque de habitação. Tal situação só viria a ser alterada a partir da década de setenta. (Barreto, 1996: 54).

## A SEGUNDA GERAÇÃO E O REGRESSO: MOTIVAÇÃO E VIVÊNCIAS

*Sofia Afonso*

*Universidade do Minho, Portugal*

O objecto que se pretende aqui tratar, localiza-se nas margens do domínio das migrações mas também do domínio da emigração portuguesa. No entanto, ele integra e participa da análise do macro-fenómenos migratórios. Não há dados precisos sobre este fenómeno, mas "Portugal [parece] estar a seduzir os filhos de emigrantes". Este trabalho procura reflectir precisamente sobre esta crescente tendência, que se verifica na sociedade portuguesa.

Num trabalho que expõe as relações da Segunda Geração argelina em França com o seu país de origem, Emmanuelle Santelli inicia o seu trabalho pondo em causa o paradigma republicano de integração: em síntese, os critérios que demonstrariam uma verdadeira vontade de integração são o uso da língua francesa, o enfraquecimento da prática da fé e o afastamento da sociedade origem, entre outros. Assim, a permanência das relações com o país de origem seriam consideradas suspeitas (Santelli, 1999: 141). Ora, se tivéssemos de hierarquizar os enunciados qualitativos relativamente a este grupo alvo, seria sem dúvida alguma, a condição de dupla-pertença que viria em primeiro lugar.

Quando se enuncia esta condição, ela pressupõe antes demais uma pluralidade, a que a um primeiro nível, entendido como primário/básico, se traduz pela biculturalidade, que ousamos conotar de bi-socialização, entre uma "esfera interna (B)" - território interno que é essencialmente um espaço cultural português, e uma "esfera externa (A)" - território externo que se refere ao espaço cultural francês vivido e alicerçado na instituição escola. Os outros níveis existem dentro de cada uma dessas esferas, criando um outro repertório, que funciona como espaço formativo consciente ou inconscientemente como verificamos mais tarde. Cria-se assim e a partir de vivências várias como o associativismo português, as relações interpessoais privilegiadas nesse círculo, as vindas anuais a Portugal, um eixo económico, cultural, linguístico, de valores específicos que definem esse repertório. Por exemplo, as aulas de língua portuguesa são frequentadas porque se é português e não por uma mais-valia cultural per se, mais uma vez reforçando esta relação de pertença ao repertório.

Mas o que nos parece mais importante é que, para além de toda a interculturalidade vivida no quotidiano, há uma relação cultural e social predominante: a que se refere à relação entre a sociedade A e a sociedade B. A própria definição de sociedade A e sociedade B é instável. De facto, a sociedade A que é, antes do mais, sociedade de acolhimento dos pais, sendo em muitos dos casos a sociedade de naturalidade da Segunda Geração, e podendo assim ser vivida de maneiras diferentes pelos indivíduos. Do mesmo modo a sociedade B, de origem, pode ser também de naturalidade e ter diferentes "estatutos" para essa mesma Segunda Geração.

Essas esferas são principalmente territórios culturais vivos, que se regem entre si por relações de domínio, submissão, parceria, oposição, reconhecimento, etc... e que são delimitados por fronteiras com maior ou menor visibilidade e rigidez. É precisamente nesta multiterritorialidade cultural que o jovem de origem portuguesa ou jovem imigrante

se move. Ousaremos dizer que é a sua primeira condição social.

A Segunda Geração é o exemplo demonstrativo das "guerras culturais": " *[they] oppose, an essentialist and separatist way of thinking about cultures and about social collectives and social and political participation, on the one hand, and a "cosmopolitan" way of articulating experiences, representations and practices that are quintessentially translocal and emerge on the boundaries, rather than an either of them*" (Nunes, 1995: 5). Ele transforma, no primeiro caso, a fronteira em instrumento privilegiado para garantir a preservação do espaço interior, enquanto que no segundo caso, a fronteira é o espaço privilegiado de construção, de diálogo, de articulação, de cruzamento. Esta visão assimétrica da fronteira revela como fundamental este conflito cultural, logo político. As fronteiras exigem que este actor se enquadre num ou noutro espaço, levando a que toda a sua vivência, experiências, construção individual, criadas precisamente no "Cross bounding", sejam ignoradas, negadas ou então que sejam compartimentadas num ou noutro espaço, a fim de responder à adopção exclusiva de um único, relegando o actor para o estatuto de estrangeiro, de étnico, de subordinado, de excluído. Ora é precisamente essa construção que define a sua identidade - o actor é essa construção: " *as identidades são construções em curso, [as identidades] são negociações de sentido, choques de polissemia, choques de temporalidades*" (Santos, 1993: 11).

É nas interações entre estes dois tempos e espaços culturais e principalmente na perpetuidade das relações com o país de origem, através das interações inter-geracionais, que se vai construir a hipótese de uma mobilidade específica tendo por destino um país específico.

### **Primeira Geração - Segunda Geração: A Intergeracionalidade Identitária**

O que parece comumente partilhado e compreendido é que a permanência na sociedade de acolhimento é temporária; residir em França é sinónimo de um tempo/espaço provisório que visa alcançar objectivos precisos como por exemplo, a construção de uma casa em Portugal, assegurar uma situação de estabilidade económica/financeira em Portugal... para talvez um dia...regressar.

A escolaridade dos filhos parece constituir na maioria dos casos um factor que também contrabalança a decisão do retorno: espera-se até o finalizar de um ciclo (primário, secundário,...), ou então, um período escolar de fácil ou mais rápida equivalência, i.e., menos problemático.

Perante o objectivo de voltar ao país de origem, os pais desde logo preparam e conduzem os filhos a um contacto com Portugal, ilustrando as referências de Manuel P. Seruya (1984). Contacto que se cria à distância e pelas visitas quase sempre anuais, pelo menos a partir de um momento determinado. Segundo Tribalat (1996: 143, 144) os portugueses (com uma média de duas visitas anuais), seguidos dos espanhóis e dos marroquinos, lideram as visitas de curta duração ao país de naturalidade. Veremos mais adiante o impacto dessas visitas. Essa relação com Portugal estabelece-se hierarquicamente através da frequência de aulas de português, de contactos e/ou participação nas associações portuguesas (desde actividades de convívio até à catequese), de uma proximidade frequente com a família e/ou amigos portugueses residentes em França, e pelos pais, que veiculam simbólica e subjectivamente um determinado país, uma determinada cultura e um determinado passado, logo um determinado presente. No que diz respeito ao movimento associativo, segundo Engrácia Leandro (1989: 355), ele " *pretende atingir dois grandes objectivos: a) criar um espaço de reencontro, de interajuda de compatriotas e de luta contra o isolamento e a solidão (...)* e ser um elo de ligação, de reactualização e prolongamento da cultura de

*origem no país estrangeiro, através de um conjunto de actividades culturais de informação e de formação, dirigidas, particularmente, para os mais novos*". As visitas à terra natal ocorrem, salva a excepção, em períodos de férias que "transfiguram a fisionomia das zonas rurais..." (Seruya, 1984: 108). Os filhos são receptores e algumas vezes cooperadores na produção da imagem de um país acolhedor, com gentes pobres mas solidárias.

As entrevistas testemunham quase na perfeição a unanimidade que existe em torno da imagem de Portugal. É significativa esta coerência criadora de coesão relativamente a este facto, que não é tão inoperante como poderia parecer, não é neutro, dado que parece ser o pano de fundo do processo de regresso vivido pela segunda geração.

Toda esta vivência mais "trabalhada" com o país de origem parece ligar estes jovens a um território, uma cultura, uma língua... um país. Ou seja, embora hoje se conteste o nacional pelo nacional e se reivindique uma atitude pós-nacionalista, presencia-se um *rattachement* pela consciência de uma outra nacionalidade. A aposta na formação paralela, a consciência de que ela é importante, porque um dia "nunca se sabe", e a vontade de manter essa relação com o país de origem, é o começo do alicerçar de bases para um processo de proximidade e simultaneamente de "estrangeirização" em relação à sociedade de origem, à sociedade na qual se vive, que em primeiro lugar cria uma consciência de pluralidade, de uma outra identidade, de uma diferença, o que pode conduzir a médio ou longo prazo a uma vontade de viver essa outra nacionalidade, de regressar ao país dos pais, ao seu país de origem.

A partir daqui, podemos de uma forma mais clara distinguir os factores que se autopromovem em eles permitindo assim, a construção (gradual) de uma cadeia identitária intergeracional:

- a realização de um projecto familiar comum, que compromete todo o agregado familiar (melhoria da qualidade de vida) que pode traduzir-se em primeiro lugar, na construção de uma casa na aldeia onde se nasceu: *"a posse de uma casa é quase sempre o objectivo da partida. Ela permanece no âmago das escolhas e dos cálculos entre as perdas e os ganhos obtidos num e noutro país, condicionando a decisão do lugar de sedentarização definitiva"* (Villanova et al, 1995: 19).

A realização deste projecto legitima grandemente a ideia de temporariedade por um lado e de partilha, tanto ao nível de alguns "sacrifícios" económicos, como da necessidade, onde o valor do trabalho predomina dado que é a partir dele que tudo se define:

*Eu sabia que a maior parte do dinheiro que eles ganhavam investiam numa casa aqui em Portugal. (...) fiquei admirado, foi um crédito que eu dei aos meus pais, por terem a capacidade de poderem ter feito uma casa como aquela, no sítio onde está... e não queria ter aquela ingratidão de me virar para os meus pais e "passei vinte anos com vocês, vi-os sempre a trabalhar no duro, que gastaram muito dinheiro com aquela casa, mas olhe, eu fico em França. Quando forem para Portugal, gozem a casa, quando vocês morrerem vende-se a casa", não, eu não tinha capacidade de fazer isso ao meu pai. (Entrevista nº 11)*

- a possibilidade de proporcionar aos filhos uma escolaridade, aprendizagem da língua portuguesa significa, antes de tudo, garantir um meio de comunicação mínima, i.e, um veículo natural entre as duas gerações, como forma de assegurar a não perda de uma origem, de uma bagagem cultural;

- a participação nas associações, como forma de reforçar a ideia de uma pertença cultural, da ideia de comunidade, de uma interioridade, ou como definiu M. do Céu Cunha,

uma cultura "intra-muros". Privilegiam-se os contactos familiares, com os vizinhos, amigos portugueses, não parecendo verificar-se um salto para fora do circuito de vivência - portuguesa. O relacionamento "extra-muros" limita-se às esferas mais próximas, e "obrigatórias da sociabilidade de inserção" (colegas de escola, alguns vizinhos franceses e de outras nacionalidades...).

Aliás, a história da investigação sobre a imigração portuguesa em França segue de perto a evolução das "causas" defendidas pelas associações portuguesas. Seria deveras interessante retratar esse percurso em paralelo.

*O meu pai foi fundador da Associação e fez logo de início um rancho folclórico, e graças a isso, começámos a conhecer todos os portugueses da região de Boulogne, e todos os domingos íamos aos ensaios, fazíamos festas, os bailes portugueses ao sábado à noite e tínhamos muitas actividades, muita convivência (...) é óptimo conhecer outras pessoas que, tal como nós, são filhos de emigrantes, saber onde vivem em Portugal, o que fazem, os amigos deles ... há uma boa relação, é como se fosse uma grande família... estamos longe do país, mas estamos bem porque é como se fosse uma família (Entrevista nº 7).*

*Eu não, achava que eles são muito virados para o passado e não para o futuro, muito virados para a tradição passada, e eu achava que não havia realidade naquilo que faziam (Entrevista nº 21).*

Estas duas afirmações demonstram, de forma nítida e, exprimindo igualmente um certo radicalismo, o(s) discurso(s) dirigido(s) ao movimento associativo português no estrangeiro.

M. do Céu Cunha (1988: 36) chama à associação "um espaço de negociação entre gerações", defendendo igualmente que "*dans les associations les parents souhaitent transmettre à leurs enfants les 'coutumes et la culture portugaises'. Quant aux jeunes, ils recherchent inconsciemment des manières d'affirmer symboliquement leur attachement*". Mais ainda, "*le mouvement associatif est l'un des instruments que les parents ont créé pour pouvoir influencer sur les processus d'acculturation des jeunes*". De facto, o espaço da associação evidencia-se como lugar de definição de fronteiras, de pertenças. Todavia, e tendo em conta as experiências de alguns dos nossos entrevistados, revela-se uma vontade na acção de refutar este espaço. Tal postura é no entanto minoritária, dado que praticamente, qualquer família, ou pelo menos um dos seus membros, em determinado período, conheceu, ou ainda conhece, uma passagem por uma das configurações associativas (desportiva, cultural e recreativa, religiosa...) o que não exclui a participação numa associação de carácter cívico, político local ou outro.

Existe já uma considerável literatura sobre as associações de portugueses em França (Cordeiro, Leandro, Oriol et al), razão pela qual não nos atardaremos sobre este assunto. No entanto, é de salientar o que algumas associações reivindicam como necessidade em se distanciar da lógica "saudosista", folclorizada, da cultura portuguesa. A Associação CAP Magellan parece de uma certa forma liderar a vontade em criar, redirigir o movimento associativo protagonizando-o - correndo o risco de sobrevalorização - em torno de Portugal enquanto estado-membro da União Europeia, como actor na construção política, económica e cultural da Europa comunitária. Existe assim a preocupação de revalorizar a cultura portuguesa, e de servir como "promotor" da internacionalização da economia portuguesa (Barre, 1996: 70), pretendendo criar uma relação diferente com Portugal e dentro da própria comunidade com a sociedade de acolhimento. Segundo M. do Céu Cunha (1988), a partir do momento em que se assume que o regresso não é mais do que uma



remota probabilidade para os mais jovens, critica-se o facto de se ter perpetuado o regresso como fim último, através das próprias associações que alimentaram uma relação com Portugal fixada no tempo, saudosista, orientada para o passado: "[ces jeunes] prétendent démystifier le rapport nostalgique des immigrés avec leur "pays d'origine". (...) A l'attachement affectif de l'émigré, on répond au pays par un appel à sa capacité de consommateur" (1988: 112, 113). É assim verbalizada a necessidade em transformar o espaço da associação num espaço de acção para o exterior, num espaço de inter-comunicações, de circulações, permitindo existir para fora, considerar a exterioridade, para conseguir "*une affirmation identitaire revalorisée*" (Bolzman et al 1992: 56) - e que não perpetue a intra-comunicação, e a imobilidade.

- a vinda anual (e/ou frequentemente duas vezes por ano) durante as férias de Verão (essencialmente, e/ou de Natal, da Páscoa, ou ainda noutras ocasiões menos felizes, nomeadamente funerais de parentes mais próximos...) propicia aos jovens uma experiência e um contacto directos mas fixados no tempo e no espaço com a sociedade de origem.

Toda a sociabilidade vivida nesse período de tempo está territorializado no micro-espaço de naturalidade da primeira geração e do seu círculo geográfico mais imediato (cidades mais próximas), sem que haja uma circulação - mobilidade geográfica no país que responda a outros interesses: "*a dinâmica das interacções dos emigrantes em férias aponta para um crescente cantonamento entre si. Enquanto que o convívio com os residentes se retrai, a malha das relações entre emigrantes aperta-se e adensa-se*" (Gonçalves, 1996: 262). Há um conhecimento supra-territorializado do país, no sentido de micro-conhecimento, existindo, assim, um condicionamento na produção da imagem do país e "das suas gentes".

A transição de um dia a dia praticamente anual num macro-espaço urbano onde o individualismo, o anonimato, a indiferença a impessoalidade imperam, para um micro-espaço rural, onde a proximidade, a intimidade, a identificação "patronímica", a entreajuda, marcam de certa maneira este contexto, propiciam geralmente aos jovens a possibilidade de mais liberdade na constituição de relações interpessoais. - "*Sol, as pessoas mais abertas, simpáticas ... maior convivência entre as pessoas*" (Entrevista nº 24)

Esta vivência "irreal" cria uma imagem do país, uma determinada imagem: landscape simbólico, partilhado por todos, dotado de um romantismo idílico, que pode alimentar, afectivamente, a decisão de regressar, base de decisão que mais depressa se desmorona aquando da instalação.

Da informação retirada a partir das entrevistas dos jovens que decidiram regressar individualmente, mas também com a família, é precisamente a ideia de ir encontrar e ir viver num país com sol, acolhedor, fraterno, que conforta a decisão de partir. A decisão de regressar é reforçada pelo vécu dos períodos de férias, essa imagem do país que, aquando da instalação se transforma em momento de engano, de absoluta decepção. O fim desta imagem afectiva, e o seu assumir, têm um impacto mais forte do que se pode pensar à partida.

## **Regresso**

"*A ideia de regresso é uma categoria que quase sempre está presente no imaginário ou na retórica tanto dos que ficaram como dos que saíram de Portugal, mas que em muitos (talvez na maioria) dos casos, esse regresso não se concretiza*". (Monteiro, 1994: 7). Tendo como ponto de partida as entrevistas realizadas, elas também oferecem um testemunho válido no que diz respeito à presença do regresso no discurso "verbalizado" ou "silencioso" - tido "em casa" e que é sempre um objectivo que se está perto de alcançar mas a que falta sempre um pouco para a concretização de facto.

O regresso, que significa o fechar de um ciclo migratório, parece irremediavelmente condenado a uma espera, se, como refere R. Amaro (1984: 180), "as razões determinantes podem ser definidas atendendo à tipologia utilizada na análise dos factores de emigração". Para além destas macro-razões, os pais providenciam um número de causas que desculpabilizam o seu constante adiamento (estabilidade económica, a casa, os estudos, a saúde...).

Esta expectativa do regresso dos imigrantes, juntamente com a emergência de políticas de incentivo ao regresso praticadas pelos países de imigração, criam a ideia de que "nos anos de 1980 parecia desenhar-se um movimento generalizado de regressos com tendência para tornar-se explosivo. Verificou-se afinal que tal não era o caso, sendo a média dos regressos anuais da ordem de 3000 na década de 1980" (Trindade, 1992: 9). De facto, o regresso não se apresenta como consequência natural de se ter emigrado: "os imigrantes portugueses tendem a radicar-se nos países que escolhem para sua segunda pátria, contrariando o intuito de regresso que parece acompanhá-los na partida" (Trindade, 1992: 10). Ou segundo P. Monteiro (1994: 47) "parece assim estar, hoje, a reconhecer-se para os emigrados na Europa um tipo de enraizamento que antes só quando muito se admitia entre alguns emigrados na América".

Tal como foi referido, o regresso não tem pautado quantitativamente a primeira geração de emigrantes portugueses, assim como a segunda geração, que se vê confrontada com um discurso oral e frequente sobre o regresso e não com a sua prática.

Resta ainda uma importante pergunta a colocar: devemos aplicar o conceito de regresso à segunda geração, se esta não conheceu um percurso de migração? Trata-se de um projecto individual ou familiar? Encontrámo-nos de novo com a dificuldade no recurso de determinado conceito operativo. Para Tribalat (1991: 6) "*le retour n'a de sens que pour les immigrés et ne peut s'appliquer aux enfants nés en France. Pour ces derniers on doit parler de départs (ou de sorties)*", não podemos trabalhar com o conceito de retorno para os jovens de origem portuguesa, ou seja, para aqueles que nasceram em França e que têm nacionalidade francesa dado que não conheceram, nem foram os actores directos desse percurso migratório. No entanto, e como pudemos constatar nas entrevistas, o processo de making up the mind baseia-se num processo de preparação conduzido pelos pais. Estes jovens, independentemente da sua naturalidade e da sua nacionalidade, integram e são participantes activos e passivos na multiplicação - reapropriação - do discurso sobre o regresso. Fazem parte do percurso migratório, até porque são o "resultado directo" desses vinte e cinco anos da emigração portuguesa no continente europeu. Em última análise, até podemos correr o risco de dizer que o projecto de regressar quando não é protagonizado pelos pais, é pela sua descendência, que optou por regressar ao país de origem.

A imigração temporária de facto, hoje olhando para trás é sinónima de "miragem" por parte dos países acolhedores. Embora o regresso esteja longe de se constituir em tendência, ele ocorre, todavia, e quando de discurso passa à sua concretização, ele vai obrigar à criação de uma "outra" consciência do eu, de uma nova dimensão social, cultural, política, económica, pior ou melhor, mas certamente diferente da anterior.

O regresso apresenta-se como uma deslocação geográfica, aquilo a que chamaria uma desterritorialização física para uma territorialização; um processo de des-localização para relocalização. Quando se trata deste movimento, realizado pelo agregado familiar, o jovem toma consciência na maior parte dos casos, também devido à primeira conclusão enunciada anteriormente, de forma frontal, inesperadamente "indefeso", que está inscrito, que pertence indubitavelmente a um percurso de migração, a uma trajectória, a um projecto familiar, que se definiu pela estratégia da migração e não por uma outra qualquer.

Esta desterritorialização física produz no enquadramento familiar, uma reterritorialização psicológica dada a tomada de consciência, pelo regresso da inscrição no percurso migratório. Este círculo, em nosso entender, vem legitimar tanto o conceito de segunda geração como o de regresso.

Verifica-se alguma assimetria entre a partida protagonizada pela **primeira geração** e o regresso protagonizado pela segunda geração. Ao contrário da partida que se interpretou basicamente por uma corrente: a) homem só que depois a curto ou a médio prazo constituiu família integrando-a igualmente no percurso migratório ou então a chamaria mais tarde; b) num quadro legal mas também clandestino; c) confinado a uma subalternidade política e cultural, com perda imediata de direitos; d) inserido economicamente, com potencial ascensão social horizontal; e) inscrição real no percurso migratório. Para a **segunda geração** temos: a) uma emancipação do actor de regresso (indiferenciação de sexo e de idade); b) uma partida que se joga em duas correntes com duas derivações categoriais: familiar (com as subcategorias: todo o agregado familiar ou acompanhado pelo irmão ou pela mãe.). É óbvio, que se trata aqui de um regresso familiar decomposto e individual; c) regresso que integra uma maior variedade de alternativas; d) regresso que se faz já nalgum contexto de inserção, pelo menos linguístico-cultural; e) regresso que potencia uma ascensão social vertical.

Ainda no que diz respeito ao regresso familiar, os filhos têm um papel pouco activo na decisão que é, em grande parte, tomada pelos pais. Ao contrário, no regresso individual, há quase uma subversão dos papéis de "autoridade", em que os pais tentam "dramatizar" a resolução tomada, devido a questões ligadas ao risco, segurança, estabilidade.

O regresso equivale igualmente à reemigração (dois casos no total das entrevistas). Após um certo período de instalação ou tentativa de iniciar uma actividade profissional por conta própria, ligada à situação profissional anterior, a opção de reemigrar é considerada viável, "mais fácil" dada a capitalização anterior (mercado de trabalho conhecido, possibilidade de readmissão) para ultrapassar algumas dificuldades financeiras, criando a desunião familiar, que nos dois exemplos citados, não existia aquando da primeira situação imigratória.

No que se refere ao regresso individual, os filhos parecem substituir os pais - uso da casa, trabalho de intimização com a família (que se descobre ser estranha) ou o contrário; como se fossem mandatados para fins de preparação. A questão da residência é primeiro plural e fortemente simbólica, transformando-se como espaço de tranfert vivencial:

- consciência de um património, logo o assumir as responsabilidades de proprietário;
- reapropriação desse mesmo espaço construído pelos pais mas vivido pelos filhos;
- consciência de uma melhor qualidade de vida residencial em Portugal relativamente a França.

O regresso equivale a uma nova formulação de projecto de vida numa outra sociedade. A sua concretização não contempla a decisão de voltar a viver em França, delegando essa opção como solução a uma eventual dificuldade intransponível. Para alguns estudantes da Licenciatura de Português/Francês, há uma vontade em voltar, mas para ensinar a língua portuguesa, como se se tratasse de uma "missão".

### **As Motivações do Regresso:**

O regresso é dificilmente motivado por uma única razão, há uma espécie de aglomeração de condições, circunstâncias, factos que o propiciam e o concretizam. O facto de que o direito da livre-circulação das pessoas está instituído entre os diferentes países membros da União Europeia, não parece favorecer privilegiadamente o regresso. "Experimentar" o

regresso e, em caso de dificuldades maiores, ter de voltar à primeira sociedade, como possibilidade de ter uma segunda oportunidade: é mais responsável por esta visão o facto, por exemplo, da dupla nacionalidade, que permite continuar o que ficou em suspenso (ter assegurado por exemplo uma inscrição na universidade ou noutra escola superior, de forma a prever o imprevisto), do que o factor da mobilidade a-condicionada. Mais uma vez, parece importante distinguir as motivações do regresso familiar das do regresso individual. É óbvio que não se trata de estabelecer uma tipologia das motivações do regresso para cada uma destas categorias, dado que há sempre intersecções. No entanto, parecem existir motivações mais específicas do contexto familiar e outras do contexto individual. Os resultados que decorrem das entrevistas apontam o contexto seguinte:

No que diz respeito ao regresso individual, ponderação relativa às motivações do regresso individual centra-se sobretudo ao nível:

- **da motivação socio-profissional:** vontade em querer trabalhar em Portugal. O trabalho apresenta-se de facto, como factor de pressão para regressar. Embora, a maior parte dos entrevistados concorde em reconhecer que não há grandes diferenças entre os mercados de trabalho francês e português, dada a recessão económica em toda a Europa, Portugal, todavia, parece ainda oferecer mais oportunidades. O mercado de trabalho português ainda não atingiu o nível de dificuldade na inserção do mercado de trabalho francês. Trata-se igualmente de afastar a possibilidade de viver algum tipo de discriminação aquando do ingresso no mercado de trabalho francês;

- **da motivação emancipatória:** vontade em mudar, de viver outras experiências, de correr um certo risco;

- **da motivação utópica:** vontade em participar no desenvolvimento do país - principalmente quando Portugal integra a União Europeia -, porque se tem um acquis de um país desenvolvido;

- **da motivação identitária:** vontade em regressar dada a crescente "desintegração" sentida na sociedade francesa, vontade em procurar e viver o que identifica o "sentir-se português", "ir ao encontro das suas origens";

- **da motivação pragmática:** o facto de os pais estarem mais perto da concretização do regresso devido fundamentalmente a alterações na vida profissional (desemprego, pré-reforma, reforma, ...) o que pode conduzir a que os filhos regressem primeiro a fim de preparar o terreno acabando por se verificar, que por uma razão ou outra (saúde, pagar os estudos,...) o regresso dos pais é incondicionalmente re-adiado.

Não podemos concluir sem evocar o recurso a **dois** instrumentos<sup>2</sup> para que o regresso seja um projecto de sucesso:

O primeiro diz respeito ao papel dos programas de intercâmbio inter-universidades europeias (Erasmus/Sócrates e dos acordos bilaterais) que se apresenta para este jovens como a possibilidade de cruzar duas dimensões diferentes mas vitais para uma eventual decisão a tomar sobre o regresso: testa o quotidiano da realidade portuguesa e testa igualmente as eventuais dificuldades no sistema educativo. É portanto um espaço de mais do que observação, preparação, experimentação para delimitar estratégias para o regresso. Num trabalho realizado com onze jovens universitárias da Universidade do Minho entrevistadas, assim como de encontros entre "lusu-descendentes" organizados por várias associações, comprovamos que os programas de intercâmbios, nomeadamente o Programa Erasmus/Sócrates ou Cursos de Verão de Língua Portuguesa para Estrangeiros (por exemplo na Universidade do Minho, mas que existem nas outras universidades portuguesas) revelam-se como possibilidades, por um lado, de ter uma oportunidade de conhecer

mais profundamente o país, de aprender a língua, mas sobretudo, constituem a forma privilegiada de experimentar o quotidiano "normal" na sociedade portuguesa, isto é, totalmente fora do contexto das férias que "carnavalizava" o dia a dia, a sociedade, os sentimentos, retirando-lhe portanto a imagem de algum ideal, como se se tratasse de um teste, de um ensaio no processo de maturação sobre a decisão do retorno. A universidade é escolhida em função da região de origem dos pais de forma a capitalizar os recursos disponíveis afectivos e materiais, ou seja, a família e a casa.

O segundo parece ter mais relevância no quadro da escolha de uma licenciatura na área das letras, isto é, das Licenciaturas de ensino Português-Francês e ou licenciaturas afins. Esta escolha para aqueles que se inscrevem na área das letras parece significar um escape a eventuais dificuldades na prossecução da formação superior dado que se acha dotado de competências linguísticas inabaláveis e que vão garantir um projecto de sucesso ou, pelo menos, diminuir obstáculos e eventuais insucessos. Para muitos destes estudantes, o domínio da língua francesa apresenta-se-lhes como uma vantagem comparativa para os estudos em Portugal e que esse factor é indiscutivelmente tido em conta no processo de escolha e de tomada de decisão. Aliás, a escolha recai preferencialmente na área dos cursos de línguas, que aparecem como os cursos mais seguros para uma candidatura ao ensino superior. No entanto, em 1997 o relatório final da comissão de avaliação externa do curso de Licenciatura em Português/Francês (na sequência do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 38/94 de 21 de Novembro), enunciou na sua conclusão hipóteses de trabalho que suscitam alguma preocupação.<sup>3</sup>

No quadro do regresso familiar, à frase "regressar a Portugal porque os pais tinham medo que, aos dezoito anos, quissemos ficar em França" e principalmente se o(s) filho(s) forem do sexo feminino, os pais parecem reagir com alguma preocupação face a tal posicionamento e reagem com algum receio ao facto de se verem obrigados a ficar em França ou a "perder" os filhos se estes decidirem ficar definitivamente. Assim, a decisão de regressar parece ser a melhor resposta preventiva a tal probabilidade. É igualmente frequente que se junte um outro factor, nomeadamente, uma condição de crise no trabalho, ou que o projecto da construção da casa no país de origem esteja concluído ou ainda que se tenha assegurado uma certa estabilidade financeira. Esta primeira situação apresenta-se como sendo a mais corrente relativamente ao regresso familiar.

De seguida encontramos o factor - situação laboral - como deliberativa do regresso e que se qualifica por uma certa debilidade: acidente de trabalho, desemprego, pré-reforma, reforma. Em oposição, os problemas de saúde são os principais responsáveis do adiamento do regresso, mesmo em situação de desemprego ou de reforma, dado os serviços de saúde e a cobertura social garantida pelo estado francês que não têm qualquer equivalência em Portugal.

Finalmente, o regresso como projecto familiar e a realizar, principalmente após a conclusão da construção da casa. Aliás, é interessante ver como a casa funde em si a partida e o regresso. No que diz, especificamente, respeito ao corpus de análise, o regresso familiar ocorreu no período entre 1982 e 1990 incidindo fortemente na última metade dos anos oitenta, ou seja, quando os filhos se encontravam a finalizar o ensino secundário (14-17 anos) e o regresso individual entre 1992 e 1996 (18-22 anos), idade pré ou recém universitária.

## **Conclusão**

O regresso responde às tensões, frustrações ou aspirações criadas na sociedade de acolhimento dos pais. A decisão de partir parece ter sido tomada com alguma espontanei-

dade (principalmente para o regresso individual), mas ela é o resultado de uma construção complexa numa lógica inter-geracional e nas interações entre espaços e pertenças culturais diferentes. A Segunda Geração define-se pela dualidade vivencial e que, ao contrário de potenciar plenamente um "conforto socio-cultural", uma vantagem profissional e um discurso produzido fora dos estereótipos, o regresso a Portugal, relegando a sociedade francesa é, de uma certa forma, a procura de uma satisfação qualitativa, do exercício de uma cidadania plena, representando a concretização de uma escolha, que é resultado da liberdade de escolher (que os pais não tiveram).

### Referências Bibliográficas

- Amaro, Roque. (1984). "Reintegração em Portugal do ex-emigrante" in SILVA, Manuela e outros, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Instituto de Estudos para ao Desenvolvimento, caderno 8.
- Baganha, Maria Ioánnis, et al. (1993). *Emigração/Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (sec XIX-XX), Lisboa, Fragmentos.
- Barre, Jorge de la,(1995-96). *On est portugais sans le savoir, les jeunes d'origine portugaise et leurs associations*, Mémoire pour l'obtention du D.E.A de Sociologie, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- Bolzman, Claudio., et al. (1992). "Les racines locales des immigrés ou comment inventer une nouvelle citoyenneté" in *Espaces et Sociétés*, nº 68, l'Harmattan.
- Branco, Jorge. (1993). *Portugal.*, documento policopiado
- Conim, C., "Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1990", in Paiva, A., (org), *Portugal e a Europa: o fim de um ciclo migratório*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento/Centro de Cunha, Maria do Céu. (1988). *Portugais de France*, CIEMI, l'Harmattan.
- Echardour, Annick. (1996). "Les jeunes d'origine portugaise immigrés ou enfants d'immigrés", in INSEE, nº 427, février
- Gonçalves, Albertino. (1996). *Imagens e clivagens: os residentes face aos emigrantes*, ed. Afrontamento, Porto, col. Biblioteca das Ciências do Homem/Sociologia e Epistemologia/22.
- Hily, Marie-Antoinette., Oriol, Michel.(1993). "Deuxième génération portugaise: la gestion des ressources identitaires", in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 9, nº 3, pp. 81-92.
- Leandro, Maria Engrácia. (1990). "Les jeunes issus de l'immigration portugaise dans l'agglomération parisienne: un carrefour socio-culturel", rapport de recherche, Universidade do Minho, Braga
- Monteiro, Paulo Filipe. (1994). *Emigração, o eterno mito do retorno*, Celta, Oeiras.
- Neto, Felix. (1985). *Jovens portuguesas em França, aspectos da sua adaptação psico-social*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, série migrações, psicologia, Porto,
- Nunes, J. Arriscado.,(1995)"Boundaries, margins and migrants: on paragigm shifts, heterogeneity and culture wars" in *Oficinas do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, nº 55, Agosto.
- RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/FRANCÊS (na sequência do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 38/94 de 21 de Novembro), Fundação da Universidades Portuguesas, Conselho de Avaliação, Lisboa, 1997.
- Rocha-Trindade, M. Beatriz.(1992). "Fenómeno da emigração em Portugal", in *Comunicações, Instituto de Investigação Científica Tropical*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, Lisboa.
- Santelli, Emmanuelle. (1999). Les enfants d'immigrés algériens et leur pays d'origine - modes de relations économiques et professionnelles, in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, (15) 2 pp. 141-166.
- Santos, Boaventura Sousa. (1993). "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, Dezembro, pp.11-39.
- Tribalat, Michèle (sous la dir.)(1991). *Cent ans d'immigration. Etrangers d'hier, français d'aujourd'hui - rapport démographique, dynamique familiale et économique de l'immigration étrangère*, INED, PUF, Paris.
- Tribalat, Michèle.(1996). *De l'immigration à l'assimilation - enquête sur les populations d'origine étrangère en France*, La Découverte/INED, Paris, coll. Recherches.
- Tribalat, Michèle (1995). *Faire France*, La Découverte, Cahiers libres/essais, Paris.
- Villanova, Roselyne de. (1985). "La langue du retour ou le retour de la langue - les pratiques familiales d'alternance linguistique dans la famille portugaise émigrée en France", avril.
- Villanova, Roselyne de., Leite, Carolina., Raposo, Isabel., (1995) *Casas de sonho*, ed. Salamandra, Lisboa.

---

<sup>1</sup> Investigação levada a cabo no âmbito da tese de Mestrado em Sociologia das Migrações - Universidade de Coimbra. O grupo inquirido é constituído por estudantes da Universidade do Minho (21 de sexo feminino e 5 de sexo masculino). O trabalho aqui enunciado, encerra prioritariamente proposições hipotéticas que precisam de uma reconfiguração a partir de uma investigação com uma base mais alargada, por um lado, pela integração da variedade de proveniência geográfica (não se limitando somente ao continente europeu) e por outro lado, pela integração do espaço universitário "nacional" público e privado. É portanto, um trabalho em aberto.

<sup>2</sup> Temática sobre a qual estamos a desenvolver um conjunto de trabalhos.

<sup>3</sup> Um caso complicado e com expressão significativa em praticamente todas as Universidades é o dos filhos de emigrantes portugueses radicados em França e que realizaram os seus estudos secundários em Escolas Francesas. Possuem, em geral, um bom conhecimento da língua francesa falada - a sua competência em relação ao francês escrito é por vezes insatisfatória -, mas possuem um conhecimento deficiente da língua e da literatura portuguesas, sendo muito difícil superar essas deficiências ao longo do curso. Se pensarmos que, uma vez concluída a licenciatura, estes alunos ficam legalmente habilitados a ensinar Português no ensino básico e no ensino secundário, há razões para sérias preocupações sobre a qualidade do ensino que vão ministrar.

# PORTUGUESE IMMIGRANT WOMEN IN AUSTRALIA

*Suzy Casimiro*

*Edith Cohan University, Australia*

As early as the 1800s, women have been part of Portuguese emigration to Australia. Their role has been crucial to the formation of the Luso-Australian community. Little research on Portuguese women is available in Australia, thus this paper relies heavily on individual accounts and case studies derived from a larger research project examining the experience of Portuguese immigrants to Sydney, Australia

Since the 1800s, women have been part of Portuguese emigration to Australia. Their role has been crucial to the formation of the Luso-Australian community. Yet they, like many other immigrant women, their sacrifices, their efforts, and their difficulties have been largely invisible in studies of international migration. Portuguese immigrant women, along with other non-English speaking immigrant women, have had to deal with contradictions of gender, class, and ethnic relations both as these exist in their home communities and in the new communities in Australia. They have experienced severe discrimination in the workplace and through the racist practices embedded in Australian government policies and institutions. Nevertheless, Portuguese immigrant women have dealt creatively with an often hostile environment, making significant contributions in both the public and private arenas. Although sharing the same language, Portuguese-speaking women in Australia are not a homogeneous group. They come from a number of different countries with distinct cultural traditions, political and economic characteristics, history, population, and ethnic mixture. For the purpose of this paper, the term 'Portuguese women' will only refer to women born in Portugal.

Little research on Portuguese women is available in Australia, thus this paper relies heavily on individual accounts and case studies derived from a larger research project examining the immigration experience of Portuguese immigrants to Sydney, Australia, and those who have returned to Portugal. The data on which the analysis is based was drawn from 100 in-depth interviews that were conducted in 1998 with Portuguese immigrants, returned immigrants, and key community informants. Results of my project documented the migration history and identified major factors influencing settlement and return migration of this community. In doing so, it explored an area not previously developed, researched, or analyzed in Australia.

## **Early Portuguese Women Immigrants**

There is little documented evidence of early Portuguese immigrants to Australia until their presence was recorded in the Australian colonial census of 1881. The first family to immigrate was that of Emanuel and Ana Serrão, and their infant daughter Selena, who were on board the Alfred in 1824 from the Island of Madeira (Jupp, 1988:748). They had been commissioned by Dr. William Redfern to assist in the growing of grapes on his farm in Sydney. By 1852, Ana Serrão had 12 children whose surnames were anglicized to Serong (Jupp, 1988).

According to the census of 1901, the Portuguese community numbered about 320



(Hugo, 1996). The Portuguese community was still rather small in 1915 when two sisters, Ana Maria, aged 8, and her older sister Isabel, arrived on their own from Funchal to settle in Paddington, Sydney to look after an elderly uncle. The life story of Ana Maria is valuable because it illuminates the lives of Portuguese immigrant women in Australia in the early years of the century.

Within Paddington, the two sisters lived in an ethnically diverse environment having English, Italian, Portuguese, Chinese, and Anglo-Australian neighbors. Isabel and Ana Maria began to learn English from a few Portuguese neighbors. Ana Maria kept house for their uncle, whilst Isabel worked in a Portuguese-owned fruit shop.

Two years after the sisters arrived in Australia, Isabel discovered that her cousin, who was 18 years her senior, wanted to marry her and start a family. Desperately, she tried to delay the marriage but in the end felt she had to succumb to this unwanted fate. Two weeks before the wedding, the couple discovered much to Isabel's delight that they could not legally marry.

Ana Maria always wanted to go to school but her uncle would not allow it, although he encouraged her to take a job instead. After several years in Australia, Ana Maria became a live-in nanny in North Sydney looking after the children of a wealthy couple. In this job, Ana Maria became a member of the family and received a substantial amount of money when the husband died. In 1926, she married a Scottish returned soldier and became pregnant. Nine months later, she gave birth to a son, but lost her husband to influenza a year later. Before their wedding, she had bought a house in Paddington with her inheritance from the couple, and after her husband's death she subdivided the house into flats. This allowed her to raise her son and provide him with a good education. When her sister Isabel's husband died in the mid 1960s, the two sisters lived together again until Isabel passed away in 1972. In 2000, Ana Maria was ninety-two and living with her son (Casimiro, 1998).

### **Post-War Portuguese Women**

Portuguese immigration during the postwar years increased significantly, though the number of women remained small. The average ratio between sexes for southern Europeans was four males to one female. In some areas the imbalance was even greater, such as nine to one in rural areas. There were high concentrations of women in some parts of Western Australia (WA) and New South Wales (NSW). This unbalanced ratio affected Portuguese immigrant marriage patterns. The community dealt with the high proportion of unmarried men in several ways. If possible, Portuguese men would marry Portuguese women. There existed little intermarriage with Anglo-Australians, one reason being their low proficiency in the English language. Many returned to their village, married and returned with their new family. Others arranged proxy marriages where the ceremony was conducted in the Portuguese village for the bride while the groom was in Australia. These marriages were registered in Portugal and the women became known as proxy brides. Or, some women would join their fiancés and marry within weeks of arrival or on the day of arrival at a church nearest the landing wharf (Price and Zubrzycki, 1962a: 65), known as wharf-side brides.

The gender imbalance persisted into the 1960s (Price and Zubrzycki, 1962b) with a report claiming that southern European single men were developing social problems because traditional social customs of southern European groups in Australia precluded a balanced social life for their unmarried young men and also because there was antipathy on

the part of Australian girls towards southern European males (IAC, 1969a: 11). The gender imbalance was officially viewed as a problem because immigrant men would become an unruly mob without the tempering influence of women. It was felt that due to the chaperone system for southern European girls, many southern European men were pursuing an 'espresso-bar' life-style which often led to 'unhappy social consequences' (IAC, 1969b: 7). As a result, Immigration Minister Downer gave an assurance that absolute priority would be given to nominations on behalf of parents, wives, dependent children, sisters, fiancées, and other single women (Downer, 1961: 17). Hence, immigrant women were being defined into racially constructed gender roles.

An example of an immigrant woman getting married to contain a disruptive male national is the case of Celeste Pires. In 1963, Celeste was nominated by her sister to immigrate to Sydney from Funchal. Her sister had migrated two years before as a proxy bride. At first, Celeste was excited to come to Australia. Her sister had sent letters describing the Australian lifestyle and landscape. But when Celeste arrived, she was confronted with an arranged marriage to a friend of her sister's husband. Celeste describes the experience in her own words:

*When I arrived I felt obligated to my sister and her husband. They arranged my marriage to a work colleague of my brother-in-law. When I first met my husband, I didn't like him. He was 13 years older than me. He was a womanizer and drunk. There was a lot of pressure on me to change his ways. I felt like I could not complain, and accepted my sister's choice. I cried, cried for weeks.... months. Today, I still cry sometimes because he maltreats me. He's a horrific man - he never changed! (Casimiro, 1998)*

### **Portuguese Women in the Urban Workforce**

The majority of Portuguese immigrants have congregated in the urban areas of Australia. During the early postwar years when there was a shortage of housing, many Portuguese immigrants along with other immigrant groups lived in the lower end of the housing market, paying cheap rents, and sharing housing with family and friends. Typically, the desire for their own homes and a better education for their children drove Portuguese women and men to work long, arduous hours under exploitative work conditions (Casimiro, 2001).

Many Portuguese women report working long hours in poor conditions. On arrival, the majority of the women in my sample went straight into factories, including processing work in food canneries, on the assembly line of various manufacturing industries, or at sewing machines piecing together garments. Some were compelled to undertake outwork due to inadequate child-care. Apart from being aware that they were often the last hired and the first to be fired, once they had work they were often maltreated by employers.

Women in my sample complained that, "*Portuguese were given the hardest, dirtiest, and heaviest jobs*". These women performed jobs that were repetitive, tedious, and monotonous. Not only did they feel discriminated against by employers, often they experienced racism from their fellow workers. Some had often felt humiliated either because they had not understood what was being said, or they had been called derogatory names. Some women reported that they were played off against each other in wages or by supervisors with regard to work performance. One Portuguese machinist in a clothing factory put it this way, "*Other women seamstress workers were jealous of each other - hostile if you were a faster sewer than them*" (Casimiro, 1998).

Storer's (1976) study found that employers believed that immigrant women were

suiting to low skilled jobs because they were seen as lacking intelligence and were defined as 'dumb peasant types'. One of the most significant issues to emerge from my sample, however, was that skills of immigrant women have persistently been ignored. Employers and the State have categorized immigrant women as dependent wives and mothers, unproductive, and illiterate (see Alcorso, 1991). The experience of Portuguese women in the workforce clearly illustrates racially constructed class exploitation.

### **Portuguese Women in the Public and Political Arena**

In public and political life, Portuguese women have made a small mark. In the 1970s, Dona Gouveia became involved with the Portuguese community in Sydney. Writing a weekly column for *O Português na Austrália*, she began to realize the magnitude of isolation experienced by immigrant women. In the 1970s, through her husband's national newspaper, she reached out to the Portuguese immigrant community.

Through *O Português na Austrália*, and later *Radio Português*, she began to seek assistance from local government leaders and others, to help immigrants sort out numerous and complex problems. Her contacts and networks opened up opportunities for Portuguese businesses such as delicatessens, chemists, and butchers in the Sydney region.

In 1968, the Gouveia family opened a travel agency that specialized in flights to Portugal. In the 70s, she celebrated her son's marriage and graduation from university. She was also instrumental in the building of a Migrant Resource Welfare centre in Petersham. Shortly after my interview with her in 1999, Dona Gouveia passed away at her home in Petersham, Sydney (Casimiro, 1998).

### **Contemporary, Independent Portuguese Women**

Despite the racially or ethnically defined gender and class experiences of immigrant women (Bottomley, 1984a and 1984b; Martin, 1984), many Portuguese immigrant women have achieved a measure of independence in Australia which they believe they would not have gained had they remained in Portugal. As one Portuguese woman suggests, "new opportunities and experiences in Australia allow us to develop new roles in our lives" (Casimiro, 1998). Portuguese women have been the custodians of the Portuguese community. They have played a major role in maintaining language and traditions within the home (Casimiro, 2001).

From the sample of Portuguese women in Sydney, some complain of the difficulties of maintaining dual working roles, but feel that immigration has provided them with the freedom to accomplish their aspirations. This was often expressed by the Portuguese women in the following terms:

*I had the aspiration to have a house with all the comforts. I got it. I see my children with a better education and it fulfils my ambitions (Casimiro, 1998).*

Clearly, in financial terms, through long hours and hard work they have achieved security; all the women in this sample, in partnership with their husbands, own their own homes. Despite the fact that some women felt they had not had the opportunity to train for more satisfying work, some claimed to have definitely achieved greater happiness and freedom in Australia, and many others felt they had gained more freedom in helping the family financially. Their paid work outside the home had provided them with a degree of independence.

Nevertheless, Portuguese immigrant women continue to experience many forms of racism: inadequate services, especially English language classes; racism from bureaucrats who misinform and lack cross-cultural sensitivity (see Mitchell, 1988).

## Conclusion

To conclude, immigrant women have often been portrayed as helpless, passive, and illiterate 'peasant-types'. In fact, Portuguese immigrant women have, in their own right, contributed significantly to the development of Australia. They have worked in the cane fields, in the vegetable and fruit farms, in the shops and in the factories, as well as running the household and taking chief responsibility for the rearing of their children. Portuguese immigrant women's multiple roles as workers, immigrants, wives, mothers etc., do not remain static. Rather, the women re-make their own cultural-political traditions.

## Bibliography

- ABS (Australian Bureau of Statistics) (1991) Census data.
- ABS (Australian Bureau of Statistics) (1996) *Census of Population and Housing*.
- Alcorso, C. (1991) *Newly Arrived Non-English Speaking Background Women in the Workforce Wollongong*: Centre for Multicultural Studies for the Office of Multicultural Affairs.
- Bottomley, G. (1984a) *Mediterranean Women in Australia: An Overview presented to the Symposium of Mediterranean Women's Organisations, Dephi, Greece*.
- \_\_\_\_\_. (1984b) "Women on the Move: Migration and Feminism" in G. Bottomley and M. de Lepervanche eds. *Ethnicity, Class and Gender in Australia*, Sydney: Allen and Unwin.
- Casimiro, S. (2001) *Settlement Crossroads: Portuguese Migrants in Australia*, PhD thesis, University of New South Wales.
- \_\_\_\_\_. (1998) Data from interviews with Portuguese immigrants.
- Downer, A. R. (Department of Immigration) (1961) *Citizenship Digest*, Canberra: AGPS.
- Hugo, G. (1996) *The Atlas of Australian People*. Canberra: Australian Government Publishing Service.
- IAC (Immigration Advisory Committee) (1963) *Committee on Migrant Women: Minutes of Meeting*, March 18, Canberra: DIEA.
- \_\_\_\_\_. (1969a) *Committee on Migrant Women*, Canberra:DIEA
- \_\_\_\_\_. (1969b) *Committee on Migrant Women*, Agenda, February 7, Canberra:DIEA.
- Jupp, J. (1988) *Australian People: An Encyclopedia of the Nation, its People and their Origins*. Sydney: Angus & Roberston.
- Martin, J. (1984) "Non-English Speaking Migrant Women in Australia" in N. Grieve and A. Burns eds. *Australian Women: New Feminist Perspectives*, Melbourne: Oxford University Press.
- Mitchell, G. (1988) *Health Policy for a Multicultural Australia*, Canberra: Office of Multicultural Affairs.
- Phizackliea, A. (1988). "Entrepreneurship, ethnicity and gender" in S. Westwood and P. Bhachu eds. *Enterprising Women*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Price, C.A. and Zubrzycki, J. (1962a) "The Use of Inter-marriage Statistics as an Index of Assimilation", *Population Studies*, Vol. 1, No. 1, July, pp.58-69.
- \_\_\_\_\_. (1962b) "Immigrant Marriage Patterns in Australia" *Population Studies*, Vol. 1, No. 2, November, pp.123-133.
- Storer D. (1976) *But I Wouldn't Want my Wife to Work, Here: A Study of Migrant Women in Melbourne Industry*, Melbourne: Centre for Urban Research and Action.

# A MULHER DE MACAU: UM OLHAR RETROSPECTIVO

*Leonora de Seabra*

*Universidade de Macau, China*

A vida aventureira dos primeiros portugueses nos Mares do Sul da China não permitia que levassem consigo mulheres do Reino pelo que se faziam acompanhar de escravas ou aventureiras ocasionais. Eles não se misturavam com a população chinesa e as mulheres com quem viviam eram japonesas, malaias, indonésias ou indianas, sendo muitas delas escravas e, mais tarde, foram trazidas para Macau negras africanas e numerosas escravas timorenses. A considerável mistura de sangue chinês que os macaenses absorveram, ao longo dos séculos, deve-se em grande parte à coabitação dos portugueses e euro-asiáticos com as suas mutsai - as crianças indesejadas do sexo feminino que eram vendidas pelos seus pais para o serviço doméstico, por um número fixo de anos, ou até ao fim da vida.

## **Primeiras Mulheres em Macau**

Quem seriam as mulheres que acompanhavam os primeiros portugueses que iam para Macau, que destino terá sido o das suas filhas e que lugar terão estas ocupado na sociedade macaense?

Responder a estas questões só é possível, através dos relatos dos viajantes, principalmente dos estrangeiros, que chegaram a Macau entre os séculos XVI e XIX, e ainda, através das cartas dos missionários, que se fixaram naquela cidade, e dali partiam para as Missões do Oriente. Só consultando essas fontes se poderá obter alguns conhecimentos acerca dessas mulheres anónimas que terão acompanhado os portugueses, quando estes se estabeleceram em Macau<sup>1</sup>.

Nos primeiros tempos, a vida aventureira dos portugueses nos Mares do Sul da China, não permitia que levassem consigo mulheres do Reino dado ser proibido o embarque de mulheres europeias para o Oriente, a não ser em casos muito especiais. Os homens apenas se faziam acompanhar por escravas ou aventureiras ocasionais, conforme nos conta Fernão Mendes Pinto, entre outros. Contudo, segundo esse autor, em Liampó, estabelecimento que precedeu o de Macau, "avia (...) trezentos casados com mulheres portuguesas e místicas"<sup>2</sup>. Não é de crer, no entanto, que mulheres portuguesas do Reino, aportadas a Goa ou ali nascidas, fossem levadas para a China por homens que faziam da vida uma verdadeira aventura. Mesmo quando começaram a ser enviadas para Goa as chamadas órfãs do Rei<sup>3</sup>, os seus casamentos, por determinação real, deveriam contratar-se apenas com homens escolhidos e "não com soldados em busca de fortuna". Quanto às raparigas nascidas em Goa, filhas dessas mães europeias, seriam as que melhores dotes receberiam e, por isso, os seus casamentos dificilmente teriam lugar com homens desse tipo. O mesmo seria de considerar no que respeita às filhas legítimas de portugueses e de naturais da terra<sup>4</sup>. Aliás, muitas eram as raparigas macaenses que professavam em Goa, no Convento de Santa Mónica, talvez porque os seus pais ou tutores não encontravam, para elas, o marido desejável<sup>5</sup>.

De acordo com as fontes históricas, nos primeiros tempos do estabelecimento dos portugueses em Macau, os homens tinham ali, na sua maioria, residência temporária. Em 1563, todavia, o Padre Francisco de Sousa, ao descrever uma procissão na povoação de

Macau, diz que "estavam as meninas pelas janelas com grinaldas nas cabeças e salvas de prata nas mãos cheias de rosas e redomas de água rosada que lançavam por cima do pátio e da gente que passava", tal como sucedia, pela mesma altura, em Goa e noutras praças do Oriente. Conta ainda que, nesta mesma data, "casaram-se algumas órfãs e muitos cristãos da terra que de largo tempo viviam em pecado. Embarcaram-se para a Índia mais de 450 escravas de preço e na última nau que partiu para Malaca se embarcaram ainda duzentas que eram as mais perigosas e mais difíceis de se lançarem fora"<sup>6</sup>. Este testemunho parece confirmar que, as mulheres que acompanhavam os primeiros portugueses para a China, eram escravas compradas nos mercados do Oriente, escravas que os acompanhavam também nas embarcações, à maneira tradicional da navegação comercial no Oriente; e as órfãs, a que o Pe. Francisco de Sousa se refere, deviam ser as euro-asiáticas, filhas dos portugueses, que viviam em regime de concubinato.

Segundo o Pe. Gabriel de Matos, algo que escandalizava os mandarins era verem os portugueses "cativar chinesas, comprando-as ou vendendo-as para fora da terra (...). Saíam por vezes (...) para outros reinos embarcações, carregadas de meninos e meninas"<sup>7</sup>. Em 1617, o *aitao*<sup>8</sup> de Cantão fez publicar um decreto do imperador Man Lec (1573-1620) no qual se proibia, aos portugueses, "comprar súbdito algum no Império chinês". Contudo, por meio de peitas aos mandarins ou tráfico com Chineses menos escrupulosos, este decreto parece nem sempre ter sido cumprido.

Já do séc. XVI, o Reino interviu na repressão do comércio de escravos, no Oriente. E isto porque, desde os mercados dos países árabes ao famoso mercado de Goa, os portugueses podiam comprar escravas provenientes das mais diversas partes de África e da Ásia, o que incrementou este comércio de tal forma que, desde 1520, foi proibido por D. Manuel "que se levassem para a Europa escravos de qualquer casta", proibição reiterada em 1571, por D. Sebastião. Em 1595, foram estabelecidas sanções<sup>9</sup> na sequência de queixas das autoridades chinesas contra os portugueses que compravam raparigas daquela etnia para suas criadas e as exportavam como escravas.

No entanto, o comércio das mui tsai continuou. Como o infanticídio feminino era uma prática corrente na China, muitos Chineses, pressionados pela miséria, em vez de matarem as suas filhas, vendiam-nas aos Portugueses. Outros, roubavam-nas ou compravam-nas aos seus conterrâneos para as revenderem em Macau. Este comércio de crianças roubadas ou revendidas parece ter sido o meio mais usado para aquisição de mui tsai, porque, muitos Chineses temiam represálias dos seus antepassados falecidos, no caso dos seus descendentes mudarem de religião, adoptando a dos bárbaros, uma vez que as crianças lhes fossem vendidas directamente. Surgiram, assim, muitos Chineses sem escrúpulos a praticarem este tráfico com os portugueses de Macau, que, com ele, auferiam grandes lucros<sup>10</sup>. Esta prática era corrente na China, onde os Chineses recorriam aos préstimos de cortesãs - as *pei-pá-tchâis*<sup>11</sup> - que tinham de se apurar no cultivo da música, pintura e literatura, tornando-se assim uma companhia agradável para os homens nos seus serões<sup>12</sup>. Estas raparigas eram compradas aos pais, em pequenas, ou então, eram adquiridas a malfeitores que se dedicavam ao rapto de menores, podendo ser libertadas por algum rico que as quisesse levar para suas casas como concubinas<sup>13</sup>.

Em 1624, o Reino voltou a legislar proibindo a compra de crianças chinesas. Porém, essa lei continuou a ser ignorada em Macau. Aos homens que ali residiam, quase todos ainda ricos e poderosos, pouco afectavam as leis do Reino, habituados como estavam a ser praticamente auto-governados, distantes da jurisdição de Goa e, tendo à frente do Senado, um grupo de pessoas, nem sempre detentoras das virtudes exigidas a um *homem bom*<sup>14</sup>.

Em 1715, o Pai dos Cristãos (o Bispo de Macau) proibiu, mais uma vez, a compra de escravas e o envio de mui tsai de Macau para Goa ou outro lugar. A par das condenações eclesiásticas e da pressão das autoridades chinesas continuavam a suceder-se as proibições do Reino, embora sem grande efeito prático<sup>15</sup>.



Mulheres de Macau (Peter Mundy - séc. XVII).

*l 500 mulheres, muitas delas muito prolíficas para gerarem filhos sem marido*<sup>19</sup>.

No século XVIII, com a decadência do comércio e as crescentes privações, uma das novas fontes de abastecimento de escravas passou a ser Timor, o que levou, em 1747, a nova proibição do Bispo de Macau, relativa ao transporte de "timorenses e de outras mulheres" para a Cidade de Macau. Contra esta proibição eclesiástica pronunciou-se o Senado, cujos membros se sentiam lesados nos seus negócios e na sua vida doméstica.

Pela mesma época, dois mandarins, Tcheong Ü Lam e lan Kuong lam, enviados a Macau pelas autoridades chinesas para averiguar o estado da Cidade e seus habitantes, consideraram dois grupos de mulheres portuguesas "de acordo com a cor da pele": brancas (as senhoras) e negras (as escravas e/ou criadas). Estes relatos datam do século XVIII, quando a maioria das mulheres escravas eram timorenses sendo já mais raras as negras, devido à diferença de preços. Nessa altura, a Cidade estava empobrecida e vivia das viagens a Timor e a alguns portos da Índia, da Insulíndia e da Indochina, muito longe dos anos de riqueza que decaíram com o fim do século XVII, como já se viu.

A descrição destes viajantes chineses exalta o luxo e extravagância dos portugueses, registando ainda, que os homens não podiam manter em casa mais de uma esposa, porque a mulher se queixava ao Bispo e eles eram castigados. É óbvio que se referem à proibição da bigamia. Pelo contrário, os Chineses ricos podiam manter, nas suas casas, várias esposas, sendo, no entanto, a primeira quem gozava das regalias de dona-da-casa e de mãe de todos os filhos. A moral confucionista mantinha, assim, o casamento monogâmico, mas exigia à mulher fidelidade absoluta ao marido. Daí, mostrarem-se os magistrados chineses chocados por "*não ser proibido às mulheres portuguesas terem mais homens*". E isto porque, naquela altura, o estado de miséria moral e económica da cidade chegara a tal

ponto de degradação, que os próprios chefes de família cediam as mulheres e as próprias filhas aos estrangeiros, para obterem algum lucro<sup>20</sup>.

Finalmente, em 1758, o Marquês de Pombal deu o mais profundo golpe na escravatura das raparigas chinesas, ordenando que "em vinte e quatro horas se desse a liberdade a todas quantas se encontravam ainda cativas"<sup>22</sup>. Esta situação, porém, só veio a resolver-se definitivamente mais tarde, pela lei de 23 de Fevereiro de 1869, que levou à extinção da escravatura em todos os domínios portugueses.

Para escapar às múltiplas proibições que implicavam punição a quem escravizasse raparigas chinesas, a condição proibida de escravas levou à criação de uma nova categoria na estrutura familiar dos portugueses de Macau - a de criações ou crioulas. Esta categoria manteve-se por todo o século XIX e continuou a manter-se nas primeiras décadas do século XX. Os criolos, crioulos ou criações, já constavam, aliás, dos testamentos dos portugueses de Macau, pelo menos, nos princípios do século XVIII, como se pode verificar pelos documentos existentes na Santa Casa da Misericórdia de Macau<sup>23</sup>. Não eram escravas mas também não eram completamente livres.

Nessa altura, falava-se também, em *nhins*, *nhons* e *nhonhonha*, *amas* ou *amas*, *aias*, e *bichas*, como diferentes estatutos de mulheres macaenses euro-asiáticas e chinesas e mesmo de outras etnias que integravam as famílias locais.

As criações eram as crianças compradas, ou as filhas e os filhos ilegítimos (do chefe de família ou dos nhons, seus descendentes). Tinham um estatuto que não era bem o da bicha, antiga escrava ou serviçal, mas também não era o de *afilhada*<sup>24</sup>. As escravas eram compradas, herdadas, vendidas ou oferecidas, conforme a vontade dos seus amos. As últimas timoras libertas e seus descendentes viviam, nos princípios do século XX, no bairro depreciativamente conhecido por "Baixo-Monte", onde habitavam também muitos Chineses, na sua maioria refugiados<sup>25</sup>.

As mulheres escravas e as suas filhas (que eram escravas também ou podiam ser libertas pelos amos mais generosos) foram, durante bastante tempo, muito numerosas em Macau. Isto levou muitos viajantes estrangeiros, a registarem nos seus escritos, comentários bastante depreciativos em relação às mulheres macaenses. Mas qual teria sido a origem deste grupo, os Macaenses? Esta questão tem gerado muita controvérsia, entre os investigadores.

Charles Boxer, entre outros, afirma que os primeiros moradores de Macau não se misturavam com a população chinesa e as mulheres com quem viviam eram japonesas, malaias, indonésias e indianas, sendo muitas delas escravas. Mais tarde, foram trazidas para Macau negras africanas e numerosas escravas timorenses, tendo o seu sangue contribuído para o cadinho racial. A considerável mistura de sangue chinês que os macaenses absorveram, ao longo dos séculos, deve-se em grande parte à coabitação dos portugueses e euro-asiáticos com as suas mutsai - as crianças indesejadas do sexo feminino que eram vendidas pelos seus pais para o serviço doméstico, por um número fixo de anos (geral-



Mulher macaense com saraçã<sup>21</sup>



mente quarenta), ou até ao fim da vida<sup>26</sup>. A prática de vender tais raparigas aos habitantes de Macau começou muito cedo e continuou por mais de dois séculos, apesar das reiteradas proibições, tanto da parte das autoridades portuguesas como chinesas<sup>27</sup>.

No século XVIII, os reinóis que desposavam mulheres locais e se tornavam moradores tinham mais oportunidades de servir no Senado, do que muitos dos seus contemporâneos macaenses<sup>28</sup>.

Ana Maria Amaro (1988), na sua obra sobre os "filhos da terra", diz-nos que os documentos se referem aos nhons (naturais da terra), filhos e netos dos portugueses, mas não às suas filhas, que ficaram sempre integradas no grupo de mulheres casadas ou solteiras, senão no grupo das escravas, sem discriminação de etnia<sup>29</sup>. Eram estes, nhons e nhonhona, os descendentes dos portugueses do Reino, sendo as nhim as senhoras casadas, e, habitualmente, de estatuto socio-económico desafogado. Havia, ainda, as aias, mulheres também luso-descendentes de classe social menos favorecida, que eram contratadas para damas de companhia das filhas das famílias mais ricas e que as acompanhavam quando estas se casavam, passando a fazer parte da sua nova família. Além das aias, cada criança de família macaense rica, tinha a sua ama chinesa, que podia aleitá-la ou não, mas que era por ela responsável. Muitas destas amas ficavam incorporadas nas grandes famílias até morrerem, se o desejassem, sendo algumas catequizadas e baptizadas, mesmo já muito idosas<sup>30</sup>.

A vida das mulheres macaenses era uma vida ociosa, no caso de pertencerem às classes mais favorecidas, e orientalizada, em maior ou menos grau, na razão inversa das respectivas classes sociais. As raparigas macaenses criadas, de certo modo, num ambiente de harém, no meio de escravas numerosas, não podiam ter, como é evidente, conceitos morais semelhantes aos das raparigas cristãs da Europa, nem uma visão igual da castidade.

Em defesa do mau juízo que os portugueses do Reino e os estrangeiros faziam da moral das mulheres macaenses há que ter em conta as condições socio-económicas e o ambiente familiar em que, desde a fundação da Cidade, muitas delas tinham sido criadas. E isto já para não falar no comportamento esperado das numerosas escravas, quer antes quer depois de libertas.

Se é verdade que a mentalidade orientalizada das mulheres euro-asiáticas as levava a menosprezar, de certo modo, alguns valores da moral judaico-cristã das classes burguesas da Europa do seu tempo, apesar de os maridos portugueses serem considerados ciumentos e brutais, o comportamento dissoluto de algumas delas era por culpa dos homens com quem viviam<sup>31</sup>.

Em meados do século XIX, as ideias liberais que, de Portugal, se expandiram pelas cidades ultramarinas e, depois da fundação de Hong Kong, a influência da ética vitoriana, imprimiram à sociedade macaense uma nova feição. A moral familiar, tão desprezada nos séculos anteriores, tornou-se de rigor na alta sociedade, o que a



*Mulher macaense com saraça e bioco*<sup>32</sup>  
(Esboço-Chinnery).

abolição definitiva da escravatura, em 1876, veio reforçar. As famílias extensas, que correspondem sempre a períodos de expansão burguesa, começaram a desaparecer. E as raparigas macaenses passaram a desfrutar de uma certa independência, principalmente em relação ao casamento, por ter sido abolido o dote<sup>33</sup>.

Depois de inauguradas as carreiras de barcos a vapor, muitas foram as mulheres europeias que se aventuraram às grandes travessias e chegaram a Macau. A rivalidade que, então, separou estas mulheres das mulheres macaenses, acentuou-se no século XX, quando ondas de europeus de ambos os sexos invadiram a Cidade, em busca de lucro fácil.

### Instituições de Protecção à Mulher

Em Macau, ao longo dos tempos, várias instituições se dedicaram à "protecção da mulher". Uma delas foi a Santa Casa da Misericórdia de Macau. Segundo Anders Ljungstedt, a Irmandade da Misericórdia pensou instituir, desde a sua fundação, um Asilo de Órfãs, mas não encontrou meios para o tornar durável. Em 1726, estabeleceu-se uma instituição temporária para trinta viúvas e órfãs, que eram aí sustentadas e as órfãs preparadas para serem mães de família<sup>34</sup>. Anualmente, a órfã que fosse a mais merecedora, era escolhida para receber um dote nupcial. Este consistia em meio por cento sobre os direitos de importação do movimento comercial total que o Leal Senado punha de parte para esse fim. Esse meio por cento, em 1726, chegou ao valor de 406 taéis, mas, em 1736 chegava apenas a 60 taéis. Nessa época, a instituição ficou suspensa até 1782, quando a Irmandade da Misericórdia fez uma proposta ao Senado, para estabelecer um novo asilo, tendo sido aceite. O Senado deu quatro mil taéis e mudou-lhe o nome para "Recolhimento de Santa Rosa de Lima". Este capital, aumentando com donativos e legados liberais, era emprestado contra garantias de carga. Conforme o produto líquido desses juros, regulava-se o número de meninas que podiam ser admitidas. Nenhuma era admitida sem o consentimento do Bispo, que nomeava um capelão, um inspector, e uma mulher de boa reputação para regente da comunidade. Uma professora ensinava religião, a ler, a escrever e costura e bordados. Às meninas, cujos pais podiam pagar pela alimentação, alojamento, etc, não lhes era recusada a admissão quando havia lugares vagos, e o Bispo não fazia objecção. As órfãs aí educadas podiam, com o seu consentimento, aceitar o lugar de educadora em qualquer família, bem como uma proposta de casamento (quando se apresentasse um par adequado). Em tal caso, era concedido um dote, mas a quantia desse dote dependia dos recursos da instituição e da vontade do Bispo<sup>35</sup>.

Ainda no século XVIII, foi fundado o Asilo de Santa Maria Madalena, na realidade uma cadeia episcopal, onde eram presas as mulheres que, pela sua conduta libidinosa, pudessem dar escândalo. Isto levou a que se desse ouvidos a calúnias de inimigos invejosos ou a denunciante cobiçosos e despeitados, levando a que muitas mulheres, cuja culpa não tinha sido verificada por um prévio processo legal, fossem sentenciadas à prisão. A propriedade das reclusas era mal administrada, pois geralmente, ninguém fazia



*Mulheres macaenses (Desenho de George Chimmery-séc. XIX)*

o inventário, não era nomeado um responsável para arrecadar os bens e impedir o seu extravio, a fim de poderem ser restituídos às que saíssem da prisão<sup>36</sup>.

Isto deixou muitas, que foram regeneradas por arrependimento, contrição ou protecção, sem meios de vida, vendo-se por isso forçadas a se submeterem de novo a uma condição que, provavelmente, tinham aprendido a condenar.

As reclusas viviam sob a direcção espiritual do Vigário de S. Lourenço e, nos assuntos domésticos, estavam sob a inspecção de uma mulher que lhes ensinava a fiar, tecer, coser, etc. Como o produto do seu trabalho era insuficiente para o sustento das prisioneiras, as dádivas vinham suprir essa deficiência<sup>37</sup>.

Conforme nos conta Charles Boxer, no século XVIII, havia grande número de mulheres na população ("cidade de mulheres", como se lhe refere Frei José de Jesus Maria). Este excesso de mulheres era explicado, em parte, pelo facto das mães chinesas de crianças do sexo feminino - normalmente não desejadas - as entregarem ao Hospital das Enjeitadas. Como não havia espaço para as abrigar a todas, as enjeitadas eram entregues a mães adoptivas pobres, que recebiam um pequeno subsídio pago mensalmente para cuidarem das crianças até aos sete anos de idade. A partir desta idade, a Misericórdia já não providenciava a manutenção das enjeitadas, nem se interessava mais pelo seu bem-estar. Como resultado, as mães adoptivas mandavam as crianças pedir esmola, a fim de ganharem o seu sustento, acabando, quase sempre na prostituição<sup>38</sup>.

Na segunda metade do século XVIII, o Senado e a Misericórdia caíram em desgraça, mas outra instituição pia parece ter mantido uma reputação relativamente condigna: as freiras de Santa Clara<sup>39</sup>. A tal ponto que, em 1746, o Senado lamentava que as freiras levassem todas as raparigas locais ricas e que tinham dote, estragando, dessa forma, o mercado de casamento aos candidatos solteiros (mercado nupcial)<sup>40</sup>.

Segundo o Padre Manuel Teixeira, a Santa Casa da Misericórdia fundou o Asilo das Inválidas, em 1900, cujo edifício foi reedificado em 1925; no mesmo ano, fundou o Albergue das Indigentes<sup>41</sup>.

Em 1876, a Santa Casa confiou os Expostos às Filhas de Caridade Canossianas, que tomaram conta deles, a princípio na própria Casa dos Expostos e, mais tarde, no Asilo da Santa Infância, em Sto. António<sup>42</sup>.

A Santa Casa, porém, deveria continuar a contribuir para o sustento e vestuário das enjeitadas, com uma verba mensal, ficando qualquer despesa extra também a seu cargo e, no caso de doença de alguma delas, esta deveria ser enviada para o Hospital da Misericórdia para ser tratada. A Congregação obrigava-se a dar educação gratuita às enjeitadas, de acordo com a sua condição, isto é, catequese, ensino elementar, trabalhos de agulha e manuais<sup>43</sup>.

Em 1569, D. Belchior Carneiro fundou a Santa Casa da Misericórdia de Macau e dois Hospitais para socorrer os pobres, o Hospital dos Pobres (mais tarde, Hospital de S. Rafael) e o Asilo dos Lázaros (Lazareto). Durante séculos, inúmeros benfeitores deixaram legados à Santa Casa, para órfãos e viúvas, e para dotes de casamento das donzelas pobres.

A Guerra do Pacífico (1941-1945) e a ocupação da China pelos comunistas contribuíram para tornar Macau um centro de refúgio. Com a perseguição religiosa que se seguiu, vieram para Macau muitas religiosas e religiosos, além de milhares de outros refugiados<sup>44</sup>.

## Papel Apagado da Mulher de Macau

Como nos diz Ana Cristina Alves, tradicionalmente as mulheres chinesas têm um papel muito apagado na sociedade, sendo dominadas por um poder patriarcal que abarca "todas as esferas do seu mundo"<sup>45</sup>. Segundo a mesma autora, a partir de finais do século XIX, os intelectuais chineses começaram a repensar o estatuto da mulher na sociedade chinesa, sob a influência das várias igrejas cristãs, nomeadamente a protestante. Depois, com a implantação da República (1911), a luta pela emancipação da mulher foi assumida pelo poder político<sup>46</sup>.

Por isso, surgem cada vez mais mulheres que se dedicam a actividades ligadas ao exterior, isto é, profissionais, diminuindo o número das "mulheres de casa" e, simultaneamente, aumenta o número das que optam pelo celibato. Vêm-se igualmente menos mulheres abandonadas nas ruas, quer em Macau quer na China, e quase desaparecem as concubinas. Estas foram, no entanto, substituídas por outras formas mais modernas de dependência, pois muitos homens, na classe média alta chinesa, têm várias mulheres, mas estas não coabitam nem têm estatuto de concubinas, sendo instaladas em agregados domésticos independentes<sup>47</sup>. Além disso, deu-se um aumento substancial da prostituição, até mesmo em Macau.

Para concluir, poderemos dizer que foi preciso esperar mais de quatro séculos para que, as mulheres de Macau, começassem a libertar-se de um atavismo quase cultural. A tradição familiar entre os Chineses protege ainda o varão, pelo que é preciso acabar com essa discriminação, no domínio dos preconceitos tradicionais, na ideologia e na prática, para que as mulheres possam ter, na realidade, os mesmos direitos que os homens.

A mulher tem vindo a conquistar lugar no mercado de trabalho, adquirindo mais habilitações académicas e desempenhando um papel cada vez mais relevante, quer na carreira empresarial, administrativa ou política. No entanto, no acesso ao emprego, em Macau segue-se a tendência de toda a região: as mulheres de famílias mais pobres dedicam-se ao trabalho doméstico (para as suas próprias famílias ou para outrém) e as de situação económica mais desafogada - cujas famílias começaram a educar as filhas para que estas seguissem uma vida profissional - a desempenharem já um papel profissional activo<sup>48</sup>. Todavia, numa sociedade caracteristicamente masculina, extremamente conservadora e tradicional, a mulher nem sempre é vista com bons olhos, principalmente quando atinge lugares cimeiros. Há ainda um longo caminho a percorrer.



*Descrição de Macau (Peter Mundy - séc. XVII)*

### Bibliografia

Alves, Ana Cristina. (2002). "A Mulher Chinesa na Sociedade Contemporânea", in *Administração*, nº 57, Setembro pp. 1015-1027.

- Amaro, Ana M. (1988). *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- \_\_\_, Ana M. (1995). "A Mulher Macaense, essa Desconhecida", in *Revista de Cultura*, nº 24 (II Série), Julho/Set. 1995, pp. 5-12.
- \_\_\_, Ana M. (1991). "A Mulher de Macau segundo os Relatos dos Viajantes", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Set. 1991, pp. 118-124.
- \_\_\_, Ana M. (1989). *O Traje da Mulher Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Andrade, J. Ignácio de (1843). *Cartas Escripitas da Índia e da China nos Annos de 1815 a 1835*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Boxer, C. R. (1997). *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau.
- Cabral, J. de Pina e Lourenço, N. (1993). *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural .
- Gomes, L. G. (1996). *Curiosidades de Macau Antiga*, 2ª edição, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- \_\_\_, L. G. (trad.) (1950). *Monografia de Macau*, por Tcheong-U-Lam e Ian-Kuong-Iâm, Macau, Imprensa Nacional.
- Ljungstedt, A. (1999). *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado de Macau.
- Mundy, P. (1984). "Macau in 1637, in Boxer, C. R. (edit). *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, Hong Kong, Heinemann, pp.39-68.
- Nunes, I. (1991). "Bailarinas e Cantadeiras: Aspectos da Prostituição em Macau", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Setembro, pp. 95-117.
- Teixeira, M, (1976). *Macau e a sua Diocese, vol. XII: Bispos, Missionários, Igrejas e Escolas*, Macau, Tipografia da Missão do Padroado.

#### Arquivo histórico de Macau (AHM):

Núcleo da Santa Casa da Misericórdia- Códices nº 302 e nº 303.

- 
- <sup>1</sup> Ana Maria Amaro, "A Mulher de Macau segundo os Relatos dos Viajantes", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Set. 1991, p. 119.
- <sup>2</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 7.
- <sup>3</sup> Órfãs do Rei - mulheres enviadas do Reino para a Índia para ali se casarem, normalmente, filhas de fidalgos ou plebeus mortos ao serviço do Rei, nas praças do Ultramar.
- <sup>4</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 8.
- <sup>5</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 96.
- <sup>6</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 8.
- <sup>7</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 9.
- <sup>8</sup> Aitao ou aitão - cargo oficial, correspondente a "mandarim do mar".
- <sup>9</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 9.
- <sup>10</sup> Luis G. Gomes (trad.), *Monografia de Macau*, por Tcheong-U-Lam e Ian-Kuong-Iâm, Macau, Imprensa nacional, 1950, pp. 120-124.
- <sup>11</sup> Cf. Isabel Nunes, "Bailarinas e Cantadeiras: Aspectos da Prostituição em Macau", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Setembro 1991, pp. 95-117.
- <sup>12</sup> Luís Gonzaga Gomes, *Curiosidades de Macau Antiga*, 2ª edição, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 160.
- <sup>13</sup> Luís Gonzaga Gomes, *Curiosidades de Macau Antiga*, 2ª edição, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 161.
- <sup>14</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 10.
- <sup>15</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 11.
- <sup>16</sup> Criações ou crioulas - mulheres escravas de diferentes etnias, que não chinesas.
- <sup>17</sup> Escravas forras - escravas libertas pelos amos.
- <sup>18</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, pp. 24-25.
- <sup>19</sup> Ana Maria Amaro, "A Mulher de Macau segundo os Relatos dos Viajantes", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Set. 1991, p. 120.
- <sup>20</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, pp. 26-27.
- <sup>21</sup> Saraça - de origem malaia (sarásah) ou do sânscrito sârasa), inicialmente era um tecido de algodão estampado (batik) ou em seda - trazido da Índia e, mais tarde, de Manila - enrolado à cintura, para servir de saia, e outro, na cabeça, espécie de véu ou mantilha.
- <sup>22</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 12.
- <sup>23</sup> V. AH/SCM/302 - "Testamentos" (1592/08/06-1849/03/01), e, ainda, AH/SCM/303 - "Legados" (1667/00/00-1737/00/00).

- <sup>24</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, pp. 34-39.
- <sup>25</sup> Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural, 1988, p. 92.
- <sup>26</sup> Charles Ralph Boxer - *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, p. 48.
- <sup>27</sup> Charles Ralph Boxer - *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, p. 49.
- <sup>28</sup> Charles Ralph Boxer - *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, p. 51.
- <sup>29</sup> Ana Maria Amaro, "A Mulher de Macau segundo os Relatos dos Viajantes", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Set. 1991, p. 119.
- <sup>30</sup> Ana Maria Amaro, "A Mulher Macaense, essa Desconhecida", in *Revista de Cultura*, nº 24 (II Série), Julho/Set. 1995, p. 9.
- <sup>31</sup> Ana Maria Amaro, "A Mulher Macaense, essa Desconhecida", in *Revista de Cultura*, nº 24 (II Série), Julho/Set. 1995, p. 10.
- <sup>32</sup> Bioco - espécie de véu ou mantilha rendada, usado na cabeça a cobrir o rosto.
- <sup>33</sup> Ana Maria Amaro, "A Mulher de Macau segundo os Relatos dos Viajantes", in *Revista de Cultura*, nº 15, Julho/Set. 1991, p. 122. Cf. José Ignácio de Andrade, *Cartas Escriptas da Índia e da China nos Annos de 1815 a 1835*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, pp. 123-125.
- <sup>34</sup> Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado de Macau, 1999, p. 62.
- <sup>35</sup> Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado de Macau, 1999, p. 63.
- <sup>36</sup> Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado de Macau, 1999, p. 63.
- <sup>37</sup> Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado de Macau, 1999, p. 64.
- <sup>38</sup> Charles Boxer, *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, p. 44.
- <sup>39</sup> Charles Boxer, *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, p. 45.
- <sup>40</sup> Charles Boxer, *O Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, p. 47.
- <sup>41</sup> Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. XII: Bispo, Missionários, Igrejas e Escolas, Macau, Typographia da Missão do Padroado, 1976, p. 282.
- <sup>42</sup> Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. XII: Bispo, Missionários, Igrejas e Escolas, Macau, Typographia da Missão do Padroado, 1976, p. 286.
- <sup>43</sup> Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. XII: Bispo, Missionários, Igrejas e Escolas, Macau, Typographia da Missão do Padroado, 1976, p. 287.
- <sup>44</sup> Pe. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. XII: Bispos, Missionários, Igrejas e Escolas, Macau, Tipografia da Missão do Padroado, 1976, pp. 282-286.
- <sup>45</sup> Ana Cristina Alves, "A Mulher Chinesa na Sociedade Contemporânea", in *Administração*, nº57, Setembro 20002, p. 1015.
- <sup>46</sup> Ana Cristina Alves, "A Mulher Chinesa na Sociedade Contemporânea", in *Administração*, nº57, Setembro 20002, p. 1022.
- <sup>47</sup> João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural, 1993, pp. 150-153.
- <sup>48</sup> João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural, 1993, pp. 145-146.

# PORTUGUESE-AMERICAN WOMEN: THE MOVE INTO POLITICS

*Alice R. Clemente*  
*Brown University, USA*

This article is part of a larger study of Portuguese-American women elected to political office in the states of Rhode Island and Massachusetts. The study will examine not only the political history of the elected officials but family, ethnic and community ties, all within the context of the ongoing debate over the perceived apathy of the Portuguese-American community. The segment of the study presented here is the story of the first women to serve as Senators in their respective states.

## **Introduction**

Betty Taymor, a political activist in Massachusetts since the 1950s and at the national level during the Kennedy years, published a book as recently as the year 2000 entitled *Running Against the Wind - The Struggle of Women in Massachusetts Politics*. Her book paints a dismal picture of women in the higher reaches of politics in that otherwise most progressive of states. Taymor cites Judge David Harrison, a former Democratic Party chair, who as late as 1998 made the following remark: "Massachusetts is such a heavily Catholic state. It is the ethnic, religious, Irish, Italian Catholic male influence in a heavily Catholic state which has insured that men are in politics and women are at home. Men in Massachusetts feel so threatened by the incursion of women. They know women could take something away from them." If Taymor and Judge Harrison are correct, it is all the more remarkable that Mary Fonseca, a member of a smaller ethnic Catholic group, met with the success that she did as early as the 1950s - well before any of the corrective efforts of late-twentieth-century feminist movements could take effect.

## **Senator Mary Fonseca**

Born in Fall River, Massachusetts in 1915, the oldest daughter in a family of twelve children, Senator Fonseca graduated from high school in 1932. She wanted to be a lawyer, she said in an interview given in 1987,<sup>2</sup> but those were the years of the Great Depression and work, if she could find any, was her only option. At the recommendation of her teachers, this high-ranking young high school graduate was invited by the City Manager of Fall River to work in the Public Welfare Office as an interpreter, on a purely volunteer basis. Unable to find work in the local factories, the young woman accepted the invitation "for the experience" and worked from nine to five every day for eleven months, interpreting for the Portuguese immigrant community, typing, and filing. With the help of the federal Work Assistance Program (WAP) set up to deal with unemployment throughout the country, she found paid work for a short time sewing clothes for poor children and then, for a year, was paid to re-catalogue the books at the public library. Eventually assigned to the Homeowners Loan Corporation, she remained there until after her marriage in 1938 when she went to work at a Portuguese bank. She stayed with the bank for seven years and then spent another six, not as the lawyer she had wanted to be, but in the office, at least, of another woman lawyer.

Like many other children of Portuguese immigrants, Mary Fonseca inherited her

work ethic and community spirit from her parents. José Leite and Maria Botelho Leite had emigrated from São Miguel as children and worked at various occupations until José Leite, by then already a father, settled on the grocery business. He opened a small store and enlisted his children to help him deliver groceries in the early morning pre-school hours. In those years following the Stock Market crash of 1929, Senator Fonseca told her interviewer,

*My father's store was not doing very well because there was very little money coming in since many people couldn't afford to pay the money they owed him, but this never dampened his community spirit. If someone came in to my father's store asking for somebody to help raise funds for a community program, my father would say, 'My daughter will do it,' so I would go door to door soliciting funds.*

Mary Fonseca owed her first political involvement to her mother; it was with the Fall River branch of the then thriving Portuguese American Civic League.

*My mother Mary Botelho Leite was a woman ahead of her time. She wanted to go to the meetings but my father José Leite wouldn't let her go out alone at night. She asked me to go with her and my father let her go. I was 16. I became involved in any civic or community drive they held, and after a short time we had raised enough money for scholarships. Shortly after I was married, I organized a Junior Council of the PACL (Portuguese American Civic League) ...the present judge, Milton Silva, was the first president and His Eminence, Cardinal Medeiros, was the treasurer...I was the supervisor for a few years until I started having my children.*

It was this early activity - as interpreter and as a PACL activist - that made her a highly visible figure in Fall River and opened the first door for entry into elective politics.

Senator Fonseca began her political career as a member of the School Committee in Fall River. "I was first asked to run for school committee in an unexpected way," she said. "My husband and I went downtown to see a movie and I was stopped by a group of men from the Fall River Taxpayers Association." The men asked her to run for the Committee. She suggested that her husband run instead but they wanted a woman. "My wife is on the committee," one of them said, "and she needs another woman to second her motions. Besides, everyone knows you. You're active." With the support of the many people whom she had assisted as an interpreter, she won and held a place on the School Committee for eight years, from 1945 to 1953. It was there that she began a long-lasting crusade on behalf of women teachers. Up to that time, the latter had been discriminated against from the moment that they married. Their salary and benefits were cut to those of part-time substitute teachers though they continued to work full time. This was not the case with male teachers when they married.

Senator Fonseca continued to crusade against that policy on a statewide level when she was elected to the Massachusetts legislature-an office that she again pursued somewhat reluctantly. She preferred to remain on the School Committee in Fall River. Eventually she did agree to run for the Senate and again won the election with the support of those people she had helped so many years earlier. She served in the Senate for an unprecedented 32 years, from 1953 to 1984, the first year concurrently with her last year on the School Committee.

From her earliest days in the legislature, Senator Fonseca successfully pursued the cause of equality for women teachers and advocated for improvements in the educational



system and its facilities. She supported the statewide establishment of the community college system and proposed a branch of the state university to be situated in the predominantly Portuguese district encompassing Fall River and New Bedford, Massachusetts. Mary Fonseca became chair of the Senate Committee on Education and later worked with the Senate's Committee on Rules. "...*The male senators wouldn't talk to the women,*" she informed her interviewer, "*so I studied the rules hard and learned them myself. That's why I...was able to get so many bills passed.*" Despite the initial recalcitrance of her male colleagues, Mary Fonseca eventually attained the second highest position in the Senate, the post of Majority Whip, which she held for the last twelve years that she served in the legislature.

As she looked back on her career late in life, Mary Fonseca attributed much of her success to all those who had supported her. First, the Portuguese immigrant mother who not only introduced her to public service but provided the child care and the other domestic assistance that made her political life possible. Then the Portuguese-American husband who not only encouraged her but circulated petitions on her behalf and helped her write campaign speeches. Finally, the devoted Portuguese community that, far from being indifferent to politics, filled the auditorium where she announced her candidacy for School Committee and later distributed her campaign materials in all of the political precincts of Fall River. Mary Fonseca in turn remained aware always that she was representing the Portuguese people and consciously made the effort to reflect positively on her ethnic community. The Portuguese recognized her for her work by making her a Commander of the Order of Prince Henry the Navigator and, in 1974, she was awarded an Honorary Degree by the University of Massachusetts at Dartmouth, the university she had helped to found in her heavily Portuguese district of southeastern Massachusetts.

### **Senator Helen Mathieu**

Helen Mathieu's story of growing into politics in Rhode Island is similar to and at the same time very different from that of Mary Fonseca. A life-long resident of Portsmouth, Rhode Island, Helen Mathieu was born in 1940, one of three children of Manuel and Josephine Furtado and granddaughter or great-granddaughter, on both sides, of people from São Miguel. She attended St. Catherine Academy, a school for girls in Newport, Rhode Island, from which she graduated first in her class. Then, with the aid of a state grant and a scholarship from the Portuguese American Civic League of Rhode Island, she attended Salve Regina College, at that time an all-female college. (Senator Mathieu in fact attributes some of her success to her single sex education. She believes that it gave her the opportunity to gain experience during her school years by holding leadership positions that in a co-educational environment might have been preempted by the male students.) At Salve Regina, Senator Mathieu majored in mathematics and education, intending to become a high school math teacher. A summer internship at the newly established Portsmouth branch of Raytheon Corporation, a major American defense contractor, sent her in a very different direction. The Raytheon internship gave her the opportunity to use her knowledge of mathematics as an assistant to engineers developing sonar equipment. Helen Mathieu so impressed the engineers that she was offered a half-time position until she finished college. When she graduated, she was given a full-time position, the first woman ever to be hired by that branch of Raytheon as a professional mathematician rather than as support staff. She remained at Raytheon for 20 years (part time after the birth of her four children) and eventually became a senior software engineer writing computer

programs for sonar applications.

Senator Mathieu's interest in politics developed concomitantly with her work at Raytheon. As students, she and her future husband followed the campaigns of two political figures well known to residents of Newport and Portsmouth: John F. Kennedy for president and Claiborne Pell for United States Senator. After graduation and marriage, Mathieu became active in the local Democratic Party and in 1968 joined the Portsmouth Democratic Women's Club. Very shortly thereafter, she was approached by Jesse Ferreira, chairman of the Portsmouth Democratic Town Committee, who asked her to run for the School Committee. Two weeks later, he asked her to run for the Town Council instead, the first woman ever to do so. She lost that election but because of her willingness to serve the party, Ferreira agreed to reward her by putting three women on the previously all male Democratic Town Committee. She was one of the original three and has retained that seat from 1970 to the present. During the early to mid-1980s, she was the first woman to chair the Democratic Party in Portsmouth.

In 1986, when the position of state senator became available, Helen Mathieu was well poised to move up but first she had to contend with an opposing candidate: the son of a powerful Democratic figure then chairing the Democratic District Committee. The District Committee's vote to determine which of the two candidates to endorse ended in a tie. With the backing of her town committee and of the chairmen of the two neighboring towns (Bristol and Warren) that together with Portsmouth comprised the district, Senator Mathieu approached the state party chair and received his endorsement. She won both the primary and the general elections and went on to serve in the Rhode Island Senate from 1986 to 1996. She was assigned to the Senate's Special Legislation Committee and to the Finance Committee on which she served as vice-chair for 8 years.

During her tenure in the Rhode Island Senate, Helen Mathieu's work on behalf of small business and of health care was especially noteworthy. An example of the former was her effort to repeal the luxury tax on boats. While a tax on luxury items might seem to be singularly justified at first blush, it happens that Senator Mathieu's coastal home district, Portsmouth and Bristol in particular, is renowned for its quality boat builders. The luxury tax on leisure craft was devastating to the local economy. Earnings and jobs not only of skilled craftsmen but of all the secondary workers that supported them suffered under declining sales of a product made prohibitively expensive by the heavy taxes. Using rumors of imminent repeal of a similar tax at the federal level as a wedge, Senator Mathieu took action, lobbying her fellow senators and enlisting the aid of her colleague, Representative Antonio Pires, to work the House of Representatives. In the waning hours before they adjourned for the summer that year, the legislature acceded to her wishes and repealed the tax contingent on a repeal of the federal tax.

In the area of health care, one of Senator Mathieu's major achievements was her work to license nurse practitioners. A bill to that effect had foundered in the House of Representatives for years despite a glaring need for this level of health care. (Nurse practitioners are professionals who, while lacking the full credentials of doctors, are more highly trained than nurses and can prescribe medication; they thus free doctors to deal with the more acute cases.) Senator Mathieu met with people from all sectors of the medical profession to address concerns they might have. Then, with their support and input, she authored a bill that was subsequently passed by the legislature with provisions for amendments to the act and its regulations should any unanticipated problems arise. Both of these initiatives clearly served all of Helen Mathieu's constituencies, Portuguese and

non-Portuguese alike. Senator Mathieu left elective office in 1996 but continues to be a presence at the Rhode Island State House as a lobbyist.

Like Mary Fonseca, Helen Mathieu also credits her success in part to the lessons learned from her family about hard work, honesty and the value of a good education. Though American born, her father was essentially an immigrant. Taken to the Azores as a child by his widowed mother, he remained there until he was 16 years old and in fact learned English at school. Back in Portsmouth, he became first a dairy and then a potato farmer and recruited his children from a very early age for picking and sorting potatoes as needed. Her mother, also an American born daughter of immigrants, worked in local mills and households and in addition took the initiative in operating a roadside stand where she and the girls sold produce and flowers to earn their spending money. Though her parents lacked formal education, they encouraged their children to excel in school and to attend college, an attitude Helen Mathieu also encountered in immigrant women she met while working for a summer at the Fall River Knitting Mill. She speaks admiringly of those mill-workers so intent on helping their children to progress. Senator Mathieu's father was hesitant at first about her 1968 campaign for public office, but became a loyal supporter. Her mother was proud of her political activity from the beginning and helped to obtain the required supporters' signatures.

Portsmouth as a town was not the major immigrant community that Fall River was, though there were surely enough Portuguese there to form the Portuguese Social Club in which her father - along with his daughter's first political opponent - was active. Most of the Portuguese-Americans in Portsmouth and in fact in all of coastal Rhode Island are second and third generation. Thus, it was not until she was an adult that Senator Mathieu really connected with the broader Portuguese community and with her Portuguese heritage. She came to know Portuguese-Americans in other Rhode Island towns through her political activity. In 1995, as a Senator, she was invited by FLAD to travel to Lisbon along with several other Rhode Island legislators of Portuguese descent, including the current Rhode Island State Treasurer Paul Tavares, to discuss how that Foundation might best serve the Portuguese-American community. Not surprisingly given their own experience, the cause that these legislators championed was education and it was as a result of that trip that the Portuguese American Scholarship Foundation was born. Helen Mathieu became its first president and continues to serve on its Board of Directors to this day.

## **Conclusion**

The stories of Mary Fonseca and Helen Mathieu are the apparently unlikely stories, if social scientists and media analysts are to be believed, of women who came out of traditional Portuguese immigrant families and rose to the highest levels of their state legislatures against all odds. But the reality is that neither of these women encountered the Portuguese antipathy towards political participation alleged by the social scientists nor were they hampered by the perceived gender bias claimed for their communities. Their mothers were major influential figures in their early lives, strong women who cultivated a similar strength in their daughters. Fathers, husbands, and friends lent their support. In an interview in March of this year, Helen Mathieu summarized her experience: "Nobody ever told me I couldn't do something, so I did it!" Senator Mathieu firmly believes that opportunities are there for those willing to start locally and work up to higher office. The stories of the women who have followed these Senators into politics confirm that view of possibility for active participation, as do those of the Portuguese- American men who,

with the women, make up approximately 10% of the Rhode Island General Assembly-this in a state where the Portuguese community constitutes roughly that same percentage of the total population. It is obvious that in Rhode Island at least, theirs is not a story of apathy but of full political engagement.

### **Bibliography**

- Almeida, Onésimo T. (1998-99). "The Portuguese-American Communities and Politics - A look at the cultural roots of a distant relationship," *Gávea-Brown*, XIX-XX : 229-243.
- Barrow, Clyde W. (Ed) (2002). *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts* North Dartmouth, MA: University of Massachusetts.
- Fonseca, Mary. (1987). Interview with Yvonne Levesque. Oral history collection of the University of Massachusetts, Dartmouth.
- Mathieu, Helen. (2003). Interview with the author, March 25.
- McCabe M. L. & Thomas J. D. (Eds). (1998). *Portuguese Spinner - an American Story*. New Bedford, MA: Spinner Publications Inc..
- Taymor, Betty. (2000). *Running Against the Wind - the Struggle of Women in Massachusetts Politics*. Boston: Northeastern University Press.

---

<sup>1</sup> Betty Taymor, *Running Against the Wind - The Struggle of Women in Massachusetts Politics* (Boston: Northeastern University Press, 2000, p. 200)

<sup>2</sup> The interview by Yvonne Levesque is now part of the oral history collection of the University of Massachusetts, Dartmouth. It was the source for her article "The Senator" published in *Portuguese Spinner*.

# GENDER DIFFERENCES AND COMMONALITIES IN THE INTEGRATION OF LUSO-CANADIANS<sup>1</sup>

*Fernando Nunes*

*Mount Saint Vincent University, Canada*

Research indicates that Portuguese-Canadians display significantly lower educational, income and academic achievement levels, in comparison to both the Canadian mainstream, as well as to other large minority groups. Yet, little of this work has explored the existence of any gender differences, within these phenomena. This paper will highlight some of the available census information on differences and similarities in indicators of Portuguese-Canadian integration, as well as between Luso-Canadian and other minority women. The paper will also discuss the implications of these differences to the future of the community.

## **Introduction**

Since the early 1960's, researchers in this country have documented the fact that the Portuguese-Canadian community displays disproportionate percentages of people with low education levels and with lower average incomes. Over the years, researchers such as Wsevolod Isajiw, Peter Li, Fernando Matas and others have shown that the Portuguese in Canada have the highest proportions of any Canadian minority with only a primary school education and one of the lowest percentages of people with a university degree.<sup>1</sup> In fact, census data, that is illustrated in the work by Matas & Valentine, as well as my own 1998 national study Portuguese-Canadians From Sea to Sea, indicate how these levels are equal to, or lower than, those of the Aboriginal communities in Canada.<sup>2</sup>

These statistics are understandable, given the fact that the bulk of Portuguese immigration was overwhelmingly from the poorly educated, rural communities of the Portuguese mainland and the Azores (even when compared to groups, such as the Italians and Greeks).<sup>3</sup> These lower education levels can also be explained by the educational policies and practices of the Portuguese government during the 1950's and 1960's, which mandated one of the lowest levels of schooling in Europe and which did little to promote education, in general.<sup>4</sup>

Yet, researchers have also shown the existence of a different, but related, issue amongst the Portuguese-Canadian community: This is the presence of high levels of academic underachievement amongst Luso-Canadian youth. This problem has been expressed through the disproportionately high levels of secondary school dropout rates amongst Portuguese youth and the low percentages of Luso-Canadians who are attending university. As early as the 1960's, Edith Ferguson was describing how school officials were already concerned about the high drop-out rate amongst Portuguese and Italian-Canadian students.<sup>5</sup> Over the next 35 years, a number of studies conducted by the Toronto Public Board of Education have shown that successive generations of Portuguese-Canadian youth in Toronto have been performing at significantly lower academic levels, have been disproportionately represented in Special Education and Remedial Reading programmes, are leaving school earlier and are dropping out in greater numbers than most other students in this city.<sup>6</sup> In fact, in a 1982 survey, Portuguese-Canadian secondary school students in Toronto's Public Board were found to be the least likely to feel that they have the capacity

to succeed in university.<sup>7</sup>

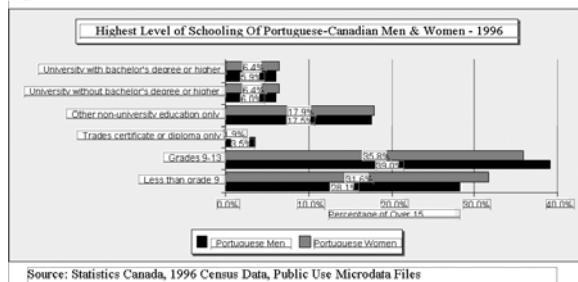
Over the past 10 years, the reality of academic underachievement has continued to affect the youth of this community. While the newer generations of Portuguese students have improved somewhat, so have those of most other communities, so that the relative gains that have been made by our youth in school retention and frequency in post-secondary education have, in part, been accompanied by a similar improvement amongst the youth of other groups.<sup>8</sup> In fact, a 2000 study on ethnoracial inequality in Toronto, by Prof. Michael Ornstein of York University has shown that, in 1996, Portuguese youth aged 20-24 in this city were second only to the Central Americans, in the proportions of dropouts amongst this age group.<sup>9</sup> As Ornstein's work illustrated, in the years leading up to and including 1996, roughly 29% of Portuguese youth aged 20-24 had left school without graduating. In fact, in his study, Ornstein describes the Portuguese as one of the groups "of most concern" and as suffering "extreme disadvantage," in the sphere of education.<sup>10</sup> It should be emphasized that the Portuguese were not the only group that Ornstein identified as being "of most concern." However, they were the only group in this city to be identified as suffering "extreme educational disadvantage," ostensibly due to their combination of low education levels amongst the first generation and high levels of high-school dropouts amongst the second.

Yet, despite the evidence pointing to a problem, little of this past research has looked specifically at the situation of Portuguese women in relation to Portuguese men and to other minority women. There is little information on how Luso-Canadian women are faring not only in regards to indicators such as education, but also to income, occupational paths and employment rates. In fact, one of the few academics to attempt this type of analysis has been Prof. Wenona Giles, in her book *Portuguese Women in Toronto*, a book which tackles some of these questions.<sup>11</sup> For this reason, and in recognition of the importance of her work, I will be referring to some of Prof. Giles's findings in this presentation.

### Portuguese-Canadian Women & Levels of Schooling

In terms of overall levels of schooling, an analysis of the 1996 census which I conducted for this paper, illustrates that there are roughly the same proportions of Portuguese-Canadian women with a university education, as there are men (approx. 6%) (see figure 1). It is important to note that, these figures include both what we would term the "first generation" (those who were born and educated in Portugal), as well as the second (those who were born and/or educated in Canada).

Figure 1.



As figure 1. illustrates, amongst that portion of the Luso-Canadian population with less than grade 13, there are more women with less than a grade 9 education and more men with at least some secondary schooling. However, as figure 1. also illustrates, there are slightly more women than men in our community who attend university, although the difference is pretty much negligible (5.9% vs. 6.4%).

Yet, my analysis of the census data also showed that, in comparison to other ethnic and

racial-minority women, Portuguese-Canadian women have significantly lower percentages of their numbers attending university, as well as significantly higher percentages of women with only a grade school education. For example, in 1996, almost 32% of Portuguese women had less than a grade 9 education (compared to 23% of Italian, 6.6% of Jamaican and 11.8% of Canadian women). Similarly, only 6.4% of Portuguese women had a bachelor's degree or higher, second only behind 6% of women described as "North American Indian."<sup>12</sup> However, it should be noted that these numbers include the first generation (those who were born and educated in Portugal). In other words, this finding reflects the overall lower educational levels of the first generation.

In fact, in the analysis conducted by Prof. Giles in her book, she showed that nearly 50% of Portuguese-Canadian women who had been born in Canada had achieved a university or college degree, by 1996.<sup>13</sup> This was an even greater proportion than all Canadian-born women (47%). Portuguese Canadian-born men, however, continued to underachieve, with only 38% being University Graduates, in comparison to 46% of other Canadian-born. Therefore, Portuguese-Canadian women who were born in Canada seem to be entering college and university in numbers that are comparable to the average for all women in Canada. Thus, the failure to enter post-secondary education seems to lie mainly with Portuguese-Canadian males.

In order to further test this pattern which seemed to indicate that academic underachievement was predominantly a problem amongst males, I attempted to reproduce Michael Ornstein's graph of youth dropouts aged 20-24, but at a national level and broken down by gender.<sup>14</sup>

### Portuguese-Canadian Dropouts aged 20-24, by Gender

As I mentioned before, Prof. Michael Ornstein produced a study where he showed that, in 1996, approximately 29% of all Luso-Canadians aged 20-24 in Toronto were not in school and had not graduated (i.e. had dropped out).<sup>15</sup> When I tried to sample this same population at a national level (with the exception of the Atlantic Provinces, and the Northern Territories), I found that only approximately 19.5% of Portuguese youth in these age categories (aged 20-24) and regions had left school without graduating (Table 1). In other words, there were 10% fewer dropout youth aged 20-24 when all of Canada was

**Table 1: Percentage of Luso-Canadian Youth Aged 20-24 Out of School and Without a Diploma, 1996**

Toronto	All of Canada*
29%	19.5%

Source: Statistics Canada, 1996 Census Data, Public Use Microdata Files and Census Data compiled by Ornstein, M. *Ethno-Racial Inequality in the City of Toronto: An analysis of the 1996 census*. Toronto: Access and Equity Unit, City of Toronto, 2000, p. 49.

\*Note: Excludes Atlantic Provinces and Northern Territories

sampled, in comparison to Toronto. This 10% difference between Toronto and the national average suggests that the academic underachievement problem may be more acute in the City of Toronto, and particularly, in today's inner city (the old City of Toronto, which was the area of

focus for Ornstein's study, before the Provincial government forced an amalgamation of the various cities of Metropolitan Toronto into one large megacity).

Secondly, when I broke down these rates between Portuguese women and men, I also found that the incidence of leaving school without graduating was nearly twice that for young 20-24 year old Portuguese men, as it was for young Portuguese women (see table 2.).

## Multiple versus single ethnic origin

Furthermore, Table 2. also shows another trend. In 1996, approximately 25% of all Lusio-Canadians in Canada were born of multiple ethnic origins. However, when we compare the incidence of dropping out between those who had single and multiple origins, we find that those with multiple origins are underrepresented within this dropout figure. Roughly 18% of all Portuguese dropouts of the 20-24 age group had multiple origins (900 is 18% of 5,076). This means that being born of one, or more, non-Portuguese ancestors seems to make young Lusio-Canadians slightly less likely to drop out. This finding was

**Table 2: Portuguese-Canadians, Aged 20-24, Not Attending School and Without a Secondary-School Diploma, 1996\***

	Women	Men	Total
Single Ethnic Origin	1,584	2,592	4,176
Multiple Ethnic Origin	288	612	900
Total	1,872	3,204	5,076

(\*Note: Excludes Atlantic Provinces and Northern Territories)

Source: Statistics Canada, 1996 Census of Canada, Public Use Microdata Files.

even truer for Portuguese-Canadian women of multiple ethnic origin - 15% of the women versus 19% of the men had dropped out of high-school, a figure similar to the overall percentage of Portuguese youth aged 20-24 that had dropped out of school at the national level (19%). So, at least for Portuguese-Canadian women, there does seem to be a slight educational advantage to being from a mixed ancestry. This same advantage was not present for males.

## Employment Income

When I looked at employment income, I saw that Portuguese women continue to earn significantly less than Portuguese men, (i.e. \$18,547 vs. \$27,885). However, women in other groups also earn between \$7,000 to nearly \$15,000 less than males. Therefore, Portuguese women do not appear to earn substantially less than other women, (i.e., They earn \$9,338 less than Portuguese men, which is within the range for other women).

## Occupation

With regards to occupation, younger Portuguese-Canadian women seem to be moving very heavily into business, finance and administration-related occupations, and away from sales and service and manufacturing. In 1996, 41% percent of Portuguese women in the 45 to 64 age group worked in sales and services, while only 30% of women 25 to 44 worked in these fields.

## Unemployment

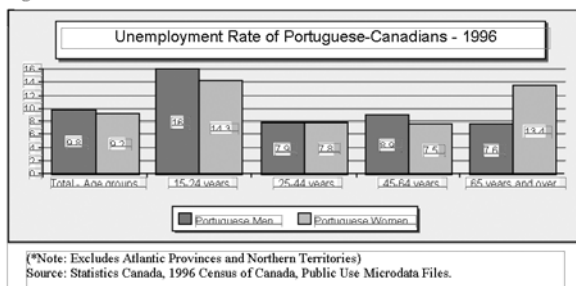
In terms of unemployment, the Portuguese community has not traditionally had disproportionate rates of unemployment. In fact, when we compare women to men, we can see that in 1996, Portuguese women had a slightly lower unemployment rate than men, for most age groups (9.2% in 1996, vs. 9.8% for men) (see figure 2). However, the rate for Portuguese women over 65 was nearly double that for men (13.4% vs. 7.6%). Furthermore, this rate was high, even in comparison to other minority women. It was nearly double the rate (7.6%) of those women over 65 who called themselves "Canadian" and resembled the rate amongst new immigrant, visible minority women (ex. 10.3% of Chinese and 14.9% of Jamaican women over 65 were unemployed).

In relation to this, one of the points that came out of the National Needs Assessment



Study of the Portuguese-Canadian National Congress was that, Portuguese-Canadian seniors, as a whole, tend to have much higher percentages of their incomes coming from government transfer payments, than is the case for other seniors.<sup>16</sup> As we can see from this graph, Portuguese women appear to be greatly more vulnerable than men to unemployment in their senior years.

Figure 2.



### Low Income

The incidence of low income is slightly lower amongst the Portuguese than in the population-at-large (generally between 15 to 20%). There is also little difference between men and women, with women having only a 1% to 2% higher incidence of low income (the same as in other groups).

### Marriage

Slightly more women than men between the ages of 25 to 44 were married (68% vs. 65%). Divorce rates in this age category were virtually similar (5% vs. 4.4%).

### Implications

The major implication of these results relates to the wide difference in educational achievement between men and women. Portuguese-Canadian young women are increasingly entering into post-secondary education in much greater numbers than Luso-Canadian males. Thus, tomorrow's Luso-Canadian young professional is more likely to be a woman than a man. This has obvious implications for the future leadership of the community, as well as for the further breaking down of traditional gender roles. For example, given the fact that women are often more willing to work cooperatively, the presence of larger numbers of women might eventually translate into a greater tendency towards collaboration between our different community organizations.

Another implication relates to the Federal Government's *Employment Equity Act*.<sup>17</sup> This Act was initiated to combat the effects of racial and gender discrimination in hiring and promotion, by directing the government, as well as its funded agencies, to give special consideration to the hiring of women, the disabled, visible minorities and Aboriginals. Although Luso-Canadians are not considered visible minorities and consequently not covered by the Act, Portuguese-Canadian women, by virtue of their gender, are covered. Consequently, they may be targeted for hiring and promotion. However, Portuguese-Canadian males are not covered and must compete alongside other white male applicants. Whether the inclusion of Portuguese women by this Act will give them an advantage over other women in terms of hiring and promotion, or an even further improvement over Luso-Canadian males in terms of educational and career advancement, is still to be seen. Only future research will tell.

A third implication of these findings is the need to specifically target our School Boards' remedial and stay-in-school programs to young Portuguese males. In the past, this has not been done. In fact, I would argue that most of what has been tried in the commu-

nity and in local schools - in terms of student outreach, role modeling, mentoring programs, homework clubs, folk dancing in Portuguese clubs etc. - have tended to be geared towards young girls, rather than young boys, in both the tone, as well as the nature of the activities. Yet, the research clearly shows that there is a greater need for male mentorship than there is for women's. There is also a need to implement programs and activities which take into account the more active and experiential learning styles of young boys, as well as their greater physical activity.

Finally, in contrast to other European immigrant groups, our community is overwhelmingly a young one (in terms of its high percentages of youth). Figures provided by Ornstein show that about 19% of Toronto Portuguese-Canadians are below the age of 15, while only 8% are over 65.<sup>18</sup> Furthermore, as a recent population projection of Canada's minority communities has shown, Portuguese-Canadians have the fourth highest rates of population increase of any ethnic community in Canada of children under the age of 15 (after the Chinese, South-Asian and Blacks).<sup>19</sup> Thus, in the year 2,020, our community could be well into 600,000 without any significant increase in Portuguese immigration.

Whether this will mean a greater voice for our community in Canadian affairs really depends on how well we can introduce our voices, concerns and hopes into the agenda and debates of the various Canadian governments and nonprofit sector.

Unfortunately for the Portuguese, the issues that have been raised in recent years in public, government and academic forums have generally been those of the more recent, articulate and generally better-educated visible-minority communities (although many have yet to be addressed). Our community has been virtually silent, invisible and absent in these debates. Hopefully, with increasing numbers of women with a higher education, our community can have a stronger and more effective voice, with which to address its concerns.

However, this will also depend on the level of interest which these women will have in maintaining a relationship with their Portuguese heritage and in participating in community life. I would also hazard to say that this participation will be highly dependent on the capacity and willingness of our community institutions - the vast majority of which are currently run by men - to accommodate to the needs and interests of these young women.

---

<sup>1</sup> Isajiw, W. *Understanding Diversity: Ethnicity and Race in the Canadian Context*. Toronto: Thompson Educational Publishing, Inc, 1999; Li, P. *Ethnic Inequality in a Class Society*. Toronto: Thompson Educational Publishing, Inc, 1988; Matas, F. & Valentine, J. *Selected Ethnic Profiles on Educational Attainment. Strategic Research and Analysis*, Multiculturalism Program, Department of Canadian Heritage, 2000.

<sup>2</sup> Matas, F. & Valentine, 2000; Nunes, F. *Portuguese-Canadians From Sea to Sea: A National Needs Assessment*. Toronto: Portuguese-Canadian National Congress, 1998.

<sup>3</sup> Arroteia, J. C. *A Emigração Portuguesa - Suas Origens e Distribuição* [Portuguese emigration - its origins and distribution]. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983; Rocha Trindade, M. B. *Imigrantes portugueses* [Portuguese immigrants]. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1973; Serrão, J. *A Emigração Portuguesa* [Portuguese emigration]. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

<sup>4</sup> Anderson, G. M., & Higgs, D. *A Future to Inherit: The Portuguese communities of Canada*. Canada: McClelland and Stewart, 1976; UNESCO-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 1973. "Public Expenditures on Education," *Statistical Yearbook, 1972*, Paris: Unesco. cited in Anderson G. & Higgs, D., 1976, p. 141 (note 1).

<sup>5</sup> Ferguson, E. *Newcomers in Transition*. Toronto: The International Institute for Metropolitan Toronto, 1964.

<sup>6</sup> Brown, R. S. A study of the grade 9 cohort of 1993, 1993-1998: The last grade 9 cohort of the Toronto Board of Education (Report #229). Academic Accountability, Toronto District School Board, 1999; Brown, R. S., Cheng, M., Yau, M., & Ziegler, S. The 1991 Every Secondary Student Survey: Initial Findings (Report #200).

Toronto: Research Services, Toronto Board of Education, 1992; Cheng, M., Yau, M., & Ziegler, S. The 1991 every secondary student survey, part II: Detailed profiles of Toronto's secondary school students (Report #204). Toronto: Research Services, Toronto Board of Education, 1993; Cheng, M. & Yau, M. The 1997 Every Secondary Student Survey: Detailed Findings, (report # 230). Toronto District School Board, 1999; Cheng, M., Tsuji, G., Yau, M., & Ziegler, S. The every secondary student survey, Fall 1987 (Report # 191). Toronto: Research Section, Toronto Board of Education, 1989; Yau, M., Cheng, M., & Ziegler, S. The 1991 every secondary student survey, part III: Program level & student achievement (Report #205), Toronto: Toronto Board of Education, Research Services, 1993. These are also summarized in Nunes, F. "Marginalization, social reproduction and academic underachievement: the case of the Portuguese community in Canada." In de Abreu, G., Cline, T. (Eds.), *The Education of Portuguese Children in Britain: Insights from Research and Practice in England and Overseas*. Department of Psychology, University of Luton, England, 2003.

<sup>7</sup> Larter, S., Cheng, M., Capps, S. & Lee, M. Post secondary plans of grade eight students and related variables (report # 165). Toronto: The Board of Education for the City of Toronto, Research Department, 1982.

<sup>8</sup> For example, in the following 1999 Cohort study of the Toronto Board of Education, the graduation levels of students from a number of different groups, including the Portuguese, improved over time. Yet, the Portuguese continued to show consistently lower graduation rates (most often the lowest): Brown, R. S. A study of the grade 9 cohort of 1993, 1993-1998: The last grade 9 cohort of the Toronto Board of Education (Report #229). Academic Accountability, Toronto District School Board, 1999.

<sup>9</sup> Ornstein, M. *Ethno-Racial Inequality in the City of Toronto: An Analysis of the 1996 Census*. Toronto: Access and Equity Unit, City of Toronto, 2000, p. 49.

<sup>10</sup> Ornstein, p. 51, pp. 124-125.

<sup>11</sup> Giles, W. *Portuguese Women in Toronto: Gender Immigration and Nationalism*. Toronto: University of Toronto Press, 2002.

<sup>12</sup> Information compiled from Statistics Canada, 1996 Census Data, Public Use Microdata Files

<sup>13</sup> Giles, p. 98-99.

<sup>14</sup> Ornstein, p. 49.

<sup>15</sup> Ornstein, p. 49.

<sup>16</sup> Nunes, 1998.

<sup>17</sup> Employment Equity Act (An Act Respecting Employment Equity - 1995 § c. 4, Government of Canada. cited in <http://laws.justice.gc.ca/en/E-5.401/43300.html>.

<sup>18</sup> Ornstein, p. 19.

<sup>19</sup> "Population Projections of Ethnic Groups in Canada to the Year 2016" Ottawa: Teega Research Group, 1991. Cited in Tepper, E. L. "The future of ethnicity in Canada: A demographic and policy perspective." Paper presented at the Looking Back, Looking Forward: Building Strong Ethnocultural Communities Conference, of the Canadian Ethnocultural Council, Delta Hotel, Ottawa, October 25-27, 2002.

<sup>1</sup> I would like to thank Mr. Walter Giesbrecht, Data Librarian at York University, for his assistance in compiling some of the census data for this paper

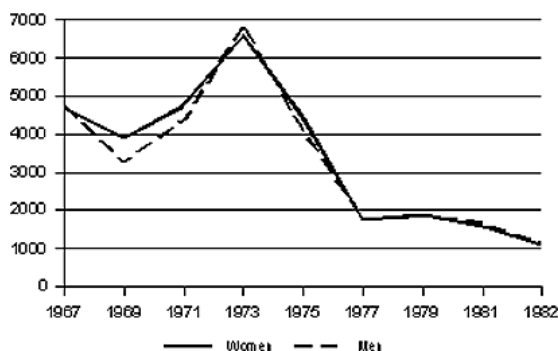
# THE GENDER RELATIONS OF NATIONALISM, REMITTANCE, AND RETURN AMONG PORTUGUESE IMMIGRANT WOMEN IN CANADA: AN ERA OF TRANSFORMATION-THE 1960s-80s<sup>1</sup>

Wenona Giles  
York University, Canada

The paper argues that the invisibility of Portuguese immigrant women in Canada's immigration policy documents and literature is related to Portuguese and Canadian nationalisms that define women in gendered ways, hiding and diminishing the importance of their everyday lives and their histories. The argument rests on an analysis of two interrelated phenomena: diaspora and nationalism, examined through the case of remittances and return migration. Diasporic experiences can lead to transformation and change in a community, or to a rejection of hybridity/cosmopolitanism. Those nationalist state sentiments in the country of immigration that define immigrant groups in a homogeneous fashion, masking gender and other differences, are more likely to result in a rejection of hybridity and cosmopolitanism by the immigrants. The paper poses the question whether the experiences of Portuguese immigrant men and women during the two decades of the 1960s to the early 1980s "propose" a new notion of "social citizenship" that is more gender inclusive and cosmopolitan. The approach can be extended to the comparative study of other immigrant women, given that the analysis draws on Bhattacharjee's study of South Asian immigrant women in the US, and on her three-level approach defining "home" from the perspectives of the domestic sphere, the extended ethnic community, and the nation of origin. © 2004 Portuguese Studies Review. All rights reserved.

When I began my research on Portuguese women in Canada in the late 1980s, it was difficult to find much historical documentation or government policy materials that addressed their presence in Canada.<sup>2</sup> This was despite the fact that they had come to Canada in almost equal numbers to men in the late 1960s to the early 1980s, as Figure 1 demonstrates.

Figure 1. Portuguese Migration to Canada by Gender\* 1967-82



\* By country of former residence.

Source: Department of Citizenship and Immigration, Department of Manpower and Immigration, and Employment and Immigration. Immigration Statistics 1967-1982.

Except for the very occasional newspaper story and a few academic articles,<sup>3</sup> these women were truly invisible in written documents, no matter where I looked. However, knowing Estellie Smith's work on the Azorean migration to the U.S., I should not

have been so surprised. In 1980, she said that in the case of Portuguese-Azorean women in the U.S., as in that of other immigrant women, their "structural significance has been skewed; their processual importance ignored; and their roles as humans treated as limited, trivial and inconsequential."<sup>4</sup>

In this paper, I argue that the invisibility of Portuguese immigrant women in Canadian immigration policy documents and literature is related to Portuguese and Canadian nationalisms that define women in gendered ways, hiding and diminishing the importance of their everyday lives and their histories. The argument is predicated on an analysis of two interrelated phenomena: diaspora and nationalism, examined through the vehicle of remittances and return migration. I also raise tentatively the issue of inclusion and social citizenship. The paper's argument and approach can be extended to the comparative study of other immigrant women. In fact, where methodology is concerned my own analysis draws on Bhattacharjee's study of South Asian immigrant women in the U.S.<sup>5</sup> The paper begins with a presentation of the historical context and then turns to gendered definitions of diaspora and nationalism.

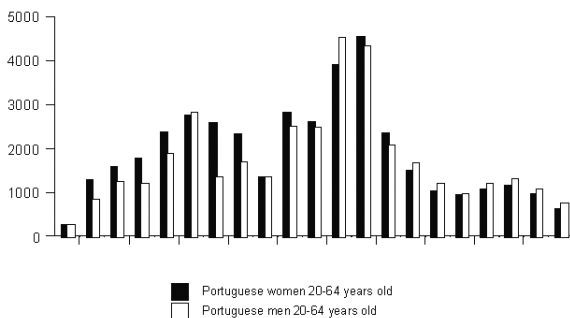
### The historical context

Portuguese immigrant women who came to Canada from the 1960s to the early 1980s played central roles in deciding whether to migrate, and also where to migrate. Higgs has argued that Portuguese migration to Canada has been almost entirely a chain migration: applicants without prior contacts constituted less than five per cent of the total of new arrivals.<sup>6</sup> Combining Higgs' data with my own highlights the extent of women's influence on the Portuguese migration to Canada. The majority of those whom I interviewed indeed indicated that women used their kin networks in Canada to arrange sponsorship, housing and jobs for themselves and their husbands.<sup>7</sup> Estellie Smith confirms this pattern for the majority of women she interviewed in the U.S., i.e. the family moved to locales where women had kin and men had none.<sup>8</sup>

Women were also major actors in determining "how" to emigrate, and this included travels through the bureaucratic webs of emigration from Portugal. Smith describes how in the early days of the migrations: "They are the ones who walk, hitchhike in from isolated rural areas, or take interminable bus trips to spend interminable waits in offices to get papers written, papers signed, certificates prepared and documents stamped."<sup>9</sup>

The migration of Portuguese women to Canada began in the post World War II period of the mid-1950s<sup>10</sup> and thus their settled presence now spans more than forty years and two to three generations. Figure 1 indicates that for the fifteen years between 1967-82, Portuguese women came in almost equal numbers to men. By the early 1960s, there were, in fact, more Portuguese women of working age arriving in Canada than Portuguese men, as Figure 2 shows.

**Figure 2. Women and Men of Working Age\*, Entering Canada 1962-82**



\* Immigrants, by country of last permanent residence

**Source:** Department of Citizenship and Immigration, Department of Manpower and Immigration, and Employment and Immigration. Immigration Statistics 1962-1982.

Total number of women of working age: 40,150  
Total number of men of working age: 37,025

It is significant that the numbers of Portuguese immigrants of adult working age (20-64 years

old) who entered Canada for the two decades from 1962-82 were dominated by women overall and in most years. Combining this quantitative data with my own qualitative data-the latter indicates that most Portuguese immigrant women began to work soon after their arrival-makes it clear that the economic contribution of Portuguese immigrant women was crucial to their households and was as important as that of Portuguese men. Multiple sources of income, from men, women, children and boarders, are described by Anderson and Higgs as the means by which Portuguese households in Canada retained family homes and survived through difficult economic times.<sup>11</sup> Portuguese immigrant women are traditionally described as hard-working women who often worked in two or more jobs in the cleaning industry and in factories to support the household, in many cases eschewing and sacrificing any limited opportunities there might have been to learn English or upgrade their skills.<sup>12</sup>

Although the poor treatment that women received in Canada as sponsored immigrants and the gender relations of the Portuguese family led Portuguese immigrant women, and some of their daughters, to work in low-paying, unskilled jobs in cleaning and factory work, they often struggled against their difficult working conditions through membership in labor unions and labor activism.<sup>13</sup> Marques and Medeiros<sup>14</sup> describe the important role that Portuguese women workers played in the 1970s in the cleaning industry and in a factory struggle to ameliorate their working conditions-I have described this in more detail, elsewhere.<sup>15</sup>

The daughters of these first generation women are located in a broader spectrum of wage work than their mothers. Their fluency in English, and their highschool, college or university education have enabled many of them to move into white collar jobs, or in their mother's words: "clean jobs." Many of these women want to be recognized as different from their mothers, whom they regard as having been stereotyped as "passive and lacking in skills and creativity."<sup>16</sup> They argue that Portuguese women are now establishing themselves "in all the major fields and professions," while "also playing a major role in maintaining family unity and fostering a supportive environment."<sup>17</sup> The experiences that they and their families lived through are part of an intense relocation and realignment of resources in both Portugal and Canada. During this time, national and international restructuring has also reshaped the Canadian immigration landscape.

How is it that the important experiences of Portuguese immigrant women in the 1960s-1980s, which I have referred to in a very brief way here, could have been left out of migration history and are concomitantly absent in policies addressing immigrant women in Canada? An analysis of this gendered history through the lens of diaspora and nationalism goes part of the way toward explaining this absence.

## **Diaspora**

When I refer to diaspora I am describing what Matsuoka and Sorenson define as "the movement of communities across international boundaries and the ensuing negotiations of social identity-particularly in relation to nationalism, with its attendant myths of homeland and return."<sup>18</sup> Diaspora involves "a preoccupation with homeland as the key feature distinguishing diasporic from ethnic communities."<sup>19</sup> As I describe in this paper, this "preoccupation" may involve return to the homeland, or at least a turning towards the homeland through the remittance of funds to families, political parties and the like, regular returns home, or even just an orientation towards returning home. I concur with Matsuoka and Sorenson, who argue that "the politics of diaspora nationalism are central

but overlooked issues in studies of refugee and immigrant populations."<sup>20</sup> Diasporic communities and spaces are sites where transformation and change can occur towards "hybridity" and "cosmopolitanism." Indeed, I agree with Calloni<sup>21</sup> that "human mobility can help to establish new commonalities and new political perspectives for human society." However, it is also a time and space when immigrants may reject cosmopolitanism in favor of borders and boundaries. Malkki<sup>22</sup> found that displaced people may in fact "emphasize the significance of borders and boundaries and reject cosmopolitanism as an absence of order and rules." The state in the country of immigration (i.e. the Canadian state) may also define an immigrant group in a homogeneous way, ignoring the differences and diversity of a group, thus facilitating the design and implementation of policy and regulation that does not address the gender, class and race relations of migration.

In summary, diasporic experiences can lead to transformation and change in a community or to a rejection of hybridity/cosmopolitanism. While immigrants may carry divisive ethno-nationalisms from their homelands, the extent to which these tendencies flourish depends greatly upon their specific experiences in the country of immigration. Nationalist state sentiments in the country of immigration -sentiments that define an immigrant group in a homogeneous way, masking gender and other differences-are likely to result in a rejection of hybridity and cosmopolitanism by immigrants. I shall return to this issue of cosmopolitanism in the conclusion.

### **Gendered nationalism**

As McClintock argues, "All nations depend on powerful constructions of gender. Despite many nationalists' ideological investment in the idea of popular unity, nations have historically amounted to the sanctioned institutionalization of gender difference."<sup>23</sup> Gender, race and class relations are associated with nationalisms and shape immigration policies and global ways of living and working. An example of how Canadian nationalist policies have affected Portuguese women is indeed their historical invisibility. Although the majority of immigrant workers from Portugal during the height of the Portuguese migration to Canada were women, they were not regarded as valued and productive workers, but rather as dependents of their husbands and fathers.

It is at least partly the illusory and often invisible site of home that defines and/or identifies a people. This identity is linked to a group's gender politics, as well as to the potential of, and limitations on, its political action. Nationalism is usually associated with a discourse about the family or homes of the nation, women as "mothers of the nation," family values and the role of women in ensuring that these values and morals of home and hearth are upheld. Women in particular stand to lose in this kind of nationalist discourse, as their dependency on men becomes either assumed or imposed. The nationalisms of both Canada and Portugal are discussed below in this regard.

Multiculturalism policy, in place since the early 1970s, defines cultural pluralism in Canada. However, Stasiulis describes multiculturalism in Canada as "wedded, as an afterthought" to the original construct of two founding nations, built upon the ideal of bilingualism and biculturalism, thus limiting public acceptance of those "cultures and peoples at odds with British and French-Canadian institutions."<sup>24</sup> Implicit in multicultural discourse in Canada and elsewhere are underlying principles of cultural homogeneity and the encouragement of a belief that all belong to a culturally and spatially unique community, and participate equally in a democratic political process.<sup>25</sup> It is in the contradictory context of a multicultural discourse that purports equality and democracy, but is structurally

embedded in a situation of widespread inequality,<sup>26</sup> based in Canada on the national subjugation of Quebec and aboriginal peoples, that racism and other inequalities of gender and class persist. In Canada, the romantic ideal of multiculturalism has led to unequal relations and participation in the Canadian state as well as to the outright exclusion of specific groups of immigrants at various historical moments.

The divisive approach inherent in state multiculturalism segregates and isolates workers from each other along ethnic lines, and also dissolves gender, class and racist divisions into ethnic identity-thus contributing to the invisibility of Portuguese women's history in Canada. This kind of discourse sustains the inequities experienced through immigration policies in a space in which minorities are managed by the state to serve its own interests, which are rarely uniform or coherent, but which to a great extent are those of the political hegemonic forces. Such a process does not occur easily, as Kay Anderson shows in her history of the Chinese in Vancouver, from the early days of their settlement when they were defined as outsiders and force was required to subjugate their labor power, to the present day, when multicultural policies perpetuate "the myth of a one-character nation,"<sup>27</sup> despite a contradictory emphasis on cultural pluralism. Her work demonstrates how the rhetoric of multiculturalism has affected the history of that particular immigrant group, defining them in relation to "a Canadian society," as if the latter were a separate and pre-existing entity.<sup>28</sup> The mosaic ideology of Canadian multiculturalism in fact reaffirms we-they distinctions that have shaped Canadian immigration policy since its inception.<sup>29</sup> Chinese, Italians, Portuguese and other immigrant groups have been affected by the pluralist politics of multiculturalism that maintain popular beliefs about differences between groups, while concurrently strengthening exclusionary concepts of a mainstream Anglo-European society to which others can contribute. Thus defined, multiculturalism policy has been embedded in an Anglo-nationalist agenda in Canada that seeks to further its own interests. State multicultural policy may be regarded as progressive in some regions of the world (i.e. France and Germany) particularly when it is de-linked from the idea of "founding nation(s)" and associated with a more open immigration policy. However, when it is linked to nationalism, multiculturalism also defines how immigrants shall live their lives once they have arrived-their access to jobs, education, housing, health care and other benefits and the degree of their acceptance in the country of immigration.

It was during the height of the Portuguese immigration to Canada that Canadian official multicultural policy was in the process of being established, and thus this particular immigration may reveal much about multiculturalism.<sup>30</sup> Portuguese were among the last group of European immigrants to enter Canada in large numbers.<sup>31</sup> In order to understand immigration more deeply, it is revealing to also examine the politics of nationalism in the country of emigration. Portuguese immigrants in Canada confronted specific social and political relations through their exposure to the two nationalisms: Canadian and Portuguese. I now turn to some of the ways in which Portuguese nationalism affected their decisions about emigration.

Portuguese nationalism is at least partly expressed in its citizenship policies, which from the late 1970s onwards opened and extended the borders of Portugal.<sup>32</sup> Like many other countries that have experienced large out-migrations, the Portuguese state bestowed permanent and extensive citizenship rights on its emigrants living abroad, including, for example, the right to vote in Portuguese elections. By 1981, a Portuguese government advisory committee called the Council for Portuguese Communities had been established,



with elected representatives in communities abroad.<sup>33</sup> In 1985, the Portuguese government department responsible for emigration was renamed the Secretariat of State for Portuguese Communities, with a mandate to strengthen bilateral relationships between Portuguese in Portugal and those living abroad in other parts of the world.<sup>34</sup> The Portuguese government declared Portugal to be a "global nation"<sup>35</sup> and its emigrants as well as their children were defined as Portuguese by Portugal. The Portuguese emigration policy of 1976 stated that:

To all [citizens] is granted the right of emigrating or leaving the national territory and the right of returning to it (Article 44 of the Constitution, April 1976).<sup>36</sup>

and

Portuguese citizens who are or who reside abroad, enjoy the protection of the [Portuguese] State for the exercise of their rights and are liable to the duties which are not incompatible with their absence from the country (Article 14 of the Constitution, April 1976).<sup>37</sup>

This transnational definition of identity reflects the self-interestedness of Portuguese state economics and politics, cultural protectionism, as well as a kind of diasporic consciousness on the part of Portugal and the Portuguese.

Bhattacharjee's broadly defined characterization of "home" in her work on South Asian immigration to the U.S. provides a base for deepening the study of the nationalisms of migration to include a gender, race and class analysis.<sup>38</sup> She identifies three cornerstones for definitions of home among immigrants, interrelated in such a way that immigrants define and are defined through all levels. The first is "the (conventional) domestic sphere of the heterosexual and patriarchal family"; the second "an extended ethnic community separate and distinct from other ethnic communities"; and the third exists at the level of nations of origin, often shaped by nationalist movements and histories of colonialism." Bhattacharjee argues that activism requires challenging the status quo in all three "homes." In the following pages I use her definition of "homes" to discuss the causal relationship between women's invisibility and the nationalisms of both Canada and Portugal.

### **Making visible the invisible: The case of remittances and return**

Bhattacharjee points out that in the case of South Asian women in the U.S., as in other cases, "women are in danger of being made invisible in all three homes." For example, women may experience silencing in heterosexist and patriarchal homes, where their husbands and fathers may prevent them from gaining access to language and skills upgrading. Their invisibility may be due to illegal or dependent status, if they enter as sponsored immigrants (as in Canada). Their own communities may reject or dismiss acts of abuse or subordination directed against women, due to essentialist gendered definitions of national culture.<sup>39</sup> The nationalist policies of their homeland may define women's roles as tied to essentialist and repressive ideologies of motherhood and family, particularly in post-war and post-revolutionary times.

Bhattacharjee provides a useful framework for analyzing the links between nationalism and Portuguese women's invisibility. In order to ground the analysis, I turn to the case of remittances and return migration. The gender relations of these two interrelated

phenomena are seldom addressed vis-à-vis Portuguese or other immigrants, however central they are to migration studies. In the case of Portugal, there are direct links between remittances and return migration-at the level of the nation of origin-that lay a basis for an understanding of the domestic sphere and ethnic community. Hence, the following section begins with an analysis of the relationship to the nation of origin through remittances.

*The nation of origin: remittances.* One of the most important and well-recognized means by which diasporic immigrant communities confirm their association with their home country is through the monetary remittances that they send from their countries of immigration to family members or to investments in land, housing or business ventures in the homeland. These remittances were greatly encouraged by Portugal in the 1960s-1980s and have been described as "an important source of foreign exchange."<sup>40</sup> They were characterized as a "substitute" for the lack of development of the Portuguese agricultural sector, making up for lost sectoral income. Unable to support their households from their agricultural labor, Portuguese emigrants poured out of the rural agricultural regions from the mid 1960s to the 1970s. They moved outwards from Portugal to the world's industrialized centers,<sup>41</sup> sending monies back to support those left behind. From 1973 to 1979 emigrant remittances were 8.2 per cent of the gross domestic product in Portugal, and between 1980 to 1989 this rose to 10 per cent of the GDP.<sup>42</sup> During the 1980s, remittances were the most important source of foreign currency in Portugal-at approximately \$US two billion per year.<sup>43</sup> To my knowledge, there is no gender analysis of the Portuguese remittances. However, as I argue below, the role of women in defining and encouraging remittance exchange is at least as important as the role of men. The perceived dependency of women upon men is a blind spot in the analysis of remittances. When women's lives and livelihoods are not considered as significant as the lives and livelihoods of their husbands, brothers and sons by both the sending and receiving countries, a gendered history of remittance exchange is lost.

It is significant for analyses of Portuguese nationalism that there is a substantial regional differentiation in terms of the remittances received in Portugal and this has generated implications for our understanding of return migration. For example, data gathered on regional emigration compared with regional remittances demonstrates that: 1) proportionately more emigrants from the north coast of Portugal (Viana, Braga and Porto) and the center coast (Aveiro, Coimbra and Leiria), emigrating to Europe and North and South America, chose to remit monies to their home regions from the 1970s to the 1980s; 2) by the 1980s, Azoreans, migrating mainly to North America, were sending back smaller shares of remittances than emigrants from the north coast, center coast or Madeira.<sup>44</sup>

This information on remittances corresponds with my research on return migration from Toronto to Portugal, indicating higher return migration rates for the mainland Portuguese than for the Azoreans in this period.<sup>45</sup> Together, the two sets of data imply, not unsurprisingly, that those Portuguese deciding to remain in Canada have been more likely to invest their savings in this country, rather than remit monies to Portugal. There has been little or no gendered analysis of the implications of this regionalism for Canadian immigration policy towards Portuguese or other groups of immigrants.

*The domestic sphere: remittances and return.* Remitting funds to the homeland is a gendered phenomenon, which generally demonstrates women's commitment to putting the basic needs of their families ahead of their personal requirements.<sup>46</sup> Stasiulis and

Bakan's conclusions conform to my own vis-à-vis Portuguese immigrants, namely that women are staunch in the dedication to remit funds to their families in Portugal. Although my data does not definitively demonstrate that women tended to remit to their mothers rather than to other members of their families,<sup>47</sup> Portuguese immigrant mothers and wives in Toronto were more likely than husbands and fathers to nurture family networks, and this usually involved sending money.

In Canada, Portuguese immigrant women not only earned their own money, but they often also controlled it. Most, or all of it would go towards the household in Toronto or Portugal: "My money is my own .... I buy things for home ... I do shopping with it and then I save the rest."<sup>48</sup> Some women remitted this money to their own investments in houses and apartments in Portugal. Remittances on the part of women are all the more impressive, as their income is often also directed towards paying for children's clothing and food, among other household items.

Portuguese state policies demonstrated little understanding of the gendered nature of remittances-at both the giving and receiving ends of the relationship. The relationship between the higher rates of remittances and return for immigrants from the mainland of Portugal as opposed to those from the Azores is gendered, as I describe below. Thus it is likely that immigrant Portuguese women from the mainland have been major players in remitting funds to Portugal.

Portuguese nationalist "homeland" policies and practices have gender implications that are at least partially demonstrated in the divergent views about returning to Portugal held by immigrant men and women in Toronto. These decisions were based on gendered experiences in the domestic sphere in the homeland as well as in the country of immigration. For some women, there were structural reasons for their decision to leave and not return to Portugal. One woman said that she did not wish to return to the kind of work she had left behind, particularly when it involved hard labor: "I never wanted to go back because I know that in Portugal, I would have to work in the fields."<sup>49</sup> Another woman who had a young son, left Portugal because of the war in Angola: "... all the soldiers were being sent to Angola and none of them [of the ones I knew] would return."<sup>50</sup> Suzana, however, has since invested in two apartments in Portugal and lives there part of the time.

Traditional gender roles internalized by many Portuguese immigrant men and some of their sons in Canada placed restrictions on Portuguese women's lives. Many women were prevented from accessing the education they wanted and felt they deserved in Canada: "I had to fight to go to school. My husband did not support that ... the extended family were very negative ..."<sup>51</sup> Even accessing English language classes was difficult for some women: "I never went to English school in Canada-my husband didn't want me to go out at night." This woman now bemoans the fact that the friend who wanted to accompany her "can speak English and she can write it too. And I don't know anything."<sup>52</sup> The daughter of a Portuguese immigrant woman described the gender relations in her parents' marriage:

My father initially felt threatened that she [my mother] was making it on her own two feet and quite capable of doing so. I think my father still harbours the same mentality that, perhaps, he would be much more able to control her if she was at home and she was more dependent on him.<sup>53</sup>

Despite these set-backs, or perhaps because of the limitations that some Portuguese immigrant women experienced in Canada, most of them expressed a desire to remain in

Canada rather than return to Portugal where many felt that gender relations were more uneven.

The strong desire among Portuguese women-particularly those from the Azores-to remain in Canada is highlighted by the fact that, even though women living in Toronto and employed in the most vulnerable industries (i.e. in the garment sector) were among the groups most likely to be affected by economic restructuring,<sup>54</sup> they were overall more likely than Portuguese men to want to remain. In Toronto, non-economic, familial and personal factors were the primary reasons among Portuguese women for wishing to return, rather than economic- occupational factors.<sup>55</sup>

*The ethnic community/region of origin:* return. Research in Toronto elicited a variety of views on returning to Portugal from Canada, relating to Portuguese ethnicity, region of origin, gender and class.<sup>56</sup> Azorean women were likely to want to stay, whereas women from the mainland were more apt to express a desire to return and were more likely to own a house or apartment in Portugal (sometimes more than one). Men from both the Azores and the mainland wanted to return and some did. According to Baganha most returnees to Portugal have been male (71 per cent of the total).<sup>57</sup> Some men even went as far as to leave their wives behind, but once back in Portugal they yearned for the women's care as revealed by the statement of a husband to his wife-as she recounts: "My husband has a rented apartment in Oporto and he told me, 'You can stay with me, you can cook for me, wash my clothes and I will look after you'."<sup>58</sup> Portuguese immigrant men regarded the maintenance of traditional gender roles as an important element in their return plans.

Portuguese women, on the other hand, reminisced about happy times in Portugal when they were single and unmarried:

I really missed my life as a single woman in Portugal. In Portugal I never went lacking for anything, even though my mother had eight children. We never went hungry. We never had any great unhappiness. We never fought. We got along well and we lived very well<sup>59</sup>

They also harked back to periods when their husbands worked in another country and the wives and children were left in Portugal:

Work was shared among women. Now looking on it, I think my mother had a lot more control over her own life without my father around, than after we came here and started living with him. And we never felt alone-other women either single or whose husbands were away and had no children, would come over and sleep in our house. So I basically was brought up with a lot of women all around me.<sup>60</sup>

In conclusion, it is in the diaspora space-where the gender relations of the domestic sphere, the ethnic/regional community and the nation of origin intersect-that the migratory experience can be transformative for the immigrant community itself, as well the larger non-immigrant community. Migration can contribute to a transformation or an entrenchment of gender relations through any of the several interrelated levels that I have discussed in this paper. Building on Calloni,<sup>61</sup> I find it useful to ask: in what ways do the experiences of Portuguese immigrant men and women during the two decades of the 1960s to the early 1980s, when they were essentially "hidden from history,"<sup>62</sup> point toward a new notion of "social citizenship" that is more gender inclusive and cosmopolitan?

First of all, we can only begin to answer this question when the history of the lives of immigrant women and the gender relations of migration experiences are brought into the foreground. The very absence of Portuguese immigrant women in Canada's documented history during the height of their migration calls for more gender-inclusive analyses. This absence is not specific to Portuguese immigrant women, but is duplicated in the experiences of many other immigrant groups. Second, if we plumb the historical depths of Portuguese immigration to Canada, we find that in spite of Portuguese and Canadian nationalisms, Portuguese immigrant women, particularly those from the Azores, demonstrated a cosmopolitanism evidenced by their intense involvement in transnational mobility (equal to or surpassing that of men) combined with a determined integration into the labor force in the country of immigration. Moreover, the diaspora "preoccupation" of women with their homeland through remittances and return, all the while they struggled to settle in a new country that has defined them as "immigrants" and outsiders, demonstrates a kind of strategic cosmopolitanism, particularly as described above, at the level of the domestic sphere. Many women attempted to keep a transnational imprint in their homeland and in Canada. Third, the desires of men and women for their children to be well-educated and integrated in productive ways into the Canadian labor force, despite the challenges of class and racial discrimination, reveals a serious engagement in social citizenship practices. Further empirical work focussed on the children of Portuguese immigrants in Toronto might shed welcome light on the extent of this achievement in the Portuguese community and beyond.

A gendered study of Portuguese migration discloses much about the transformation of the Portuguese community during the two decades from the 1960s to the early 1980s. These changes occurred despite the challenges of pervasive nationalist state multiculturalist politics that threatened cosmopolitanism and struggles towards social citizenship.

---

<sup>1</sup> This paper was reprinted with permission of Portuguese Studies Review, *Portuguese Studies Review*, vol.11, N.2 Winter-Spring 2003-2004, pp. 25-40. The paper also expands on work I have published elsewhere: Wenona Giles, *Portuguese Women in Toronto: Gender, Immigration and Nationalism* (Toronto: University of Toronto Press, 2002). Funding for this Toronto-based research project was provided through a Social Sciences and Humanities Research Council of Canada fellowship, as well as through a Secretary of State Research Grant and a Major Research Grant for Faculty at York University. Simultaneously, I was grateful to collaborate in two other projects on ethnicity, gender and restructuring in the Toronto labour market that contributed in an important way to my thinking about the present research. They were funded by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (Women and Work Strategic Grant) and Secretary of State (Canadian Ethnic Studies).

<sup>2</sup> This research was carried out between 1989-1992 in Toronto. Sixty-one qualitative interviews were conducted with 20 first-generation Portuguese women, 17 second-generation women, 4 first-generation men, 4 second-generation men and 16 Portuguese community workers in the Greater Toronto Area; in addition, substantial qualitative and quantitative archival materials were researched.

<sup>3</sup> Ilda Januário, "Les activités économiques des femmes immigrantes portugaises au Portugal et à Montréal à travers les récits de vie," M.Sc. Thesis, Département d'Anthropologie, Université de Montréal, 1988; Rusty Neal and Virginia Neale, "As Long As You Know How To Do Housework: Portuguese-Canadian Women and the Office Cleaning Industry in Toronto," *Canadian Women's Studies Journal* 16 (1) (1987): 39-41; Domingos Marques and João Medeiros, *Portuguese Immigrants: 25 Years in Canada* (Toronto: West End YMCA, 1980); M. Labelle, G. Turcotte, M. Kempeneers and D. Meintel, *Histoires d'immigrées. Itinéraires d'ouvrières colombiennes, grecques, haïtiennes et portugaises de Montréal* (Montreal: Boreal, 1987).

<sup>4</sup> Estellie Smith, "The Portuguese Female Immigrant: The 'Marginal Man'," *International Migration Review* 14 (1) (1980): 80.

<sup>5</sup> Anannya Bhattacharjee, "The Public/Private Mirage: Mapping Homes and Undomesticating Violence Work in the South Asian Immigrant Community," in *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*, ed. M.J. Alexander and C.T. Mohanty (New York and London: Routledge, 1997), 308-329. While

Bhattacharjee's work has been important from a methodological perspective, my intention in this article is not to draw an empirical comparison between South Asian and Portuguese women.

<sup>6</sup> David Higgs, *The Portuguese in Canada* (Toronto: Canadian Historical Association with the support of Multiculturalism Canada, 1982), 6.

<sup>7</sup> Wenona Giles, *Portuguese Women in Toronto: Gender, Immigration and Nationalism* (Toronto: University of Toronto Press, 2002).

<sup>8</sup> Smith, "The Portuguese Female Immigrant," 80.

<sup>9</sup> Smith, "The Portuguese Female Immigrant," 82.

<sup>10</sup> Grace Anderson and J. Campbell Davis, "Portuguese Immigrant Women in Canada," in *Portuguese Migration in Global Perspective*, ed. David Higgs (Toronto: Multicultural History Society of Ontario, 1990), 136-144.

<sup>11</sup> Grace Anderson and David Higgs, *A Future to Inherit: Portuguese Communities in Canada* (Toronto: McClelland and Stewart, 1976), 45.

<sup>12</sup> The absence of adequate and relevant language training, education and skills training for such a significant number of immigrant women and men wage workers cannot be without grave consequences for the workers themselves and for the Canadian economy.

<sup>13</sup> Neal and Neale, "As Long As You Know"; Rusty Neal, "Public Homes: Subcontracting and the Experience of Cleaning," in *Maid in the Market: Women's Paid Domestic Labour*, ed. Wenona Giles and Sedef Arat-Koc (Halifax: Fernwood Publishing, 1994), 65-79.

<sup>14</sup> Marques and Medeiros, *Portuguese Immigrants*.

<sup>15</sup> Giles, *Portuguese Women in Toronto*, 63-89.

<sup>16</sup> Ana Borreicho and Antonia Ferreira, "A Tradition of Strength and Courage," *Toronto Star*, 10 September 1992, G7.

<sup>17</sup> Borreicho and Ferreira, "A Tradition."

<sup>18</sup> Atsuko Matsuoka and John Sorensen, *Ghosts and Shadows: Construction of Identity and Community in an African Diaspora* (Toronto: University of Toronto Press, 2001), 6.

<sup>19</sup> Kachig Tololyan, "Rethinking Diaspora(s): Stateless Power in the Transnational Moment," *Diaspora* 5 (1) (1996): 17.

<sup>20</sup> Matsuoka and Sorensen, *Ghosts and Shadows*, 8.

<sup>21</sup> Marina Calloni, "International Women's Networks, Social Justice and Cross-Border Democracy, in *Crossing Borders and Shifting Boundaries*, Vol II, *Gender Identities and Networks*, ed. Ilse Lenz, Helma Lutz, Mirjana Morokvasic-Muller, Claudia Schoning-Kalender and Helen Schwenken (Leske and Budrich, Opladen: International Women's University, 2002), 188.

<sup>22</sup> Liisa Malkki, *Purity and Exile* (Berkeley: University of California Press, 1995), cited in Matsuoka and Sorensen, *Ghosts and Shadows*, 9.

<sup>23</sup> Anne McClintock, "Family Feuds: Gender, Nationalism and the Family," *Feminist Review* 44 (1993): 62.

<sup>24</sup> Daiva Stasiulis, "Relational Positionalities of Nationalisms, Racisms and Feminisms," in *Between Woman and Nation: Nationalisms, Transnational Feminisms and the State*, ed. Caren Kaplan, Norma Alarcon, and Mino Moallem (Durham: Duke University Press, 1999), 198-199.

<sup>25</sup> Robert Miles, "Migration, Racism and the Nation-State in Contemporary Europe," in *Deconstructing a Nation: Immigration, Multiculturalism and Racism in 90s Canada*, ed. V. Satzewich (Halifax: Fernwood Publishing, 1992), 31.

<sup>26</sup> Robert Miles, "Racism and Public Policy," Paper presented at the summer session of the Centre for Refugee Studies (Toronto: York University, 1996).

<sup>27</sup> Kay Anderson, *Vancouver's Chinatown: Racial Discourse in Canada, 1875-1980* (Kingston and Montreal: McGill-Queen's University Press, 1991), 23-24, 27.

<sup>28</sup> Anderson, *Vancouver's Chinatown*, 218.

<sup>29</sup> Anderson, *Vancouver's Chinatown*, 218.

<sup>30</sup> The Federal Multiculturalism Policy was adopted in Canada in 1971.

<sup>31</sup> Giles, *Portuguese Women*, 31.

<sup>32</sup> Giles, *Portuguese Women*, 32.

<sup>33</sup> Maria Beatriz Rocha-Trindade, "Portugal and Spain: Culture of Migration," in *The Politics of Migration Policies: Settlement and Integration-The First World Into the 1990s*, ed. Daniel Kubat (New York: Centre for Migration Studies, 1993), 267.

<sup>34</sup> Rocha-Trindade, "Portugal and Spain," 267.

<sup>35</sup> Bela Feldman-Bianco, "Multiple Layers of Time and Space: The Construction of Class, Race, Ethnicity, and Nationalism Among Portuguese Immigrants," in *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*, ed. Nina Glick Schiller, Linda Basch and Cristina Szanton Blanc (New York: Academy of Sciences, 1992); Bela Feldman-Bianco, "The State, Saudade and the Dialectics of Deterritorialization and Reterritorialization," Paper delivered at the symposium

- "Transnationalism, Nation State Building and Culture" (Mijas, Spain:Wenner Gren Symposium 117, 1994).
- <sup>36</sup> Cited in Rocha-Trindade, "Portugal and Spain," 266.
- <sup>37</sup> Cited in Rocha-Trindade, "Portugal and Spain," 266.
- <sup>38</sup> Bhattacharjee, "The Public/Private Mirage," 313-314, 327.
- <sup>39</sup> Bhattacharjee, "The Public/Private Mirage," 322.
- <sup>40</sup> Rick Chaney, *Regional Emigration and Remittances in Developing Countries: The Portuguese Experience* (New York: Praeger,1986), 3; Giles, *Portuguese Women*.
- <sup>41</sup> Chaney, *Regional Emigration*, 3; Giles, *Portuguese Women*.
- <sup>42</sup> Maria Ioannis B. Baganha, "Portuguese Emigration After World War II," in *Modern Portugal*, ed. Antonio Costa Pinto (Palo Alto, California: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, 1998), 201.
- <sup>43</sup> Rocha-Trindade, "Portugal and Spain," 273.
- <sup>44</sup> Chaney, *Regional Emigration*, 123,132; Giles, *Portuguese Women*, 33.
- <sup>45</sup> One of the few pieces of research that explores the lives of Azorean women and regional differences is Grosner's unpublished M.A. thesis on Azorean women in London, Ontario (Lucia Grosner, "Azorean Portuguese Women in London, Ontario: The Construction of Gender," M.A. Thesis, University of Western Ontario, 1991). Melo's recent unpublished M.A. thesis also makes an important contribution to our knowledge of Azorean returnees (Pedro Miguel Melo, "The Life History of Portuguese Return Migrants: A Canadian Azorean Case Study," M.A. Thesis, York University, 1997).
- <sup>46</sup> Daiva Stasiulis and Abigail B. Bakan, "Negotiating Citizenship: The Case of Foreign Domestic Workers in Canada," *Feminist Review* 57 (1997): 131.
- <sup>47</sup> Stasiulis and Bakan, "Negotiating Citizenship," 131.
- <sup>48</sup> Rosa, first generation, food vendor, mainland Portugal.
- <sup>49</sup> Januaria, first generation, cleaner, Azores.
- <sup>50</sup> Suzana, first generation, cleaning supervisor, mainland Portugal.
- <sup>51</sup> Rosa, second generation, receptionist.
- <sup>52</sup> Januaria, first generation, cleaner, Azores. It is interesting that while most Portuguese parents strongly support the education of their children (Fernando Nunes, "Portuguese-Canadians and Academic Underachievement: A Community-Based Participatory Research Project," Ph.D. Thesis, Department of Adult Education, University of Toronto, 1999; Giles, *Portuguese Women*)-daughters and sons, equally-many men were not so supportive of their wives' education.
- <sup>53</sup> Eunice, second generation, accounting officer in a bank, Azores.
- <sup>54</sup> Valerie Preston and Wenona Giles, "Ethnicity, Gender and Labour Markets in Canada: A Case Study of Immigrant Women in Toronto," *Canadian Journal of Urban Research* 6 (2) (1997):135-156.
- <sup>55</sup> However, as the Canadian economy restructured and that of Portugal improved, Portuguese immigrants and their children began to refer to economic factors as also being related to their return orientations.
- <sup>56</sup> Giles, *Portuguese Women*.
- <sup>57</sup> Baganha, "Portuguese Emigration," 199.
- <sup>58</sup> Laurinda, cleaner, first generation, age 56, mainland.
- <sup>59</sup> Januaria, first generation, cleaner, Azores.
- <sup>60</sup> Helena, second generation, community worker, Azores.
- <sup>61</sup> Calloni, "International Women's Networks,"188.
- <sup>62</sup> Sheila Rowbotham, *Hidden from History: 300 Years of Women's Oppression and the Fight Against It* (London: Pluto Press, Reprint Edition, 1992).

WRITING THE IMMIGRANT WOMAN'S LIFE

*Erika de Vasconcelos*

*Writer, Canada*

I am going to speak to you today as a writer, not an academic, and what I have to say is purely a reflection of my own personal experience. When Manuela Marujo invited me to speak at this conference she asked me to choose a title for my talk. I feel ambivalent about the title that I did choose, *Writing the Immigrant Woman's Life*, first, because I am not an immigrant woman, and second, because the two books that I have written are not specifically about the lives of immigrant women. I am the daughter of immigrants, however, and I have published two novels that take place partly in Portugal, and both these novels have been published by a large publishing house. This is, I believe, the reason I am here.

I am going to speak about my first novel because it is more specifically a novel about Portuguese women, and one that was heavily based on the actual lives of my female ancestors. My second novel was not about Portuguese women at all, but about two Armenian women, one of whom chooses Portugal as her place of exile. Exile is very different from immigration, the subject of a different talk entirely.

When my first novel appeared in 1997, it got attention both in the mainstream press and also in the Portuguese/Canadian press. Through the course of many interviews it was often pointed out to me that no one had ever published a book in Canada about the Portuguese/Canadian experience. This is a fact that left me perplexed: why, given the size and history of the Portuguese community in this country, had no one written the immigrant woman's life, and why, in the end, was it written by someone who was not really an immigrant and whose family was not what we think of as a typical immigrant family? Finally, was my novel really the story of an immigrant woman's life (or lives, since we all have many) in the first place?

I would like to answer the last question first. If you look at the cover of my first novel, entitled *My Darling Dead Ones*, you will see a sort of collage of old photographs letters and leaves. The title itself comes from a phrase in the novel that is said by Magdalena, a woman in her eighties who has outlived most of her loved ones, whom, in her loneliness, she still talks to, and calls *Meus Queridos Mortos*. The novel looks back on Magdalena's extraordinary life, as well as on that of her sister, Helena, and her niece, Leninha. But the novel really belongs to a woman named Fiona (the only non-Portuguese name), a Canadian woman like me, born to Portuguese parents, who looks back at the lives of her own ancestors as her own life unravels and changes.

If you asked me what the novel was about, this is what I would say: that it is about looking to history to find and identify and come to an understanding of the patterns of the present. (This is not a new theme at all, like in all literature, there is nothing new under the sun). It is a book about marriage, mothers and daughters, divorce, history, memory and loss.



It is also a very female book, in the sense that it is told entirely from the female perspective. The one section of the book that has been quoted to me in every single interview regarding the book is the following:

*And where are the men, you ask, that have so sparsely populated this story? What of Arthur who, tiring of his son after only two days, returned to Angola and shacked up with a prostitute who gave him syphilis? What of Eduardo, the boy, who returned home and said to his mother, I will never love you?*

*What of Annibal, the husband, the lover, the men who came after?*

*There are no men in the photographs. There are no men in this story.*

I don't know why it is that this paragraph has drawn so much attention, but I think it has to do with my blatant acknowledgment, as a writer, spoken directly to the reader, that this is a woman's story, not a man's. If you want a man's story, go somewhere else. (Why is such an idea still shocking, I wonder?)

There are no blue-collar workers in this story. No factory workers. No cleaning ladies. No ethnic neighborhoods. No problems with language, or money, or education. No feelings of ethnic displacement or ambiguity. The main character isn't ambivalent about her Portuguese/Canadian identity. She wants both. Most of the women in the novel, both those in Portugal and those in Canada, are well-educated women from fairly wealthy families. Most of them are bilingual or multilingual.

There are sections of the novel that speak nostalgically about the sea, the Portuguese landscape, the fado. In many ways this novel is an elegy to Portugal, a personal elegy. But is it really a novel about the immigrant woman's life?

The only nasty letter that I have ever received from a reader came from a young Portuguese/Canadian woman, daughter of immigrants like me. She complained to me that the women in my novel had nothing to say to her, that they were all rich and snobbish, that she could not identify with any of them and didn't particularly like them. I wrote back to her and pointed out, first, that, of course, there are all sorts of immigrant women in Canada, who came from all sorts of different backgrounds and second, that if her particular story hadn't been told then she should take it upon herself to tell it. What she was saying, in essence, was that I had most definitely not written the story of the Portuguese immigrant woman's life.

On the other hand, the most beautiful compliment I have ever received as a writer, anywhere, also came from a Portuguese immigrant woman. This was a young woman who had a child in her arms. I could see from the lines of her face that she was a woman whose life, about as long as my own, had been very different from mine, and very difficult. Because of her child she wasn't able to sit through a reading that I was giving at a library in the West End, in a Portuguese neighborhood in Toronto. So she waited, behind closed doors, the whole length of my reading, and when it was over, she came up to me and said she just wanted to thank me for what I had done for Portuguese women.

How do I reconcile these two opposite reactions from readers? Had I, in fact, written the life of the Portuguese immigrant woman? If I had, I did so only insofar as the lives of any Portuguese immigrant woman contains stories of marriage, mothers and daughters, lovers, history, longing and loss.

When we undertake to write novels, at least when I do, we don't undertake to tell the whole story about one particular subject, the final, last word story. We undertake

to tell a story about humanity, about a particular instance of humanity in all its minute permutations. One novel is a very, very small thing.

I think that there is a tendency in the culture of immigrant societies to adopt writers of that culture as spokespersons of sorts. My husband, Nino Ricci, who is a Canadian writer of Italian parents, has also experienced this. His first novel, which won him high acclaim critically and which was an unprecedented publishing success, turned him overnight into the Italo/Canadian writer, the expert on immigrant Italian communities, even though his entire novel took place in Italy, before any of the characters had even set foot on Canadian soil! It was not a story about immigration, in a literal sense. But it was characterized, as he was, by the Italian/Canadian community as the story of Italian/Canadian immigrants.

I believe this thirst for story and for the identification of story as one's own belongs to second-generation immigrants in particular: by the time the second generation has reached adulthood there is a need for history, for a reclaiming of the roots that were left behind, for an understanding of what it means to be, to have been, an immigrant. It is often only the second generation, in fact, who has the means and, in a sense, the luxury, to tell that story because the first generation is much too busy laying the economic foundations that will make it possible for the second generation to become writers, doctors, musicians, professors. In addition, stories require distance, not only physical distance but temporal distance. Every writer knows that if you try to write about the marriage that ended a year ago, the writing will be horrible. Wait ten years, and you might be able to tell that story with some credibility because you will have absorbed it into your skin, into your psyche, in all its complexity.

My mother, for instance, is every bit as much a writer as I am. But through the course of her life, she was busy trying to stay alive in a new country with two small children, very little money and very little support. If she had written a book, I'm quite sure she would not have written about Portugal, but about Canada. Portugal was the place she'd left; a place that, in many ways, she hated. (It is strange that I should have absorbed a love for that place, after all. And how does that happen to a girl who grew up in an English neighborhood, was educated in French schools, never read a Portuguese novel until she was thirty years old? That is something I don't have an answer for, although I think it has to do, again, with time and distance, with what gets passed on subliminally to us, especially as children.)

Had my mother's position and my own been reversed, she would have been ten times the writer that I am. And have I done her justice, I wonder, have I told her life story as well as I could have?

I don't think so. The only sense of achievement that I have comes from the words of the young woman at the reading who was speaking, in fact, to a profound issue in the lives of immigrant woman: the issue of silence and opportunity. She was thanking me because I had broken, in a sense, that silence. Because the mere fact of writing a novel about Portugal said to other Portuguese/Canadian women that they could do it too and that there was a readership out there who would be interested. That the traditional roles of immigrant women and their daughters were changing. That those women didn't need to stay silent. But I was only able to break that silence because I had been given the opportunity to do so, through my education, the relative ease of my life, and the security I felt in my own identity as a Canadian and as a Portuguese woman.

This is, I believe, the only true sense in which I have written the immigrant woman's life, lives that we are here, really, to celebrate. It is in that role that I have accepted this opportunity to speak to you today, and for which I thank you.

# MULHERES IMIGRANTES PORTUGUESAS EM INGLATERRA: ALGUMAS HISTÓRIAS DE VIDA

*Maria Amélia Estrela<sup>1</sup> & Guida de Abreu*  
*University of Luton, England*

Este artigo examina trajetórias de vida de mulheres portuguesas em Inglaterra. Em 2002 foram entrevistadas dezassete mulheres de gerações diferentes e em situações socio-económicas e familiares diversas, com nível elevado ou reduzido de educação, recém-chegadas ou com três ou quatro décadas de vida no estrangeiro. A intenção deste trabalho foi dar voz às mulheres dentro da comunidade imigrante e dar oportunidade a que a história fosse contada pelas próprias protagonistas. As entrevistas abrangem as seguintes questões: 1. Que experiências e expectativas de mudança para si e para os seus filhos levaram estas mulheres a emigrar para Inglaterra; 2. Com que experiências iniciaram a adaptação e evoluíram dentro do novo contexto sócio-cultural; 3. De que modo reconstruíram as suas vidas e as suas identidades como mulheres imigrantes e como portuguesas; 4. Que memórias têm do trajecto escolar em Portugal e como encaram ou apoiam a educação dos seus filhos; 5. Que razões têm para ficar em Inglaterra ou para voltar para Portugal. Tendo como base as histórias de vida, procurar-se-á reflectir nestes aspectos e dar voz a uma comunidade que no Reino Unido e no contexto das ciências sociais, tem estado silenciosa.

## **Antecedentes e Metodologia**

Em 1999, o Professor Dr Paulo Abrantes, então Director do Departamento de Educação Básica, visitou em Stockwell - área sul de Londres onde se calcula que vivam entre 9.000 a 30.000 portugueses (Nogueira e Porteus, 2003) - algumas das escolas com maior frequência de crianças portuguesas. A educação destas crianças e as suas oportunidades de integração e de sucesso na sociedade suscitaram-lhe grande preocupação, tendo-se iniciado em 2000 um projecto de investigação de três anos com o objectivo de fornecer informação sistematizada relativa a experiências e necessidades educativas das crianças portuguesas nas escolas inglesas (Abreu, 2003; Abreu, Cline e Lambert, 2003; Abreu e Lambert, 2003). O presente artigo é baseado num projecto de investigação inspirado pela partilha dessas preocupações e destinado a conhecer melhor as famílias portuguesas em Inglaterra. Procurou-se, através do conhecimento das expectativas e percursos de vida das mulheres imigrantes, obter informação sobre o modo como se adaptam, apoiam a educação dos jovens e pensam o seu futuro.

Este projecto foi pioneiro no estudo da realidade das mulheres portuguesas em Inglaterra. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa baseada na entrevista narrativa (Atkinson, 1998). As 17 entrevistas revelam um leque diverso de situações e de experiências de vida, descritivo da variedade de trajectos que coexistem numa comunidade imigrante. Foram ouvidas mulheres com níveis vários de instrução, em situações socio-económicas diversas, com profissões, ocupações e percursos bem diferentes. Foram feitas 13 entrevistas em zonas diferentes de Londres e 4 em Bournemouth, Bristol e Canterbury. As entrevistas, cuja duração varia entre uma hora e meia e três horas, foram gravadas, transcritas na totalidade e analisadas com a ajuda do programa Atlas/ti. Apresentamos seguidamente um sumário das experiências das mulheres entrevistadas (ver Estrela, 2003, para uma análise detalhada).

## Razões para Emigrar

Em 17 mulheres, 13 afirmaram ter sido elas próprias a tomar a decisão de emigrar.

**Razões remotas** relacionadas com uma infância difícil ou com maus tratos e situações de opressão causadas por pais ou por maridos verificaram-se tanto em mulheres mais velhas como em mulheres jovens. Essas foram razões que originaram a saída do país tanto nos anos 60/70, como no fim dos anos 90. O mesmo constrangimento pode ser sentido em relação ao meio acanhado de origem em que a crítica e o preconceito causam mal estar e condicionam o comportamento. Por fim, observamos que a mulher portuguesa opta ainda hoje por sair do país a fim de obter o reconhecimento de um estatuto de igualdade. A experiência de emigração anterior de familiares e de pares tende a funcionar como exemplo e a constituir-se como solução para situações de crise individual, familiar ou económica.

As razões remotas desenvolvem um sentimento generalizado de insatisfação e facilitam a tomada de decisões quando surgem **razões próximas**. Estas, mais concretas, podem ser agrupadas em três blocos: razões de ordem económica (encontrar trabalho bem remunerado que permita economizar, comprar casa, montar negócio), familiar (salvar o casamento, acompanhar o marido, ajudar familiares próximos) e educativa (aprender inglês, tirar um curso, progredir no projecto educativo pessoal ou dos filhos).

O regime repressivo existente em Portugal antes de Abril de 1974 forçou algumas mulheres a emigrar para o Reino Unido, a fim de encontrar trabalho e realização. Estas razões políticas ligadas à ditadura cessaram. No entanto, ainda hoje jovens profissionais e intelectuais usam a liberdade de circulação de cidadãos criada pela União Europeia para procurar noutros países situações profissionais cuja abertura, estímulo e exigência consideram mais de acordo com as suas ambições e ideais.

Observando os recentes movimentos migratórios dos portugueses pode concluir-se que a emigração começa a fazer parte da memória colectiva da nação, oferecendo uma solução sempre que momentos de crise económica se avizinham.

## Chegada e Primeiros Tempos

A **chegada** está entre o sonho e a mudança, entre a idealização do país onde se espera poder realizar objectivos pessoais e a necessidade de proceder a adaptações múltiplas a fim de conseguir concretizar esses projectos. Os sentimentos mais referidos à chegada são a surpresa (desagradável para a maioria) e a sensação de estar perdida e desprotegida. As dificuldades imediatas mais sentidas referem-se à língua, à falta de dinheiro e ao isolamento. À medida que vão progredindo no contacto com o país receptor, as entrevistadas sentem outros motivos de estranheza: o clima, a alimentação, o alojamento e o choque de culturas presente nas atitudes e comportamentos.

Durante os **primeiros tempos** põem a si próprias a questão de desistir, de regressar a casa. As separações e as saudades da família, dos amigos e da terra pesam. Algumas regressam a Portugal, fazem uma reavaliação e decidem partir de novo. Inicia-se, depois desta segunda entrada em Inglaterra, o longo período de adaptação, esforço que passa a ser uma constante em cada percurso de vida.

O confronto com uma cultura diferente e a necessidade de adaptação da vida pessoal e familiar às novas condições de trabalho, alojamento, isolamento, criação e educação das crianças têm custos elevados na saúde dos intervenientes do processo migratório, principalmente na das mulheres e das mães sobre as quais recai tradicionalmente a responsabilidade pelo bem estar da família. Com o tempo e o progresso no processo de

adaptação, as dificuldades com trabalho, alojamento, solidão, língua e saúde vão sendo atenuadas.

### **A Reconstrução do Dia a Dia**

Quem emigra transplanta-se, durante um determinado período ou por toda a vida, para um ambiente que não é familiar. A mudança obriga a mulher à superação de um grande número de dificuldades e pode provocar alterações psico-sociais. A emigrante desempenha frequentemente papéis profissionais diferentes dos que tinha no país de origem. Em Inglaterra não é difícil encontrar emprego fazendo trabalhos domésticos e, embora mal pagos, muitas portuguesas recorrem a eles. As mulheres entrevistadas toleram o isolamento e os aspectos negativos do seu trabalho no país receptor, por vezes com sobrecarga de vários empregos e multiplicidade de horas, porque têm em mente conseguir realizar os objectivos económicos que se propuseram atingir e que beneficiam a família, principalmente os filhos. No entanto, as crianças, a par de poderem no futuro beneficiar economicamente, podem no presente tornar-se vítimas, nomeadamente no aspecto educativo. Não é raro, por exemplo, crianças e adolescentes faltarem às aulas de Língua e Cultura Portuguesa organizadas pela Coordenação de Ensino de Português a partir do fecho da escola inglesa, porque acompanham e ajudam as mães nas limpezas dos escritórios. Nesses casos, os filhos deixam de ser os beneficiários dos objectivos económicos familiares, para serem prejudicados por eles. Acrescente-se que a situação de sobrecarga e de sacrifício tende a reproduzir-se mais nas raparigas.

Para além do trabalho, as mulheres procuram reconstruir a sua vida através do reagrupamento familiar ou da criação de uma nova unidade familiar. A procura de um espaço físico - a casa - e de uma rotina, são elementos importantes nessa reestruturação. O espírito de luta, de iniciativa e até de aventura das entrevistadas é patente na continuada procura de ocupações em que progridam e se sintam realizadas.

O isolamento que sofreram, a distância a que ficaram das relações significativas, a quebra de relacionamentos, toda a perturbação da emigração e de um recomeço de vida num país estrangeiro foi, nalguns casos, contrabalançada por aspectos positivos relacionados com o trabalho: encontraram novos relacionamentos, aprenderam novas habilidades/capacidades, evoluíram, resolveram sozinhas situações difíceis, ficaram mais independentes economicamente.

### **A Língua**

A mudança para Inglaterra implica a coexistência diária com uma realidade linguística forte e omnipresente que é total ou parcialmente estranha à imigrante e que a separa do novo mundo exterior. A princípio, a língua é entendida com uma barreira que inferioriza a imigrante e constri as suas possibilidades de sucesso. O desconhecimento do inglês limita muitas mulheres ao desempenho de trabalhos manuais e reduz as possibilidades de informação sobre os seus direitos no novo meio; isola-as e dificulta o surgimento de novas relações; coloca as imigrantes numa situação vulnerável de dependência de um mediador.

A **aprendizagem do inglês**, ou o aperfeiçoamento do seu domínio, são efectuados por quase todas as entrevistadas através de todos os meios de que dispõem, inclusive os próprios filhos que frequentam a escolaridade inglesa. A análise das narrativas revelou que as mulheres que fizeram maior uso da língua inglesa, deixando-se permear e utilizando possibilidades educativas da cultura receptora, evoluíram melhor profissionalmente e

adquiriram maior auto-confiança e satisfação.

O esforço de aprendizagem do inglês tem, em contrapartida, um esforço igualmente forte de **manutenção da língua materna**. Procura-se a todo o custo manter em casa, entre os filhos, a comunicação em língua portuguesa como um meio de assegurar a continuidade do contacto com a família alargada e os amigos em Portugal e de prevenir dificuldades de readaptação na altura do regresso. A comunicação em português é encarada como o elemento mais forte na manutenção da identidade cultural. Todas as entrevistadas com filhos afirmaram ter-lhes ensinado português.

No entanto, a manutenção da língua materna, mesmo quando encarada como uma mais valia, foi particularmente difícil de assegurar quando o pai não era português. Ela deixou também de existir nas crianças da terceira geração, mesmo quando os pais, lusodescendentes, eram ainda falantes de português.

A preocupação com a manutenção e a transmissão da língua materna não é geral entre as famílias portuguesas em Inglaterra. O seu abandono por parte de certas famílias parece dever-se à preocupação de inserção na cultura receptora e a um desejo de progressivo distanciamento da cultura de origem.

### **A Educação**

Dez de entre as dezassete participantes continuaram a investir na sua educação depois de emigrar. Em Inglaterra frequentaram cursos profissionais e outros que lhes aumentaram a possibilidade de emprego e de realização pessoal. Dada a existência no RU, mesmo em cidades pequenas, de escolas nocturnas comunitárias para adultos com oferta diversificada de cursos, a possibilidade de frequência dos mesmos depende da escolha e persistência das mulheres, do modo como organizam a vida familiar e da ajuda prestada pelos companheiros.

As mulheres que, por dificuldades socio-económicas, não conseguiram em Portugal realizar as suas potencialidades no campo educativo, exercem todos os esforços para que o seu caso não se repita na vida dos filhos, acompanhando-os e estimulando-os de todas as formas que as suas vidas de trabalho possibilitam. A esse facto não é alheia uma boa representação de escola. A pesquisa permitiu concluir que a relação das participantes com a sua própria evolução educativa e com a intensidade do apoio conferido à escolaridade dos filhos variou em função da representação de escola que possuíam.

O acompanhamento quotidiano da educação das crianças é, na maior parte das famílias portuguesas, assegurado pela mãe.

### **A Identidade Cultural**

Quando as mulheres portuguesas se referem à **comunidade portuguesa em Inglaterra**, põem geralmente em causa dois aspectos: o modo como as pessoas se comportam umas em relação às outras dentro desse grupo e a imagem que dão para fora à categoria de 'ser português'. As entrevistadas falam sobretudo em termos de valores humanos e de ética. Em relação a si próprias, algumas assumem a identidade com orgulho, identificando-se com características que descrevem como portuguesas. Outras sentem-se divididas e, embora assumindo as suas raízes, sentem-se desgostosas com características negativas que observam nos outros portugueses e com aspectos generalizados do comportamento da comunidade relativos a uma certa obsessão económica e material e um desleixo quanto a outros valores.

O facto de se ser identificado pelos outros como pertencendo a uma determinada

comunidade, reforça o sentido de pertença do sujeito a essa comunidade. No entanto, essa identificação pode provocar algum sofrimento. Pertence-se a uma 'minorias étnica' (como vulgarmente são chamadas as comunidades estrangeiras em Inglaterra) e vive-se o confronto constante com a representação muito mais forte da cultura da sociedade receptora. Sente-se, conseqüentemente, a necessidade de estabelecer alguma forma de equilíbrio, a fim de que a nossa identidade não seja 'ameaçada'. Deste modo, tendo assumido afectivamente a sua diferença e a sua identidade portuguesa em Inglaterra, algumas entrevistadas procuram encontrar motivos que enalteçam essa diferença. Sempre que a representação da nossa cultura através de pessoas, de acontecimentos ou de instituições não é enalticada, sempre que não se acrescenta dignidade a essa representação, sofre-se. Desde o contentamento sentido quando um atleta ou uma equipa ganham numa competição internacional, até à frustração sempre que uma instituição portuguesa não cumpre ou fica inferiorizada numa situação de comparação com instituições inglesas ou de outros países, esses factos provocam reacções acaloradas de exaltação ou de desgosto.

As portuguesas entrevistadas não consideram a identidade cultural como algo exterior a si próprias. Nos seus discursos, a identidade cultural aparece como algo de concreto, que é sentido como parte da definição e da estrutura individual e que ocupa uma posição necessária a uma espécie de equilíbrio de forças de quem vive no confronto diário de culturas. No estrangeiro, procura-se um apoio de afirmação porque se está em minoria.

### **A Identidade como Mulher**

O facto de ser possível definir, em parte, o papel social da mulher portuguesa dentro de casa, como boa dona de casa ou como mãe dedicada, parece ter facilitado a sua adaptação a um país diferente, sem pôr em questão a sua identidade e a sua auto-estima.

Depois das provas por que passaram, depois da luta pelo trabalho, pela realização pessoal, pela educação dos filhos e pela sua adaptação à mudança, sentem-se mais fortes. A auto-confiança e o nível de satisfação com a vida saem aumentados das situações difíceis, da experiência da solidão e das lutas que travam num país estranho.

O balanço positivo que as mulheres fazem da sua decisão de emigrar é também uma consequência da libertação dos ambientes restritivos em que algumas viviam em Portugal. Na cultura inglesa, as assimetrias do relacionamento homem/mulher não são tão marcadas como em Portugal, razão pela qual as portuguesas, quer de classe trabalhadora, quer de classe média, se sentiram geralmente mais libertas dentro da sociedade de acolhimento. Ao balanço positivo que fazem do seu percurso e da situação presente, não é alheio, nas entrevistadas que mais se deixaram permear pelas trocas culturais, a valorização e algum poder conferido à mulher pela sociedade inglesa.

O processo de emigração quase se transforma num processo de aprendizagem de si próprias, de auto-construção e de auto-valorização. A mudança, a emigração para Inglaterra, é vista por todas de forma positiva; não há, na recolha feita, um único discurso derrotista ou pessimista.

### **Regresso**

As dificuldades socio-económicas sentidas pelas entrevistadas, quando encaram o regresso a Portugal, são semelhantes às motivações que as levaram a emigrar e relacionam-se com o trabalho, com a remuneração e com as possibilidades limitadas de realização pessoal. O reagrupamento familiar em Portugal parece difícil de concretizar para aquelas cujos filhos estão socio-economicamente bem estabelecidos em Inglaterra. Daí que cerca de metade

das mulheres entrevistadas afirmou optar por **não regressar**. Uma vez feita a adaptação à nova sociedade, com sacrifícios e sofrimentos inerentes, a vida no país receptor é hoje satisfatória e estas mulheres não anseiam por outra partida e outro processo de adaptação.

Quem afirma querer **regressar**, encara Portugal como o país onde planeia viver os anos da reforma. Reconhece que em Portugal estão a família, os amigos, o sol e o mar, a segurança física dos meios pequenos, mas também a insegurança económica e a incerteza de arranjar trabalho. Daí que pensem voltar depois dos cinquenta anos com casa feita e um rendimento seguro. A adaptação dos filhos a Portugal é outra preocupação.

As mulheres que estão em Inglaterra há menos tempo e não completaram ainda o seu processo de adaptação, encaram o regresso como mais desejável e mais próximo no tempo.

## A Concluir

Muitas das experiências do processo migratório abordadas pelas entrevistadas (o choque da chegada, a barreira da língua inglesa, a solidão...) são certamente partilhadas pelos homens. Porém, a forma como estas mulheres lidaram com essas experiências não pode ser generalizada. A sua identidade como mulheres permeou os projectos de vida e afirmou-se nas práticas diárias e no modo como descreveram as suas trajectórias de adaptação e de mudança:

[Aprendi a]...

" ser mais independente"

"ir ao encontro daquilo que eu sou"

"gostar mais de mim"

"como viver sozinha, como cozinhar, como cuidar da criança"

" começar uma vida nova"

" ser como sou"

" ser eu mesma"

" enriquecer-me pessoalmente, a não dar tanto valor ao dinheiro"

"a viver a vida"

" dar valor aos meus filhos, a dar valor aos meus pais, a dar valor ao meu país, a dar valor a mim própria... soube que conseguia".

## Referências

- Abreu, G. de (2003). *O desenvolvimento da identidade cultural em estudantes portugueses em Inglaterra*. Encontro Internacional sobre Educação, políticas educativas e multiculturalismo, 27-28 Junho, Instituto Jean Piaget, Macedo de Cavaleiros, Portugal.
- Abreu, G. de, Cline, T. e Lambert, H. (Eds.) (2003 - in press). *The Education of Portuguese Children in Britain: Insights from research and practice in England and overseas*. Department of Psychology, University of Luton.
- Abreu, G. de e Lambert, H. (2003 - in press). *Portuguese children in British Schools: England and Channel Islands*. Final Report. Department of Psychology, University of Luton
- Atkinson, R. (1998). *The life story interview*. London: Sage
- Estrela, M. A. (2003). *As Mulheres na Comunidade Portuguesa Emigrante do Reino Unido: Trajectórias de Vida*. Relatório submetido ao Departamento de Educação Básica, Portugal
- Nogueira, M.J. e Porteous, D. (2003). The socio-cultural characteristics and needs of a Portuguese community in South London. Em Abreu, G. de, Cline, T. e Lambert, H. (Eds.). *The Education of Portuguese Children in Britain: Insights from research and practice in England and overseas*. Department of Psychology, University of Luton.



---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado num projecto de investigação realizado durante uma licença sabática concedida pelo Ministério da Educação. O projecto foi desenvolvido no "Centre for Psychology & Culture, University of Luton, England" em colaboração com a Dr Guida de Abreu.

A pesquisa beneficiou do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Ao Director das Relações Culturais Anglo-Portuguesas, Dr Miguel Santos, exprimimos os nossos agradecimentos.

# A DANÇA DA VIDA: HISTÓRIA DE UMA IMIGRANTE EM QUADRAS

*Ilda Januário*

*OISE, University of Toronto, Canada*

Este trabalho é uma curta análise das temáticas tratadas no manuscrito do livro "A Dança da vida", em vias de publicação. Esta obra é sobre Ester Fernandes, uma mulher imigrante que conta a sua vida e anseios, em forma de quadras. Tentar-se-á ligar os dois polos de análise sobre a mulher imigrante: o micro-cosmo da introspecção e escrita pessoais com o macro-cosmo da análise socio-antropológica

## **Introdução**

Nas nossas inúmeras comunidades de imigrantes, abundam obras de poetas populares. Na livraria portuguesa de Montreal contei sete autores de livros de poesia; numa livraria portuguesa em Toronto, contei o dobro, sendo a quadra a forma mais escolhida por esses autores. Alguns dos poetas populares escolhem para assunto da sua poesia as suas próprias histórias de vida. Como contar essas histórias e rimar ao mesmo tempo, evitando a rima "feita a martelo"? Eis um dos grandes dilemas daqueles que escrevem em verso.

O manuscrito A Dança da Vida, que me proponho analisar, escrito por Ester Fernandes, é um exemplo significativo de uma dessas histórias de vida, escrita maioritariamente em quadras. A minha formação como antropóloga leva-me a fazer uma análise e a reflectir sobre o valor deste tipo de publicação numa voz feminina, rara ainda nas nossas comunidades de lusocanadianos.

Os textos de várias mulheres cujos manuscritos tenho vindo a rever nos últimos anos, para além de revelarem poetas populares e prosistas merecedoras de serem publicadas, revelam também uma escrita feminina que constitui um repositório etnológico valioso que complementa, a meu ver, as obras de teor sócio-antropológico mais relevantes que utilizei como pano de fundo para esta comunicação. São elas, o livro de João De Pina-Cabral (1989) sobre o Alto Minho e o livro de Edite Noivo (1997) sobre as famílias portuguesas no Canadá. É importante dar a voz e a vez, no papel e no prelo, a estas mulheres imigrantes, trazendo a público o seu testemunho.

## **Vida em Portugal**

Após a leitura atenta e análise cuidada da obra de Pina-Cabral, entendi muito melhor o que li na Dança da Vida, manuscrito de Ester Fernandes, relativamente à relação entre o ano agrícola e as festividades descritas no livro. Ester descreve implicitamente todo este ciclo, dando especial importância ao Natal, à Páscoa e às vindimas e colheitas. Da sua vida em Portugal, tal como a descreve Ester, ressalta a coragem e o carácter agreste da mãe, às voltas com sete filhos e o marido imigrado sazonalmente, o que contrasta com a sensibilidade de Ester como criança e jovem.

Minha mãe, minhas irmãs  
Não tinham tempo p'ra mim  
Eu chorava sempre tanto,  
Chorava sempre sem fim.  
(...)  
Meu pai era carpinteiro  
Ser camponês detestava.  
Passava meses nos estrangeiro  
Mas pouco amealhava.

A mãe poupava demais  
Para amealhá-lo todo  
E comprar propriedades,  
Era o hábito do povo.

(...)  
E na luta sempre em frente,  
Como dois heróis anónimos,  
Prosseguiram os meus pais  
Sob tempos económicos.

Como filha mais nova, a Ester coube tomar conta dos rapazes que foram nascendo ao casal e, mais tarde, trabalhar nas terras com suas irmãs. Os rapazes, todos nascidos depois de Ester, aprenderam "uma arte" na França. Ester diz-nos que era mais frequente, mesmo em Portugal, os homens da casa terem um ofício, serem assalariados ou estudarem, enquanto que as mulheres trabalhavam como "mouras" nos campos e casa:

Nós raparigas precisas,  
Nas funções a trabalhar.  
Os irmãos com o direito  
De escolher a ir estudar.

Porque a mentalidade  
Era o povo assim dizer,  
Que o homem precisava  
A sua esposa manter.

Ester fala-nos também da alta taxa de natalidade que era instigada pela religião. Diz-nos, por exemplo, que na altura das novenas que tinham lugar duas ou três vezes por ano, as confissões eram o lugar privilegiado para doutrinar as mulheres para o descontrolo dos nascimentos. Os filhos nasciam em casa, sem assistência, tirando a da vizinha que tinha jeito para cortar o cordão umbilical.

Esta situação contribuía para que Ester tivesse que tomar conta dos rapazes que foram nascendo, desde os seis anos de idade, levando a situações com todos os perigos inerentes à tenra idade da "baby-sitter" e que ela descreve nos poemas, "Criança guarda criança", "Embalei o mano", "Outro acidente". Diz ela a propósito do padre que confessava sua mãe:

Quem gostaria de falar  
Era eu com o sujeito,  
Porque fui prejudicada,  
E muito, a este respeito.

Não tinha ainda sete anos,  
Olhei pelo meu irmão,  
Além de ser solitário  
Foi ainda frustração.

Ester também tinha seu cargo a lida da casa e a guarda do gado e dos rebanhos, por montes e vales. A excessiva responsabilidade, a solidão e o medo constituíram uma fonte de experiências que são muito marcantes na primeira parte do livro que conta a sua vida entre seis e os dezassete anos. A violência exercida contra as crianças, ou presenciada por elas, também marca este período, como por exemplo nos poemas "Primeiro dia de escola", "A Carroichinha", "A mendiga" e a "A matança do porco".

A professora adorava  
Ensinar com euforia.  
Se a aluna vagarosa,  
Bastava a pancadaria.

Espancava exagerado  
A ponto de fazer sangrar,  
Batendo por todo lado  
Com gana de as matar.

São descritos até momentos de genuíno terror, como quando dois dos bois que guardava quase se afogaram e ela os tentou salvar; ou quando escorraçou um lobo que lhe atacou o gado e o rebanho a seu cuidado. Curiosamente, neste poema, "A aparição do lobo", a autora faz a associação implícita que o antropólogo Pina Cabral também fez sobre o som do sino da igreja nos campos como demarcando os limites entre a paisagem dominada pelo ser humano e a dominada pelo lobo, símbolo popular do diabo. Uma verdadeira história do "capuchinho vermelho" em que não surge nenhum bom caçador para lhe acudir.

Os momentos bons também fazem parte da descrição. As quadras contando como eram feitas as bonequinhas de trapos são de uma ternura extraordinária, ou as sessões de mirar as estrelas da soleira da porta, as festas do Natal e da Páscoa, o aprender a andar de bicicleta, e muitos outros assuntos.

Que nos diz Pina-Cabral sobre o Alto Minho relativamente aos tópicos tratados pela autora do manuscrito? Ele escreveu sobre o distrito da Ponta da Barca, vizinho do de Viana do Castelo, donde a Ester é originária. As remessas dos imigrantes fizeram com que os preços da terra subissem porque os emigrantes tinham posses para a comprar. Foi esse o caso dos pais da Ester. O nível de vida nas zonas rurais melhorou muito, o que levou a um esbatimento das diferenças entre os três estratos tradicionais: os jornaleiros sem terra, os caseiros / rendeiros que arrendavam terra e os lavradores que a possuíam, embora a agricultura continuasse a ser uma actividade pouco compensadora. Os pais de Ester complementavam a agricultura não só com os rendimentos da emigração anual mas

também com os da exploração caseira do estanho, numa "lavaria" que dava emprego a jovens, e é descrita com sentido de humor e de tragédia nos poemas "Minar o poço" e "Acidente no trabalho".

Como resultado da imigração, diz-nos também Pina-Cabral, as famílias em Portugal ficavam dependentes de mercadorias compradas e do trabalho assalariado dos membros da família. No poema "Viajar de comboio", são particularmente interessantes as razões dadas por Ester para querer imigrar para a França e o distúrbio causado na divisão do trabalho agrícola pela imigração.

Completei dezoito anos,  
O trabalho aumentava.  
E sob a lida constante  
Meu futuro não brilhava.

No campo de sol a sol  
Sucumbida pela lavoura,  
Na qual cada vez mais  
Trabalhava como moura.

Ora cresceu-me o desejo  
Dia após dia mais ainda,  
Pela resolução tomada  
Por minha mana Carminda.

Divulgou-nos a notícia  
De resolver casamento;  
Essa ideia atormentou  
Deveras meu pensamento.

Pois eu ficaria só  
E no trabalho afogada.  
E só pensar na ideia  
Deixava-me apavorada!

(...)  
Desejava trabalhar  
A troco de ordenado,  
Não só pelo vestuário  
Ou a troco de telhado.

Na história de Ester e na análise de Pina-Cabral, tratam-se os temas namoro e casamento. Os jovens conheciam-se numa festa, feira ou adro da igreja ao domingo; depois duma fase de namoro marcada pela "conversa", o casamento religioso era imprescindível. Após o casamento, muitos jovens fixavam residência em casa dos pais da noiva - a tendência à uxorilocalidade - sendo as raparigas mais ligadas à terra, o que lhes facilitava também o casamento, embora a imigração tornasse possível a neolocalidade, ou seja a residência própria.

Ester conheceu Sérgio numa festa e, numa semana, ficou encetado um namoro de três anos, quase todo por carta. O namorado residiu com a mãe de Ester mais tarde, enquanto ela vivia em França, dos dezoito até quase aos vinte e um anos de idade. Em França, dois temas sobressaem - a questão do trabalho, o bom e o mau, e as amizades. Foi em geral um tempo feliz em que a amizade com a patroa e família desta contribui para o seu desenvolvimento pessoal, experiência não rara, tal como nos relata Maria Engrácia Leandro (1998) sobre as emigrantes portuguesas em França. Ester voltou para Portugal para casar mas, tendo-se tornado mais madura e sofisticada, deu-se conta da realidade:

Claro que o amor ausente  
É sempre o mais desejado.  
Conhecendo-se mutuamente  
Fica-se a ver o outro lado.  
(...)  
O Sérgio ficou machista  
Porque as minhas opiniões  
Para ele não contavam  
Para as suas decisões.

Irritou-me a descoberta  
Dele ele ser controlador.  
E de me casar com ele  
Comecei a ter pavor.

(...)  
Insisti romper com ele,  
Pôr termo ao casamento,  
Mas interveio minha mãe  
Para maior apoquento.

(...)  
[A mãe] acrescentou  
Com autoridade de macho:  
"Que três anos de namoro  
Não iriam água abaixo".

Apesar de uma nova consciencialização dos seus direitos de mulher mas pressionada pela família, Ester casou-se aos vinte e um anos e foi viver para Viana onde a máquina familiar também ditou a economia do novo casal na forma duma parceria que não durou, dividiu a família e forçou Ester a ver nascer os seus filhos sem o apoio da mãe, das irmãs e das amigas que deixara na aldeia. Ester e o marido marceneiro montam um negócio precário de mobílias.

A sós seguimos em frente  
Com uma casa de móveis,  
Sem possuímos capital,  
Riquezas ou automóveis.

Temas dominantes nesta fase da sua história são: o trabalho que não permite economias, o nascimento dos filhos - três em quatro anos - e a sua grande solidão. A incessante labuta e sentimentos de solidão eram apenas aliviadas pelos domingos passados em família.

Entre os laços de família  
Pelos filhos rodeada,  
Caminhando para a praia  
Era mãe e esposa amada.

(...)

Não desejava companhias  
Nem reuniões sociais,  
Só a dos seres queridos  
Nos laços matrimoniais.

Sobre este assunto das relações sociais no Alto Minho, diz-nos Pina-Cabral que a amizade é vista como uma característica positiva que todos devem desenvolver. Contudo, a amizade feminina depois do casamento passa a ser classificada de "má língua do mulherio", enquanto que as amizades masculinas são encorajadas como uma forma de cooperação imprescindível para os próprios homens e as suas casas, dada a ausência de qualquer outra forma de cooperação institucionalizada ao nível da freguesia. As amizades entre os homens são desenvolvidas em parte durante o tempo passado na taberna.

Eu acrescentaria que se espera que a mulher passe a dedicar a sua amizade ao marido, mãe e irmãos. Notei essa tensão no manuscrito A Dança da Vida. Portanto, quando deflagram conflitos familiares e matrimoniais, instala-se na vida de Ester um enorme vazio, quase como nos tempos de criança, apenas preenchido, em parte, pelos filhos.

### **Imigração para o Canadá**

O trabalho por conta própria, sem infra-estruturas sólidas (sem capital, em instalações alugadas), não permite ao jovem casal nem economias nem nenhum tempo livre. Edite Noivo alerta-nos para o facto que a neolocalidade do novo casal, que precede a imigração, é muito frágil.

O forte fluxo migratório em Portugal continuou até 1974-1976 quando países como o Canadá começaram a fechar as suas portas. A família de que falamos imigrou em 1972, no auge do fluxo, patrocinada pela família do marido.

Como tão bem o descreve Noivo, os familiares no Canadá muitas vezes não se mostram prestáveis a dar apoio aos recém-chegados e isso altera a dinâmica familiar. O isolamento, a falta de ajuda e a adaptação difícil, são obstáculos enfrentados geralmente pela primeira geração. A desqualificação profissional leva a que o marido de Ester troque a "arte" de marceneiro pela de servente de pedreiro na construção e, mais tarde, pela de carpinteiro.

Caminhávamos em frente,  
Sonhando melhor agenda,  
Fazendo economias,  
Vivendo em casas de renda.

Ester, pelo seu lado, porque se recusa a dar os três filhos a guardar, volta a ser governanta, como em França, numa casa que lhe permite levar os filhos para brincarem e passarem o tempo com os quatro filhos dos patrões. A seu cargo tem também, a limpeza da casa. Trabalha muito e quase perde um filho na piscina dos patrões. Contudo, não é o trabalho a experiência mais marcante da vida de Ester no Canadá. Será o nascimento de uma segunda filha, nascimento esse que precede em alguns anos a tragédia máxima da sua vida e da vida de qualquer mulher - a morte de uma filha, com leucemia, aos nove anos de idade. Uma outra tragédia da sua vida irá ser o agravamento da situação matrimonial, que leva a anos de má vivência e à eventual separação. No poema "Morte num lar", ela diz:

Agredidos pela desgraça  
Que nos veio atravessar,  
Começou a haver início  
De quebra do nosso lar.

Vivíamos o dia a dia  
Gravemente deprimidos,  
Procurando o mais possível  
A presença dos amigos.

Se meu marido até aqui  
Tinha sido impertinente,  
Desde então para diante  
Tornou-se mais exigente.

Faltou-me a paciência  
Alterada pelo sofrimento,  
Comecei a responder-lhe  
Na reacção do momento.

Achava não merecer  
Ameaças de pancada.  
Vivi assim vários anos,  
No entanto revoltada.

Meu marido acabou  
Por dedicar-se à bebida,  
Arrogante e violento,  
Pela incógnita da vida.

Recorrera ao conforto  
Do hábito da bebida,  
Eu recorri ao conforto  
E ao consolo da comida.

Portanto fiquei gorda  
Não afectada do juízo,  
Enquanto que a bebida  
A ele causa prejuízo.



Não adquiriu do álcool  
Nenhuma compensação.  
Caiu antes nas garras  
De uma forte depressão.

Foi com grande interesse que li, no livro da socióloga Edite Noivo, muitos dos resultados da sua pesquisa doutoral que confirmam o testemunho de Ester. Noivo verificou que as mulheres imigrantes exprimem muitas queixas contra os maridos que se resumem no seguinte: falta de independência para si próprias, demasiada dependência socio-económica da parte dos maridos e o vício do alcoolismo. Entrevistando os homens, Noivo deu-se conta que eles não se queixam tanto mas confirmaram a dependência no álcool, de que abusam praticamente todos os serões. Contudo, nenhum deles admitia constituir o alcoolismo um problema para si próprios ou para a família, ou pensava encontrar soluções para ele. Para além da dependência dos maridos, as mulheres ressentiam-se com a sua falta de comunicação e de capacidade para intimidade. Paradoxalmente, esta carência não constitui o tema principal das discussões entre marido e mulher, mas sim o dinheiro. Quando os homens se reformam, a situação tende a piorar, dado que se tornam mais dependentes, vigiam as mulheres sem as ajudar, e tendem a beber mais. Noivo diz também que, em muitos casos, os homens sofrem de falta de auto-estima, o que os leva a dominar e a controlar a família. E que, devido a estas situações, as mulheres tornam-se, por seu lado, mais dependentes das relações com os filhos.

O caso de Ester ilustra perfeitamente esta situação, como exemplifica ainda o mesmo poema:

Houve no meu casamento  
Desfeitas bem horrorosas.  
Acabaram-se as carícias  
Ou afeições amorosas.

Prosseguia controlador  
Sobre a questão do dinheiro.  
Afligiu-me diversas vezes  
O problema financeiro.

Não me dava o direito  
Tocar na conta bancária.  
Recorri ao meu trabalho  
Para a despesa necessária.

A situação agudiza-se com a morte do sogro de Ester, morte essa que lança o marido no desespero. Tal como durante a sua vida em França, a amizade feminina torna-se muito importante, sendo a par do relacionamento com seus filhos, o apoio afectivo da sua vida de imigrante.

## Conclusão

Incluo duas quadras do epílogo da história de Ester:

Hoje a Ester verdadeira  
Quase ninguém a conhece.  
Por detrás do meu sorriso  
A tristeza não desfalece.

Sou aquela que um dia  
Junta à família imigrou,  
E que por vezes comeu  
Pão que o diabo amassou.

Com a inclusão deste contributo sobre a história em verso de Ester Fernandes, ficamos todos, a partir de hoje a conhecer um pouco da verdadeira Ester e, tal como disse à própria, espero que venha a publicar o manuscrito pois muitas mulheres imigrantes se vão identificar com a sua luta. Ao ler o seu livro, tomarão alento e coragem por saber que a sua odisseia no estrangeiro e o preço que pagaram não foi excepção ou anomalia, e é realmente muito elevado em termos humanos. A publicação e divulgação das histórias de mulheres como Ester tem, por essa razão, um valor indiscutível. A inclusão deste tipo de comunicação num Congresso académico e destinado a um público universitário, mas também ao público em geral, permitirá que estas obras se publiquem com mais qualidade e que se facilite a "superfície de contacto" entre o microcosmo da escrita popular e o macrocosmo da investigação universitária.

## Bibliografia

- Leandro, M. E. (1998). *As mulheres portuguesas perante os projectos de emigração e os processos de (re)inserção social*. Conferência promovida pela "Mulher Imigrante", Associação de estudo, cooperação e solidariedade. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, L.da.
- Noivo E. (1997). *Inside Ethnic Families. Three Generations of Portuguese-Canadians*. Montreal: McGill-Queen's University Press.
- De Pina-Cabral, J. (1989). *Filhos de Adão, Filhas de Eva, a visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Fernandes, E. (2005 - in press). *A Dança da vida: História de uma imigrante em quadras*

# COLECTÂNEA: A MULHER NOS AÇORES E NAS COMUNIDADES<sup>1</sup>

*Rosa Maria Neves Simas*  
*Universidade dos Açores, Portugal*

Sinto um enorme prazer e muita satisfação por estar aqui a participar na 1ª Conferência que se realiza na América do Norte sobre a temática da mulher imigrante portuguesa. Bem haja à Comissão Organizadora e à Universidade de Toronto pela realização desta feliz iniciativa. Para orientar as minhas palavras nesta altura, não resisto à tentação de pegar na bonita frase que serve de mote a este evento - "A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa" - e vou focar especialmente as palavras "vez" e "voz," dois pequenos vocábulos, de uma sílaba cada, que são riquíssimos em significado.

Ao longo dos anos, todos nós temos assistido a transformações profundas que têm afectado a situação da Mulher na sociedade contemporânea, e designadamente no mundo Ocidental em que vivemos. Em certos meios, muita atenção tem sido dada aos Estudos do Género e à escrita sobre a Mulher. Tal tem sido o impacto desta realidade, que nós, ao vivermos a transição do século XX para o século XXI, chegamos a ouvir pessoas, como Victória Camps, designar o século XXI como "El Siglo de las Mujeres," o título original da sua obra de 1998, traduzida para o português em 2001 pela Editorial Presença.

Toda esta dinâmica social gerada à volta da Mulher, pode levar-nos a deduzir que, depois de séculos dominados pelo protagonismo do Homem, chegou a "vez" da Mulher também ver o seu estatuto confirmado pela sociedade. As alterações e as conquistas têm sido muitas, claro está - mas estamos todos cientes de que ainda há muito mais a fazer, e, falta muito para podermos afirmar que, com o século XXI, chegou, efectivamente, a "vez" da mulher. Mas acho que todos temos testemunhado que, finalmente, chegou a "vez" dos assuntos que dizem respeito à Mulher também merecerem atenção e respeito, e que chegou a "vez" da "voz" da Mulher, também, ser ouvida.

É com muito gosto que estou aqui, no início do século XXI, neste ano de 2003, para apresentar a antologia *A Mulher nos Açores e nas Comunidades / Women in the Azores and the Immigrant Communities*, uma colectânea de "vozes" a falar da Mulher no contexto dos Açores e das nossas comunidades imigrantes, "vozes" que traçam um perfil da mulher inacabado e imperfeito, como a capa tão eloquentemente retracta. Quando me perguntam como esta colectânea surgiu, tenho de referir a minha experiência pessoal, que, muito naturalmente, me levou a abraçar este projecto. Sou mulher, com muito gosto - e com alguns desgostos pelo meio, como não podia deixar de ser. Nasci nos Açores, mais precisamente na Ilha do Pico, e emigrei para os Estados Unidos, levada pela mão dos meus pais, pois tinha eu apenas dois anos quando o meu mundo deu essa volta de 180 graus, para o outro lado do mar e da terra.

Ora, ao ouvir falar, durante este ano de 2003, nas comemorações dos 50 anos da chegada ao Canadá dos primeiros emigrantes portugueses, oriundos dos Açores, tenho de confessar que sinto a velhice a espreitar-me cada vez mais de perto! Pois foi também em 1953 que chegou a minha "vez" de emigrar dos Açores - mas no meu caso foi para aquela parcela muito especial dos Estados Unidos, que tem por nome Califórnia. É verdade, já passaram 50 anos desde que o Pico e a Califórnia se uniram e fizeram de mim emigrante! E, para cúmulo dos cúmulos, a minha "vez" chegou ainda antes dos pioneiros agora lembrados,

pois estes desembarcaram no Canadá em Maio de 1953, depois de nós termos chegado aos Estados Unidos em Abril desse mesmo ano!

Esta coincidência dói um pouco, como podem perceber, mas fico mais feliz, com a coincidência de este ano de 2003 ter sido, também, a altura em que chegou a "vez" desta publicação se tornar realidade, 50 anos depois de me ter tornado emigrante, e 16 anos depois de eu ter escolhido voltar aos Açores, para viver e leccionar na Universidade dos Açores. Foi depois deste regresso às origens que este projecto começou a tomar uma forma concreta no verão de 2001, altura em que eu, como Coordenadora para a Cooperação da UA com os EUA e, em conjunto com uma organização de mulheres da Costa Leste, organizei um Encontro para reflectir assuntos ligados à situação da Mulher nos Açores e nas Comunidades daquela zona.

Todavia, quando peguei de novo neste projecto no princípio deste ano de 2003, nunca pensei que ele atingisse esta dimensão. Tinha apenas cinco dos trabalhos apresentados no Encontro. Comecei a fazer contactos e a pensar num livro. Mas, ao alargar os contactos para incluir uma variedade de ilhas do arquipélago açórico e as Comunidades da Califórnia e Canadá, o desafio foi crescendo, os ânimos foram aquecendo e as "vozes" foram-se multiplicando, o que me levou logo a perceber que esta publicação teria a sua própria dinâmica, e que a mim me cabia o papel de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Depois, qual não foi a minha surpresa quando todas essas pessoas contactadas acabaram por assumir o seu compromisso, mandando de facto os seus trabalhos - e num muito curto espaço de tempo! - o que não posso deixar de interpretar como um sinal claro e evidente de que há muito para dizer neste campo. Ao todo, tinham-me chegado 60 artigos, muito variados e muito interessantes, alguns com lindas imagens e fotografias a cores, 60 trabalhos dando "voz" à situação da Mulher no contexto dos Açores e também transplantada / enraizada no seio das várias comunidades de luso-descendentes na América do Norte.

Foi então que eu e os senhores da editora EGA (Empresa Gráfica Açoreana), o Sr. Valentim, Roberto e Emanuel, percebemos que já não podíamos pensar em um só livro, mas sim nos quatro volumes que apresentados aqui, hoje: Vol. I - A Mulher e a Sociedade, com um lindo prefácio da Dr<sup>a</sup> Alzira Silva e 12 artigos; Vol. II - A Mulher nas Artes, Tradições e Media, também com 12 artigos; Vol. III - A Mulher e a Educação (10 artigos) e Educação Especial (7 artigos); e Vol. IV - dedicado a Assuntos Legais (9 artigos) e Saúde (10 artigos).

Feita esta divisão, ainda pensei se devia apresentar cada volume por sua vez, separadamente. Mas, logo de seguida, assumi a unidade que acho estar subjacente a toda esta diversidade, e apresento esta publicação como um todo - que poderá ser alargado no futuro, se as coisas assim se encaminharem - mas que já possui uma unidade intrínseca. Isto é, os artigos são muito diversificados, como já mencionei, e vão desde trabalhos científicos e estudos objectivos, com muita informação concreta e estatísticas, quadros, e gráficos, a testemunhos subjectivos e muito pessoais de experiências de vida que acabam por nos tocar cá fundo. Todavia, dentro desta enorme diversidade, existe uma unidade que faz desta publicação um todo, porque temáticas, imagens, conceitos, acabam por aparecer e reaparecer num volume e noutro, por vezes quando menos se espera: a tomada de consciência da mulher no mundo; a importância da educação e da formação; o desafio da criatividade e da procura de identidade e raízes culturais; a violência doméstica e a sobrecarga de trabalho; as relações entre gerações etc., etc. Como fios introduzidos numa tela que acabam por formar um desenho, estas temáticas acabam por desenhar um perfil da Mulher nos Açores e nas

Comunidades, que o desenho da capa ilustra tão bem.

Neste esforço colectivo, a "voz" da mulher predomina, como não podia deixar de ser. Todavia, a voz do homem também assume aqui um papel crucial - tecendo perspectivas que vão desde a mulher nas artes, à mulher e o repatriamento e questões ligadas à saúde. Reunidas aqui estão as vozes de figuras públicas e bem conhecidas, como por exemplo, a Dr<sup>a</sup> Berta Cabral, a Dr<sup>a</sup> Luísa César e colegas da Universidade dos Açores, da Universidade de Coimbra, e de outras Universidades dos Estados Unidos e do Canadá, pessoas que escrevem e publicam regularmente, mas também estão aqui as vozes de pessoas anónimas, que nunca pensaram escrever, muito menos ver as suas palavras publicadas, mas que têm coisas importantes para nos dizer e que o dizem através das páginas destes volumes. Agradeço o entusiasmo e empenho das pessoas que, colectivamente, criaram esta publicação.

Esta é uma colectânea de vozes em dois tons, pois é uma publicação em duas línguas, português e inglês. Já me perguntaram porque é que não dividi os artigos em dois volumes em Inglês, e dois em Português, uma opção que também considerei. Todavia, optei pelo formato bilingue, em que tudo aparece primeiro em português e depois em inglês, precisamente para confrontar estas duas línguas, que fazem parte integral da nossa realidade nos Açores e além. Como imigrante, o meu mundo foi sempre bilingue, e lembro-me perfeitamente, quando voltámos aos Açores pela primeira vez, tinha eu sete anos, de ficar tão surpreendida quando me apercebi que os cães nos Açores ladravam na mesma língua dos cães da Califórnia. E, hoje, os meus alunos na Universidade dos Açores dizem-me que cresceram a ouvir inglês desde pequenos, na televisão e nos contactos com familiares emigrados. Esta é uma edição bilingue - e tinha de o ser - que acaba por apontar para a dimensão bilingue e multicultural da açorianidade contemporânea. E, como professora de línguas que sou, não posso deixar de referir o gozo pessoal e profissional que senti, ao receber as reacções de tantos dos colaboradores quando eu lhes mandava a tradução dos seus respectivos trabalhos, reacções em que me diziam quão sensibilizados tinham ficado ao ler, ao vir, as suas ideias na outra língua.

E, como a esperança ao futuro pertence, vou terminar referindo o dinamismo das vozes das jovens que aparecem nesta colectânea, ao lado da experiência de vozes maduras e no activo, e da sabedoria de vozes já na reforma, mas ainda activas. E penso na Andreia Rocha e Sónia Vieira, duas jovens que falam da sua relação com as suas avós no artigo intitulado *"No meu tempo não era assim": o que as avós nos dizem*; e penso na Cândida Correia, uma jovem natural de Rabo de Peixe que descreve a mudança sócio-cultural que se tem vindo a verificar nas mulheres desta freguesia no artigo *Semeando "Sementes de Mudança" numa freguesia piscatória*; e penso na Manuela Simões e Patrick Mendes, dois jovens namorados, nascidos nos Estados Unidos mas levados pelos seus pais a viver de novo na Ilha da Terceira, local onde se conheceram já adolescentes, que falam da sua relação com os seus dois mundos em *Há emigrar e imigrar; há ir... e voltar*; e penso na Verónica Gil, uma estudante na Universidade dos Açores, natural do Continente português que descreve a sua relação com os Açores no artigo *Estudando (n)os Açores: as experiências de uma "Portuga"*.

Focando agora a nossa diáspora, acho que as jovens aqui apontam para o futuro das nossas comunidades na América do Norte, pois são pessoas perfeitamente integradas na realidade do país de acolhimento, mas à procura da sua ligação própria e pessoal à cultura e à língua dos seus antepassados...

- e penso na Carol Ann Gregory, candidata a Doutoramento na University of

California, que descreve "a geografia da sua identidade cultural" com base na sua tese sobre as dezenas de salões do Espírito Santo e outras estruturas construídas pelos imigrantes ao longo dos anos de norte a sul daquele estado maior do que Portugal continental...

- e penso na Felícia Angeja, a Hip-Hop Neta, conhecida DJ de música hip-hop na zona de San Francisco, que evoca a musicalidade do português que ela não percebia quando era criança, mas que a acompanha nas suas noites como DJ de música contemporânea e na sua viagem de regresso à ilha da avó com quem muito se identifica...

- e penso na Carolina Cabral, a estudante de Sociologia e Português na University of Toronto que vive repartida pela sua saudade dos Açores e da Ilha de São Miguel para onde deseja voltar um dia, munida dos seus conhecimentos de sociologia e da riqueza multicultural da sua experiência de vida em Toronto...

- e penso na Betty Medeiros, a estudante de Medicina na University of Massachusetts, que visitou os Açores para frequentar o Curso de Verão da Universidade dos Açores no ano passado, e depois de voltar, fundou, com outra colega que cá esteve, uma clínica de medicina gratuita na cidade de Hudson, Mass, onde reside uma comunidade grande de falantes de português, oriundos dos Açores e Brasil, que não tinham meios para obter seguros de saúde e, portanto, não tinham acesso a cuidados médicos antes de existir esta clínica, à qual elas deram o bonito nome "Open Door" - "Porta Aberta."

Este último artigo, referente à Clínica de Medicina Gratuita **Open Door**, encerra esta colectânea com uma chave de ouro, precisamente porque representa a força criadora das nossas jovens mulheres e da sua geração, apontando assim para o futuro das nossas comunidades nos Açores e além, e para a esperança que ao futuro pertence, naturalmente. Da mesma forma, a publicação desta antologia representa, também, um sonho que se foi tornando realidade, precisamente graças à preciosa colaboração de todas as pessoas que falam através das suas páginas. Simultaneamente, porque também o sonho ao futuro pertence, a publicação desta antologia constitui, para além de tudo mais, um desafio para que, em nome do bem estar individual e colectivo, mais pessoas participem nesta reflexão sobre a situação e a realidade da mulher, não só, mas também, nos Açores e nas Comunidades.

No final de contas, o fio condutor desta colectânea é geográfico-cultural pois, como tão bem observou o nosso Vitorino Nemésio, a realidade açoriana - e eu acrescentaria, a realidade das comunidades - tem tudo a ver com a geografia, com a dimensão espacial da nossa existência humana. Por isso, e lembrando a "vez e a voz" da mulher nos contextos referidos, termino citando versos de dois poemas na língua portuguesa evocativos do lugar e da voz feminina:

...As mulheres pensam como uma impensada roseira que pensa rosas...  
Pensam de espinho para espinho,  
Param de nó em nó.  
As mulheres dão folhas, recebem  
Um orvalho inocente.  
Depois sua boca abre-se...

*Lugar de Herberto Helder*

...Minha família anda longe...  
Tão longe, a minha família!  
Tão dividida em pedaços!  
Um pedaço em cada parte...

*Memória de Cecília Meireles*

---

<sup>1</sup>O leitor pode obter mais informação sobre a obra referida no seguinte portal: [www.uac.pt/mulher](http://www.uac.pt/mulher)

# A VEZ E A VOZ DA MULHER: BREVE PASSAGEM PELA HISTÓRIA

*Alzira Serpa Silva*

*Directora Regional das Cominidades, Açores*

*A estrutura social que ao homem conferia todos os direitos e privilégios do mando (quantas vezes incómodo!) à custa da sujeição feminina, só pôde perdurar porque oferecia à mulher as vantagens da irresponsabilidade. Não fora o cansaço que fatalmente deteriora o poder e é de admitir que a mulher continuasse a gozar o doce fruto de uma aparente submissão que a ilibava dos pesados encargos de decidir e tomar a iniciativa.*

*Natália Correia*

## **Introdução**

Terá a mulher ficado, consciente ou inconscientemente, na penumbra da história por comodismo? Será a dependência da mulher relativamente ao homem confortável para ambos - ele, por exercer o seu domínio (intelectual, económico, político, social, familiar); ela, pelo facilitismo da inércia? Terá esta relação de poder o seu encanto na pretensa supremacia do macho e na aparente submissão da fêmea? Será estimulante o jogo de ambiguidades em que ambos se envolvem, reservando-se, na defesa do entendimento e da boa convivência, os lugares psicologicamente tradicionais?

Diz Christiane Klapisch-Zuber:

Nascer homem ou mulher não é, em nenhuma sociedade, um dado biológico neutro, uma simples qualificação natural que permaneça como que inerte. Pelo contrário, este dado é trabalhado pela sociedade: as mulheres constituem um grupo social distinto, cujo carácter - lembra-nos Joan Kelly - invisível aos olhos da história tradicional, não depende da natureza feminina. Aquilo a que se convencionou chamar género é o produto de uma reelaboração cultural que a sociedade opera sobre essa pretensa natureza: ela define, considera - ou desconsidera - representa-se, controla os sexos biologicamente qualificados e atribui-lhes papéis determinados. Assim, qualquer sociedade define culturalmente o género e suporta em contrapartida um efeito sexual.

O percurso da mulher terá sido, assim, produto de factores sociológicos e culturais? Este Congresso constituiu, decerto, um excelente contributo para alargar conhecimentos e suscitar a reflexão que poderá sustentar algumas teorias possíveis.

Certo é que a história da mulher que chega os nossos dias não é, até muito recentemente, história em discurso directo, é principalmente, um conjunto de olhares, opiniões, informações, registos veiculados ou filtrados pelos homens que lhes fixaram a acção ou a inacção na caminhada.

Façamos uma breve passagem pelo que a história nos conta.

## **A Mulher na Antiguidade**

Na pré-história, o acto sexual era instintivo, sem conceitos nem preconceitos. Na impossibilidade de se determinar a paternidade, os filhos eram património que se transmitia pela linha colateral uterina, no período do matriarcado. O predomínio da

mulher, de acordo com as teorias não feministas, devia-se à sua função perpetuadora da espécie e à necessidade de entroncar a família numa linha de legitimidade, decorrente da noção de propriedade que o sedentarismo, em oposição ao período nómada, introduziu.



O feminismo proclama, pelo contrário, o patriarcado como uma conquista da supremacia feminina.

Consolidada a economia individual, as lutas por interesses comuns dão origem a novos vencedores e vencidos, passando a mulher a ser considerada também de acordo com a sua cotação, numa sociedade já patriarcal, onde ela serve pai e esposo, que sobre ela têm direitos de doação, de venda e até de morte.

As uniões eram diferentes entre judeus, gregos, egípcios, romanos. As uniões dos judeus eram combinadas pelos pais e excluía alianças estrangeiras, à excepção dos edmitas, idumeus e egípcios. A poligamia era autorizada por lei, podendo cada homem ter quatro esposas, das quais a primeira era considerada legítima. Adultério e esterilidade eram severamente punidos.

Por exemplo, o pensamento grego patenteia a inferioridade feminina, particularmente em Atenas, embora em Esparta a mulher também não gozasse dos mesmos privilégios dos homens. A mulher que se instruisse em Atenas e alcançasse a sua emancipação intelectual perdia o direito à família. (Excepção mais famosa foi Aspásia, conhecedora de Platão e Aristóteles que foi desposada por Péricles e teve influência na vida ateniense). A família era para a esposa, a quem cabia o dever de perpetuar a vida. O homem tinha assim a hetera para os prazeres do espírito e do amor, a esposa para lhe dar filhos legítimos, as concubinas que os serviam e faziam parte do lar e as libertinas públicas, para variedade de diversões.

A espartana, embora sendo menos discriminada, tinha igualmente o dever da procriação sobre todos, sendo a esterilidade o único crime que o Estado não lhe perdoava. A mulher era mesmo obrigada a coabitar com outros homens se não dava filhos ao marido.

Na Índia, uma vez mais, a propagação da espécie é que dita as regras. A esposa que só dava à luz filhas, podia ser repudiada ao décimo primeiro ano. O marido estéril confiava ao seu irmão a fecundidade da esposa. O homem decide, a mulher aceita o comando do seu senhor.

A mulher egípcia é alvo de teorias opostas. Sem a polémica da sua subordinação ou da sua supremacia, o que importa reter é que, quer no período monogâmico, quer no período poligâmico, o repúdio era um direito que assistia ao homem se a mulher fosse estéril ou não tivesse filhos varões.

Em Roma, a mulher passa a contar no séc. III d.c., quando Diocleciano ordenou, por razões fiscais, o seu recenseamento. Na família, estava subordinada ao pai, que dispunha dos seus bens e da sua vida, e depois ao marido se o casamento lhe tivesse dado a ele o direito de *manus* sobre ela. De contrário, administrava ela os seus bens auxiliada por um escravo.

Mesmo quando a mulher se libertou do *manus* e da tutela paterna, continuou a ser penalizada: embora a lei das Doze Tábuas concedesse à matrona, à *mater familias*, o acesso ao divórcio, ela podia ainda ser repudiada se fosse adúltera, se abandonasse o lar, ou se atentasse contra a lei sagrada da maternidade.

As escravas, noutra esfera, faziam parte da libertinagem que levou Roma à degradação de costumes, à venda humana, às orgias, ao incesto, à decadência do Império.

### **A Mulher na Época Medieval**

O novo ideal cristão surge assim como a redenção de todos os males, o triunfo do amor, o início de uma era que viria exaltar a mulher com uma auréola mariana, à imagem da Virgem, ao mesmo tempo que, em oposição, lhe atribuíam a origem do mal e do pecado.

O séc. XII foi considerado o grande século do impulso mariano, fermentado no século anterior. Madalena é também uma via de redenção possível através do arrependimento, da confissão, da penitência.

As periodizações correntes da história económica e social medieval falam em desenvolvimento e declínio, crescimento ou regressão, progresso e recuo. E quem são os actores visíveis destes movimentos, em todos os campos? Uma vez mais, os homens. Eles estão dotados de uma autonomia jurídica e de uma capacidade de expressão pública recusadas ou muito avaramente concedidas às mulheres na sociedade antiga.

As fontes históricas da Idade Média apontam para os participantes do poder, ou seja, os homens, o que faz com que se coloque, uma vez mais, a interrogação sobre como a investigação conduziu a história da mulher, se aprofundou o seu modo de vida e as consequências que o progresso e o declínio lhe trouxeram, ou apenas fixou as suas funções reprodutoras e os seus papéis familiares.

A escassez de informações homogéneas na história quantitativa da Idade Média confunde os especialistas e lança dúvidas nas conotações das palavras (poder feminino, condição feminina) e nos juízos de valor implícitos.

Não podemos ignorar que são os clérigos, os monges, os escribas, que comunicam, entrincheirados nos claustros e nos *scriptoria*, ao seu tempo e aos séculos seguintes os conhecimentos sobre as mulheres, a sua visão das mulheres, as suas concepções da Mulher, decorrentes do seu imaginário de celibatários profundamente distantes, no isolamento e na castidade impostos.

É, porém, de sublinhar que da Idade Média, quase todas do séc. XIII, se erguem algumas vozes femininas, apesar do silêncio que lhes é imposto pelos senhores, esposos e censores. Abadessas, esposas ou viúvas de dinastias reinantes fazem-se ouvir provocando assombro, admiração e também desconfiança, porque o poder da palavra é a construção da imagem de quem se fala.

Chaucer, nos *Contos da Cantuária*, sublinha:

Por Deus, se as mulheres tivessem escrito histórias  
Como o fizeram os clérigos nos seus oratórios,  
Elas teriam narrado mais maldades sobre os homens  
Que todos os que tem a marca de Adão jamais poderiam reparar.

Ocupar o território da escrita, numa atitude nova e singular, afirmando a sua identidade, como o fez Cristina de Pisano, era uma temeridade, tanto maior quanto se trata de desvendar a problemática da mulher ou defender o seu sexo. Mas há as vozes da mulher apaixonada e queixosa nas canções de tear, há as canções das mal casadas na Alemanha, na Galiza e em Portugal, as cantigas de amigo, em que os homens protagonizaram a voz das mulheres, algumas autoras que se atreveram a fazer ouvir o seu íntimo ou a sua cultura.

Isto não significa que as mulheres tenham conquistado o direito à palavra desde o fim da Idade Média. Os contributos registados são, porém, testemunhos da imagem que faziam de si próprias ou da recusa dos modelos impostos pela sociedade, ou ainda da aceitação das regras que não tinham criado.

O grupo aristotélico que, nos últimos séculos da Idade Média, se esforça por limitar a extensão das capacidades jurídicas das mulheres ou o seu exercício do poder, dão a justificação teórica, à fraqueza constitutiva da mulher e à sua necessária submissão ao homem.

Como escreve Christiane Klapisch - Zuber:

As representações e os princípios neo-aristotélicos vão selar, em torno do corpo feminino, o feixe das angústias e dos fantasmas masculinos para dar à doutrina todo o seu carácter categórico. Não nos espantemos por encontrar, vanguarda da nova ética das relações entre os sexos, aristotélicos como Gil de Roma, ou as ordens mendicantes, que incitam príncipes e governos a purificar as suas cidades das modas e do luxo no vestuário já não dos homens, mas das mulheres. Aristóteles chega portanto no momento exacto para justificar a hierarquia dos sexos, a "guarda" das mulheres no interior da família ou do convento e a sua exclusão das actividades públicas, a superioridade da autoridade masculina sobre a vontade comum do casal, a estreita margem deixada às esposas que desejem levar uma vida espiritual mais intensa no quadro do casamento, o reduzido papel da mãe na educação dos filhos.

Carla Casagrande faz uma análise afirmando que:

A castidade das virgens, viúvas e mulheres casadas coloca a sexualidade num espaço compreendido entre a recusa e o controlo com fins procriativos, e mostra como, quer na recusa quer no controlo, a batalha se trava na predominância do aspecto espiritual e racional sobre o corpóreo e sensual. Como todas as virtudes, a castidade é exigente; não se contenta com a repressão e disciplina exteriores, requer intencionalidade, racionalidade, consentimento; é virtude do corpo, mas também e sobretudo virtude da alma. "A castidade - escreve Tomás de Aquino - tem a sua sede na alma, embora tenha no corpo a sua natureza". A virgem é virgem não tanto e não só pela integridade do seu corpo, mas sobretudo pela pureza dos seus pensamentos, afastados de toda a concupiscência graças à escolha meditada que soube fazer e manter; se tivesse de sofrer violência sem consentir nem experimentar prazer, a sua virgindade não ficaria diminuída. A viúva vive virtuosamente a sua condição não apenas graças a um evento casual que libertou o seu corpo da obrigação das relações sexuais, mas sobretudo se, a partir desse acontecimento, sabe libertar a sua mente de todo o desejo carnal. A mulher casada vive virtuosamente a sua sexualidade no interior do matrimónio porque as suas intenções se mantêm puras e castas, voltadas como estão para o cumprimento do dever conjugal e para a propagação da espécie.

Porém, se o prazer sexual é, nos séculos XI e XII, principalmente o prazer do homem, o desenvolvimento da literatura médica vem trazer uma nova abordagem do direito ao prazer no casamento e na fecundidade, obrigações conjuntas no pensamento medieval. Como diz Claude Thomasset:

O saber médico contém as virtualidades de um desabrochar da mulher bem como as justificações da crueldade que se exercerá sobre ela na pessoa da feiticeira. A medicina e a sua vocação para fazer reconhecer as forças da natureza encontram o seu lugar na renovação da segunda metade do século XIII."

O medo, porém, condiciona a leitura da natureza da mulher, tema a que os séculos seguintes não conseguirão responder. Os deveres da mulher são repetidos até à exaustão. Refere ainda Claude Thomasset:

Castidade, humildade, modéstia, sobriedade, silêncio, trabalho, misericórdia, custódia: as mulheres ouviram repetir estas palavras durante séculos. Ouviram-nas ditas pelos pregadores nas igrejas, ouviram-nas ditas pelos familiares nas suas casas, reencontraram-nas

nos livros para elas escritos. No decurso do tempo, as mulheres que ouviam estas palavras mudavam; eram mulheres diversas e frequentemente distantes entre si: rainhas, religiosas, burguesas ricas, camponesas pobres, servas, mães de família, rapariguinhas. Mudavam os homens que diziam essas palavras: pregadores, filósofos, teólogos, funcionários da corte, leigos cultos; uns atrás dos outros tomavam a palavra e falavam das mulheres e às mulheres. Mudavam também os modos de falar às mulheres: por vezes recorria-se à palavra falada, outras vezes à palavra escrita; por vezes escolhia-se um tom imperativo e genericamente afirmativo, outras vezes recorria-se a conselhos persuasivos e mais pessoais. Mas as palavras continuavam a ser substancialmente as mesmas. A duração dessas palavras no léxico da literatura pastoral e didáctica dirigida às mulheres dos finais do século XV testemunha a duração substancial do modelo feminino que elas veiculavam.

A mulher casada devia ocupar-se da casa e da família, agradar ao marido, gerar e educar filhos, longe das perturbações mundanas e da carne. Foi assim preciso incluir a mulher casada no número das mulheres sob custódia, para fazer do modelo elaborado um modelo eficaz, garante das boas virtudes, base da dinâmica social vigente.

O casamento recebe uma atenção particular por parte da Igreja que lhe dá nos séculos XII e XIII a sua forma actual. Os padres são proibidos de casar, o casamento é um sacramento. Como salienta Paulette Leclerq:

O conteúdo deste conceito - sacramento - foi muito flutuante até ao século XII. Era necessário defini-lo antes de lhe dar um lugar entre os outros na lista terminada em 1215. A originalidade do casamento era embaraçosa: único dos sete sacramentos que existira já na Lei antiga, tinha portanto uma anterioridade cronológica, já que tinha ligado o primeiro homem e a primeira mulher; a sua anterioridade era também lógica, já que era indispensável ao fundamento de qualquer sociedade para que os homens se multiplicassem sem luxúria; em comparação com os outros sacramentos, conservava uma certa dose máscula, mesmo se Deus o abençoasse: a reprodução sexuada era uma consequência do pecado original. Tinha portanto que ser indelével e não se estabelecer senão em condições de pureza muito estritas - havia sobretudo que evitar o incesto. Neste domínio, as precauções foram levadas mais longe do que alguma vez o tinham sido: foram excluídos os parentes espirituais, os parentes por afinidade e os consanguíneos até ao sétimo grau.

O casamento tinha uma outra particularidade; entre Deus e o homem, estabelecia um laço não bipolar mas triangular: Deus, um homem, uma mulher. Era essencial evidenciar quem ou o quê estabelecia o nó. Desde há muito tempo que a Igreja se interrogava sobre isso. Foi necessário esperar pela segunda metade do século XII para que o acordo se impusesse. Duas respostas, que opunham os pragmáticos e os idealistas, eram possíveis: a conjunção dos sexos ou a vontade comum. Num tempo em que a alta Igreja se resignava dificilmente a que a humanidade inteira não fosse virgem ou pelo menos continente, era normal que ela instituisse como fundamento constitutivo da união indissolúvel o livre consentimento dos esposos - o que era já a solução romana. Esta escolha tinha, entre outras vantagens, a de apresentar como perfeita a união não consumada de Maria e José. Para os leigos não convertidos ao casamento branco, era no entanto necessário dar lugar ao acto da carne: ele vinha no final, para consumir o casamento. O lugar dado ao consentimento tinha como consequência que não era o padre que fazia o casamento. Mesmo que ele não fosse chamado para a abençoar, a união, que a Igreja reputava de clandestina e reprovava, era contudo válida. A presença do padre não é uma condição *sine qua non* da validade do vínculo senão depois de 1563.

Assentando o casamento numa estratégia para a ordem social, o amor cortês era uma fonte de regulação e de contrato. Os senhores reuniam os machos celibatários da cavalaria

que cortejavam as suas esposas consolidando a moral fundada em duas virtudes: moderação e amizade. O cavaleiro controlava a sua paixão, servia a sua dama, reforçava e ética vassálica e os alicerces do estado feudal.

Defende-se que a mulher alcança um novo poder no amor cortês, por ser livre de acolher ou recusar a oferta do cavaleiro que, à maneira de um servo, faz doação de si mesmo. As regras do jogo impõem também algum afrouxamento da tutela nos encontros a sós do amante e da amada, o que se traduz num espaço de liberdade aberto nos mais altos graus do edifício social. Invoca Daniel Rocher que os exercícios do amor cortês despojaram de uma boa parte da sua grosseria o comportamento dos machos, e ensinou-lhes que importa conquistar o coração das mulheres.

Certo é que essas maneiras de chegar à singularidade do ser feminino ultrapassaram os meios aristocráticos e infiltraram-se nas diferentes camadas sociais, persistindo até hoje no Ocidente em alguns comportamentos que marcam a relação homem-mulher.

### **Da Idade Média para a Renascença**

Com o importante crescimento da população europeia no século XII surgiu um novo modelo de relações no trabalho, ligado ao desenvolvimento das cidades e também ao mundo rural. O casal trabalhando em comum formava o núcleo da nova organização da actividade económica em empresas familiares autónomas de artesãos, comerciantes e camponeses. A cidade e o campo começaram não só a distinguir-se aos níveis económico e social, mas também a complementar-se, devido à sua interdependência. A intensificação e a especialização do trabalho conduziam à economia familiar. Era sobretudo no campo que as mulheres trabalhavam, mas também nas cidades eram comerciantes, libertando-se da tutela dos maridos. A época das grandes comerciantes europeias foram os séculos XIV e XV, séculos em que as mulheres participam em sociedades comerciais e em que surgem as corporações, com artesãs independentes e com assalariadas. Escreve Natália Correia:

Esse esforço veio das classes mais humildes inspirado em razões de ordem económica: os estatutos das *corporações* de ofícios proibiam o *companheiro* de constituir família. O celibato destes deixava ao desamparo um grande número de mulheres que se viam a braços com a miséria, habituadas como estavam a viver na dependência económica do marido. A sua falta de recursos podia, pelo caminho traçado por circunstâncias muito anteriores, ter coagido a mulher a aceitar aquela outra forma de dependência, mais venal, mais criminosas mas muito mais conforme à sua inépcia.

Aconteceu precisamente o contrário. Num impulso de coragem que foi o tema perdido numa epopeia anónima vence o tabu que lhe estabelece como latitude de acção a tutela masculina e ela própria, rebuscando energias no próprio desamparo, institui corporações de ofícios femininos de onde o homem é excluído.

Não era a altiva castelã para quem o hábil manejo da agulha era motivo de orgulho e que por vaidosa competição ensinava, no castelo suserano, as filhas dos cavaleiros a bordar e a fiar. Era a operária jogando na luta pela existência a sua fragilidade física e a coragem moral de enfrentar a adversidade dum mundo hostil aos propósitos honestos da sua subsistência. As responsabilidades da mulher são idênticas à do homem. A "patroa" numa corporação feminina goza os mesmos privilégios do "patrão". A capacidade de produção feminina é já um tão apreciável quantitativo que começa por despertar no homem sentimentos de rivalidade e o estímulo a uma concorrência aniquiladora. Ainda que fosse reduzido o número de mulheres incorporadas nestas organizações de trabalho, o exemplo estava dado e ratificado por incontestáveis provas de competência que anunciavam a expansão do movimento autonomista. A reacção masculina deu-se. A mulher foi excluída das oficinas e já que se habituara ao trabalho remunerado passou a receber em casa encomendas dos patrões.

O trabalho feminino, assim individualizado, perdera o carácter organizado de defesa, de consciência e espírito de classe, o que deu lugar à sistemática especulação dos corretores e dos patrões.

Desmembrara-se o primeiro impulso emancipador da mulher. Daí em diante só lhe restava a passividade, instrumento do domínio do homem que não soube ver nesse assomo de independência a força incoercível dum movimento geral a delinear-se no futuro.

## **A Mulher na Época Moderna**

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, profundas alterações afectam a sociedade nos planos económico, político, cultural e religioso, o que se traduz em mudanças sociais, designadamente no relacionamento entre os sexos.

As fracturas religiosas, por exemplo, redefinem o percurso da mulher, que faz uma caminhada cultural e de conhecimento ditada pelo facto de ser protestante ou católica, votada a Deus ou leiga.

As epidemias, as fomes e as guerras abrem-lhe espaço no mundo público e ela atreve-se a desafiar as regras estabelecidas e a intrometer-se em campos até então vedados. Ou seja, do século XVI ao século XVIII, a mulher está presente nas cenas doméstica, intelectual, pública e social.

Nos acontecimentos que transformam a sociedade, ela marca presença, em todos os estratos. Nunca se falou tanto sobre ela, mas esse súbito interesse será genuinamente inocente ou trata-se da necessidade de conhecer para controlar, de fazer da sua presença uma espécie de ausência ou seja, anular ou pelo menos esbater o considerado excesso de protagonismo?

Temos que reconhecer que esta época se diferencia pelo debate ou, se quisermos, pelo confronto entre homens e mulheres, patente em muitos escritos. A imagem da mulher que circula então é de malícia, de imperfeição, de dissimulação, de subterfúgio. A crueldade liga-se à sua sexualidade, em descrições que dela fazem, ainda que, por outro lado, a refiram como meiga e submissa.

Cito Arlette Frage e Natalie Zemon Davis:

Aqui a mulher ressurgue em toda a iniciativa, com vontade de escapar, simultaneamente, do real e de todo o seu peso, e também dos sufocantes discursos de que é objecto. No entanto, as oportunidades não são iguais para todas, e os espaços de transgressão são muito diferentes consoante se é rica ou pobre. Umam desafiam a ordem sem infringir a lei; outras subvertem a ordem e a lei, o que acarreta sempre pesadas consequências.

As transformações que caracterizam o século XIX são mais favoráveis às mulheres. Nasce o feminismo, inspirado ainda no racionalismo e no liberalismo, das mudanças estruturais da sociedade ao aparecimento colectivo das mulheres na cena política. A sua condição de companheira do homem e reprodutora da espécie designa um lugar na recém-nascida história da humanidade. As utopias do socialismo e as teorias evolucionistas oferecem, em perspectivas diferentes, novos modelos. A revolução industrial e o entendimento da democracia, vitimizando por vezes a mulher, abre, no entanto, portas ao reconhecimento da sua individualidade e do seu direito ao trabalho. As normas colectivas que definem a função social da esposa e da mãe no início do século esbatem-se progressivamente em favor de outras identidades femininas: a trabalhadora, a celibatária, a emancipada.

A diversidade das formas da solidão feminina é exemplar dos jogos complexos do

acaso, da necessidade, da livre escolha. Recusa-se o ideal de mulher. Os seus papéis agora multiplicam-se, entre a sujeição e a liberdade, a denúncia das injustiças é assumida publicamente.

Direito, filosofia, religião, literatura, pensam a diferença e a relação entre os sexos. A ordem natural e a ordem social confundem-se ou afastam-se, num teatro de divisão sexual do trabalho e de um mercado de emprego repartido entre homens e mulheres.

As mudanças operam-se na Europa (a França inicia a transformação política, a Inglaterra e a Alemanha a cultural) e América do Norte, onde a "new woman" nasce, e com ela todas as interrogações sobre a identidade dos dois sexos, que uma comunicação sem precedentes torna internacional.

E como é que a mulher se organiza para passar a sujeito de pleno direito, para ser protagonista número um da sua vida, para levar a mensagem às companheiras?

Os séculos que a amordaçam deram-lhe a semente da revolta que a instigou à rapidez da acção. O tempo perdido era sofregamente recuperado.

Deitemos um olhar a um dos muitos possíveis exemplos: o Conselho Internacional das Mulheres (CIM) nascido em 1888, por instigação das americanas, é presidido em 1914 pela inglesa Lady Aberdeen e conta com 15 milhões de filiados e 25 conselhos nacionais. A vitalidade das mulheres multiplica-se, quer a reclamar o direito ao voto, quer na defesa da paz.

A Associação Internacional para o Sufrágio das Mulheres (AISM), sob a presidência da americana Chapman Catt, é mais radical, mas ambos os movimentos têm como reivindicação comum o direito do voto e ambos proclamam o seu apego à paz.

Porém, a guerra divide os movimentos feministas, tal como divide a internacional operária. As feministas dos países beligerantes renegam as suas alianças internacionais em benefício de um "nacional - feminismo" que exorta as mulheres a servirem a sua pátria e tenta convencer os países neutros a alinhar pelo lado certo. As feministas dos movimentos internacionais criticam ferozmente as mulheres que permanecem fiéis aos ideais pacifistas. Embora minoritários e muitas vezes isolados, os movimentos pacifistas resistem nos países beligerantes, e alargam-se nos países neutros (Holanda, países escandinavos). Nos EUA, a primeira organização pacifista de mulheres nasce em Janeiro de 1915, em Washington e dá pelo nome de Women's Peace Party (WPP). Um ano mais tarde afirma ter 25 000 filiadas, provenientes de origens diversas.

Com este início promissor, poder-se-ia apostar no sucesso da sua batalha contra o crescimento dos sentimentos bélicos e pela mediação dos países neutros, objectivos que nortearam em Haia o Congresso Internacional para a Paz Futura, no qual o WPP participou. Com efeito, de 28 de Abril a 1 de Maio de 1915, 800 holandesas, 28 alemãs, 47 americanas, 16 suecas, 12 norueguesas, 2 canadianas, 1 italiana, 3 belgas e 3 inglesas protestam contra a guerra e debatem as condições de uma paz futura e permanente: arbitragem obrigatória, respeito pelas nacionalidades, educação pacifista das crianças, sufrágio feminino.

O Congresso dá origem a uma Comissão Internacional das Mulheres para a Paz Permanente que, em 1919, adopta o nome de Liga Internacional das Mulheres para a Paz e a Liberdade. A Comissão envia delegadas para transmitir os resultados do Congresso aos Estados neutros e aos países com organizações feministas. Mas a militância das pacifistas não logra mobilizar as populações feministas, nem femininas, do mundo, por causas várias, algumas já dissecadas por historiadores do feminismo. A este fracasso não serão totalmente alheias a dispersão, a disseminação e a proliferação dos movimentos, com

diferentes perspectivas sobre uma mesma realidade.

A *Women's Section of Navy League*, por exemplo, dos EUA, que afirma ter 100 000 filiadas em 1916, cria campos de treino, invocando a função protectora das mães e reivindicando o realismo que as leva a juntar-se aos homens, opondo-se ao sentimentalismo pacifista.

As mulheres socialistas também não são bem sucedidas na sua oposição à guerra. Porque a grande maioria adere, seguindo os seus partidos, à União Sagrada, e porque as minorias não conseguem canalizar o descontentamento popular e os motins provocados pela fome. Embora não tenham ficado passivas, e sem emitir quaisquer juízos de valor, também não alcançaram objectivos de mobilização feminina contra a guerra, hesitando, nalguns países, durante demasiado tempo entre a fidelidade ao partido e a sua linha feminista contra a guerra.

### **A Luta pelo Direito ao Voto**

E o direito ao voto onde fica, entre as tensões sociais e a correlação de forças beligerantes e pacifistas?

Reivindicado antes de 1914, é relançado durante a guerra, associado no início ao combate pacifista e depois às feministas patriotas, e conhece desenvolvimentos diferentes nos países neutros e nórdicos (Dinamarca, Islândia e Holanda seguem tardiamente a via da Finlândia) e nos Estados beligerantes.

Nos EUA, Wilson compromete-se a apoiar a 19ª Emenda Constitucional, no dia 9 de Janeiro de 1918, que será votada, no dia seguinte, pela Câmara dos Representantes, e em Junho de 1919 votada pelo Senado e ratificada por 36 Estados durante os catorze meses que se seguiram.

Na Rússia em 1917, o sufrágio feminino surge como um dos meios utilizados pelos liberais e pelos socialistas reformistas para estabilizar a democracia após a queda dos regimes imperiais.

Na Alemanha, os direitos políticos são concedidos às mulheres a 30 de Novembro de 1918 por decreto do Conselho dos Representantes do Povo, mas o Reichstag ainda afirma que o lugar das mulheres é o lar.

Na Grã-Bretanha, as sufragistas aceitam, contrariamente aos seus compromissos anteriores à guerra, os termos da lei desigual de 6 de Fevereiro de 1918: universalização do sufrágio masculino e instauração de um sufrágio feminino a partir dos trinta anos.

No velho país do sufrágio universal, a França, a direita recusa o acesso da mulher à arena política e a esquerda recebe o voto feminino conservador. A questão do voto perde urgência e quando votada a lei de 1920, condenada por algumas feministas, assume a regressão dos direitos femininos e da vontade de repor cada sexo no seu lugar, controlando o ventre das francesas, ao invés de fazer delas cidadãs.

O armistício de 11 de Novembro de 1918 é, para as mulheres, o toque de regresso ao lar e às tarefas domésticas na Europa traumatizada pela guerra, em nome do direito dos antigos combatentes, da reconstrução nacional e da defesa da raça. Extenuadas por anos de trabalho e de solidão, muitas aceitam esta desmobilização rápida e brutal, particularmente para as operárias de guerra, as primeiras a serem despedidas.

Esta violência tem uma função psicológica e económica: reafirma a identidade masculina abalada por quatro anos de combates anónimos, apaga a guerra e responde, num período de febre social e reacção política, ao profundo desejo dos combatentes de restaurar o antigo mundo. A própria literatura masculina expressa a busca de uma nova virili-



dade fundamentada na dominação das mulheres e das crianças e a necessidade de repor as mulheres no caminho certo.

Entre os vencidos alimenta-se um forte rancor para com os civis e alimenta-se igualmente o fantasma do feminismo, fazendo ressurgir o culto do chefe, a submissão das mulheres, associando a decadência contemporânea à confusão dos sexos.

Assiste-se, em toda a Europa, a uma crítica violenta ao feminismo e à mulher emancipada, e à celebração da dona de casa e da mãe, movimento que é liderado pelos Estados Unidos que consagram o *Mother's Day* em 1912, seguidos pelos canadianos e pelos britânicos. As novas legislações constituem um progresso para a protecção materno-infantil mas esquecem os problemas específicos das mães trabalhadoras.

Não se pode reduzir a situação da mulher no pós-guerra, porém, a um recuo sistemático de todas as conquistas que a conjuntura do pós-guerra permitiu. Se, por um lado, a guerra pouco atenuou a divisão sexual do trabalho e reforçou as reticências quanto ao trabalho feminino, por outro lado, registam-se mudanças que a longo prazo imprimem uma marca significativa no percurso do trabalho feminino: diminuição dos empregos domésticos, dos ofícios de costura e indústria ao domicílio; aumento do peso das mulheres na grande indústria moderna (metalurgia ligeira e indústria eléctrica) da fábrica; e desenvolvimento dos empregos terciários que virão a tornar-se lugares privilegiados da actividade feminina (comércio, bancos, serviços públicos e mesmo as profissões liberais passam a abrir-se mais às mulheres).

Às mudanças não corresponde, porém, o reconhecimento dos direitos das mulheres num plano de igualdade, nem em matéria de voto, nem quando este é consagrado, em matéria de códigos civil e penal. Libertas do espartilho e das roupas compridas e apertadas, as mulheres conseguem uma nova relação com o corpo e consigo próprias (praticar desporto, dançar novos ritmos, sair), mas não participam nas decisões do país nem partilham o poder político. Os fossos cavados pela guerra entre os dois sexos, e as linhas da frente e da retaguarda vão ressuscitar antigos mitos viris: os homens são feitos para combater e conquistar, as mulheres para dar à luz e cuidar dos filhos.

Esta complementaridade ajuda a reencontrar a segurança do mundo não recuperado pela convulsão da guerra e da quebra das regras. Mesmo a cultura operária, com a excepção do comunismo dos anos vinte, assimila mulher e lar, homem e trabalho qualificado. O culto dos mortos também contribui para fortalecer a virilidade dos homens e reforçar o lugar de não-combatentes das mulheres.

Não se pense que a mulher aceitou passivamente o seu regresso ao lar ou apagou a consciência dos seus interesses. Subsistem os comportamentos independentes que, contudo, não se inscrevem numa dinâmica de conjunto. O discurso alargado do papel da mulher-mãe abafa a resistência como movimento de fundo, orientando mesmo o feminismo da época para um feminismo da diferença, com o respeito pela diversidade - segundo alguns estudiosos, o declínio que marca a transição para o feminismo moderno. Enquanto o feminismo anterior a 1914 reivindicava em nome da igualdade de todos os indivíduos e da especificidade de cada sexo; o do período entre as duas guerras aceita as concepções comuns do masculino e do feminino como elementos da natureza, complementares, exaltando a maternidade e argumentando não com os direitos das mulheres mas com a necessidade das mães a exigência de uma protecção específica para as trabalhadoras. Há, pois, um balanço contraditório das marcas da guerra no feminino que não diluem o carácter profundamente conservador da guerra nas relações entre os sexos.

Nos Estados Unidos, as ondas imigratórias entre 1880 e 1920 vincaram ainda mais

os contrastes já existentes na população americana. Essa heterogenidade cultural sofreu, durante os anos vinte, uma enorme e bem sucedida tentativa de uniformização, que tornou possível a construção de um estilo de vida americano, amplamente difundido e publicitado. As novas formas de comunicação - rádio e cinema - juntaram-se à imprensa, disseminando novos valores e novos hábitos de produção, consumo e lazer.

Surgiam novos bens de consumo como a comida enlatada e o pronto-a-vestir encorajando a aquisição que substituía rapidamente a poupança mediante as também novas técnicas de publicidade. Descobertas na psicologia as motivações irracionais, eram utilizados o simbolismo e as associações de ideias para despertar no consumidor o desejo que o incitasse a comprar. A nova indústria publicitária emerge nos anos vinte como uma actividade independente, elegendo a mulher como sua destinatária após as estatísticas terem demonstrado que 80% das compras eram feitas por ela. Os publicitários iam beber credibilidade científica às ciências sociais, também elas em franca expansão, na crença de que o seu sabor era fundamental para o estabelecimento de uma nova ordem: moderna, eficaz, democrática. Os psicólogos mais influentes falavam do "ajustamento psicológico dos indivíduos a normas sociais salutaras", dominando as teorias da higiene mental e do behaviorismo, e prestando grande atenção às motivações sexuais profundas e à sua influência nos comportamentos. A proposta publicitária veiculava a ideia do controlo da mulher na sua vida, em toda a sua vida.

Repare-se neste anúncio do Chicago Tribune em 1930: *"A mulher de hoje obtém tudo o que quer. O voto. Finos forros de seda para substituir volumosos saíotes. Objectos de vidro em safira azul ou em âmbar resplandecente. O direito a uma carreira. Sabonete a condizer com as cores da sua casa de banho"*.

Esta imagem da mulher moderna americana foi veiculada na Europa, sobretudo através da indústria cinematográfica, numa nova cultura de feminilidade, absorvida de diferentes maneiras, consoante as experiências concretas e os espaços, podendo suscitar uma força emancipadora ou um apelo reaccionário.

## **A Mulher em Portugal no Século XX**

E como viveu Portugal todas estas influências no século XX?

De 1926 a 1974, Portugal foi governado por um regime autoritário, o chamado Estado Novo, cuja ideologia era profundamente conservadora, mantendo laços de simpatia com o fascismo e o nazismo. Pretendia estabelecer um Estado corporativo, composto por células sociais englobantes e hierárquicas, em que a família era a unidade básica da sociedade, cabendo à mulher e ao marido esferas de actividade separadas.

A esposa devia encarregar-se dos filhos e da casa seguindo um modelo semelhante à mulher dos três K - Kinder, Küche, Kirche (filhos, cozinha, igreja). As crianças desde cedo aprendiam a respeitar os pais e as leis da sociedade, as quais incluíam o que se pode chamar "uma hierarquia corporativa do contrato matrimonial" (Pai, Mãe, Filhos). Afirma Julieta Almeida Rodrigues:

A concepção do estado Novo do papel da mulher e da família na sociedade era fortemente apoiada pela Igreja católica. Um importante exemplo da aliança entre o estado e a Igreja foi a Concordata de 1940, acordo pelo qual os casamentos católicos não podiam ser dissolvidos pelos tribunais civis". Esta lei transformou Portugal num dos países da Europa com o mais elevado índice de ilegitimidade. (No fim dos anos 50, era o 3º país da Europa com mais ilegitimidade.)

O estado discriminava os ilegítimos e protegia a Igreja, que divulgava o ideal feminino da

Virgem Maria, com destaque para as aparições em Fátima.

Na primeira fase do Estado Novo, as mulheres foram ficando progressivamente confinadas à casa. Havia 27,1% das mulheres na força de trabalho em 1930, 22,7% em 1950 e 18,2% em 1960 (Miranda, 1975; Silva, 1970: 172). Contudo, de 1960 a 1970, a força laboral feminina aumentou consideravelmente. Nesta década, a percentagem da população feminina na força de trabalho subiu de 18,2% para 26,2% (Oliveira, 1966: 10, 29-30; Romão, 1976 b: 3-4).

Por outro lado, o 25 de Abril trouxe consigo uma convulsão social que desembocou numa onda de desemprego, atingindo principalmente as mulheres.

Em termos absolutos, havia 10.564 mulheres desempregadas em Dezembro de 1973, 23.320 em Dezembro de 1974, 50.396 em Dezembro de 1975 e 56.723 em Março de 1976. Estes números são notáveis se considerarmos que a taxa total de desemprego era de 3% no início de 1970 - 2,5% para os homens e 3,2% para as mulheres - e atingiu os 5,5% em 1974, 11,4% em 1975 e 14% em 1976.

É ainda Julieta Almeida Rodrigues quem afirma:

A situação discriminatória das mulheres empregadas podia ser claramente vista no facto de que em 1969, data em que foram introduzidas alterações ao regime do Contrato Individual de Trabalho, o trabalho das mulheres e dos "menores" era sempre considerado em conjunto. As mulheres casadas estavam particularmente sujeitas a discriminação. Por exemplo, de acordo com as alterações introduzidas no Código Civil em 1966, art. 1676, os maridos podiam denunciar o contrato de trabalho das esposas com base nas chamadas "razões ponderosas" e de acordo com o art. 1686, as mulheres necessitavam da autorização dos maridos para exercer actividades comerciais.

Esta leitura não pode ser feita só à luz do progresso (pós 2ª Guerra Mundial) e da diminuição do analfabetismo, mas dos problemas sociais que afectavam Portugal, designadamente a emigração, a perda de homens produtivos, as guerras coloniais.

Nota-se assim que a partir dos anos sessenta, a mulher portuguesa começa a trabalhar fora de casa, deslocando-se para a vida produtiva urbana. Trabalhar fora deixa de ser um sinal de baixa condição económica. O 25 de Abril veio consolidar a participação da mulher no trabalho e abrir portas ao seu desempenho de papéis públicos.

Porém, as mudanças operadas não atingem foros tão profundos quanto os indicadores parecem demonstrar. Ou seja, até ao 25 de Abril a dona de casa gozava de prestígio social, estando subordinada ao marido. Efectivamente, ela era a "Rainha do Lar", mas o provérbio clarificava as fronteiras: *"Em casa quem manda é ela, mas quem manda nela sou eu"*. Entretanto, a lei mudou, reconhecendo a igualdade conjugal primeiro, abolindo a divisão sexual dos trabalhos domésticos depois, mas continuamos a preencher inquéritos oficiais em que é mencionado em primeiro lugar se já não o chefe de família, o cabeça de casal, como se um casal pudesse ter apenas uma cabeça e não duas em todas as acepções possíveis. Na filiação, é o nome do pai também o primeiro referido nos documentos oficiais, e quanto às responsabilidades domésticas, raras são as mulheres que se sentem igualmente divididas; à mulher continua a caber a maior fatia dos deveres quotidianos, agora fora e ainda dentro de casa.

A Constituição de 1976 (art 13, sec 2; art 36) concedeu às mulheres igualdade conjugal; as leis do Estado Novo conferiam ao marido competência para decidir em todos os assuntos da vida conjugal em comum.

Mais tarde, aquele princípio constitucional conduziu a alterações do Código Civil,

iniciadas em 1977 e ainda necessitadas de reformulação.

A Educação pré-primária criada durante o período republicano foi abolida pelo estado Novo em 1937, como parte da política para manter as mulheres em casa. Ainda na análise feita por Julieta Almeida Rodrigues:

A prática da discriminação nos salários das mulheres era vulgar durante o Estado Novo. Em 1955 Portugal assinara a Convenção n.º 100 da Organização Internacional do Trabalho que determinava salário igual para trabalho igual. Contudo, as leis aprovadas neste sentido - e particularmente as diversas alterações introduzidas ao regime do Contrato Individual de Trabalho - foram, na prática, ineficazes. Estas leis foram redigidas de forma ambígua e podiam admitir várias interpretações.

Durante os anos sessenta, por exemplo, as mulheres ligadas às actividades não agrícolas, ainda ganhavam metade dos salários dos homens nos trabalhos não qualificados (as operárias especializadas tinham um salário mais baixo do que os operários não especializados) e essa prática mantinha a sua validade mesmo que as trabalhadoras tivessem responsabilidades directivas. (...)

A baixa estima conferida ao trabalho feminino continuará patente se considerarmos os inúmeros contratos de trabalho firmados logo depois do 25 de Abril. Esses contratos determinavam as categorias profissionais e o salário das mulheres e dos homens nos vários sectores de emprego. Segundo esses contratos - e muito na linha do Estado Novo - ainda se verificava uma aberta discriminação entre mulheres e homens. Apesar do facto de representarem o mesmo trabalho, as várias categorias profissionais ainda logo depois do 25 de Abril recorriam ao uso de dois nomes diferentes consoante se destinavam a ser preenchidas por trabalhadores do sexo feminino ou masculino.

A consequência era uma diferenciação salarial que continuou muito depois do 25 de Abril. Em Setembro de 1974, as mulheres ganhavam uma média de 64,3% do salário dos homens, discriminação que era particularmente elevada no sector industrial, que não tinha adoptado o salário mínimo nacional para todos os trabalhadores.

Em 1976, porém, o Decreto-Lei 112, de 7 de Fevereiro, veio introduzir importantes melhorias à situação das mulheres empregadas, designadamente na protecção da gravidez e da maternidade.

Mas o desempenho das mulheres após o 25 de Abril ultrapassou muito o seu envolvimento de mães, de donas de casa e/ou de trabalhadoras. As mulheres associaram-se aos movimentos populares de massas, participaram nas várias instâncias de poder popular, decidiram. Em síntese: vieram para a rua, para a vida pública, para a reconstrução do país.

Este novo papel era uma aprendizagem, representava um novo conceito de cidadania nem sempre pacífico para a família. Muitas vezes gerador de instabilidade e de conflito conjugal, era assumido pelas mulheres como um padrão de valores recém-descoberto que lhes abria as portas de um mundo mais actual, em progresso, e as responsabilizava pelo rumo da sociedade que construíam lado a lado com os homens, e com a difícil mas empolgante tarefa de transmitir aos filhos a mudança que elas mal começavam a assimilar. O conceito de liberdade, embora entendido de diferentes maneiras e perspectivas, passou a ser (um conceito) interiorizado como um valor inestimável, pelo qual valia a pena lutar. Esta postura, o ambiente político, a intensa transformação social, a participação popular a diversos níveis, deram à mulher alento para se expressar, discutir e decidir.

## Conclusão

A promessa implícita no extraordinário arranque da mulher no percurso iniciado no 25 de Abril gorou-se, porém, em muitos aspectos. A ambivalência dos seus papéis na esfera pública, na esfera produtiva e na esfera privada, era esgotante, por conflitual ou por acarretar uma sobreocupação insustentável. Embora estas mulheres tenham conquistado a oportunidade de se desembaraçar de estereótipos sociais, muitas delas claudicaram a favor da estabilidade familiar, ainda que a família tenha sido também objecto de mudança. Ou seja, se por um lado a mulher deu passos decisivos e irreversíveis para a igualdade após o 25 de Abril, por outro conformou-se à posição dianteira do homem na família, no trabalho, na sociedade.

E nas ilhas de bruma e de encanto, de nostalgias mas também de resistência e firmeza, o que se passa? O mundo urbano e o mundo rural cumprem diferentes destinos. Da mulher submissa que aceita o conservadorismo do marido à mulher independente que faz do seu quotidiano uma luta pela igualdade, todos os modelos ocupam os seus pequenos espaços.

Estamos também a recuperar o tempo perdido. Com muita convicção. E com a consciência do muito que há a fazer. A atenção que nos últimos anos tem sido dada à mulher pelo governo e por algumas organizações, leva-nos a acreditar no futuro. E a reconhecer as nossas conquistas no presente.

A reflexão que este Congresso proporcionou oxigena o nosso alento. Bem-hajam as organizadoras deste Congresso! A nossa gratidão é também a nossa esperança.

## Bibliografia

- Casagrande, C. (1993). A mulher sob custódia. In: Duby, Georges & Perrot, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Trad. Maria Helena C. Coelho. Porto: Edições Afrontamento. Volume 2 - A Idade Média (sob a direção de Christiane Klapisch-Zuber), pp. 99-142.
- Chaucer, G. (1386-1400) *Contos da Cantuária*.
- Correia, N. (2003) *Breve História da Mulher e Outros Escritos*. Lisboa, Parceria.
- Frage, A. & Davis, N.D (eds). (1993) *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Trad. Maria Helena C. Coelho. Porto: Edições Afrontamento. Volume 3.
- L'Hermite-Leclercq, P. (1993) A ordem feudal. In: Duby, Georges & Perrot, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Trad. Maria Helena C. Coelho. Porto: Edições Afrontamento. Volume 2 - A Idade Média (sob a direção de Christiane Klapisch-Zuber), p. 273-332.
- Rodrigues, Julieta de A. (1983) Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares, *Revista Análise Social*, Número 77-78-79, Volume XIX.
- Rodrigues, Julieta de A. (1995). Continuidade e mudança nos papéis das mulheres portuguesas urbanas - O aparecimento de novas estruturas familiares, *Comissão da Condição Feminina*, N 40, Lisboa.
- Thomasset, C. (1993). Da natureza feminina. In: Duby, Georges & Perrot, Michelle (Dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. Trad. Maria Helena C. Coelho. Porto: Edições Afrontamento. Volume 2 - A Idade Média (sob a direção de Christiane Klapisch-Zuber), p. 65-98.

## Afterword/Posfácio

Este volume nos proporcionou informações e análises das experiências de mulheres lusas no mundo imigrante de vários países. Mostra por exemplo, o sucesso de portuguesas ou suas descendentes na política e na literatura. Como também os conflitos trazidos pela presença da saudade e do processo de adaptação. Outro tema tratado em vários textos é o mercado de trabalho e suas limitações. Alguns textos também apontam para os conflitos presentes no seio familiar quando as relações de género, principalmente aquelas entre pai e filha ou marido e esposa, é influenciada pela sociedade de acolhimento. Muitas vezes há um choque cultural, principalmente se a imigração se dá de um ambiente rural para um urbano.

Uma das grandes contribuições desta publicação é reunir em um só volume histórias de mulheres imigrantes portuguesas não só em diferentes momentos da história mas também em diferentes países. Portanto, em um só volume podemos viajar pelo tempo e pela geografia para termos uma ideia bastante abrangente sobre as experiências femininas no mundo imigrante português. Assim conseguimos ter a clara noção de que estas são agentes activos de suas sociedades e contribuintes para a causa feminina, seja no século XVIII, XIX ou XX. Ou ainda no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Austrália, na China ou no Brasil.

Finalmente, outra contribuição importante é que esta é uma colectânea interdisciplinar e por isso mesmo podemos apreciar a presença de mulheres lusófonas nas artes plásticas, na literatura, na história, na política, etc. De maneira geral o que os trabalhos apresentados testemunham é que as mulheres imigrantes portuguesas foram e são agentes activos de suas sociedades e são mulheres de muita força e determinação. São mulheres que apesar do trabalho duro, das dificuldades de adaptação, dos conflitos que possam aparecer no seio familiar, lutam para o seu bem-estar e para o bem-estar dos seus. Nem que para isso precisem tomar caminhos tortuosos e não aceitos pela sociedade tradicional.

Parabéns a todas as portuguesas e luso-descendentes que lutaram para uma vida melhor para si própria e para os seus entes queridos. Dedico então, esta conclusão a minha querida avó, nascida em janeiro de 1900, numa pequena vila da região de Vila Real, e que imigrou para o Brasil ainda mocinha. Lembro do seu olhar carinhoso e de sua risada contagiante. Trabalhou como doméstica, já que lhe foi negado a oportunidade de se alfabetizar, e depois de se casar no Rio de Janeiro com um imigrante da região de Chaves, criou com muito amor e carinho sete filhos brasileiros, filhos que geraram outros filhos e que perpetuaram a presença portuguesa no sangue brasileiro. A ela, Teresa de Jesus Fernandes Gomes, e a todas as mulheres imigrantes portuguesas encontradas nas sete partes do mundo, o nosso carinho, o nosso respeito e a nossa gratidão.

No entanto, precisamos dar continuidade a esta produção académica e artística. Com este objectivo, acontecerá o II Congresso Internacional "A Vez e a Voz da Mulher em Portugal e na Diáspora" a ser realizado na Universidade da Califórnia, Berkeley, nos dias 21 a 24 de Abril de 2005. Este não só dará o incentivo para novas produções como também irá proporcionar um novo fórum de discussão entre académicos, artistas, escritores, políticos, e todos os indivíduos interessados no tema.

All the papers presented at the first international congress on Portuguese immigrant women conferred a collective look at key cases of their experiences in different parts of the

world and throughout time. Indeed, the contributions to this book capture the geographical and historical presence of Portuguese women in several continents and many countries. Overall these show that women were active participants in their receiving societies and actors in the struggle for gender equality. They were, and still are influential in literature, in politics, in theatre, in the arts, in the job market, and in the struggle for gender equality.

The book also contributes to a better understanding of migration patterns. It shows for instance, how a network of relatives and friends influenced individuals in their decision to migrate. It also demonstrates how the adaptation process of women could be different than that of men and how the physical distance from their families affected them in a more severe way.

The texts collected here contribute to a recreation of the lives, experiences, creative expressions, and political representations of Portuguese immigrant women in the world of immigration. More than anything, they testify to their strength and determination to make a better life for themselves, their loved ones and their societies. Still more studies are necessary in order to better understand the experiences of Portuguese immigrant women and their contributions to their receiving societies. The 2nd International Conference: "The Voice and Choice of Women in Portugal and in the Diaspora" taking place at the University of California, Berkeley, April 21- 24, 2005, will not only give incentives to further academic productions but it will also create a time and space for further discussions on the theme.

*Rosana Barbosa*